

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO**

FABIO LANZA

**MATRIZES IDEOLÓGICAS DOS ARCEBISPOS
PAULISTANOS (1956-85): UM OLHAR SOB O
PRISMA DO SEMANÁRIO *O SÃO PAULO***

São Paulo - 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FABIO LANZA

**MATRIZES IDEOLÓGICAS DOS ARCEBISPOS
PAULISTANOS (1956-85): UM OLHAR SOB O
PRISMA DO SEMANÁRIO *O SÃO PAULO***

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**Pontifícia Universidade Católica
São Paulo - 2006**

Ao ***Bom Pai***,
que em todos os momentos me amparou.

À minha preciosa ***Flor-de-Maio***,
que alegra, perfuma e dá sentido à vida do jardineiro.

AGRADECIMENTOS

A todos os amigos(as), professores(as), colegas e familiares que, indistintamente, auxiliaram-me e contribuíram para a elaboração das idéias iniciais, execução, análise e escrita desta tese. Foram fundamentais as conversas, os sonhos, as discussões e as incógnitas coletivas sobre o caminho traçado neste trabalho científico.

Ao Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley, pela acolhida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e por todas as incansáveis conversas, leituras e sugestões. Sua colaboração foi imprescindível para a realização deste processo de pesquisa. Agradeço-lhe também por colaborar para que eu continue acreditando nas alternativas utópicas.

Aos sujeitos de pesquisa, que contribuíram prontamente com seu discurso-memória, e às colaboradoras Izilda e Cássia, da equipe d'*O São Paulo*, e Ercília e Sandra, da Biblioteca Padre Lebrecht, na Escola de Teologia Dominicana.

Aos professores convidados para compor a banca do Exame de Qualificação, Dr. José Marques de Melo e Dr^a Maria Ângela Vilhena, por suas indicações e sugestões.

À Capes e ao CNPq, pelas inúmeras contribuições e pelo suporte oferecido.

No processo de conhecimento não há consenso e não há ponto de chegada. Há o limite de nossa capacidade de objetivação e a certeza de que a ciência se faz numa relação dinâmica entre razão e experiência e não admite a redução de um termo ou outro.

(MINAYO, 2000, p. 228)

Pensar a história, na história e com a história é também reconhecer desvios e equívocos que aconteceram no passado e ainda acontecem. A Igreja, como qualquer outra instituição humana, é portadora de fragilidades e ambigüidades. Reconhecê-las, longe de ser ocasião de autocomiseração ou autojustificação, é condição e alerta que previne reincidências, é alento e parâmetro para superação das contradições.

(VILHENA; PASSOS, 2005, p. 13)

RESUMO

A pesquisa teve como foco a atuação dos arcebispos da Arquidiocese paulistana, da Igreja Católica, no período de 1956 a 1985, a partir da análise do semanário *O São Paulo*. Ela buscou uma orientação histórica e sociológica, com base documental e oral. Partiu das matrizes ideológicas utilizadas pelos arcebispos – Dom Agnelo Rossi e Dom Paulo Evaristo Arns – revisitando o período anterior, de Dom Carmelo V. Motta, frente à Fundação Metropolitana Paulista, mantenedora do jornal *O São Paulo*. As fontes documentais se basearam em documentos históricos sobre a Igreja Paulistana, e as publicações de *O São Paulo*, privilegiando as matérias da primeira página e os editoriais; e empregando os aportes da análise de conteúdo sob o ângulo de distintos autores. As fontes orais foram constituídas a partir dos sujeitos de pesquisa selecionados qualitativamente com critérios vinculados a História Oral, tendo em vista as experiências pessoais no Clero e suas relações com os MCS da Arquidiocese de São Paulo. As entrevistas foram realizadas com o arcebispo emérito cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, com Pe. Antônio Aparecido Pereira, com Frei Carlos Josaphat, Prof. Dr. Fernando Altemeyer, Dom Angélico Bernardino Sândalo, Dom Antônio Celso de Queiroz e Dom Benedicto Ulhôa Vieira e foram orientadas por um roteiro semi-estruturado formulado a partir dos problemas de pesquisa. As interpretações e análises das fontes documentais e orais perceberam a Igreja Católica como um sujeito coletivo que pautou-se em diferentes matrizes ideológicas expressadas frente ao contexto sociohistórico do período analisado. A Igreja Católica de São Paulo por meio do seu semanário expressou diferentes discursos que evidenciaram as drásticas transformações ideológicas ocorridas a partir do final da década de 1960 e início de 1970, associadas aos fatores internos e externos à estrutura institucional. Foi percebido que há um fio condutor entre as diferentes fases e contextos, com base na sua missão eclesial e seu projeto religioso, que se define como um ideal que não se caracteriza enquanto sistema econômico ou político. A gestão do cardeal Arns, a partir de 1970, difundiu n’*O São Paulo* a idéia de “vocação cidad a”, centrada na manutenção da verdade, da justiça, da liberdade política, religiosa, da participação das organizações sociais, e do compromisso da Igreja Católica na defesa radical do homem.

ABSTRACT

The research focused on the Catholic Church archbishops acting in the archdiocese of São Paulo from 1956 to 1985, based on the analysis of *O São Paulo*. The work aimed a historical and sociological orientation based on documents and interviews. The initial point is the ideology used by the archbishops – Dom Agnelo Rossi e Dom Paulo Evaristo Arns – revisiting the prior period, Dom Carmelo V. Motta, head of the Fundação Metropolitana Paulista, responsible for the journal *O São Paulo*. The documental sources were based on historical documents about the Paulistana Church, and the publications of *O São Paulo*, privileging the articles and the editorials; using different authors to analyse their contents. The oral sources were constituted on the subjects, which were selected using criteria based on the Oral History, using the personal experience inside the Clergy and their relationship with the MCS from the Archdiocese of São Paulo. The emeritus archbishop cardinal Dom Paulo Evaristo Arns, father Antônio Aparecido Pereira, monk Carlos Josaphat, Prof. Dr. Fernando Altemeyer, Dom Angélico Bernardino Sândalo, Dom Antônio Celso de Queiroz and Dom Benedicto Ulhôa Vieira were interviewed following a script based on the problems of the research. Depending on the historical and sociological period analysed, the Catholic Church was a collective body that expressed different ideologies, according to the documental and oral sources. The Catholic Church of São Paulo by its weekly publication expressed different speeches that made evident the drastic changings that took place during the 1960's and 1970's, associated to inner and outer factors of the institutional structure. We can see that there is a link on the different phases and contexts, based on the ecclesiastic mission and the religious project, defined as an ideal that does not characterize itself as neither a political, nor an economy system. The cardinal Arns' conduct, started during the 1970's, propagated through the *O São Paulo* an ideal, centered on the maintenance of truth, justice, political and religious freedom, social organizations participation and the commitment of The Catholic Church to the extreme defense of man.

APRESENTAÇÃO

... se há alguém que mereça estátua pública nesse País, não são coronéis, não são autoridades eclesiásticas, não são marechais, é o povo, é o povo brasileiro, este que realmente deve ser respeitado ...

(BERNARDINO, 1999)

É interessante destacar alguns aspectos que envolveram a história desta pesquisa, cuja proposta é uma formulação que perpassa os campos teórico, metodológico e pessoal. No entanto, a elaboração sobre um pouco da história que me vinculou ao tema de pesquisa é um exercício diferente e peculiar.

O interesse em investigar algo que estivesse vinculado à Igreja Católica é resultado de um período de militância pessoal na Pastoral da Juventude – na Diocese de Jales, São Paulo, destacadamente, uma fase marcante e que influenciou, inclusive, na própria escolha pelo curso de ciências sociais, quando ingressei na Unesp de Araraquara, em 1994.

Essa etapa, compreendida entre 1988 e 1993, foi muito rica não só no envolvimento com inúmeras atividades religiosas, mas também com as mobilizações estudantis, atividades culturais, discussões sobre questões políticas e sociais da realidade brasileira. As propostas de trabalho da Pastoral da Juventude não abrangiam apenas a dimensão espiritual; por ter uma vinculação com a Teologia da Libertação, eram constantes as discussões e estudos sobre a história recente do Brasil, privilegiando questões polêmicas ou problemas sociais, como reforma agrária, pena de morte, MCS, violência, participação da juventude na sociedade, política, drogas e outras questões.

Fazia-se um vínculo constante com o período do regime militar (1964-85), até porque era uma época pós-“abertura política”, e também pelo fato da

Pastoral da Juventude (PJ) ter sua origem nos movimentos da Juventude Católica que atuaram nas décadas de 1950-60.

A partir de 1994, desvinculei-me da órbita da PJ e ingressei no meio universitário. Foi uma decepção muito grande, uma vez que, inicialmente, não conseguia separar ou distinguir a militância da formação acadêmica. Além disso, a própria estrutura universitária não correspondia às expectativas, que eram maiores no que se referia à realidade encontrada na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (da Unesp).

Só no terceiro ano da graduação, em 1996, com a colaboração especial da Prof^ª. Dr^ª Fernanda Peixoto¹ (que começou a orientar-me em algumas leituras), consegui encaminhar uma tendência: desenvolver uma pesquisa sobre a Igreja Católica, mas ainda sem nenhum recorte definido. Este momento foi muito importante, visto que levou a um interesse pela iniciação científica.

Nessa época, a Prof^ª. Sônia Irene S. do Carmo ministrava uma disciplina optativa sobre o período do regime militar, a qual me chamou a atenção. No final de 1996, vinculei-me ao Grupo de Estudos sobre o Regime militar, que estava se organizando sob sua orientação, do qual participei até o final de 1997.

Esse período foi decisivo para a elaboração de uma proposta de pesquisa, permitindo a construção de um projeto (apresentado no início de 1998 como trabalho de conclusão do curso de graduação). O projeto foi reelaborado a partir

¹ Atualmente, compõe o quadro de docentes da USP (SP).

das contribuições da disciplina “Cultura Religiosa”, no curso de pós-graduação em História na Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca (vinculada à Unesp), em 1998, e também após longas conversas com o Prof. Dr. Ivan A. Manoel², que se tornou o orientador no Programa de Mestrado.

A idéia de pesquisar o clero da Arquidiocese de São Paulo e iniciar as entrevistas com Dom Paulo Evaristo Arns descortinava uma proposta extremamente desafiadora e de grande relevância. E isso, mais do que nunca, serviu como estímulo e motivação para iniciar os encaminhamentos para a realização da pesquisa e agendar a primeira entrevista, que se efetivou com cardeal Arns, em dezembro 1998, na Igreja do Largo do São Francisco, em São Paulo.

Posteriormente, desenvolveu-se a pesquisa com as entrevistas de Dom Angélico Bernardino Sândalo, Dom Antônio Celso de Queiroz e Dom Benedicto Ulhôa Vieira. Todo o trabalho de investigação e reflexão permitiu a elaboração da dissertação de Mestrado, intitulada *O Regime Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica na Região Metropolitana de São Paulo (1964-1985)*, defendida em 2001.

Foi nesse contexto que, de forma complementar a pesquisa oral, tive contato com a equipe do jornal da Arquidiocese *O São Paulo* e todo o seu arquivo, em especial, com as funcionárias Izilda Ap. Pereira e Maria das Graças de Oliveira Silva (conhecida pelo pseudônimo de “Cássia”) e Pe. Antônio

² Atualmente, diretor do *campus* da Unesp de Franca (SP).

Aparecido Pereira. Realizei, então, uma breve pesquisa documental nas edições que envolviam as temáticas abordadas pelas entrevistas com o clero, como as greves de 1978, 1979 e 1980 no ABC paulista.

O processo de acolhida pelas funcionárias d’*O São Paulo*, Cássia e Izilda, e a disponibilidade de Pe. Antônio Aparecido Pereira foram fundamentais para estimular a percepção da futura pesquisa em seus arquivos. As informações iniciais indicavam que havia apenas um trabalho acadêmico sobre o semanário, elaborado por Pe. Antônio Aparecido Pereira, defendido em 1982 no Centro Internacional dos Estudos de Opinião Pública, em Roma, e cujo título é *A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil de 1968 a 1978*.

Dessa forma, a partir de 2001, foi iniciado o trabalho de elaboração do projeto de pesquisa que norteou a realização das investigações que permitiram a elaboração da tese de Doutorado apresentada a seguir.

Santa Fé do Sul (SP), outubro de 2006.

Fabio Lanza

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	17
I – A IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA EM SÃO PAULO:	
INTRODUÇÃO HISTÓRICA	30
1.1 Aspectos histórico-sociais gerais.....	31
1.2 A Igreja Católica Paulistana no século XX.....	41
II – SOCIEDADE E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: ATUAÇÃO CATÓLICA ..	59
2.1 Sociedade e Comunicação	60
2.2 Igreja Católica e Mídia	65
2.3 A Arquidiocese de São Paulo e os meios de comunicação social.....	77
III – FUNDAMENTOS PARA A PESQUISA: O SÃO PAULO	89
3.1 Abordagem teórica e metodológica.....	90
3.2 O semanário <i>O São Paulo</i> e a pesquisa	105
IV – O SÃO PAULO A SERVIÇO DO APOSTOLADO CATÓLICO E DO ESTADO	
BRASILEIRO	115
4.1 A gênese d’ <i>O São Paulo</i> : catolicismo e <i>status quo</i>	116
4.2 Transição no Catolicismo Paulistano: contradições para o início de uma nova época.....	141
V – DA RUPTURA COM O CONSERVADORISMO CATÓLICO À LUTA PELA	
REDEMOCRATIZAÇÃO	156
5.1 Novo paradigma comunicacional n’ <i>O São Paulo</i>	157
5.2 <i>O São Paulo</i> : conflitos entre os poderes religioso e político.....	166
5.3 Censura e Utopia no discurso da Igreja Católica em São Paulo.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225
FONTES	238
APÊNDICES	252

LISTA DE SIGLAS

ABC – Microrregião paulista formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

Abecom – Associação Brasileira das Escolas de Comunicação Social

AI-5 – Ato Institucional n. 5 (editado em dezembro de 1968 pelo governo militar brasileiro)

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Celam – Conselho Episcopal Latino-Americano

Ceris – Centro de Estudos Religiosos e Sociais, entidade subsidiária da CNBB

Ciec – Centro de Informações Ecclesia

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Deops – Departamento de Ordem Política e Social

ECA/USP – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

IMS – Instituto Metodista de Ensino Superior

LEC - Liga Eleitoral Católica

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

MCS – Meios de Comunicação Social

PJ – Pastoral da Juventude

PT - Partido dos Trabalhadores

PDC - Partido Democrata Cristão

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Sedoc – Serviço de Documentação

Sepac – Serviço à Pastoral da Comunicação

STM – Supremo Tribunal Militar

Umesp – Universidade Metodista de São Paulo

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USA – United States of America

UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação Social

Uclap – Unión Católica Latinoamericana de Prensa

UNCI – União Nacional Católica de Imprensa

INTRODUÇÃO³

Como os 14 fólhos manuscritos da Carta de Pero Vaz de Caminha, estas laudas [...] são de um descobrimento. Elas ensinam São Paulo ao paulistano. Desconhecidos ângulos do quotidiano, flagrantes inéditos de poesia “cittadina”, despercebidos momentos da elite da vida urbana; contrastes ainda ignorados de gritante novidade na grande mescla de muitas gentes e muitas coisas; surpreendentes instantâneos de trabalho e do repouso do pensamento e da ação, da pobreza e do luxo, da angústia e do prazer, do ontem e do hoje, da realidade e do sonho... eis que rebrilha nestas páginas límpidas, como as pepitas na bateia do lavageiros do ouro.

Eis São Paulo!

Guilherme de Almeida

Aspectos Iniciais

Essa pesquisa utilizou uma perspectiva histórica e sociológica, centrada no período 1956-1985, tendo por foco a Igreja Católica em São Paulo, a partir da análise dos meios de comunicação de massa católicos ligados à Arquidiocese de São Paulo⁴, enfatizando o semanário *O São Paulo*.

³ As informações apresentadas nesse subtítulo cumprem uma função introdutória, portanto, os referidos aspectos estão apresentados no desenvolvimento do texto a seguir, formando os Capítulos.

⁴ Sobre a estrutura da Arquidiocese de São Paulo, ver apêndice I.

Por se tratar de um olhar sob o prisma do semanário da Arquidiocese, a partir da análise documental das edições do semanário *O São Paulo* e do estudo de entrevistas orais com sujeitos que compuseram o clero da Arquidiocese de São Paulo, que estavam associados aos meios de comunicação social (MCS) católicos locais, foi possível responder à problemática a seguir, que instigou esse processo de pesquisa:

Quais foram as matrizes ideológicas assumidas pela Arquidiocese de São Paulo expressas nas edições d'*O São Paulo*, do seu primeiro exemplar (publicado em 25 de janeiro em 1956) até o fim da ditadura militar, em 1985?

Qual foi a orientação e atuação dos arcebispos nesse período junto aos MCS da Igreja Católica de São Paulo?

Como os posicionamentos dos arcebispos influenciaram a linha editorial d'*O São Paulo*?

Como era a relação estabelecida entre os MCS da Arquidiocese, especialmente *O São Paulo*, o Estado e a sociedade paulistana?

E, por último, qual a concepção da Igreja Católica paulistana⁵ sobre o papel dos meios de comunicação de massa a partir das publicações do referido semanário?

⁵ Ao se referir à Igreja Católica de São Paulo, é necessário indicar que não é exequível tratá-la na sua totalidade, que pode ser compreendida desde os sujeitos envolvidos em ações pastorais ou sociais nas mais distantes periferias metropolitanas até o alto clero, composto pelos bispos auxiliares e o arcebispo. Com esta ressalva, ao longo do trabalho que se segue, houve a adoção das referidas terminologias: Igreja Católica de São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, Igreja paulistana, entre outras, utilizadas em uma perspectiva ampla associada à sua estrutura hierárquica oficial. Nos capítulos iniciais são apresentados aspectos históricos selecionados a partir da relevância para esta pesquisa e que elucidam melhor as referências à instituição tratada, porém não se procurou abarcar a sua totalidade histórica nos últimos 450 anos em São Paulo.

Dessa forma, a pesquisa procurou, como objetivo geral, analisar as matrizes ideológicas utilizadas pelos arcebispos – Dom Agnelo Rossi e Dom Paulo Evaristo Arns – frente à Fundação Metropolitana Paulista, mantenedora do jornal *O São Paulo*, e sua influência na Igreja Católica e na sociedade, no período da ditadura militar, revisitando o período anterior, de Dom Carmelo V. Motta. Para dar conta dessa proposta de investigação, o trabalho foi norteado pela técnica da história oral e da pesquisa documental.

Perfil d’*O São Paulo*

Frente à necessidade de melhor compreender o universo da pesquisa realizada a partir do órgão oficial da imprensa da Arquidiocese, *O São Paulo*, que comemorou em 2006 o cinquentenário de sua primeira publicação, a indicação abaixo revela informações essenciais:

O SÃO PAULO, semanário oficial da Arquidiocese, celebrará o jubileu de ouro de sua fundação em 2006. No dia 25 de janeiro de 1956, o então arcebispo da cidade, cardeal Motta, lançou a primeira edição de um jornal que nascia “com o nome e sob os auspícios do apóstolo e doutor dos Gentios” [...]. Costuma-se dizer que não basta celebrar datas importantes, é preciso refleti-las para que novos compromissos sejam assumidos. (ALBERTO, 21 set. 2005, p. 12)

Em meados do século XX, no advento do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica da Arquidiocese de São Paulo era dirigida por cardeal D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta. Na época, já se percebia a necessidade de atuar junto aos MCS de uma forma mais efetiva; por isso, ela passou a buscar

uma maior presença junto à população [...]. Foi então que a sensibilidade de alguns religiosos e o apoio do cardeal [...] tornaram

possível a instituição de uma fundação que proporcionasse à missão pastoral da Igreja Paulista o inestimável concurso dos meios de comunicação social (PEREIRA, 1982, p. 145).

Essa “maior presença” junto à sociedade, segundo Montero, indica a

atuação continuada e em permanente mutação da Igreja no campo das idéias [que] apoiou-se de maneira mais ou menos sistemática, e com graus variáveis de eficiência, na divulgação impressa em livros, jornais ou revistas – de seus posicionamentos e interpretações (1992, p. 145).

Dessa forma, cardeal Motta instituiu a Fundação Metropolitana Paulista, que tinha como proposta, segundo os Estatutos da Fundação Metropolitana Paulista, art. 2º,

propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisiva, dentro do espírito democrático e cristão da nacionalidade brasileira, mantendo, para tanto, excluindo qualquer intuito lucrativo, jornais, rádios emissoras, serviço de televisão, agência noticiosa e similares (*apud* PEREIRA, 1982, p. 145).

Assim, em 1954, a Fundação mantinha a *Rádio Nove de Julho* e, em 25 de janeiro de 1956, era editado o primeiro exemplar do semanário católico “destinado a ser o órgão oficioso da Arquidiocese”, com o título *O São Paulo*, que passava a intensificar o papel formador da Igreja junto às lideranças da época (PEREIRA, 1982, p. 145).

O São Paulo é um meio de comunicação católico, que discute em suas edições a realidade vivida pela Igreja Católica e sua relação com o contexto político e social brasileiro. Padre Antônio Aparecido Pereira, que está na equipe de edição desde 1982, afirma:

dentro daquele espírito que animou os idealizadores da Fundação Metropolitana Paulista, que devemos entender a criação do semanário “*O São Paulo*”: *um instrumento de comunicação dedicado a refletir*

os acontecimentos à luz da doutrina da Igreja e das linhas de pastoral da CNBB e, particularmente, da Igreja que está em São Paulo (PEREIRA, 1982, p. 146, grifos nossos).

É possível identificar a relevância de *O São Paulo*, tendo em vista que a edição e a abrangência do semanário não se restringiram à Região Metropolitana, mas atingiram a esfera nacional, estando em consonância com a expansão das editoras e publicações católicas (MONTERO, 1992, pp. 151-3), inclusive durante a gestão do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns houve um grande salto na quantidade de assinantes do referido semanário, chegando em um breve período a 50 mil exemplares (ARNS, 2001).

A história d'*O São Paulo*, segundo o Pe. Antônio Aparecido Pereira (2001), foi marcada por mudanças ao longo de sua trajetória editorial, aspecto relacionado também às diversas conjunturas da política nacional.

Os passos da pesquisa documental

É necessário compreender que o referido processo de coleta de dados e análise foi direcionado por uma perspectiva qualitativa e considerando o fato de que a pesquisa documental nas edições d'*O São Paulo* refere-se ao período de 1956 a 1985. Desta forma, para viabilizar este trabalho de investigação, privilegiou-se a análise das matérias da primeira página e dos editoriais.

Essa delimitação do universo de pesquisa documental permitiu não reincidir nas dificuldades indicadas por Anamaria Fadul em sua tese de Livre-

Docência, apresentada à ECA/USP, intitulada *Os Meios de Comunicação de Massa: um desafio para a Igreja* (“O São Paulo” – 1979-1985):

Do ponto de vista qualitativo, buscou-se apreender as chaves e os conceitos fundamentais na articulação do discurso sobre os meios, isto é, apreender quem são os interlocutores, os atores e os objetivos visados pelo jornal.

Nesse sentido, não se dispensou nenhuma pista do jornal. Tanto as cartas de leitores como as respostas de redação, os anúncios sobre festas, livros, os editoriais, as reportagens, as transcrições de matérias de outros jornais.

Essa opção apresentou muitas dificuldades, pois ampliou consideravelmente o universo da pesquisa e por outro lado introduziu muitos temas e variáveis que, em princípio não deveriam entrar nesse trabalho. (FADUL, 1986, p. 28, grifos nossos)

Outro aspecto indicado por Fadul no que se refere ao processo de investigação a partir das edições d’*O São Paulo*, em consonância com a pesquisa apresentada nos próximos capítulos, é que não se trata de

realizar uma pesquisa de imprensa no sentido tradicional, também não houve uma preocupação com as teorias do discurso na análise das mensagens [...] [porque se valeu das contribuições das pesquisas] na área das ciências sociais, especialmente de história e ciência política, que não se utilizam de uma metodologia quantitativa, mas sim de uma análise das mensagens ideológicas dos jornais analisados (FADUL, 1986, pp. 22-3).

Nesse sentido, para a constituição do *corpus* analítico, a pesquisa documental nas edições do semanário procurou selecionar matérias encontradas nas primeiras páginas e nos editoriais que contribuíssem, a partir da análise com enfoque qualitativo, para a elucidação da problemática e alcance do objetivo geral. Esse processo de análise qualitativa, composto por leituras e releituras, em conformidade com os problemas e objetivos da pesquisa, permitiu evitar a efetivação de leituras impressionistas das fontes documentais.

Ainda no sentido de tornar exequível a pesquisa documental nas edições d'*O São Paulo* de 1956 a 1985, foi elaborada uma periodização, a partir de uma investigação preliminar, que colaborou no sentido direcionar os estudos e análises. Neste sentido, o primeiro período, de 1956 a 1966, envolve a fase final do arcebispado⁶ de cardeal Motta, quando ocorreu a fundação d'*O São Paulo*, e parte do arcebispado⁷ de cardeal Agnelo Rossi. O segundo período, de 1966 a 1970, representou uma fase de transição entre a predominância conservadora e uma perspectiva progressista na gestão arcebispal da Arquidiocese de São Paulo, bem como envolveu as discussões oriundas do Concílio Vaticano II, o início das torturas e mortes dos opositores da ditadura militar, entre outras dimensões, coincidindo com a chegada do então bispo auxiliar Dom Paulo Evaristo Arns. O terceiro período, de 1970 a 1985, compreende o momento marcado pela ruptura ao apoio dado anteriormente aos governantes militares. Esta etapa esteve em consonância com a nomeação de Dom Arns à condição de arcebispo e cardeal. Este período se encerra com o fim da censura prévia ao semanário, tendo em vista o processo de abertura política e redemocratização.

Após a seleção das matérias e dos editoriais que compuseram o *corpus* de análise, a interpretação do material coletado contou com a adoção das

⁶ De 1944 a 1964.

⁷ De 1964 a 1970.

contribuições da análise de conteúdo⁸ em sua tendência contemporânea, vinculada à perspectiva qualitativa, tendo em vista que

atualmente, embora seja considerada uma técnica híbrida por fazer a ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de matérias [...], a análise de conteúdo oscila entre esses dois pólos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador (FONSECA JR., 2005, p. 285).

A adoção das contribuições da análise de conteúdo para o desenvolvimento dessa pesquisa está em consonância com a indicação teórica, a seguir, adotada por Chiaradia Pereira, ao afirmar que

nos primórdios a análise de conteúdo tinha um enfoque quantitativo “que lhe atribuía um alcance meramente descritivo. A análise das mensagens então se efetuava por meio do simples cálculo de frequências” [...]. Mas a necessidade de interpretação dos dados encontrados fez com que a análise qualitativa também tivesse lugar dentro da técnica. A autora continua o raciocínio dizendo que a análise de conteúdo qualitativa ocorre quando o pesquisador busca identificar informações incutidas nas mensagens estudadas. “O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira” (GODOY *apud* CHIARADIA PEREIRA, 2005, p. 13).

A partir dos aspectos indicados sobre o processo de pesquisa e interpretação dos dados no interior da problemática e do objetivo já indicados, é necessário compreender que

o material escrito necessita ser cuidadosamente analisado: frases, palavras, adjetivos, concatenação de idéias, sentido geral do texto. Bakhtin nos lembra algumas regras metodológicas fundamentais: (1) não separar a ideologia da realidade material do signo; (2) não dissociar o signo das formas concretas de comunicação (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social

⁸ Cf. Fonseca Jr., “a Análise de Conteúdo (AC), em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. Esse conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, vem sendo utilizado, pelo menos, desde o século XVIII” (2005, p. 280).

organizado); (3) não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura).

Realizando-se no processo de relação social, todo signo ideológico, portanto, também é um signo lingüístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado. Embora as classes sociais diferentes sirvam-se de uma só e mesma língua, a palavra também se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. A análise dos signos (substantivos, verbos, adjetivos etc.) seja no seu sentido de tema ou forma, deve ser orientada pela certeza das contradições que aí se ocultam (BAKHTIN *apud* MINAYO, 2000, p. 234).

Com as contribuições da análise de conteúdo, associadas às indicações de Bakhtin transcritas acima, obteve-se uma rica possibilidade de interpretação dos dados e elaboração escrita a partir das edições d' *O São Paulo*.

Os passos da pesquisa oral

Como a história oral trabalha com critérios qualitativos, a pesquisa dispensou a utilização de técnicas estatísticas de amostragem para determinar quais e quantos serão os depoentes que permitirão a constituição do *corpus* de análise.

Os depoentes foram selecionados tendo em vista o fato de terem composto ou ainda compor o clero, secular ou regular, e terem estabelecido vínculos diretos ou indiretos com os MCS da Arquidiocese de São Paulo no período já indicado.

As entrevistas⁹ realizadas com o arcebispo emérito cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, com Pe. Antônio Aparecido Pereira, com Frei Carlos Josaphat,

⁹ Os dados biográficos dos depoentes indicados serão apresentados nos capítulos seguintes. No final do trabalho, consta uma lista de fontes orais.

Prof. Dr. Fernando Altemeyer¹⁰, Dom Angélico Bernardino Sândalo, Dom Antônio Celso de Queiroz e Dom Benedicto Ulhôa Vieira¹¹ apresentaram-se como uma importante contribuição no desenvolvimento do processo de pesquisa e análises.

Como a história oral trabalha com critérios qualitativos, a pesquisa dispensou a utilização de técnicas estatísticas de amostragem para determinar quais e quantos serão os depoentes que permitiram a constituição do *corpus* de análise.

O processo de pesquisa oral – por meio das entrevistas com um roteiro semi-estruturado, a partir do registro em fita cassete do discurso-memória – permitiu valorizar participantes históricos não privilegiados até então pela historiografia. Ainda cabe ressaltar que os depoentes foram elevados à condição de sujeitos históricos que saíram do anonimato e que, a partir de suas vidas e suas experiências relacionadas à história d’*O São Paulo* ou com a mídia católica na Arquidiocese, contribuíram para esta investigação sociológica¹².

Matriz ideológica: marcos analíticos

As análises das fontes documentais (extraídas das edições d’*O São Paulo*) e orais (a partir dos depoentes entrevistados) partiram do princípio de que a

¹⁰ Atuou como sacerdote na Arquidiocese de São Paulo, atualmente é professor da PUC SP na condição de leigo.

¹¹ Os três últimos depoentes, assim como a primeira entrevista realizada com cardeal Arns, compuseram o processo de pesquisa realizado para a dissertação de Mestrado já indicada na Apresentação.

¹² Inúmeras discussões teóricas têm contribuído nas formulações a respeito da pesquisa oral e das suas relações com a memória, em especial das pessoas idosas. Para um maior aprofundamento, ver: Bosí, Ecléa *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* 7. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

Igreja Católica pode ser vista como um sujeito coletivo¹³ que possui um discurso frente às correlações de forças que envolvem o Estado e a sociedade paulistana.

Essas análises partiram do referencial teórico elaborado por Sader (1988):

quando nos referimos a um discurso estamos pensando no uso ordenado da linguagem, numa fala ou num texto em que um sujeito se dirige a um público (ou, no limite, a uma segunda pessoa). Os diversos discursos que lemos ou escutamos numa sociedade num dado período – falas do Lula, sermões de Dom Paulo, discursos presidenciais – podem ser remetidos a matrizes discursivas que compõem, nessa sociedade e nesse tempo, um modo – e suas variações – de nomear seus problemas, objetivos, valores. Embora se expressem, através dos discursos, os antagonismos e mecanismos de poder que constituem as lutas sociais, não iremos encontrar sistemas compartimentados que separem de modo absoluto modelos discursivos de uns e outros (SADER, 1988, p. 59).

De acordo com a perspectiva conceitual elaborada por Sader em seu trabalho sobre os movimentos sociais dos trabalhadores da Região Metropolitana de São Paulo entre 1970 e 1980, foi adotado o conceito de sujeito coletivo porque:

um primeiro motivo para o uso dessa noção consiste no fato de que os agentes dos movimentos sociais aqui tratados expressam uma insistente preocupação na elaboração das identidades coletivas, como forma de exercício de sua autonomias. Neste momento, portanto, o termo aparece mais como objeto de análise do que como instrumento conceitual. Assim, na famosa assembléia do Movimento do Custo de Vida, realizada a 20 de junho de 1976, Dom Mauro Morelli, bispo da região Sul, proclamava que “nós devemos ser sujeitos da nossa própria história” (SADER, 1988, pp. 50-1).

Ao pensar a Igreja Católica de São Paulo como um sujeito coletivo, a partir desse referencial, existe um “traço comum que é o fato de a noção de ‘sujeito’ vir associada a um *projeto*, a partir de uma realidade cujos contornos

¹³ Para Vilhena e Passos, “A Igreja, todavia, como sujeito coletivo inserido na história, aglutina e abriga sujeitos históricos que, situados no tempo, no espaço e na estrutura social, são portadores de mentalidades, interesses próprios e fidelidades as mais variadas possíveis” (2005, p. 557).

não estão plenamente dados e em cujo devir o próprio analista projeta suas perspectivas e faz suas apostas” (SADER, 1988, p. 53).

Partindo desse recorte teórico em que a Igreja Católica se constitui enquanto sujeito coletivo e expressa seu projeto frente ao contexto sociohistórico relacionado com a análise das edições d’*O São Paulo*, é necessário entender que a pesquisa buscou identificar as matrizes ideológicas expressadas nas referidas publicações semanais. O conceito de matriz ideológica é entendido como a base do “discurso que revela a ação [e] revela também o sujeito”. Por isso, a matriz ideológica permite “a atribuição de sentido às coisas”, ela é expressa no discurso (oral e escrito) (SADER, 1988, p. 57).

Dessa forma, foi possível identificar, a partir das entrevistas orais, matérias e editoriais d’*O São Paulo*, as matrizes ideológicas expressas, “tendo em vista que a linguagem não é um mero instrumento neutro que serve para comunicar alguma coisa que já existisse independente dela” (SADER, 1988, p. 57).

A adoção do termo matriz ideológica também está em consonância com a definição conceitual de Bruneau (1974), ao propor a distinção dos termos “teologia” e “ideologia”. Dessa forma,

teologia parece indicar um conjunto de princípios gerais, abstratos, do outro mundo, que permanecem eternos apenas nas aplicações mais amplas. Ideologia, por outro lado, implica mais coerência interna, racionalidade de intenção, sistemática aplicação particular, que comanda ações definidas. Pode-se dizer, é claro, que o modelo de cristandade, ou o de neocristandade, incluía uma ideologia, [... há] a orientação da ideologia para a ação, intencional e planejada, na Igreja pós-1950. Melhor ainda, era uma formulação particular de elementos

tirados de uma teologia católica mais vasta, com relação a, ou com particular relevância para o Brasil, num momento histórico especial. A ideologia formulada num processo de questionamento: questionamento do papel da Igreja no passado, da natureza da mudança na sociedade brasileira e do papel próprio da Igreja (BRUNEAU, 1974, p. 147).

Com as contribuições acima, associadas às indicações de Sader (1988), há um reforço do conceito de matriz ideológica expressa nos discursos, ao afirmar não ser possível que

todos os discursos sejam iguais nem mesmo que derivem de uma mesma matriz discursiva. Mas, tendo de *interpelar* um dado público, todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartilhado - pelo que fala e por seus ouvintes. Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade (SADER, 1988, pp. 59-60).

Nesse sentido, foi possível identificar que a matriz ideológica adotada nos discursos da Igreja Católica de São Paulo, expressa nas edições d'*O São Paulo*, sofreu drásticas transformações no final da década de 1960 e início da seguinte.

I – A IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA EM SÃO PAULO: INTRODUÇÃO HISTÓRICA

O desencantamento do mundo

De modo explícito e implícito, as maiores contribuições das ciências sociais compreendem temas e explicações que circunscrevem, reduzem ou mesmo anulam os espaços das crenças religiosas. Os escritos de Maquiavel, Locke, Rousseau, Ricardo, Comte, Spencer, Marx, Durkheim, Weber, Gramsci, Lévi-Strauss e outros expressam muito desse vasto processo de desencantamento do mundo. E quando o problema religioso é examinado diretamente pelo cientista social, o sagrado acaba sendo dessacralizado. Se o antropólogo analisa um mito, ainda que para assinalar o seu mistério, mesmo nesse caso o sagrado perde um pouco, ou muito, da sua magia. À medida que caminha a pesquisa sobre a sociedade, cultura, natureza, história, a Terra deixa de ser o centro do mundo e aparece jogada no vasto espaço comandado pelo Sol. Descobre-se que a luz solar gera a vida da Terra. Com a ciência, o homem perde o lugar que lhe havia sido conferido por Deus; deixa de ser a criatura do criador e passa a ser um elo, um momento, na cadeia da transformação da natureza. Aos poucos, em lugar de ocupar o centro da vida social, da cultura, passa a servir à máquina, mercadoria, lucro. Deus e o Diabo se tornam prosaicos, cotidianos, diferentes, irreconhecíveis, outros de si mesmos, substituídos ou personificados pelo dinheiro, consumo, ostentação, cobiça, violência. Tudo se seculariza na trama das relações, processos e estruturas que constituem a vida social e cultural, os trabalhos e os dias de uns e outros – todos.

Desde que emergem as ciências sociais, no âmbito da revolução burguesa que atravessa feudos, províncias, nações e continentes, o mundo começa a ser desencantado. Ampliam-se os espaços da ciência, razão, idéia. Em larga medida, o desencantamento implica a profanação do mundo que havia sido inventado por Deus. Para uns, soltou-se o Diabo. Para outros, revelou-se o Diabo no corpo do homem. Muitos haverá que reconhecerão que a guerra entre Deus e o Diabo precisa continuar, desenvolver-se, para que o homem possa descobrir-se, encontrar-se, alcançar a iluminação da transparência.

(IANNI, 1986, p. 21)

1.1 Aspectos histórico-sociais gerais

A história da Igreja em São Paulo é a história de um sujeito que participou da construção da casa de meninos, da vila de Piratininga, da cidade e da metrópole com outros sujeitos. Não faltaram lutas e contradições entre esses sujeitos [...] a história da cidade não seria a mesma sem a atuação da Igreja. Sua marca está cravada no território mais antigo da cidade e estampada na paisagem arquitetônica...

(VILHENA; PASSOS, 2005, p. 556)

Ainda que de forma breve e limitada, é conveniente apresentar alguns aspectos da história da Igreja Católica, na América Latina e no Brasil, trazendo subsídios para a compreensão da Igreja paulistana, porque uma análise mais aprofundada de todo esse processo escapa aos objetivos da presente tese. Ela se inicia com o processo de ocupação, em que, como bem salientou o poeta chileno Pablo Neruda, “a cruz, a espada e a fome iam dizimando a família selvagem”.

É apresentado a seguir o resultado de uma pesquisa bibliográfica que traz recortes selecionados considerando-se os aspectos relevantes sobre temática da atuação sociopolítica da Igreja Católica em São Paulo¹⁴, com ênfase na busca de

¹⁴ Sobre a presença católica na formação e na história da cidade de São Paulo ver: SOUZA, Ney de (Org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo 1554-2004*. São Paulo, Paulinas, 2004 e o livro organizado por VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005 que traz contribuições de vários autores como: AUGUSTO, Maciel

uma melhor compreensão do contexto em que a Arquidiocese de São Paulo e o seu semanário estavam inseridos na década de 1950. Por isso, o ponto de partida referenciado é o final do século XIX em que se observou a reação Ultramontana.

A Igreja Católica,

refeita dos abalos sucessivos por que passou desde os fins da Idade Média e conseguindo sobreviver às perseguições religiosas e anticlericais do ciclo revolucionário, inaugurado com a Revolução Francesa, o grande projeto da Cúria Romana foi reconquistar um lugar ou o lugar central da humanidade (MANOEL, 1999, p. 207).

De acordo com Pe. Djalma R. de Andrade, o pensamento ultramontano da Igreja não era o de

instaurar a ordem e, sim, de restaurá-la, pois esses autores afirmavam que já houve um momento da história no qual se deram as condições ideais de realização do homem em sua dignidade, momento que não foi perpetuado, devendo por isso ser resgatado. Resultam dessa concepção a tendência a uma volta a esse momento passado e uma visão estática, não-histórica da ordem. Há um conteúdo romântico no tradicionalismo ligado a um desconhecimento do caráter dinâmico da história. A ideologia da ordem, pleiteando perpetuar o momento privilegiado que ofereceu as condições propícias à realização plena do homem e da sociedade (geralmente a Idade Média) não vê, no mundo atual, esse momento, nem essas condições e, conseqüentemente, assume uma postura saudosista e reacionária (ANDRADE, 1994, pp. 24-5).

Tendo em vista diversos estudos elaborados por Augustin Wernet¹⁵ e outros pensadores¹⁶ sobre as reformas implantadas no século XIX na Igreja em

Adailton. "O Laicato Paulistano", SUESS, Paulo. "A catequese nos primórdios da cidade de São Paulo: Piratininga revisitada por ocasião dos 450 anos de sua fundação", KEHL, Luís Augusto Bicalho. "Aspectos da fundação de São Paulo", WERNET, Augustin. "A Igreja paulistana no século XIX", AZZI, Riolando. "Entre o trono e o altar: a Igreja Católica em São Paulo como poder espiritual", WANDERLEY, Luiz Eduardo. "A Igreja Católica em São Paulo (1900-1964): associações operárias católicas, Ação Católica e Partido Democrata-Cristão".

¹⁵ Tais como: *A Igreja Paulista no século XIX: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo, Ática, 1987; *A Reforma do Clero Paulista. Anais da Terceira Reunião Anual da SBPH*. São Paulo, 1984; *Os Bispos de São Paulo durante o Segundo Reinado e a Romanização da Igreja Paulista. Relações Humanas*. São Bernardo, FEL, 1983.

¹⁶ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Presença da Igreja no Brasil*. São Paulo, Giro, 1977; MOURA, Dom Odilão. *Idéias Católicas no Brasil: direções do pensamento católico no Brasil do século XX*. São Paulo, Convívio, 1978; GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Os Precursores do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, 1873-1894*. Tese (Doutorado) apresentada à USP, São Paulo, 1992.

São Paulo, com Dom Antônio Joaquim de Melo (1851-61), é possível indicar que

para formar um clero ilustrado, ortodoxo e moralizado, o bispo fundou o Seminário Episcopal de São Paulo (1857), o primeiro seminário paulistano alinhado com as normas do Concílio Tridentino para a direção do seminário, onde se misturavam os cursos de Filosofia e Teologia, e também para um seminário menor (com internato e externato). Dom Antônio Joaquim buscou, após entendimento com a Santa Sé, padres capuchinhos da província de Sabóia. Os livros que passaram a ser utilizados eram de tendência conservadora, os mesmo lidos nos países católicos da Europa. Com o intuito de moralizar o clero, e revitalizar a fé da população, o bispo realizou um plano de visitas pastorais. Na orientação religiosa do povo, promoveu-se afastamento do catolicismo luso-brasileiro tradicional, de caráter familiar, social e leigo, afirmando um catolicismo fiel ao papa, de tendência conservadora e com forte conotação moralizadora. O catolicismo reformado caracterizou-se, também, pela defesa das doutrinas tridentinas, insistindo na vivência de uma fé interiorizada, pessoal e individual, e de extrema obediência às orientações do clero (WERNET, 2005, p. 132).

As reformas que foram implementadas no processo formador e disciplinador do clero secular e as novas congregações trazidas da França, Itália, Alemanha (masculinas e femininas) colaboraram na efetivação do novo perfil católico-romanizado em São Paulo, que também se estendeu às organizações católicas leigas e populares (confrarias, irmandades, associações etc.).

A presença e atuação de milhares de religiosas vindas de além-mar (AZZI e REZENDE, 1983), na segunda metade do século XIX em diante, deu um prestígio sem precedentes aos bispos e à Igreja católica. As “irmãs de caridade” foram um dos fatores de maior peso na evolução da vida religiosa brasileira no final do Segundo Império. Elas passaram a ocupar postos dirigentes no campo da saúde, da educação e assistência social. Tornando a presença da Igreja mais visível na sociedade e diante dos governos. (VALLE, 2005, p. 218)

Nessa época instalou-se um divisor de águas entre o catolicismo iluminista-pombalino, vinculado ao Padroado Régio e à Universidade de Coimbra (centro de formação dos Bispos), e o catolicismo reformado e

ultramontano, vinculado ao Vaticano e às suas orientações político-administrativas, doutrinárias e dogmático-tridentinas¹⁷. Houve um contexto de disputa de poderes, entre o campo religioso e o Estado, e de reestruturação da Igreja Católica no Brasil, o que permitiu o desenvolvimento da chamada Questão Religiosa¹⁸ em 1872. Para essa instituição o referido momento foi de profundas transformações,

o catolicismo luso-brasileiro, de certo modo ajustado à sociedade colonial e também à cultura do clero católico, não estava mais em sintonia com as necessidades de uma sociedade em processo de modernização e europeização, tampouco o catolicismo predominante na Europa a partir da Restauração (1815), quando os papas passaram a ampliar sua esfera de poder espiritual e religioso sobre as Igrejas locais, num processo de romanização da Igreja Católica (WERNET, 2005, p. 131).

Esses aspectos ultramontanos-romanizadores potencializaram a crise entre os poderes político¹⁹ e religioso frente a Igreja Católica e a elite Imperial, associada à maçonaria, que estava vinculada à chamada Questão Religiosa e a Proclamação da República, como já fora tratado anteriormente. Dessa forma, “a vitalidade da Igreja institucional no Brasil e, particularmente na cidade de São Paulo, no período de afirmação do catolicismo reformado, era inegável”

¹⁷ As orientações do Concílio de Trento representaram “um ponto de mutação na vida da Igreja. Sua vigência na Igreja foi muito além de sua duração propriamente dita. Durante ao menos três séculos e meio ele determinou em larga escala a evolução da Igreja Católica e do próprio cristianismo. Se os dezoito anos do concílio foram penosos, ainda mais turbulentos foram os trezentos e cinquenta anos de sua implantação no mundo católico. A política eclesiástica adotada em Portugal ao longo desses vários séculos postergou e dificultou a aplicação do concílio em suas colônias de além-mar, sempre em função dos interesses da Metrópole” (VALLE, 2005, p. 198).

¹⁸ Foi um embate entre a Igreja e D. Pedro II, representado parte da maçonaria, que determinou a prisão de Dom Vidal, bispo de Olinda e de Dom Macedo Costa, bispo de Belém, que representavam o ultramontanismo ou a romanização, que tentava a retomada pela Igreja das rédeas da instituição e por acatarem a Bula Papal que determinava o fechamento das ordens religiosas que possuíssem membros da Maçonaria. Para uma leitura mais aprofundada quanto a Questão Religiosa é sugerido: VILLAÇA (1974).

¹⁹ “Após a independência, em 1822, e o retorno de Dom Pedro I a Portugal, o clero paulista teve na pessoa de padre Feijó uma das figuras de maior prestígio no País. [...] A afirmação da independência do Brasil reacendeu problemas que vararam todo o Segundo Império. O clero brasileiro estava dividido em duas correntes principais, uma liberal e maçônica, outra conservadora e ultramontana” (VALLE, 2005, p. 216).

(WERNET, 2005, p. 140). A Igreja no final do século XIX e início do século XX passou a se envolver cada vez menos com a “reivindicação de direitos sociais ou em questões políticas. Dom Sebastião Leme, numa carta pastoral de 1916, [afirmara ...] *Somos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte*” (WERNET, 2005, p. 140).

Até o advento da Proclamação da República a Igreja estava submetida ao regime do Padroado Régio. No final do século XIX, observou-se a separação oficial da Igreja do Estado, surgindo novas relações em outro contexto histórico, que, por último, estava associado a esse processo histórico²⁰.

Nas últimas décadas do século XIX e na fase inicial do século XX, surgiram dentro da Igreja em âmbito mundial alguns setores que passaram a ter um novo posicionamento frente ao mundo moderno, urbano e industrial, como por exemplo, “a tentativa do padre Daens de criar em Flandres, em 1893, um Partido Popular Cristão, de tendência abertamente democrática” (AUBERT, 1975, p. 150).

Essa realidade, a partir do início do século XX, levou a Igreja Católica, no Brasil, a envolver-se em discussões sociais, econômicas e políticas, tendo em consideração as massas populacionais dos centros urbanos. Naquele momento, começou a se tornar público um conflito entre a visão católica conservadora e a

²⁰ Sobre os meandros da Proclamação da República e sua relação com a Igreja Católica, há um artigo que trata esse tema de forma incisiva de MANOEL, Ivan A. D. “Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira”. In: *Pós-História – Revista de Pós Graduação em História* v. 5. Assis, Unesp, 1997.

crença no papel transformador da Igreja²¹ e dos valores religiosos, como a ação do padre Daens, que “fracassou após alguns anos, em virtude das intrigas dos conservadores reunidos em torno de Ch. Woeste [presidente do Partido Católico] e da preocupação dos bispos, ciosos da manutenção da unidade do partido católico” (AUBERT, 1975, p. 150).

No Brasil, esse mesmo processo pode ser observado. A partir de 1952, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instaurava-se uma tendência de aproximação de parte do clero católico às classes despossuídas, e já se observava o início de uma divisão dos bispos entre progressistas e conservadores.

A partir da década de 1960, passando a atender um “apelo de João XXIII, a CNBB publicou o Plano de Emergência, que preparou os espíritos para receber a mensagem dos documentos do Vaticano II” (GUIMARÃES, 1978, p. 20).

As transformações políticas ocorridas no Brasil na década de 1960, principalmente após a instalação dos militares no poder executivo a partir de 1964, coincidem com as “mudanças que a Igreja Católica passa a experimentar a partir do Concílio Vaticano II – 1962-65” (BRASIL, 1985, p. 147), das Conferências Episcopais em Medellín (1968) e em Puebla (1979).

Para Ana Lúcia Valente, o Concílio Vaticano II, “convocado pelo papa João XXIII, pode ser considerado como autocrítica universal da Igreja Católica”

²¹ Mainwaring destaca que “a mudança, na verdade, deve ser analisada a partir do confronto e do conflito de diferentes concepções existentes no interior da Igreja, e da percepção de como as transformações que ocorrem na sociedade, interferem na Igreja ou solicitam uma tomada de posição” (MAINWARING *apud* MARTINS, 1994, p. 41).

(VALENTE, 1994, p. 72), da qual resulta “a renovação da Igreja nos moldes da sociedade emergente” (VALENTE, 1994, p. 72). A Igreja experimentava uma nova orientação político-social; evidenciou, a partir daí, final da década de 1960 e início de 1970, que essa instituição religiosa procurou promover mudanças em suas diretrizes, buscando uma aproximação maior com as classes menos privilegiadas, de maneira diferente da que ocorrera até então.

O olhar novo que a Igreja lançou sobre essa realidade, na qual “crescimento e pobreza” constituem um inseparável binômio (CAMARGO, 1976), buscou-se fundamentar e se expressar prática e coerentemente em três direções: na da própria Igreja-instituição, em suas estruturas, estratégias e ação concretas e, também, em sua teologia; em direção a uma crítica social ampla, alicerçada na opção preferencial pelos pobres, tornada real na “Igreja que nasce do povo”; na linha de relacionamento autônomo com o Estado e seus representantes governamentais. São ópticas que se complementam, refletindo a dialética social do mundo brasileiro, no qual a Igreja de São Paulo buscava um novo protagonismo (GOUVÊA, 1997, p. 13).

A Conferência Episcopal, realizada em Medellín (1968), trouxe algumas novas considerações que foram colocadas em pauta, para serem encaminhadas na América Latina; tratava-se de libertar a ação pastoral de seu caráter conservador, oficializar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²² e valorizar as religiosas no atendimento paroquial. A Igreja Católica Latino-Americana, a partir de Medellín, passou a analisar, com espírito crítico, o seu modo de evangelizar e sua forma de inserção na sociedade. A ação pastoral empenhou-se contra a estrutura injusta e desigual da sociedade latino-americana.

Esses ventos que sopravam de Medellín, essa situação de mudanças caracterizava um momento sociopolítico presente em todo o

²² “As CEBs não são mera continuidade do modelo até então característico da Igreja brasileira. Elas são vistas como ruptura em relação ao que existia no Brasil (clericalismo, elitismo, protecionismo), por seu caráter singularmente popular” (JOANONI NETO, 1996, p.35).

Continente, embora de modo não homogêneo. Assim o denunciam, com todas as letras, [...] frutos das propostas e revisões que, nos anos impetuosos do pós-Concílio, levaram a Igreja latino-americana a reconsiderar decididamente sua vinculação com os segmentos empobrecidos da população (GOUVÊA, 1997, p. 29).

Incentivadas pela CNBB²³, a partir de vários documentos²⁴, surgiram e cresciam as Comunidades Eclesiais de Base. Entre as diretrizes traçadas pelo Plano Pastoral de Conjunto (1966), destaca-se que as CEBs são encaradas como:

... a urgência de descentralização da paróquia, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de modo de suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidades de base (como as capelas rurais) onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que buscam apenas o funcionamento de um serviço ou o cumprimento de uma obrigação, mas fiéis que se sintam acolhidos e responsáveis, que sejam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos seus irmãos (GUIMARÃES, 1978, p. 21).

E, segundo o Relatório Estudos da CNBB nº 23, publicado em 1979, as CEBs, que foram incentivados por todo Brasil e principalmente na Arquidiocese de São Paulo, são consideradas:

um grande movimento de evangelização a partir da perspectiva dos pobres, os preferidos do Reino, não para deixá-los em sua situação de pobreza, mas para convocá-los a se unirem na busca da própria libertação (CNBB – 23, 1979, p. 18).

Ainda, as CEBs fomentaram nos bairros populares da cidade de São Paulo as “pequenas iniciativas reivindicatórias que continuavam na discussão do dia-a-dia por meio da solidariedade imediata” (GOUVÊA, 1997, p. 44), contribuindo

²³ Que após “os anos do Concílio [...] aprofundaram, pela prolongada convivência, a consciência colegial do episcopado e a CNBB, secundada por seus assessores, torna-se responsável pelo esforço pós-conciliar de renovação da Igreja e de implementação de uma pastoral comum através [...] de ação do Plano de Pastoral de Conjunto. A partir dos anos 70, o caráter anual das assembléias da CNBB, o maior dinamismo da presidência e da secretaria geral, fazem da CNBB e de suas orientações um fator fundamental na vida da Igreja e da sociedade no Brasil”. BEOZZO, Pe. José Oscar. História da Igreja no Brasil. In: *O que é Igreja*. ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 137 (Coleção Primeiros Passos).

²⁴ Como o Plano de Emergência (1962), o Plano de Pastoral de Conjunto (1966) e os Planos Pastorais Bienais de 1971-1972 e 1973-1974 (GUIMARÃES, 1978, pp. 20-1).

para que as pessoas pudessem alcançar a “compreensão do sistema capitalista como causa das desigualdades” (SINGER, 1978, p. 85).

No seguimento das transformações ocorridas na década de 1960, também se constituía e se tornava oficial um movimento composto por setores significativos da Igreja Católica: clero (bispos, padres e congregações religiosas), movimentos religiosos laicos (Ação Católica Geral, Juventude Universitária Católica, Juventude Operária Católica), pastorais populares e Comunidades de Base. Todos esses setores passaram a formular e praticar, nessa época, a Teologia da Libertação, que tinha entre seus objetivos o “compromisso de abolir a atual situação de injustiça e construir uma sociedade nova [...], pela participação ativa e eficaz da luta empreendida contra seus opressores pelas classes exploradas” (GUTIÉRREZ, 1985, p. 250). Portanto é necessário entender que a Teologia da Libertação

nasceu da feliz confluência entre um contexto específico e uma rica geração de teólogos e não é mera continuação ou evolução das teologias marcadas pelas teorias revolucionárias (estas, sim, influência direta do modelo europeu). [...] A Teologia da Libertação no Brasil veio respaldar toda uma atuação que estava em pleno desenvolvimento e se mostrava uma experiência muito rica; o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs. (JOANONI NETO, 1996, pp. 34-5).

Em Puebla (1979), na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, os Bispos analisaram uma situação de injustiça institucionalizada com aspectos condenáveis e antievangélicos. “Puebla e Medellín trazem novos enfoques, através de suas grandes opções preferenciais: as opções pelos pobres e pelos jovens” (BIGO, 1986, p. 436), tomando como proposta o “desafio pastoral

e a evangelização dos pobres a partir de sua própria realidade cultural” (VALENTE, 1994, p. 84), e, a partir desses aspectos, define o compromisso da Igreja latino-americana junto à esfera política:

primeiro, a política em seu sentido mais amplo, que visa ao bem comum. [...] Neste sentido amplo, a política interessa à Igreja e, portanto, a seus Pastores, ministros da unidade (n. 521). Segundo, a realização concreta dessa tarefa política fundamental se faz normalmente através de grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político, para resolver as questões econômicas, políticas e sociais, segundo seus próprios critérios e ideologias. Nesse sentido, pode se falar de política de partido. A política partidária é campo próprio dos leigos (n. 524)²⁵.

Todas essas mudanças que ocorreram dentro da Igreja Católica Latino Americana e em São Paulo, não foram bem aceitas pelos setores conservadores nacionais,

na perspectiva da interior da Igreja, duas correntes históricas se destacam: os “integristas” e os “progressistas” que, apesar de caminharem em pólos no plano das opções e dos interesses, formalmente chegam a se coincidir ao aceitarem ou implicitamente, um “mundo cristão”. Nesse sentido, a Igreja institucional atacou, inicialmente, todos os movimentos inovadores – liberalismo, modernismo, racionalismo, socialismo – para, num segundo momento, assimilar componentes básicos de suas teorias e mesmo práticas. Hoje, setores dentro dela, de alguma significação, tentam a integração temporal-espiritual explicitando sua fé no comprometimento com a *práxis* histórica da humanidade (WANDERLEY, 1978, p. 94-5).

Dentro da abordagem interna conservadora-“integrista”, o Vaticano²⁶ também “não interessava a contestação aos regimes militares na América Latina” (JOANONI NETO, 1996, p. 37). Exemplo claro é o incentivo a

²⁵ COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE S. PAULO, apresentação de Paulo Evaristo, cardeal Arns, p. 1981.

²⁶ No sentido de ratificar essas informações a respeito da relação entre o Vaticano e o Estado Brasileiro, é possível afirmar que “mantinham relações normais. O Vaticano sem dúvida não estava ansioso para denunciar um governo por prática de tortura. [...] Paulo VI e o Vaticano temperavam suas críticas ao regime brasileiro com palavras de elogio e discrição, e distanciando-se de esquerda revolucionária. [...] Em sua condenação à tortura, o papa não fazia nenhuma referência pública direta ao Brasil” (SERBIN, 2001, p. 169).

movimentos de cunho espiritual e tradicionalista, a partir dos anos 1970 e as perseguições a teólogos da Libertação, a partir dos anos 1980, como ao ex-clérigo Leonardo Boff. “A preocupação de Roma com a radicalização da Igreja popular não só no Brasil, mas em toda a América Latina não era nova...” (JOANONI NETO, 1996, p. 39).

1.2 A Igreja Católica Paulistana no século XX

Buscando determinar²⁷ o referencial teórico que indica a perspectiva de análise que pauta esta pesquisa e o contexto histórico do século XX, é necessário entender que a Arquidiocese de São Paulo pode ser definida como uma instituição social, com pessoas, meios e fins. Ela assume o formato de Igreja institucional, objetivando a realização de sua vocação espiritual, ao constituir-se com Igreja de Cristo.

Nesse sentido, a Arquidiocese de São Paulo, vinculada dentro da estrutura da Igreja Romana²⁸, deu continuidade no século XX à perspectiva reformadora iniciada no século anterior, como um “outro instrumento da reforma, além da

²⁷ Elaboração esta que não exclui a possibilidade de outros recortes históricos relevantes, como por exemplo os estudos sobre a elaboração do Plano de construção da Catedral da Sé, por um arquiteto francês, no início do século XX como expressão da pujança e da riqueza da economia cafeeira, seu estilo gótico procurou expressar o poder da Igreja Católica e da elite vinculada a ela (Cf. VILHENA, 2006)

²⁸ Mas é relevante destacar que “ser membro da Instituição Igreja Católica engendra problemas particulares e complexos. Um bem atual concerne à possibilidade, ou não, de se continuar pertencendo à “Igreja invisível”, ao Povo de Deus; em uma palavra, a ser cristão, sem a adesão explícita à instituição, como se apresenta hoje estruturada. Sabe-se de pequenos grupos que buscam novas fórmulas de comunhão, de vivência da fé cristã, não ligadas às da instituição oficial, a fim de escapar ao controle direto da hierarquia. Em termos amplos, surgem tensões entre a Igreja profética e a sacerdotal e a burocracia envolvente da instituição. Outro problema difícil resulta da existência de classes antagônicas no seio da Igreja e a aceitação da mensagem ética do amor entre os homens, ou seja, como conciliar luta de classes e caridade, violência e não violência. Por conseguinte, e dadas as diversidades de vias e tendências permitidas dentro da

difusão das novas devoções, está na instituição de novas associações religiosas. Sob a influência dos jesuítas, propagam-se as congregações marianas, as filhas de Maria e o Apostolado da Oração” (AUGUSTO, 2005, p. 271), associadas às Conferências Vicentinas, que trabalhavam com a população empobrecida.

Na realidade a reforma ultramontana teve que “criar, no Brasil, uma nova Igreja, de caráter apostólico-romano e sob a inspiração tridentina, em substituição à Igreja luso-brasileira, do período colonial e imperial, dominada pelo padroado” (AUGUSTO, 2005, p. 271).

As mudanças internas da Igreja Católica no Brasil e em São Paulo, estavam em consonância com as mudanças que a sociedade vivenciava no âmbito político, econômico e social, no final do século XIX e início do século XX.

Já nas últimas décadas do império, com o barão de Mauá, houve uma primeira tentativa de industrialização do País, processo que somente foi desencadeado na era Getúlio Vargas. A criação da Siderúrgica Volta Redonda, no início da década de 1940, constitui, talvez, o marco inicial da progressiva arrancada da era industrial. São Paulo torna-se uma metrópole industrial (AUGUSTO, 2005, p. 271).

Há que ter claro, frente à pesquisa e seus dados, que “trabalhos recentes [...] indicam de que maneira o crescimento do papel do Estado, a partir dos anos 30 [do século XX], reduziu o âmbito de atuação da Igreja em setores estratégicos, tais como o educacional” (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 64).

No Brasil, o êxodo rural foi um fenômeno social que promoveu profundas alterações nas posturas assumidas pela Igreja Católica e que provocou, a partir da década de 1930, a concentração urbana, a formação de grandes centros populacionais e o aumento das periferias. Nesse período, observou-se um desenvolvimento industrial amplo, projetado pelo Estado.

Mas outros fatores, além da expansão progressiva do Estado, têm levado à retração do papel da Igreja como força organizadora da vida social. O processo de modernização industrial, que se acelera a partir dos anos 50, passa a integrar progressivamente setores cada vez mais amplos da população e a subverter cada vez mais profundamente os tradicionais padrões de convivência. A vida familiar se privatiza, novas demandas, novos hábitos de consumo começam a emergir. (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 64)

A migração da população da zona rural para a cidade de São Paulo e para outras grandes cidades gerou a necessidade de uma religiosidade centrada nas novas carências urbanas que se avolumavam. Uma das estratégias utilizadas para as novas demandas religiosas, dentro da perspectiva reformista-ultramontana foi de

desvalorizar o catolicismo dos leigos, substituindo-o por um catolicismo romanizado, o que foi feito, principalmente, por meio da troca das devoções aos santos tradicionais (como são Benedito, santo Antônio, são José, são Sebastião, santa Bárbara...), por devoções em voga na Europa, especialmente as marianas e a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, na época em grande florescimento, até servindo como instrumentos de luta contra o modernismo e o liberalismo anticlerical. Aqui desempenham papel de grande importância as novas congregações religiosas, que tratam de difundir suas devoções próprias (como os salesianos e a devoção a Nossa Senhora das Graças, os redentoristas e a devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, são Geraldo Magella e santo Afonso), fazendo com que os “santos” ocupassem o lugar dos tradicionais. (AUGUSTO, 2005, p. 272)

A respeito da nova organização espacial e populacional característica da metrópole que se constituiu e a Igreja em São Paulo passou a se relacionar, destacam-se as periferias, Graça Gouvêa afirma que a periferia se

torna o ponto de interpelação e crítica da megalópole, fundada pelos jesuítas e reestruturada nos séculos XIX e XX pelos imigrantes (europeus e asiáticos) e pelos migrantes (nordestinos e outros), que fizeram dela o maior pólo industrial do hemisfério sul (GOUVÊA, 1997, p.13).

Na primeira metade do século XX, a história brasileira superou a perspectiva agroexportadora dos cafeicultores e passou a experimentar a industrialização; ocorreu, ainda, a elaboração das leis trabalhistas promovidas pelo populista Getúlio Vargas, os sindicatos sofreram a intervenção do Estado e aconteceram revoltas comunistas e integralistas, entre outros aspectos²⁹.

Nesse contexto, a Igreja vai lentamente perdendo seu papel de organizadora da vida coletiva, enquanto os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, assumem importância capital como produtores de informação e lazer (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 64).

Dentro dessa nova realidade há também as outras formas religiosas em “plena expansão: cresce a força do espiritismo, das religiões afro-brasileiras e do protestantismo em suas diversas denominações” (AUGUSTO, 2005, p. 272), a Igreja de São Paulo preocupa-se e articula discussões e encaminhamentos para o enfrentamento do novo contexto no

IV Congresso Eucarístico Nacional, realizado em São Paulo, em setembro de 1942 por Dom José Gaspar, constitui uma das manifestações da força social do catolicismo. Nesse contexto, padre Agnelo Rossi enfatizava com veemência que para os males da época só existiam e bastavam dois caminhos: os congressos eucarísticos e a Ação Católica (AUGUSTO, 2005, p. 272).

²⁹ Para um maior aprofundamento sobre a história do Brasil no século XX ver FAUSTO (2001).

É importante entender como os desafios impostos à Igreja pelas novas demandas implicaram mudanças,

a década de 1950 marca um momento divisor de atuações, pois começa a surgir uma tensão dentro da Igreja, sobretudo nos setores mais ligados diretamente à esfera política e social, como os membros da JOC (Juventude Operária Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica). Na convivência com outros grupos políticos, começam a sentir dificuldades em difundir as posições conservadoras tradicionalmente mantidas e sustentadas pela Igreja. Assim, passam a preocupar-se com perspectivas de uma abertura para uma problemática social, já pré-anunciando o modelo de Igreja popular das décadas de 1970 e 1980 (AUGUSTO, 2005, p. 275).

Nessa perspectiva analítica, novos elementos se constituíram historicamente dentro da Igreja Católica de São Paulo a partir da década de 1940,

o laicato paulistano encontrou na Ação Católica um instrumental de dinamização e fortalecimento da fé, ao que seria mais efetivo ainda, após 1945, com Ação Católica Especializada. A dinâmica da Ação Católica era tão peculiar que não há como não insistir na tese de que não se desvincula laicato paulistano ativo, consciente, da compreensão da presença da Ação Católica. Não que outros movimentos não mereçam destaque, o fato é que, com a Ação Católica Especializada ocorre uma verdadeira revolução do campo religioso católico da fé. A consciência cidadã que brotava dos militantes da Ação Católica, seria posteriormente, confirmada pelo lugar de destaque que alguns ex-militantes exerceriam futuramente no campo da política, da cultura e de testemunho da própria Fé (AUGUSTO, 2005, p. 282).

A orientação institucional da Igreja Católica em São Paulo passou a aproximar-se de novas perspectivas de atuação, que envolveram de forma especial, a Ação Católica³⁰ Especializada e “as associações operárias católicas –

³⁰ A Ação Católica Brasileira – ACB foi “lançada por Dom Sebastião Leme (1923), arcebispo do Rio de Janeiro, ela se estendeu rapidamente por algumas capitais, incluindo São Paulo. Nas primeiras décadas, a Ação Católica Brasileira (ACB) orientou-se pelos movimentos europeus e, desde 1946, passou por uma remodelação dos estatutos na linha da especialização. É em 1950 que a Ação Católica Especializada (ACE) consolida-se nos movimentos por meios sociais específicos: a Juventude Agrária Católica (JAC), para o meio rural; a Juventude Operária Católica (JOC), para o meio operário; a Juventude Independente Católica (JIC), para o meio

que adquiriram maior notoriedade³¹...” (WANDERLEY, 2005a, p. 431). As mudanças perceptíveis na sociedade brasileira no século XX eram acompanhadas pela organização católica,

em termos históricos, tendo por referência São Paulo, vale lembrar da nomeação de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta para a arquidiocese e da chegada de três padres canadenses da Congregação de Santa Cruz, com experiência em Ação Católica Especializada, os quais influenciaram os primeiros passos; e a quem se juntaram dois jovens dominicanos, antigos membros da Ação Universitária Católica (AUC) – fundada em 1929 e nascida do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro – e que haviam realizado estudos na França (WANDERLEY, 2005a, p. 435).

No sentido de ratificar essa abordagem, na primeira metade do século XX há que se destacar alguns vínculos da Igreja de São Paulo com a órbita política, principalmente no que se refere a organização partidária de uma partido católico, “um tema de origem distante no tempo, gerador de perspectivas conflitantes e de intensos debates no interior da instituição (WANDERLEY, 2005a, p. 442).

Antes da formulação do Partido Democrata Cristão (PDC) em 1945 já estava organizada a Liga Eleitoral Católica (LEC), fundada em 1932, que tinha organizada as seguintes reivindicações:

independente; a Juventude Estudantil Católica (JEC), para o meio estudantil secundarista; a Juventude Universitária Católica (JUC), para o meio universitário. E para os meios adultos, Ação Católica Rural (ACR), Ação Católica Independente (ACI) e Ação Católica Operária (ACO). A partir de 1960, foi a JUC que assumiu posição de liderança” (WANDERLEY, 2005a, p. 435).

³¹ No que se refere ao histórico de tais associações, “em 1932, padre Bretano (Pelotas, RS) fundou os círculos operários a fim de organizar os trabalhadores. Seus objetivos principais eram: 1) instrução e formação profissional, intelectual e moral do trabalhador; 2) assistência à saúde do trabalhador e de sua família; 3) defesa jurídica dos direitos do trabalhador; 4) auxílio econômico por meio das caixas e cooperativas; 5) promoção das reivindicações justas da classe operária; 6) colaboração com os sindicatos na defesa e melhoria das condições profissionais; 7) elevação do nível de vida do trabalhador rural; 9) (*sic*) combate ao comunismo; 9) formação de líderes operários e sindicais; 10) publicação de livros, boletins, revistas, jornais, etc. Transferido para o Rio de Janeiro, colaborou na expansão dos círculos para o País. [...] No decorrer do período, como indica o historiador Riolando Azzi (1933), apesar de a Igreja atender prioritariamente a burguesia urbana em suas ações paroquiais e escolares, voltou-se, também, para as necessidades das classes populares, convocando, principalmente, as mulheres pertencentes às associações religiosas para tarefas caritativas e assistencialistas. [...] Simão assinala que

indissolubilidade do casamento, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência eclesial facultativa para as classes armadas, além de outras, que foram incluídas na Constituição Federal.

Uma hipótese razoável, que buscava explicar a não-aceitação, por parte dos bispos, de criar um partido católico, era o seu receio de comprometer a Igreja com uma vinculação partidária, e a postura de que a religião católica fazia parte do conjunto do país, representava todos os brasileiros. (WANDERLEY, 2005a, p. 443).

Esse posicionamento, em que a Igreja estimulava a participação dos católicos no campo político, mas ao mesmo tempo, enquanto instituição não se declarava vinculada a nenhum partido, é possível ser percebido ao longo de todo o século XX. Outras situações em diferentes contextos históricos refletem esse norte institucional, como por exemplo, no final da década de 1970 com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Tanto que o próprio PDC³² assumiu essa orientação, em

documento publicado pelo PDC, anterior a 1964, postulava que a democracia cristã não tem ligação com a Igreja católica ou qualquer outra religião. A democracia cristã orienta-se pelos princípios sociais cristãos – dignidade humana, fraternidade entre todos os seres humanos, justiça social, defesa da família -, princípios que podem ser seguidos e praticados por todos os cristãos e pelos que não o são; todos os que querem realmente servir ao seu país e ao bem comum do povo (WANDERLEY, 2005a, p. 443).

Desde muitas décadas anteriores, havia a presença de ordens e congregações religiosas, principalmente no campo educacional com colégios para os primeiros níveis de ensino, e revistas das entidades caracterizando suas identidades. No geral, ambos de teor conservador. Elas e o clero em sua maioria

a Igreja Católica objetivava a preservação da ordem social e do privatismo patronal, adotando o mutualismo como sucedâneo das greves” (WANDERLEY, 2005a, pp. 449-50).

³² Para um maior aprofundamento teórico sobre o PDC ver WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja católica em São Paulo (1900-1964): associações operárias católicas, Ação Católica e Partido Democrata Cristão. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.

agiam nas paróquias e atividades à elas ligadas, ao lado de diversas obras de atendimento público (hospitais etc.), num sentido de caridade ou assistencial.

Vale um registro sobre o movimento *Tradição, Família e Propriedade*, defensor das orientações papais tradicionais sobre estes temas, segundo a sua interpretação particular, que se mobilizava nas ruas, usando bandeiras e passando manifestos, contra os comunistas em geral e contra os projetos de reforma agrária em andamento no país. Ele teve penetração em outros países e, no Brasil, teve participação ativa nas marchas prévias ao golpe militar de 1964.

É de se recordar a atuação do empresariado católico, na criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) que, para alguns, foi precursora do que atualmente é conhecido como “responsabilidade social” da empresa (algo que merece uma investigação mais profunda para verificar a sua validade).

Numa linha de maior abertura, pode-se citar a atuação dos dominicanos em assessoria a projetos populares, os quais estiveram na origem do Centro de Pastoral Vergueiro, ainda existente, que funcionou como um espaço organizador de documentação de publicações dos movimentos populares.

Dessa forma, considerando os aspectos citados, no que se refere ao campo de atuação sociopolítica da Igreja de São Paulo, houve um novo posicionamento frente à constituição de uma sociedade de massas, com exigências cada vez mais amplas na área comunicacional. Como se pode observar,

a TV Globo, maior rede televisiva do País e quarta no *ranking* mundial, e a Editora Abril, maior casa de edição, juntas, virtualmente detêm o monopólio da produção e distribuição de “bens culturais” no mercado nacional. *Esses poucos dados bastam para nos mostrar que a Igreja, mais do que entrar em confronto direto com o Estado, que por força das condições políticas do momento ainda fizesse parte das estratégias da Igreja nos anos 60-70 [do século XX], precisa hoje disputar com a indústria cultural, se quiser manter ainda alguma influência na produção ideológica do mundo moderno* (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 65, grifos nossos).

A partir dessa análise³³ é compreensível a intensificação da participação da Arquidiocese de São Paulo na sociedade paulistana, a partir da década de 1950, pelos meios de comunicação, considerando a Rádio Nove de Julho e o semanário *O São Paulo*; inclusive porque “setores da Igreja começam a preocupar-se com o relativo atraso da instituição no uso dos meios de comunicação” (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 65). Ratificando essa análise, o frade dominicano Carlos Josaphat afirma que “é muito importante no sentido de orientar os leigos para o compromisso social e aí há de se reconhecer a necessidade de um jornal, porque sem a imprensa não se pode fazer um bom trabalho” (JOSAPHAT, 2005).

É evidente a necessidade de estudos que identifiquem o posicionamento da Igreja Católica frente a esse novo contexto social e comunicacional, no caso especial da “Igreja Particular” de São Paulo.

Pode-se perceber nesse contexto a importância que assumem os meios de comunicação na produção de “visões de mundo” que orientam a sociedade. Ora, poucos estudos têm focalizado o impacto da mídia moderna sobre o papel tradicional da Igreja como árbitro e

³³ Inclusive “Miguel Pereira (1984), diretor do Departamento de Comunicação Social da PUC-RJ, dá o sinal de alerta: ‘Enquanto o terreno (dos meios de comunicação) não é coberto pela Igreja, as seitas que proliferam com gordos financiamentos em dólares vão aos poucos invadindo o terreno para realizar seu proselitismo fanático’” (apud MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 65).

definidor dos valores éticos e morais da sociedade. (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 65)

Na busca de entender e formular respostas às novas demandas oriundas da cidade que se constituía, paradoxalmente, com a riqueza e a pobreza, tendo em vista o crescimento econômico e as mazelas sociais, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns privilegiou em sua gestão de arcebispo (1970-98) a população da periferia e os perseguidos políticos, o que envolveu diretamente os meios de comunicação da Arquidiocese.

A gestão do cardeal Arns privilegiou os aspectos que foram preconizados pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), que se caracterizaram

como as mais ricas possibilidades educacionais, não só para a Igreja em seu próprio interior, mas principalmente para aqueles que estão em seu entorno. O mundo passou a ser lugar de ação da Igreja. Nesse se constrói concretamente o Reino de Deus na história. Houve uma revolução no sentido e no significado da fé, o espírito crítico instalou-se nas pessoas urbanas. Até os intelectuais aliaram-se à Igreja, vários movimentos imbuíram-se dos novos valores e da nova mentalidade, como os cursilhistas, os carismáticos, o movimento familiar cristão, entre outros. Surgiram também, movimentos da Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica e Pastoral Operária, que propiciaram aos adolescentes [e aos trabalhadores] a possibilidade de pensar sua própria vida e envolver-se conscientemente com a vida de pessoas excluídas da sociedade (GRACIANI, 2005, p. 365).

Para cardeal Arns, em “uma entrevista concedida a um grupo de jornalista em setembro de 1975, falou dessa mudança na Igreja” (PEREIRA, 1982, p. 83) como a compreensão do processo histórico e de amadurecimento da própria consciência de “ser” Igreja:

À pergunta de um dos jornalistas sobre como se processou essa mudança de uma Igreja rodeada de privilégios a uma Igreja mais próxima do povo, assim se expressou:

“É, eu acho que ela teve a sua fonte, uma evolução histórica, é claro, mas teve a sua fonte, pra assim dizer, localizada no próprio Vaticano II. No Concílio a Igreja estabeleceu alguns princípios: ela não deveria usar de privilégios, não é? Então, você sabe que isso traz muitas conseqüências. Segundo lugar, que ela deveria defender sempre o pobre, estar ao lado do pobre, estar ao lado daquele que é marginalizado pela sociedade, como o próprio Cristo tinha dito e proposto, como prova de que nós o seguiríamos, não é? Estar ao lado do marginalizado. Então, certas coisas assim foram evoluindo e entraram na consciência, talvez foram entrando na consciência de muitos, e os dez anos que transcorreram do Concílio até agora foram justamente os dez anos da Revolução. Desde 65 o negócio começou, a gente começou a sentir que a revolução era diferente do que ela tinha se proposto em 64” (PEREIRA, 1982, pp. 83-4)

Como resultado dessa perspectiva progressista e popular na área comunicacional, a Rádio Nove de Julho foi fechada e o semanário *O São Paulo* sofreu censura prévia à suas edições, entre os anos de 1972 e 1978 (Cf. PEREIRA 1982), pelos órgãos responsáveis da ditadura militar (1964-85). A atuação desses órgãos de imprensa refletia as orientações institucionais elaboradas nas décadas de 1960 e 1970. Pe. Aparecido Pereira sintetiza as idéias dos principais documentos relacionados à temática:

sob o impulso do documento conciliar “Inter mirifica” e, mais tarde, da instrução pastoral “Communio et progressio”, o fenômeno “meios de comunicação social” passou a fazer parte definitivamente das preocupações da Igreja. É assim que, já em 1968, a Conferência Episcopal Latino Americana, reunida em Medellín, chamou a atenção dos bispos, padres, ministros da Palavra, agentes de pastoral, para a urgência do conhecimento e da formação para a comunicação social, para a leitura e usos desses meios e para os valores e anti-valores por eles produzidos na sociedade. Dez anos depois, por ocasião do VIII encontro de Pastoral das comunicações sociais, no Brasil, um documento resultado deste encontro, ao falar da importância dos meios de comunicação social, retomava o assunto, embora tivesse que lamentar as limitações com que a Igreja ainda se chocava neste campo. Tais limitações se referiam, em síntese, num ainda existente desinteresse pela Pastoral desses meios e na falta de conscientização de sua importância (PEREIRA, 1982, p. 134).

Para fundamentar as opções realizadas pela Arquidiocese sob sua égide, cardeal Arns e a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz solicitaram um estudo ao Cebrap, “em que desejavam conhecer, de forma sistemática e atualizada, os problemas que enfrenta a população da metrópole” (KOWARICK; BRANT, 1982), o qual possibilitou a publicação da obra *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. Arns indica que

fiel a esse pensamento do Concílio, a Comissão de Justiça e Paz de nossa Arquidiocese promoveu importante estudo sobre a Cidade de São Paulo e sua periferia. Entregando ao público o resultado desta tarefa, ela amplia o horizonte e aprofunda a compreensão dos direitos humanos. Amplia o horizonte, abraçando os problemas que se colocam para a maioria da população, no desamparo de seus direitos mais elementares; e aprofunda a compreensão, verificando a extensão dos males que nos afligem e buscando as suas causas a partir da raiz, para que esta possa ser atacada e extirpada. [...] O Bispo, e com ele toda a Igreja, não pode assistir calado a uma violência difusa que atinge o povo, ceifando vidas, pela desnutrição e pelas más condições de saneamento e saúde, pelos acidentes de trabalho, fadiga e depauperamento, pelo desemprego e pela remuneração que não cobre as necessidades mínimas, pela ausência de moradia e precariedade de transportes, pela insegurança e pela asfixia da liberdade de associação, informação e reivindicação (ARNS, 1982, pp. 7- 9).

As informações resultantes do trabalho dos pesquisadores do Cebrap permitiram nortear as ações da Igreja de São Paulo, em que

a temática da transformação social surge como formadora de consciência crítica, de convivência justa, de luta pelos direitos humanos, de justiça social, de libertação integral sociohistórica. Começa a delinear-se uma Igreja à altura dos desafios históricos da América Latina, em São Paulo particularmente. Outras denominações vão surgindo, como Povo de Deus, Igreja dos Pobres; redefine-se o papel dos padres e bispos, criam-se novos estilos de vida religiosa encarnada no meio popular. As congregações revêem-se e criam novas formas de atuar, mais próximas das desejadas por seus fundadores.

Os Pastores de São Paulo, auxiliando [...] – Dom Paulo Evaristo Arns -, organizaram a arquidiocese, articulada em pastoral de conjunto – Pastoral do Menor, Pastoral da Família, Pastoral Carcerária, entre outras -, com a esperança de transformar a vida de todos que dela fazem parte, trilhando um caminho novo para a

construção do Reino a partir do povo sofrido. Surgem a semana do menor, cursos de verão, cantos, músicas, liturgias, novos modos de ler a Bíblia, congressos de debates e construção de saberes, que influenciam a definição de políticas públicas municipais e estaduais em todo o Brasil. *A Igreja de São Paulo transformou-se em educadora, elaboradora coletiva de novos paradigmas, Igreja da cidadania, para as mulheres, para os portadores de necessidades especiais, para os trabalhadores, para as crianças e os adolescentes, para os presos, enfim, para os oprimidos, dando uma perspectiva emancipadora para a maioria excluída.* (GRACIANI, 2005, p. 367, grifos nossos).

As atividades implementadas junto a Arquidiocese de São Paulo estavam em consonância com as Diretrizes traçadas pelo Concílio Vaticano II que

avançava em questões sociais e a Igreja no Brasil sofreu com respostas antagônicas quanto sua aplicação nas questões de defesa da sociedade brasileira. Sua colegialidade foi colocada à prova. Homens como D. Helder Câmara queriam colocar em prática as ações sociais propostas na declaração de Paulo VI, a “*Populorum Progressio*”. Outros bispos preocupados com suas posições se curvaram à situação política brasileira. Afinal aquelas idéias de Direito aos excluídos poderiam retinir aos ouvidos do poder como um “manifesto comunista”. Em São Paulo não foi diferente. A omissão as arbitrariedades do regime só encontraram oposição da hierarquia com a nomeação de D. Paulo Evaristo Arns que substituiu o cardeal Rossi ao ser designado para assumir o cargo na Cúria Romana (GOMES, 2005, pp. 146-7).

A linha pastoral-administrativa do cardeal Arns em São Paulo era vista com restrições pelos militares que o “acompanhavam” nas ações cotidianas, em arquivos do DEOPS há o seguinte registro a esse respeito,

não será fácil sem morrer muita gente. Mas no dia em que o Partido Comunista conseguir sair vitorioso no Brasil, o primeiro a merecer uma estátua em praça pública será Carlos Prestes, mas o ilustre cardeal de S. Paulo. D. Evaristo Arns, que se especializou em provocar o regime e apoiar tudo aquilo que sirva de instrumento contra ele. [...] faz muito tempo que sua atividade é política. A serviço das esquerdas, que são o maior inimigo do regime brasileiro [...] as declarações de D. Evaristo são um primor de gaiatice [...] o que um bispo deve fazer é comportar-se com dignidade, para evitar que um general o chame de subversivo [...] o general Euclides Figueiredo falou com base, conhecedor do problema de agitação de sua área por parte de religiosos. (GOMES, 2005, p.149).

Dom Paulo Evaristo Arns expôs que, no início do Regime militar, estava à frente da JOC – Juventude Operária Católica - em Petrópolis, no Rio de Janeiro, reconhecendo que “ela teve dificuldades desde o início com a Revolução, e a gente procurou defendê-la de toda maneira possível e ninguém deles, dos meus ao menos, ninguém foi preso” (ARNS, 1998). No início da década de 1960 quando ainda estava em Petrópolis no Rio de Janeiro, seu envolvimento no campo político era restrito, tinha um aspecto local, no entanto sua atuação mudou radicalmente e tornou-se uma liderança contra as arbitrariedades e a violência da ditadura instalada em 1964.

A questão do desrespeito à condição humana apresentou-se como o cerne da direção tomada pelo cardeal Arns frente à ditadura: “mesmo porque a parte política me interessa menos que a parte humanitária” (ARNS, 1998).

Durante o arcebispado de Dom Paulo, a administração foi ao encontro das diretrizes que partiam do Concílio Vaticano II na década de 1960 e se confirmavam com as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979),

este é o cenário mais imediato no qual nasceu a “operação periferia”, como resposta da Arquidiocese a uma situação de iniquidade social e de marginalização político-cultural, forçada por um sistema econômico-militar socialmente injusto (GOUVÊA, 1997, p. 45).

Essa atitude era também uma resposta às mudanças necessárias a partir de Medellín. Segundo Maria Cecília Domezi, as ações propostas por Dom Paulo na “operação periferia” tinham como metas a elevação do nível sociorreligioso da população marginalizada, a criação e coordenação de recursos humanos e

materiais para a implantação, construção e funcionamento de “centros comunitários” e a interação eclesial voltada para o intercâmbio das comunidades cristãs do “centro” e as da “periferia” (DOMEZI, 1996, p. 180).

Para viabilizar a “operação periferia” de forma concreta e estimular a organização popular, Dom Paulo vendeu o luxuoso Palácio Episcopal Pio XII

a uma firma japonesa, a Kobayashi Industrial Habitacional do Brasil, no dia 4 de abril de 1973, conforme consta no livro da Crônica da Arquidiocese. Com o dinheiro o arcebispo D. Paulo “comprou ou deu entrada em pequenos lotes espalhados pela periferia, permitindo a centenas de milhares de paulistanos construir um espaço coletivo onde hoje discutem os problemas comunitários, realizam cursos de treinamento profissional e cultos semanais, mesmo sem a presença do padre” (GOUVÊA, 1997, p. 46).

Ainda nessa época e a esse respeito, Dom Paulo confirmou que quando voltou

de Roma como cardeal, em 19 de março, e entrei na catedral de São Paulo, eu já tinha abandonado o palácio Pio XII e morava numa casa simples do Sumaré. E os cinco milhões de dólares já estavam sendo aplicados na compra de terrenos nas periferias. Foram ao todo mil e duzentos centros comunitários planejados na Arquidiocese e muitos deles iniciados imediatamente com a ajuda desse dinheiro e com a colaboração dos próprios migrantes, que aí encontravam trabalho e encontravam também um lugar para as suas reuniões e para a sua organização (ARNS *apud* DOMEZI, 1996, p. 32).

Os movimentos populares e os de defesa dos Direitos Humanos sempre estiveram muito próximos de Dom Paulo. Seu envolvimento com as lutas da sociedade civil implicou um desgaste³⁴ em sua relação com o Estado. Dessa forma, percebe-se como a Igreja de São Paulo se posicionou

³⁴ O documento publicado por Dom Cândido Padim explorou os aspectos anticristãos presentes na política de Segurança Nacional da Ditadura Militar, para um maior aprofundamento ver: PADIM, Cândido. A Doutrina de Segurança Nacional. *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*. Petrópolis, Vozes, vol. 37, fasc. 146, jun/1977, p.331-42.

quando o sistema de poder e os arranjos costurados por Vargas implodiram em 1964, os atores políticos que predominavam naquele período, Igreja inclusive, foram marginalizados, na medida em que o regime militar passou a se apoiar cada vez mais numa tecnoburocracia e a definir sua legitimidade pelo crescimento econômico, com base na doutrina de Segurança Nacional (BRUNEAU, 1987, p. 30).

Além da “operação periferia”, inúmeras outras ações foram protagonizadas pelo cardeal Arns que expressam a sua atuação e norte dado à Arquidiocese de São Paulo e colaboraram com as mudanças na estrutura da Igreja e das pastorais populares; como por exemplo, ao ser questionado sobre o seu envolvimento na edição da obra *Brasil: Nunca Mais*, sustentou:

foi o resultado de uma observação que nós fizemos desde 1970, até [...] 79, digo até aquele tempo quando começou um pouquinho mais de liberdade de imprensa, que foi conquistada devargazinho, de 75, 76, em diante durante o governo Geisel. Então, quando nós notamos que havia uma possibilidade de publicar [...] os processos feitos pelos militares, assinados por eles e assinados também pelos que foram torturados ou sofreram com isso, nós achamos que poderíamos, quem sabe, copiar alguns processos, então junto com o reverendo presbiteriano Jaime Wright, nós dois sozinhos, sozinhos, sem intervenção de pessoa nenhuma, nós resolvemos tirar cópia de todos os processos que fossem possíveis. Começamos por São Paulo, tirando cópia de 7 processos, depois de 10, depois vimos que era possível tirar de 20, em 20 e acabamos tirando 93% de todos os processos, que foram mais ou menos 700 processos, mas, com muita gente, quer dizer que eram processos ampliados (ARNS, 1998).

Reforçando essa análise, é possível citar quando Dom Paulo esteve envolvido e colaborou com o movimento grevista dos metalúrgicos do ABC no final da década de 70 e início de 80 do século XX. Por meio do jornal *O São Paulo*, o cardeal Arns confirmou seu posicionamento contrário à política trabalhista do governo federal:

Em entrevista coletiva, D. Paulo Evaristo Arns, o bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes e o bispo da Regional I da CNBB, D. Mauro Morelli, situaram o problema da greve dos metalúrgicos do

ABC. “Penso que o momento não é de ameaça, mas de busca de uma solução”, disse Dom Paulo a uma pergunta sobre as ameaças feitas pelo ministro Said Farhat, da Secretaria das Comunicações do Planalto, dizendo que os padres também são passíveis de enquadramento nas leis.

Para D. Paulo os três passos seguintes seriam estes: 1) libertação dos presos (entre eles o líder sindical Lula); 2) deixar os trabalhadores se reunir; 3) negociação entre os trabalhadores e os patrões. Enquanto isso, a Igreja faz todo tipo de contato para tentar contornar a crise (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIV, n. 1.259, 25 abr. 1980, p. 1).

Com muita clareza sobre a importância do apoio dado pela Igreja ao Movimento Operário naquele momento, Dom Paulo afirmou:

depois de 78, 79, nós estávamos muito ligados a todos os sindicatos dos trabalhadores, e principalmente do ABC, mas também de São Paulo, então nós abrimos os salões de nossas paróquias pra que eles pudessem reunir-se porque as sedes deles tinham sido fechadas [...] Então, depois de 79, é que nós cedemos os salões, mas sempre dizendo que dois ou três membros da comunidade deviam estar presentes, para que o povo, assim, fosse envolvido e também para que não dissessem que era uma concessão secreta. Era aberta, da comunidade (ARNS, 1998).

Esse apoio dado por Dom Paulo não era dotado de vinculação política e nem partidária tanto que, referindo-se ao movimento operário e o Partido dos Trabalhadores, relatou: “sem dúvida nenhuma que o Partido dos Trabalhadores vinha sendo elaborado dentro dele, certamente muito antes, mas, eu mesmo nunca tive nenhum relacionamento com a criação de um partido” (ARNS, 1998).

Ainda, Dom Paulo sempre teve uma forte atuação junto aos MCS para conseguir a libertação de presos políticos ou para denunciar as torturas, indica que “sempre tinha que ameaçar com a imprensa estrangeira, sobretudo com a BBC, a *France Presse*” (ARNS, 1998).

Os diversos aspectos expostos possibilitaram à Igreja de São Paulo traçar os “objetivos prioritários de ação e estar presente nas áreas mais difíceis da periferia, tentando a integração de um povo disperso e desarticulado, [...] povo sofrido que constrói a cidade, às vezes com o preço da própria vida” (ARNS, 1982, p. 10).

Partindo dessa abordagem histórica, também é possível compreender os motivos que levaram a “atividade pastoral que a Igreja exercia dentro [dos meios de comunicação sofrer e os motivos que os levaram à] censura governamental” (PEREIRA, 1982, p. 134).

II – SOCIEDADE E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: ATUAÇÃO CATÓLICA

Enquanto o terreno (dos meios de comunicação) não é coberto pela Igreja, as seitas que proliferam com gordos financiamentos em dólares vão aos poucos invadindo o terreno para realizar seu proselitismo fanático.

Miguel Pereira (diretor do Departamento de Comunicação Social da PUC-RJ, 1984)

Quando a força da imprensa despontou nas sociedades democráticas, instaurando-se a mediação de jornais e jornalistas em relação ao exercício dos poderes constituídos, criou-se a metáfora do quarto poder, legitimador da vigilância da sociedade civil diante do aparato governamental. “A imprensa é a vista da nação”, dizia Rui Barbosa, de forma bastante eloqüente, no início do século XX.

(MELO, 2004, p. 11)

2.1 Sociedade e Comunicação

Partindo do princípio de que a comunicação é um direito essencial ao ser humano (assim como o trabalho, o lazer, a moradia, a saúde e a educação), é possível afirmar que o Estado moderno deu conta de transformar a comunicação num direito restringido, acessível apenas a uma minoria privilegiada economicamente, aquela que tem a posse ou a “concessão” dos MCS (MELO, 1984).

Diversas formas de comunicação³⁵ marcam a trajetória humana, mas é necessário indicar que

historicamente, o direito de comunicação corresponde ao passaporte da cidadania, ao instrumento que viabiliza a integração de cada indivíduo à sua comunidade. Trata-se inegavelmente de um direito de todos – saber e transmitir, ouvir e falar, conhecer e reproduzir (MELO, 1984, p. 613).

Na sociedade contemporânea, caracterizada como urbano-industrial-científica e constituída de classes sociais distintas e em constante conflito, a comunicação “assumiu uma feição de privilégio daqueles que, atuando como depositários do saber coletivo, das experiências acumuladas, do simbolismo

³⁵ No que se refere à imprensa: “as grandes mudanças que definiram os rumos da imprensa no mundo se deram nos séculos XVIII e XIX. Foi em 1710, na Inglaterra, que surgiu o conceito de *copyright* – direitos autorais. Em 1723, foi impresso o primeiro livro em quadricromia, sob a supervisão de Jacques Christophe Le Blom. A obra é *Il Coloritto* ou *The Harmony of Colouring*. Nos Estados Unidos, em 1734, uma disputa judicial levou ao estabelecimento do conceito legal de liberdade de imprensa. Os últimos anos do século XVIII assistiram à invenção da litografia e das máquinas rotativas na Alemanha. Em 1810, veio a público o primeiro protótipo de impressora com cilindro de forma plana, desenvolvido por Friedrich Koenig e seu sócio, Andréas Bauer, também responsáveis pela instalação da primeira rotativa a vapor, no jornal londrino *The Times*. Mas, antes disso, o que deu sustentação ao mercado jornalístico foi a publicidade imprensa que se desenvolveu no século XVIII” (GONTIJO, 2004, p. 220).

agregador da vida social, tornaram-se trabalhadores cerebrais, converteram-se em intelectuais” (MELO, 1984, p. 613). Na realidade, há um processo de dominação a partir dos MCS sobre a maioria da população.

Nesse sentido, o direito de comunicação tornou-se não apenas um privilégio de poucos, mas uma estratégia política responsável pelo controle ideológico da sociedade [...]. O cidadão contemporâneo, que atingiu a maioria e superou a fase do aprendizado sistemático (escolarização), depende dos MCM [meios de comunicação de massa] para se manter sintonizado com o meio ambiente. E tudo que ele conhece ou deixa de conhecer é filtrado por essa instância de reprodução simbólica (MELO, 1984, p. 614).

Os homens e mulheres contemporâneos³⁶ se beneficiam da agilidade comunicacional, via rádio, Internet, transmissões televisivas simultâneas e em tempo real via satélite, vivem a “aceleração contemporânea” que provoca reações de

admiração ou de medo diante do inusitado e a dificuldade para entender os novos esquemas e para encontrar um novo sistema de conceitos que expressem a nova ordem em gestação.

A aceleração contemporânea não escapa a esse fato. Ela é tanto mais suscetível de ser um objeto da construção de metáforas porque, para repetir Jacques Attali, *vivemos plenamente a época dos signos, após havermos vivido o tempo dos deuses, o tempo do corpo e o tempo das máquinas. Os símbolos baralham, porque tomam o lugar das coisas verdadeiras* (SANTOS, 1997, p. 15, grifos nossos).

A agilidade comunicacional, em consonância com a “aceleração contemporânea”³⁷, permitiu a formação de “adoradores, dubitativos ou firmes,

³⁶ Vivem sob a influência da Indústria Cultural e MORIN a conceitua da seguinte forma: “... por mais diferentes que sejam os conteúdos culturais, há concentração da indústria cultural. A imprensa, o rádio, a televisão, o cinema são indústrias ultraligeiras. Ligeiras pelo aparelhamento produtor, são ultraligeiras pela mercadoria produzida: esta fica gravada sobre a folha do jornal, sobre a película cinematográfica, voa sobre as ondas e, no momento do consumo; torna-se impalpável, uma vez que esse consumo é psíquico. Entretanto, essa indústria ultraligeira está organizada segundo o modelo da indústria de maior concentração técnica e econômica. No quadro privado, alguns grandes grupos de imprensa, algumas grandes cadeias de rádio e televisão, algumas sociedades cinematográficas concentram em seu poder o aparelhamento (rotativas, estúdios) e dominaram comunicações de massa. No quadro público, é o Estado que assegura a concentração” (MORIN 2002, p. 254)

³⁷ “A aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das idéias mas, também, acrescentou novos itens à história. Junto com uma nova evolução das potências e dos rendimentos, com

da velocidade” (SANTOS, 1997, p. 15). Essas abordagens permitem perceber a constituição de um “sociedade global” com uma integração cultural, e ao forte mesmo tempo, desintegrada socialmente, porém sob o controle de pequenos grupos que controlam os Meios de Comunicação de Massa, assim como os oligopólios e empresas transnacionais. Sobre o papel da imprensa no século XX,

a Europa e a América do Norte consolidaram para o mundo o conceito de jornal e revista. O hábito de consumir informação com periodicidade em um espaço gráfico familiar e com estilo direto e objetivo, diferente da literatura ficcional, foi se disseminando cada vez mais pelas diferentes classes sociais. O fato de existir um fosso separando os interesses das elites daqueles das classes menos favorecidas acabou determinando diferentes formas de narrar os fatos e, mais adiante, de diagramar os jornais voltados para cada público específico. (GONTIJO, 2004, p. 223-4)

No processo histórico de formação brasileira, os reflexos da dominação política de Portugal sobre o Brasil colônia também serviram para que a área comunicacional e a imprensa não se desenvolvesse de forma plena comparada com a Europa,

quanto mais riquezas eram encontradas aqui, mais a Coroa portuguesa e seus prepostos se preocupavam em controlar as informações sobre a colônia, impedindo inclusive que se imprimisse e editasse em solo brasileiro.

Desde 1487, se imprimia em Portugal. A tipografia chegou ao Novo Mundo em 1539 no México, produzindo o mesmo fenômeno multiplicador do conhecimento que vimos na Europa. No Brasil, só se imprimiu oficialmente com a vinda da família imperial, em 1808.

o uso de novos materiais e de novas formas de energia, o domínio mais completo do espectro eletromagnético, a expansão demográfica (a população mundial triplica entre 1650 e 1900, e triplica de novo entre 1900 – 1984), a expansão urbana e a explosão do consumo, o crescimento exponencial do número de objetos e do arsenal de palavras. Mas, sobretudo, causa próxima ou remota de tudo isso, a evolução do conhecimento, maravilha do nosso tempo que ilumina ou ensombrece todas as facetas do acontecer. A aceleração contemporânea é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. São, na verdade, acelerações superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge. *Esse efêmero não é uma criação exclusiva da velocidade, mas de outra vertigem, trazida com o império da imagem e a forma como, através da engenharia das comunicações, ao serviço da mídia, ela é engendrada, um arranjo deliberadamente destinado a impedir que se imponham a idéia de duração e a lógica de sucessão*” (SANTOS, 1997, p. 16, grifos nossos).

Portanto uma defasagem de mais de trezentos anos em relação à Europa. (GONTIJO, 2004, p. 258)

A partir dessa lógica instituída de dominação que está associada a posse do poder político, do capital e dos meios de comunicação, a realidade brasileira nessa área é um exemplo relevante,

acontece que no Brasil, apesar de a Constituição proibir os monopólios e os oligopólios, ao redor de dez famílias detêm mais de 90% dos meios eletrônicos (rádio e TV) e decidem o que se deve ver e ouvir e conseqüentemente, como devem ser as coisas. Há casos em que alguns grupos detêm as TVs, as rádios e os jornais e tudo o que se vê, assiste, ou lê, vem do mesmo dono. Aqui as leis são dribladas. Os latifundiários da terra e da indústria são agora os latifundiários da mídia (GUARESCHI, 2006, p. 11, grifos nossos)

Os interesses preponderantes nas transmissões e publicações dos inúmeros meios de comunicação refletem os anseios e demandas da elite que os controla, refletem e direcionam os interesses da classe dominante sobre a ampla maioria da população. Constituiu-se uma sociedade da mídia, em que a submissão³⁸ e o controle social a serviço do desenvolvimento capitalista são mais característicos do que a busca da emancipação, da consciência da realidade e da promoção da autonomia dos homens e mulheres frente ao contexto social em que estão inseridos.

A idéia de comunicação e transparência acompanhou a crença das Luzes no progresso social e na emancipação dos indivíduos. Essa idéia é hoje suspeita: a comunicação é vítima de um excesso de comunicação (Baudrillard). Tal excesso produziu a implosão do

³⁸ Como exemplo, pode-se tomar o caso da televisão brasileira que é “produtora de imagens que promovem, na imaginação do telespectador, a satisfação de um conjunto reprimido de desejos, ansiedades e esperanças decorrentes da própria frustração econômica, social e cultural de um País pobre. Essa estratégia oferece dupla vantagem: de um lado, transforma-se a desordem dos sentimentos, decorrentes daquela frustração, numa ordem conveniente; de outro, processa-se uma adaptação daqueles desejos e esperanças a um padrão geral de motivações mais manipulável e programável. O efeito multiplicador da alienação da imagem televisiva encontra seu ápice na sua clara característica consumista [...] para o consumo do conteúdo da imagem que propaga, com persuasão, um estilo de vida, de objetos, de vestuário, de alimentação, algumas vezes inadequados, mas rapidamente absorvidos” (FERRARA, 1997, p. 166)

sentido, a perda do real, o reino dos simulacros. Para o filósofo italiano Gianni Vattimo, a sociedade da mídia está longe de ser uma sociedade “mais esclarecida, mais educada, mais consciente de si”. Em contrapartida, é mais complexa, quando não caótica, e “nossas esperanças de emancipação residem nesse ‘caos’ relativo’. Não há mais História, Realidade, Verdade”. (MATTELART, 1999, p. 182)

Ratificando a perspectiva apresentada por Melo (1984) e Mattelart (1999), no que se refere à discussão sobre a relevância dos MCS na sociedade contemporânea, há que se destacar em especial, a televisão, como um canal preponderante na vida das pessoas,

além de divertir ou instruir, tem outros objetivos: 1) ampliação da produção. A televisão dá continuidade ao objetivo capitalista de produção, oferecendo novas possibilidades ao capital. 2) Propaganda para produtos. A televisão exerce uma função importante no processo capitalista de valorização como veículo para a publicidade de mercadorias produzidas. 3) Ampliação do mercado e do setor de comunicação. O mercado consumidor da indústria cultural pode ser estendido a camadas da sociedade que antes dele não participavam. 4) Destruição de formas alternativas de comunicação. 5) Controle ideológico. A televisão, funcionando dentro do modo de produção existente, age como um instrumento de classe. Tende a difundir as idéias da classe dominante na formação social... (MORÁN, 1982, p. 9).

Nesse sentido, as análises de Mattelart (1999) indicam que o setor das comunicações sociais passou por mudanças que lhe permitiram um novo perfil, que está de acordo com os argumentos já discutidos, principalmente tendo em vista o processo de globalização, desregulamentação e privatização das redes de comunicação.

Esse processo iniciou-se com a desregulamentação, nos Estados Unidos, nos anos 70, das atividades bancárias, mas desenvolveu-se efetivamente a partir do desmantelamento, em 1984, da sociedade AT&T (*American Telegraph & Telephone*), o virtual monopólio privado das telecomunicações; desde então passou a adquirir, em ritmo crescente, uma dimensão planetária, atingindo os mais diversos setores de atividade econômica. A desregulamentação significa o deslocamento do centro de gravidade da sociedade, pondo-o em direção ao mercado, que passa a ser o principal fator de regulação. À

medida que se tornavam predominantes os valores da empresa e do interesse privado, sua expansão coincidindo com o recuo das forças produtivas e com a retração do serviço público e do Estado-nação-providência, a atividade comunicativa mudava a natureza e o estatuto: profissionalizou-se, irrigando numerosos campos de competência e especialidade, multiplicando as profissões. O modelo empresarial de comunicação foi promovido a tecnologia de administração das relações sociais, impondo-se como único modo “eficaz” para estabelecer o vínculo com os diversos componentes da sociedade. Essa matriz empresarial experimentada no mercado tornou-se a única referência para as estratégias de comunicação das instituições estatais, das associações humanitárias, das coletividades locais e territoriais. (MATTELART, 1999, pp. 166-7)

Essa perspectiva analítica sobre o campo comunicacional aborda de uma maneira geral algumas características da relação sociedade e indivíduo contemporâneo e a área da comunicação, este é um campo vasto e complexo, que exige um amplo estudo e que escapa aos limites desse trabalho.

2.2 Igreja Católica e Mídia

A elaboração de um histórico sobre a relação entre a comunicação social e a Igreja Católica, deve partir de um recorte temporal, no caso tendo como marco inicial, a invenção da tipografia por Gutemberg em 1450. Para a introdução à essa reflexão histórica, são relevantes as contribuições teóricas de Frei Romeu Dale³⁹, indicando que

um estudo mesmo superficial dos documentos pontifícios, a partir da descoberta da imprensa [...] em meados do século XV e da conseqüente

³⁹ Segundo o Prof. José Marques de Melo, o Frei Romeu Dale, tem uma vinculação com as atividades da Igreja Católica no setor da comunicação social, o que “credencia-o como um perito no exame da doutrina cristã sobre os “mass media”. Tendo acompanhado e assessorado os bispos brasileiros durante o Concílio Vaticano II, [...] foi nomeado, em 1964, sub-secretário nacional de opinião pública da CNBB, e, posteriormente, na qualidade de secretário-executivo da UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social) e assessor do Decos (Departamento de Comunicação Social do Celam – Conselho Episcopal Latino-Americano)” (MELO, 1973, pp. 14-5).

difusão do livro, e, algum tempo mais tarde, do nascimento e da difusão dos periódicos, até Paulo VI, permitem distinguir logo três períodos:

1. *O primeiro, que vai da constituição Inter múltiplices, de Inocêncio VIII (1487), até o fim do século XIX, é caracterizado – somos forçados a reconhecer – por uma atitude de defesa, às vezes até violenta, em face da nova descoberta. Não que os papas não percebessem desde o início o valor e a significação da tipografia. Mas o contexto sociocultural e a mentalidade eclesial da época os levavam a ver na imprensa, sobretudo, os perigos que o seu uso comportava e os malefícios que a utilização abusiva dela semeava. Apenas 30 anos depois do primeiro livro impresso, o papa Inocêncio já exigia a censura prévia dos livros e cominava penas severas aos infratores. No fim do século seguinte, se estabeleciam as Normas Gerais de leitura de livros e o catálogo (Index) de livros proibidos, que alcançavam os nossos dias;*

2. *Com o papa Leão XIII (1878-1903), se pode vislumbrar um começo de atitude diferente. Não tanto nos textos, que enfatizam a utilização desses meios pelos católicos, a serviço da Igreja católica (a “Boa” Imprensa...), ainda muito marcados pela condenação até taxativa da liberdade de imprensa e da difusão de livros e periódicos considerados perigosos para a fé e/ou ofensivos à moral católica e aos bons costumes; mas, sobretudo, em alguns gestos: [...]a primeira audiência coletiva concedida por um papa a jornalistas profissionais, a de Leão XIII, em 1879, meses depois de eleito, ainda que pronunciada em latim! Esse mesmo gesto de abertura, já estendido ao rádio e ao cinema, vamos reencontrá-lo mais claro e mais positivo, não só em atitudes, como também nos textos. É o caso da segunda parte de “Vigilanti cura”, sobre o cinema. Nesse campo, como em vários outros, entretanto, o precursor de Vaticano II foi Papa Pio XII, de modo especial com a Encíclica “Miranda Prorsus”. [...]*

3. *O que dizer, então, da terceira fase, [que se iniciou] com o papa João XXIII (1958-1963) e o Concílio Vaticano II (1962-1966), e Paulo VI com e após o Concílio? Numa época em que as Comunicações Sociais, já incluindo a televisão, ocupam uma área cada vez maior nas atividades da sociedade contemporânea, tornando-se objeto de estudos aprofundados e comportando avanços permanentes e acelerados! Um lembrete importante: os documentos publicados nessa primeira parte são todos eles de procedência da Hierarquia da Igreja Católica. Vaticano II [...] veio lembrar-nos que a atividade e a vida da hierarquia não resumem, nem muito menos esgotam, a vida da Igreja, o Povo de Deus [...]. Quanto à problemática de todos os tempos, mas de que só do século passado para cá nos demos conta, é incontestável que mesmo a Instrução Pastoral “Comunhão e Progresso” ainda não conseguiu integrar na sua perspectiva, de maneira explícita e realista, as estruturas econômicas, socioculturais e políticas nas quais, queiramos ou não, estão de fato inseridas as atividades dos Meios de Comunicação Social (DALE, 1973, pp. 15-9).*

Tendo em vista o contexto dos séculos XV e XVI, que se referem a primeira fase⁴⁰ indicada por Dale⁴¹ (1973), no período colonial brasileiro a

⁴⁰ Nesse sentido, considerando os séculos XVIII e XIX, “o pontificado de Gregório XVI representa uma virada no empreendimento da irradiação da ‘luz evangélica’, consagra igualmente o encerramento no obscurantismo em matéria de comunicação. No tempo desse papa, surge a encíclica *Mirari vos* (1832), que é simplesmente um violento ataque à noção de ‘liberdade de imprensa’: ‘liberdade para difundir quaisquer escritos, essa liberdade

organização institucional da Igreja Católica esteve preocupada com a difusão de idéias, informações, padrões e normas cristã-católicas. Processualmente, a partir do Segundo Reinado, em especial nas últimas décadas do século XIX, uma nova relação (cf. MELO, 2004) passou a se constituir no campo da comunicação institucional, no que tange à formação da opinião pública, conforme indicado com a *questão religiosa*. Tanto que este período também esteve em consonância com as profundas alterações que ocorriam no Vaticano:

Ismar de O. Soares sugere que a atitude da Igreja diante da comunicação baseava-se em princípios morais e atitudes defensivas, ficando sob suspeita até o final do século XIX. No entanto, isto começa a mudar com o pontificado do papa Leão XIII (1878-1903). Na história da Igreja, esta foi uma época de grande desenvolvimento, marcada por uma nova fase da vida eclesial, voltada em direção ao mundo

Romeu Dale assinala que a importância desse período não está no conteúdo dos documentos publicados pela Igreja, todos, em geral, na linha dos precedentes. O significado especial desse período está na abertura de atitudes em relação à imprensa. Por exemplo, a primeira audiência coletiva concedida por um papa a jornalistas ocorreu em fevereiro de 1879 [...]. Ele enfatizou que era necessário opor “escrito a escrito”, “publicação a publicação”, e falou muitas vezes dessa postura aos bispos de diferentes regiões. (PUNTEL, 2005, p. 119)

Foi a partir do século XX, contudo, que se solidificaram os canais de discussão, formulação e difusão do pensamento católico, através dos meios de comunicação e de suas relações com a sociedade. A “Igreja teve sérias

detestável e que nunca será suficientemente execrada e que alguns ousam exigir e promover com tanto ruído’. Na origem desta reação, está a cólera do papa ao ler artigos sobre as ‘liberdades modernas’ decorrentes dos ‘princípios de 1789’, publicadas no jornal *L’Avenir*, criado em 1830 pelo católico liberal Lamennais, para o qual contribuem também Lacordaire e Montalembert. A doutrina do Vaticano mantinha-se fiel a uma linha traçada no fim do século anterior: a primeira encíclica sobre o assunto, emitida por Clemente XIII em 1766, na época da *Enciclopédia*, fustigava a *insolente e horrível licenciosidade dos livros que cada dia produzem em maior número!*” (MATTELART, 1994, p. 229-230).

⁴¹ Cf. CHIARADIA PEREIRA o Frei Romeu Dale acumulou experiência em diferentes atividades, na JUC, na CNBB, no SEDOC/Ed. Vozes, na UCBC entre outros órgãos, mas é relevante ressaltar que “entre 16 de setembro de 1976 e 22 de abril de 1977 [...] esteve à frente do jornal ‘O São Paulo’ como diretor. [...] Clarêncio Neotti coloca Frei Romeu entre os responsáveis pela abertura da Igreja Católica no Brasil para os veículos de comunicação” (CHIARADIA PEREIRA, 2005, p. 80).

dificuldades em reconhecer os valores positivos dos meios de comunicação” (PUNTEL, 2005, p. 120), processo que só se efetivou a partir das décadas de 30 e 40, com a expansão dos meios de comunicação (rádio e tv) e o processo de êxodo rural que permitiu a formação dos grandes centros urbanos brasileiros nas décadas posteriores.

Nesse sentido, a Igreja Católica começou a proclamar a fé cristã através dos meios ao seu dispor, como vias alternativas para difundir sua missão. A postura eclesial era a de usar as tecnologias dos meios de comunicação como um “campo de batalha”. (PUNTEL, 2005, p.119)

A iniciativa da Arquidiocese de São Paulo de se envolver institucionalmente na área da comunicação antecede as discussões dos documentos como a Encíclica *Miranda prorsus* (1957) e os editados a partir do Concílio Vaticano II, como o decreto *Inter mirifica*.

No que se refere à Carta Encíclica sobre cinema, rádio e televisão intitulada *Miranda prorsus*, editada pelo papa Pio XII em 08 de setembro de 1957 “é a segunda encíclica sobre a comunicação no século XX. Ela propõe e desenvolve novamente o pensamento da Igreja sobre os meios de eletrônicos, acrescentando às considerações de Pio XI algumas observações sobre o rádio e a televisão” (DARIVA, 2003, p. 33).

A encíclica *Miranda prorsus* surgiu como que um advento ao Concílio Vaticano II e ao decreto *Inter mirifica*, foi uma síntese dos avanços e contribuições proporcionados pelo papa Pio XII “sobre a comunicação social. Os seus mais de 60 discursos e textos variados sobre diversas áreas e questões

da comunicação são uma prova evidente do interesse desse papa no campo da comunicação social” (DARIVA, 2003, p. 33).

Como indicação do Concílio Vaticano II, o decreto *Inter mirifica*, foi o

segundo dos 16 documentos publicados pelo Vaticano II. Aprovado em 4 de dezembro de 1963, assinala a primeira vez que um concílio geral da Igreja se volta para a questão da comunicação. De fato, este documento tem grande importância [...]. Pela primeira vez, um documento universal da Igreja assegura a *obrigação* e o *direito* de ela utilizar os instrumentos de comunicação social. Além disso, o *Inter mirifica* também apresenta a primeira orientação geral da Igreja para o clero e para os leigos sobre o emprego dos meios de comunicação social (PUNTEL, 2005, p. 122).

Os avanços do Concílio Vaticano II foram significativos⁴², principalmente no que se refere ao conceito de “direito de informação”, pois “é intrínseco à sociedade humana o direito à informação sobre aqueles assuntos que interessam aos homens e às mulheres, quer tomados individualmente, quer reunidos em sociedade, conforme as condições de cada um” (PUNTEL, 2005, p. 125).

A pesquisa realizada está pautada na “recuperação da natureza processual da comunicação” (MELO, 2004, p. 56), rompendo, assim, com outras possibilidades de análise fragmentárias em que se estuda apenas o *marketing*, a recepção dos respectivos agentes de consumo ou a ideologia nos discursos. “Torna-se imprescindível contemplar a comunicação como processo social [...]. Trata-se de produzir conhecimento aplicável ou de fazer a crítica socialmente utilitária” (MELO, 2004, p. 56). Nesse sentido,

⁴² O documento *Miranda prorsus* “mostra uma grande capacidade de análise e uma proposta positiva com relação aos meios eletrônicos, o seu potencial e as exigências pastorais que deles derivam. Alguns críticos são de opinião que a qualidade deste documento é superior ao Decreto conciliar *Inter mirifica* e que o seu espírito está bem próximo do espírito da Instrução Pastoral *Communio et progressio* que seria publicada em 1971” (DARIVA, 2003, p. 33).

o pensamento católico sobre comunicação social no Brasil tem suas raízes fincadas no cenário da chamada *questão religiosa*, na segunda metade do século XIX, quando se dá a separação entre a Igreja e o Estado. Esse foi o episódio que suscitou maior repercussão histórica, depois dos conflitos ocorridos durante o regime colonial, quando marquês de Pombal, mandatário português, expulsou do território nacional a Companhia de Jesus.

Os bispos prontamente recorreram ao diálogo com a opinião pública, nas diferentes regiões do País. Trata-se de um movimento sutil, destinado a valorizar a imprensa como canal de difusão das idéias católicas, até então limitadas ao púlpito. No seu bojo afloraram mecanismos de defesa da instituição eclesial, em face dos ataques anticlericais desencadeados por setores da grande imprensa.

Por meio de cartas pastorais, os administradores diocesanos começam a difundir um ideário comunicacional geralmente pautado por estratégias reativas, adaptado de situações vividas pelas comunidades católicas da Europa. [...] Essa tendência permanece quase imutável durante toda a primeira metade do século XX, sofrendo alterações a partir de dois fatos da história contemporânea. O primeiro deles é o *aggiornamento* católico promovido mundialmente pelo papa João XXIII. O segundo é a nova questão religiosa que eclode no processo de endurecimento do regime ditatorial vigente no Brasil entre 1964 e 1985. Estimulados por Roma para adotar posturas modernas diante da mídia e, ao mesmo tempo, hostilizados pelos comandos militares nacionais, os bispos católicos despertam novamente para a contingência de reverenciar a opinião pública (MELO, 2004, pp. 297-8).

As análises do professor José Marques de Melo, da Universidade Metodista de São Paulo, enfatizam que, a partir da década de 60 do século XX, houve uma maior elaboração e reflexão por parte da Igreja Católica no tocante a essa área de atuação – o que, de certa forma, está em consonância com a constituição e implantação dos canais oficiais⁴³ de comunicação da Arquidiocese de São Paulo⁴⁴, que

⁴³ Tendo em vista que na década de 1950 o arcebispo cardeal Motta instituiu a Rádio 9 de Julho e o semanário *O São Paulo*.

⁴⁴ Nesse sentido, há uma vasta produção bibliográfica desde a década de 1980 que reflete sobre essa temática. Para um maior aprofundamento teórico, ver: FADUL, Anamaria. *Os Meios de Comunicação de Massa: um desafio para a Igreja*. (“O São Paulo” – 1979/1985). 1986. Tese de Livre-Docência apresentada à ECA/USP, São Paulo; MELO, José Marques de. *Comunicação Eclesial: utopia e realidade*. São Paulo, Paulinas/Sepac, 2005; CHIARADIA PEREIRA, José Aurélio. *Mídia e Igreja: do pensamento à ação comunicacional de Frei Romeu Dale*. 2005. Dissertação (Mestrado) apresentada à Umesp/Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo

tem sua sede na maior cidade brasileira, maior população, maior também no que se refere aos problemas sociais, fruto do crescimento desordenado, que, por sua vez, é fruto da industrialização que, plantando suas raízes na cidade, atraiu para ela milhões de pessoas de todo o País e do estrangeiro. De fato, para São Paulo se dirigem os constantes fluxos de migração interna, trazendo consigo sempre novos e maiores problemas. A Igreja não podia nem pode permanecer insensível aos problemas dessa população imensa. *Assim, entre as inúmeras iniciativas pastorais, aquela de buscar uma maior presença junto à população através de meios mais adequados se impôs em modo presente, principalmente a partir dos anos 50 [do século XX]. Foi então que a sensibilidade de alguns religiosos e o apoio do cardeal D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta tornaram possível a instituição de uma fundação que proporcionasse à missão pastoral da Igreja paulista o inestimável concurso dos meios de comunicação social. Foi criada, por conseguinte, a Fundação Metropolitana Paulista que se propunha “propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisiva, dentro do espírito democrático e cristão da nacionalidade brasileira, mantendo para tanto, excluindo qualquer intuito lucrativo, jornais, rádio-emissoras, serviço de televisão, agência noticiosa e similares” (PEREIRA⁴⁵, 1982, pp. 144-5, grifos nossos).*

Com as indicações de Pereira é possível compreender em que contexto e com quais objetivos a Arquidiocese ingressou no ramo dos meios de comunicação de massa, o que permitiu uma maior participação sociopolítica

do Campo-SP; “Enigmas da Comunicação Eclesial: pensamento comunicacional católico”. In: MELO, José Marques. *A Esfinge Midiática*. São Paulo, Paulus, 2004; PUNTEL, Joana T. *Cultura Midiática e Igreja*. São Paulo, Paulinas, 2005; PUNTEL, Joana T. *A Igreja e a Democratização da Comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1994; DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação Social na Igreja: documentos fundamentais*. São Paulo, Paulinas, 2003; LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo, Loyola, 1983; SOARES, Ismar de Oliveira. *Do Santo Ofício à Libertação*. São Paulo, Paulinas, 1988; SOARES, Ismar de Oliveira. “Boletins Diocesanos Católicos: veículos de comunicação a serviço dos marginalizados”. In: MELO, José Marques (Org.). *Comunicação e Classes Subalternas*. São Paulo, Cortez, 1980; BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, Vozes, 1994; DELLA CAVA, Ralph; MONTERO, Paula. *E o Verbo se Faz Imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis, Vozes, 1991; NEOTTI, Cláudio. *Comunicação e Igreja no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1994; PESSINATTI, Nivaldo Luiz. *Políticas de Comunicação da Igreja Católica no Brasil*. Petrópolis, Vozes/Unisal, 1998; KUNSCH, Waldemar Luiz. *O Verbo se Faz Palavra – Caminhos da comunicação eclesial católica*. São Paulo, Paulinas, 2001; PIERUCCI, Antônio Flávio. “Secularização e Declínio do Catolicismo”. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social*. São Paulo, Paulus, 2004; INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. *Presença Pública da Igreja no Brasil 1952-2002*. São Paulo, Paulinas, 2003.

⁴⁵ Pe. Antonio Aparecido Pereira defendeu em 1982, no Centro Internazionale per gli Studi sull’Opinione Pubblica, em Roma, a *Tesi di diploma in Giornalismo*, com o título *A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1978 (com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano “O São Paulo”)*. Na época, o referido clérigo foi a Roma estudar jornalismo a pedido do então arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, e desde seu retorno ao Brasil, após a conclusão dos estudos, passou a compor a equipe de produção do referido jornal.

frente à sociedade paulistana. E que, logo na década de 1960, estava em consonância com as mudanças indicadas pelo Concílio Vaticano II,

A nova posição da Igreja Católica frente os meios de comunicação a partir do Concílio Vaticano II instala um divisor de águas em relação à mídia [...]. Foi a primeira vez que um concílio ecumênico da Igreja abordou o assunto da comunicação, dando independência ao tema dentro da Igreja. Fez também um avanço em relação aos documentos anteriores ao conferir à sociedade o direito à informação (IM, n. 5), à escolha livre e pessoal, em vez da censura e da proibição (IM, n. 9). Além de reconhecer que é dever de todos contribuir para a formação das dignas opiniões públicas (IM, n. 8), o decreto assume os instrumentos de comunicação social como indispensáveis para a ação pastoral. Finalmente, o *Inter mirifica* oficializa o Dia Mundial das Comunicações, o único indicado por um Concílio da Igreja” (PUNTEL, 2005, p. 127).

Sobre a participação da Igreja junto aos meios de comunicação no Brasil na década de 1970, Pe. Antônio Aparecido Pereira fez um minucioso levantamento e afirma que

a Igreja Católica no Brasil, em modo lento e progressivo, conseguiu ter à sua disposição uma relativa quantidade de meios de comunicação, os quais, no ano de 1970, atingiram os seguintes números: 03 canais de televisão, 115 emissoras de rádio, 139 periódicos, 20 editoras. Em 1973, os dados divulgados no Boletim semanal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apresentavam-se [...] 119 emissoras e 152 jornais e revistas [...]. Tais números que, à primeira vista, podem parecer elevados, considerados dentro da realidade brasileira representam muito pouco. A Igreja dever exercer sua missão pastoral em um País de dimensões continentais, com uma população de quase 120 milhões de pessoas, não regularmente distribuída, de tal modo que as grandes concentrações urbanas se opõem pequenos núcleos separados uns dos outros por enormes distâncias (PEREIRA, 1982, p. 133).

Ainda, como um meio de comunicação bem próprio da Igreja Católica, há a edição de *Boletins Diocesanos*, que, segundo SOARES (1980, p. 145), “em 1977 perfaziam um universo de 124 boletins, com uma tiragem mensal da ordem de 174 mil exemplares”. No que se refere aos avanços da Igreja Católica

no Brasil o Frei Romeu Dale foi um artífice e precursor das mudanças na área da Comunicação Social,

o percurso comunicacional de Frei Romeu Dale situa-se entre as décadas de 50 e 80 [do século XX], quando a teologia católica passou por visível reformulação. É interessante notar que a mudança de postura da igreja em relação aos meios de comunicação social ocorre ainda no pontificado de Pio XII⁴⁶, mas, sobretudo após 1950. A abertura à mídia é reflexo da reconciliação com o mundo moderno galgada por teólogos eminentes do século XX, entre os quais, o redentorista Bernarde Häring⁴⁷ e os dominicanos Marie-Dominique Chenu e Yves Congar, que exerceram grande influência na geração de frades pregadores de que Frei Romeu Dale fez parte. *Um dos traços desta reconciliação é o abandono do discurso impositivo e a adoção de tendência propositiva por meio de uma teologia de caráter sereno e otimista, não polêmico nem apologético* (CHIARADIA PEREIRA, 2005, p. 19, grifos nossos).

A partir desse contexto, a posição que a Igreja Católica tomou frente aos MCS, foi, em certo sentido, formadora e capacitadora de seus fiéis, abandonando a idéia de ruptura com a modernidade e reconciliando-se com o mundo contemporâneo e seus MCS. Dessa forma, colaborou no processo de formação dos seus quadros internos, tendo em vista que os “grupos que se articulam política ou religiosamente manifestam maior consciência em relação aos meios ou chegam mais facilmente a questioná-los” (MORÁN, 1982, p. 18).

As reflexões sobre essa relação da Igreja Católica e os MCS envolve aspectos que Mattelart (1999) ao apropriar-se da análise de Baudrillard, apresenta com sensibilidade e profundidade a respeito da relação indivíduo e comunicação na sociedade contemporânea merecedora de destaque:

⁴⁶ Pio XII governou a Igreja de 2 de março de 1939 a 9 de outubro de 1958.

⁴⁷ Para uma idéia do trabalho destes teólogos, sugerimos a leitura de MONDIN, *Os Grandes Teólogos do Século XX – Teologia Contemporânea*. São Paulo, Teológica, 2003 (HÄRING *apud* CHIARADIA PEREIRA, 2005, p. 19).

vê nas escaladas tecnológicas e no aumento de sua sofisticação, tanto em dimensão planetária, como intimidade doméstica, o avanço de um sistema de controle que é exaltado em nossa “fantasia de comunicação”: a compulsão geral por existir em todas as telas e no interior de todos os programas. “Sou um homem, sou uma máquina? Não há mais resposta para essa questão antropológica” (BAUDRILLARD *apud* MATTELART, 1999, p. 183).

As contribuições de teóricos da antropologia, sociologia, política, geografia, psicologia, psiquiatria, história e economia a respeito da área comunicacional são inesgotáveis, a ponto desse novo ambiente contemporâneo-tecnológico-midiático forçar considerações analíticas acerca das

dimensões maquínicas na produção da subjetividade. Foi uma questão que preocupou até o fim o psicanalista Félix Guattari, morto em 1992. Ele pensava que as máquinas tecnológicas de informação e comunicação, da informática à robótica, passando pela mídia operam “no centro da subjetividade humana, não só em suas memórias, em sua inteligência, mas também em sua sensibilidade, em seus afetos e em seu inconsciente” (MATTELART, 1999, pp. 179-80).

Na busca da melhor caracterização dessa relação da sociedade contemporânea e seus indivíduos e a área comunicacional, há que destacar também as contribuições clássicas, a respeito, por exemplo, do papel da mídia e seus efeitos sobre o imaginário coletivo e a opinião pública. Nessa abordagem o conceito de “sociedade de massa” é de profunda relevância, tendo em vista que a massificação social é um processo em que:

- 1) o número de pessoas que expressam opiniões é muito menor que o número de pessoas para recebê-las, pois a comunidade de públicos se transforma numa coleção abstrata de indivíduos que recebem impressões através de veículos de comunicação de massa.
- 2) As comunicações que predominam são tão organizadas que é difícil ou impossível ao indivíduo responder imediatamente, ou com qualquer eficiência.
- 3) A colocação da opinião em prática é controlada pelas autoridades que organizam e fiscalizam os canais para tal ação.
- 4) A massa não tem autonomia em relação às instituições – pelo contrário, os agentes de instituições autorizadas nela penetram,

reduzindo-lhe a independência que possa ter na formação da opinião pela discussão [...]. Numa sociedade de massas, o tipo de comunicação dominante é o veículo formal, e os públicos se tornam apenas simples mercados dos veículos, expostos que são ao conteúdo dos veículos de comunicação em massa (MILLS, 2002, pp. 263-4).

A partir dessas referências teóricas é possível pensar os contextos e os processos que se desenvolveram a partir da relação entre a Igreja Católica e os MCS de massa,

não se pode negar, evidentemente, que a concorrência entre diferentes credos religiosos faça da capacidade de promover conversões o problema crucial da sobrevivência de qualquer culto. No entanto, fazer uma transposição pura e simples da concorrência industrial para a concorrência religiosa é deixar de levar em conta algumas diferenças fundamentais. (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 68)

Ainda, deve-se deixar claro que o Vaticano foi um dos primeiros proponentes a utilizar-se dessa forma de comunicação,

a religião institucionalizada que teve mais explicitamente uma vocação transnacional foi o próprio cristianismo. [...] O primeiro projeto transnacional religioso foi a Rádio Vaticano, fundada em 1931 por Marconi, para que o papa pudesse passar sua mensagem para todas as comunidades cristãs do mundo (CARVALHO, 1998, p. 85).

A mídia religiosa é um instrumento por excelência de comunicação entre os adeptos e os representantes da Instituição, em que temas podem ser abordados com maior abrangência, as opiniões e as idéias são expostas com clareza e as informações podem ser direcionadas no sentido de transmitir ao fiel exatamente o que se quer⁴⁸. “O fenômeno religioso tem, é claro, sua especificidade própria, que o faz diferente de qualquer outro produto cultural veiculado pelos meios de comunicação.” (MONTERO; DELLA CAVA, 1986,

p. 67). Como já citado, as contribuições da Igreja Católica à área comunicacional são históricas, e inclusive,

a linguagem religiosa legou à posteridade o termo propaganda, contemporâneo da estratégia de recristianização nos tempos da Contra-Reforma. Dois séculos mais tarde, as redes da comunicação missionária estão nos postos avançados da expansão européia. Michel Chevalier fazia das redes da Igreja um modelo, e da comunicação uma religião laica. As lutas pela hegemonia lingüística que se intensificam no mundo no último quarto do século XIX recorrem, igualmente, à linguagem da propagação, inerente à ideologia da irradiação cultural (MATTELART, 1994, p. 223, grifos nossos).

A partir desses aspectos, a análise dos editoriais do semanário *O São Paulo* buscou perceber “a maneira pela qual [a Igreja Católica] articula-se internamente no sentido de responder às questões colocadas pela conjuntura política e econômica do País” (ARBEX JR., 1992, p. 92). Tem-se como exemplo dessa análise a tensão entre o Estado e a Igreja Católica da Arquidiocese de São Paulo, em que é possível citar o episódio acerca da preparação das comemorações da independência do Brasil em 1972, quando ocorreu um “descompasso” entre os organizadores militares e a cúpula eclesiástica. Um editorial d’*O São Paulo* explicitava à sociedade sua versão sobre os processos preparativos para as comemorações, em que “reconhecia que alguns poderiam achar estranha a separação de cerimônias, mas explicava que a CNBB queria evitar misturar religião com o ‘tom festivo, profano e até marcial’ da comemoração do governo” (SERBIN, 2001, p. 253).

⁴⁸ “Em vez de a religião ser justamente a atividade que devolve um outro senso de realidade ao indivíduo exposto a esse mundo de simulacros, além de oferecer-lhe uma resposta às questões finais e mais transcendentais da existência humana, ele também acaba se convertendo em um ingrediente a mais dessa estratégia de ilusão vendida pela mídia. Em vez de se opor à fantasia midiática, ela agora se soma a ela.” (CARVALHO, 1998, p. 107)

Nessa perspectiva teórica, em relação ao editorial, seu “discurso consiste em uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de aprender a conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana” (MELO, 1992, p. 92).

Ao analisar os editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*, José Arbex Jr. indicou que a “definição de editorial como ‘espaço de contradições’ não significa, necessariamente, que os diversos interesses em jogo [...] exerçam permanentemente uma pressão direta na defesa desta ou daquela posição” (ARBEX JR., 1992, p. 94). No entanto, estabelecendo um vínculo com o período de estudo deste trabalho, é possível destacar sobre o golpe militar de 1964 e os MCS, que existiam “ligações entre setores das classes dominantes na área política e os grupos econômicos nacionais e transnacionais mais expressivos. Assinala também o apoio dos meios de comunicação à conquista do poder em 64” pelas Forças Armadas (MORÁN, 1982, p. 10).

2.3 A Arquidiocese de São Paulo e os meios de comunicação social

Tendo em vista os aspectos expostos inicialmente sobre a temática, é possível compreender as relações estabelecidas entre a Metrópole e o Padroado Régio na América e que se fazia necessário remeter informações à Europa acerca dos principais fatos e procedimentos tomados nas “Terras Além-Mar”.

Para que isso acontecesse, o principal sistema de comunicação nos séculos XVI a XVIII foram as cartas⁴⁹. Os jesuítas eram grandes colaboradores e usuários desse meio de comunicação, motivo pelo qual foi organizado o Arquivo Romano da Companhia de Jesus em Roma (Arsi).

O Arsi significa para os jesuítas o mesmo que a Internet representa hoje para o mundo: uma gigantesca fonte de informações sobre tudo. Sua origem remonta a 1540, ou seja, desde o início da Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola. Partiu dele a orientação para os superiores da Companhia escreverem para o provincial, e estes ao padre geral, a cada quatro meses, uma carta com informações sobre o trabalho missionário. Sempre em duas vias: uma em latim e outra, com o mesmo teor, preferencialmente na língua local do território onde estava o jesuíta (MORENO, 2004, p. 2).

Nesse sentido, “as cartas de José de Anchieta [...] revelam os primeiros anos de São Paulo, o cotidiano de seus moradores e a cristianização dos indígenas” (MORENO, 2004, p. 3). O uso da correspondência é uma das principais características do sistema de comunicação responsável pela difusão de informações. Até

a expulsão da Companhia [de Jesus], no Brasil e no Pará-Maranhão, superiores, padres e irmãos não deixaram de escrever cartas, informes, relatórios e crônicas em que se recolheu a vida e o cotidiano da Companhia nas Colônias [...]. Suas cartas foram se acumulando em diversas casas de governo e hoje se encontram nos arquivos de Roma, Lisboa, Évora, Rio de Janeiro e Madri (LONDOÑO, 2002, p. 11).

Esse sistema de comunicação permite perceber que a presença da Igreja Católica, onde é hoje a Arquidiocese de São de Paulo⁵⁰, em meio à metrópole

⁴⁹ “As cartas de Anchieta [e dos demais jesuítas] descrevem os enormes desafios das novas terras na incipiente vila” (VILHENA; PASSOS, 2005, p. 558).

⁵⁰ Atualmente, a Arquidiocese de São Paulo é composta pelas seguintes regiões episcopais: Belém, Brasilândia, Ipiranga, Lapa, Santana e Sé. Informação disponível em: <<http://www.arquidiocese-sp.org.br>>, acessado em 14 jun. 2005 e no Apêndice I.

Paulista, sempre foi marcada pelo desenvolvimento da área comunicacional e as cartas

constituíam assim um espaço de tensão, de negociação, de recuos e principalmente de ação [...], era] um sistema de informações destinado a ajudar na tomada de decisões e na realização de ações (LONDOÑO, 2002, p. 30).

Como se pôde observar, ao longo dos últimos 450 anos em São Paulo a Igreja Católica, enquanto organização institucional, atuou frente à sociedade nas mais diferentes épocas. Na fase inicial da colonização os jesuítas⁵¹ foram a mais forte expressão desta atuação. A citação a seguir indica incisiva ação jesuítica junto dos “nativos” em São Paulo de Piratininga:

CARTA TRIMESTRAL, DE MAIO A AGOSTO DE 1556, PELO IRMÃO ANCHIETA. SÃO PAULO DE PIRATININGA (AGOSTO DE 1556)
 [...] seguimos a mesma ordem na doutrina dos índios: chamam-se todos os dias duas vezes à Igreja, a toque de campainha, ao qual acodem as mulheres ora umas ora outras, e não só aprendem as orações na própria língua, mas também ouvem práticas e são instruídas no conhecimento das coisas da fé. Algumas são tão fervorosas que não passa quase dia que não venham duas vezes à Igreja, sem deixar de o fazer por causa do frio, que é agudíssimo neste tempo (ANCHIETA *apud* VIOTTI, 1984).

Esses aspectos históricos e centenários associam a formação da cidade de São Paulo, a Igreja Católica e os meios de comunicação. A relação explicitada entre os jesuítas, a origem da cidade e o sistema de comunicações da época iniciaram o processo que permitiu, ao longo dos séculos, o estabelecimento de canais de comunicação oficiais⁵² na Arquidiocese⁵³ para a região metropolitana e, de certa, forma para o País.

⁵¹ É relevante destacar que “os jesuítas, desde sua chegada com Tomé de Souza, em 1549, até a expulsão por Pombal, em 1759, foram praticamente os únicos a assumirem a educação no Brasil” (AMARAL, 2005, p. 355)

⁵² Como o semanário *O São Paulo* e a Rádio Nove de Julho, fundados a partir da segunda metade do século XX.

Ao longo das décadas, desde o processo de colonização até o século XXI, a Igreja Católica se firmou como uma das principais instituições religiosas na cidade de São Paulo, com uma participação intrínseca nos diversos aspectos constitutivos da sociedade paulistana. Cabe ressaltar que, “no panorama nacional, a Igreja e a mídia continuam imbatíveis como instituições detentoras de credibilidade pública”⁵⁴ (MELO, 2004, p. 302).

Para Puntel, a comunicação de massa⁵⁵, que passou a fazer parte do cotidiano da Arquidiocese de São Paulo por meio da Rádio 9 de Julho e do jornal *O São Paulo*, possui aspectos importantes que devem ser destacados:

uma dessas características, que recebeu muita atenção na literatura sobre a mídia, é que a comunicação de massa envolve certos recursos técnicos e institucionais de produção e difusão. Em outras palavras, o desenvolvimento da comunicação de massa é inseparável do desenvolvimento das indústrias de mídia. A comunicação de massa também envolve a exploração comercial de inovações técnicas, isto é, “mercantilização das formas simbólicas”, que podem estar sujeitas a dois tipos principais de valorização: “valorização simbólica” (formas simbólicas enquanto valores simbólicos) e “valorização econômica” (valores econômicos: mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado por dinheiro). A terceira característica [...] é que a comunicação de massa institui uma ruptura estruturada entre a produção de formas simbólicas e sua recepção [...]. Assim, os produtos são postos à disposição de uma pluralidade de destinatários pelas indústrias de mídia (PUNTEL, 2005, p. 42).

⁵³ O conceito institucional de Arquidiocese é uma estrutura eclesial e verticalizada, vinculada ao Vaticano e ao papa, que tem incluída a relação arcebispo/bispos auxiliares/padres e religiosos(as)/fiéis.

⁵⁴ “A pesquisa efetuada pelo Instituto Datafolha, no período de 18 a 20 de julho de 2001, constata que as igrejas – católicas e protestantes – foram apontadas como as instituições dotadas de maior credibilidade pública, perfazendo 41% das preferências nacionais. A mídia (jornais, televisões, rádio, Internet e revistas) figura com 39% das indicações. A menção de outras instituições é francamente inexpressiva: judiciário (4%), governo federal (3%), clubes de futebol (2%), Congresso Nacional (1%), partidos políticos (0%)”. Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 14 ago. 2001, p. B-16.

⁵⁵ “As origens da comunicação de massa remontam ao final do século XV, quando as técnicas associadas à prensa tipográfica de Gutenberg foram adotadas por um grande número de instituições dos principais centros comerciais da Europa e exploradas com a finalidade de produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos.” (PUNTEL, 2005, p. 40)

Desse modo, em 1956 a publicação de um jornal arquidiocesano semanal, no caso *O São Paulo*, foi a expressão católica junto aos meios de comunicação de massa – aqui, na forma impressa. Por isso, o referido semanário não é um boletim da Arquidiocese, meio de comunicação comum nas Dioceses, em que “a maioria talvez não passa de arquivo onde são reproduzidos textos de outras fontes, ou mesmo de simples depositários de exortações pastorais e atos administrativos e hierarquia local” (SOARES, 1980, p. 145). Ratificando essa perspectiva de análise sobre *O São Paulo*, deve-se ressaltar:

desde os seus primeiros números é possível notar que o periódico, não obstante uma série de limitações técnicas e financeiras, não seria apenas mais um representante da tradicional “imprensa religiosa” motivada muito mais por preocupações apologéticas e devocionais do que com uma informação séria (PEREIRA, 1982, p. 146).

Desde a sua criação, ainda antes do advento do decreto *Inter mirifica*, a Fundação Metropolitana Paulista tinha como presidente natural o arcebispo de São Paulo. Esta

pôs mãos à obra na concretização dos seus objetivos e em 1954 já mantinha a “Rádio 9 de Julho”⁵⁶. *Dois anos depois, no dia 25 de janeiro de 1956, D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta apresentava o primeiro número de um semanário católico, destinado a ser o órgão oficioso da Arquidiocese. Trazia o título de “O SÃO PAULO” e este título, segundo o cardeal, subentendia todo um “programa de*

⁵⁶ A título de esclarecimento: “A Rádio 9 de Julho nasceu em 1953 com autorização temporária para preparar e comemorar o 4º Centenário em 1954 da Cidade de São Paulo, fundada por Nóbrega e Anchieta ao redor do Colégio dos Jesuítas. Tinha a frequência de 540 kHz para Ondas Médias e 49 metros para Ondas Curtas, com a potência de 10 *kilowatts*, cobrindo todo o Estado de São Paulo, a maioria dos Estados do Brasil e muitos países latino-americanos. Quando terminaram os festejos do 4º Centenário de São Paulo, o presidente da República em exercício, Café Filho, ofereceu as duas emissoras em OM e OC para a instituição quatrocentona da Cidade e o cardeal Mota aceitou bem. Para receber a concessão, fundou a Sociedade Comercial Rádio 9 de Julho Ltda., composta pelo arcebispo, quatro bispos auxiliares e dois padres. Registrada na Junta Comercial com o nº 182.647, dia 29 de julho de 1955. A concessão da Rádio 9 de Julho à Arquidiocese de São Paulo foi feita pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, através do Decreto nº 37.744 de 12 de agosto de 1955. Após a instalação no prédio da rua Wenceslau Brás, no centro da cidade, com a operação em caráter experimental, a emissora da Arquidiocese entrou oficialmente no ar a 2 de março de 1956”. Disponível em: <http://www.arquidiocese-sp.org.br/cpub/pt/Radio/radio_historia.php>, acessado em 6 fev. 2006.

apostolado nos arraiais da imprensa paulista” (PEREIRA, 1982, p. 145, grifos nossos).

Dessa forma, partindo para uma caracterização mais precisa sobre o referido semanário, entende-se que foi criado⁵⁷ para ser “um instrumento de comunicação dedicado a refletir os acontecimentos à luz da doutrina da Igreja e das linhas de pastoral da CNBB e, particularmente, da Igreja que está em São Paulo” (PEREIRA, 1982, p. 146). Assim, é possível indicar, a partir da fala de Dom Paulo Evaristo Arns, que essa fase inicial de

O São Paulo foi bastante conservadora, o que causou-me grande admiração, pois *O São Paulo* deveria ter continuado no Brasil comandado pelo cardeal Motta, mas não continuou. Quando cheguei aqui em São Paulo de fato era um jornal assinado mais por compaixão do que por paixão, por isso acho que foi um período bastante difícil. Então entreguei em um período para uma equipe de jornalistas leigos e orientados por mim, mas, como a Arquidiocese de São Paulo não quis arcar com os custos, tivemos que abreviar o tempo de colaboração com essa equipe [...]; de sete mil assinantes nós imediatamente subimos para 30, 40, 50 mil e hoje certamente, quem sabe, o jornal do Estado inteiro de São Paulo ou até parte do Brasil [...]. Depois houve sempre novos períodos até o momento da intervenção do governo totalitário [principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional n. 5], que impôs a todos os meios de comunicação o silêncio sobre os fatos mais interessantes para o povo (ARNS, 2001).

Em maio de 1966, Dom Paulo Evaristo Arns foi transferido da cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, para a Arquidiocese de São Paulo, na condição de bispo auxiliar para a Região Norte do então cardeal Agnelo Rossi; em 1970, tornou-se arcebispo e, em 1973, foi nomeado cardeal (ARNS, 2001). A sua

⁵⁷ Foi criado e estava em consonância na década de 1960 com as iniciativas do “Secretariado Nacional de Ação Social, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, [que promoveu um...] Encontro de Diários e Semanários católicos, [e] foi criada a *União Nacional Católica de Imprensa* (UNCI). A União se destinava a congregar jornalistas e publicações católicas de todo o País, no intuito de desenvolver, aperfeiçoar este setor do apostolado, através de meios vários. A UNCI [...] conseguia levar com efeito em São Paulo (SP) um seminário ministrado por professores de alto gabarito da imprensa norte-americana: mais de 60 participantes, sendo quatro paraguaios...[Posteriormente, quase uma década] Profissionais católicos de comunicação social, reunidos em 31

vinda a São Paulo acabou sendo vinculada à área da comunicação⁵⁸ da Arquidiocese⁵⁹ e desde a condição de bispo auxiliar já atuava junto à equipe do *O São Paulo*.

Há um número restrito de pesquisas produzidas a partir do semanário *O São Paulo*. A referida obra de Pereira é a primeira que se utiliza da análise de um período de edição do semanário, seguida por Fadul (1986). Outra referência de pesquisa é a desenvolvida junto a Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção (São Paulo), pelo Grupo de Estudos Multi-disciplinar sobre "A ditadura militar e a censura ao semanário 'O São Paulo' da arquidiocese de São Paulo" coordenado pelo Dr. Ney de Souza⁶⁰.

de julho a 2 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro, para constituírem a União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC)" (DALE, 1973, pp. 508-9).

⁵⁸ Ao ser inquirido sobre a experiência profissional na área de jornalismo, Dom Paulo afirma que: "Como jornalista comecei praticamente aos 12 ou 13 anos, quando o redator da revista do seminário me pediu o primeiro artigo. Depois disso nunca mais deixei de escrever. Primeiro nós formamos jornais internos de classe ou de alunos e depois escrevíamos para as cinco revistas da Editora Vozes. Sempre escrevi, toda semana eu escrevia um artigo, mesmo morando em Paris. Eu fazia um passeio no domingo à tarde, quando podia, e na volta – todos os dias, sem exceção – eu escrevia um artigo para alguma revista aqui do Brasil e recebia em troca livros de literatura brasileira – de graça, naturalmente – para poder acompanhar a evolução do Brasil. Quando voltei da Europa com doutorado em letras fui nomeado professor de letras em Bauru e ajudei a fundar a Faculdade e Universidade do Coração de Jesus; fui o iniciador da cadeira de francês e de literatura francesa. Depois fui transferido a Petrópolis e lá fiquei 10 anos e meio, ensinando literatura e história antiga, mas sempre também com liturgia moderna, unindo as duas pontas da história. Mas também sempre apreciei os nossos grandes expoentes da literatura, particularmente aqueles que exprimiam a situação do povo brasileiro, como ainda faço até hoje. Não deixo de ler o jornal, mesmo que seja rapidamente, mas sempre procuro saber como o povo se exprime e como o povo vive, como se pode melhorar essa situação" (ARNS, 2001).

⁵⁹ A preocupação com os meios de comunicação social esteve presente durante seu arcebispado, tanto que a publicação *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, estudo realizado pelo Cebrap para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, alertava sobre os diversos problemas vinculados à comunicação e à sociedade paulistana: "não são poucas as análises que mostram o caráter 'mecânico', 'autoritário', 'alienado' do comportamento popular nas sociedades de massa. É fácil entender que se sublima a apatia política quando se sabe que, ao lado da limitação coercitiva das formas de organização e expressão social, as classes dominantes constroem uma espécie de 'cultura da ilusão'. O progresso técnico nos meios de comunicação, o fascínio da TV e a rigidez do sistema político são, sem dúvida, instrumentos eficazes para cimentar, com conformismo, expectativas sempre diferidas ('o que não posso fazer meus filhos farão'; 'o futuro será melhor que o presente' etc.). A ideologia da propaganda faz do consumo – inexistente para a maioria – o valor maior da realização cotidiana. Chama a atenção especialmente a impostura que consiste na criação de uma atmosfera de consumismo numa realidade de carência, a partir da ampla difusão publicitária de artigos de luxo em veículos de comunicação como a televisão, que atingem principalmente uma população para quem falta o essencial" (KOWARICK; BRANT, 1982, p. 147).

⁶⁰ O referido grupo já conta com a publicação de um artigo sobre essa temática de um dos seus componentes, ver Gomes (2005).

Nesse sentido, o cardeal Arns ressalta a relevância dos estudos nos arquivos d’*O São Paulo*, ressaltando a obra

do atual redator e diretor do jornal *O São Paulo* [...], essa mesma tese [que] foi defendida em Roma, no Centro Internacional dos Estudos de Opinião Pública e que tem como título *A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil de 1968 a 1978* e foi defendida pelo padre – hoje, cônego Antônio Aparecido Pereira, que, aliás, é um jornalista de mão cheia, e ainda como estudante foi convidado a ser professor na Casper Líbero, embora ele não aceitasse porque nem eu queria que fosse (ARNS, 2001).

Ao compreender o processo de constituição desse semanário é possível perceber que a história d’*O São Paulo*

é muito poderosa porque ele veio substituir o antigo jornal que existia há dezenas de anos e se chamava O Legionário. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, em 1956, exatamente no dia 25 de janeiro, resolveu criar um novo jornal – O São Paulo –, que no entender dele deveria estar voltado para o apostolado da boa imprensa. Veja! A linguagem antiga era essa, a defesa dos bons costumes, a defesa da sã doutrina da Igreja, enfim, um jornal que fosse voltado para o apostolado, também apostolado cristão. Então o jornal começou a existir no dia 25/01/1956 e ao longo dos seus 45 anos de existência cada bispo [arcebispo] foi uma fase do jornal O São Paulo (PEREIRA, 2001, grifos nossos).

A Igreja Católica de São Paulo instituiu o periódico com uma perspectiva dogmática e “vigilante” da moral e dos bons costumes cristãos, em consonância com as

mudanças profundas caracterizadas pela aceitação desconfiada dos novos meios. O exercício do controle sobre a imprensa, a vigilância sobre o cinema e rádio marcaram a trajetória da Igreja na época. Entretanto, a sociedade, que se transformava rapidamente, impelia a Igreja a “adaptar-se aos novos tempos” e o comportamento eclesial sofreu alterações: “começa a aceitar, ainda que desconfiadamente, os meios eletrônicos”. Sobretudo, começa a fazer uso, a servir-se dos meios para a difusão das suas mensagens (PUNTEL, 2005, p. 130).

Cardeal Arns foi um artífice dessa nova linha de abordagem da Igreja Católica frente aos meios de comunicação. Ao chegar em 1966 em São Paulo, já encontrou em pleno funcionamento o jornal *O São Paulo* e a *Rádio Nove de Julho*, porém foi no seu arcebispado que o Estado sob o controle do Comando Militar promoveu a repressão a esses canais de difusão da Arquidiocese, que estavam envolvidos com as demandas sociais e as denúncias contra os abusos contra os direitos humanos. Segundo Gomes

a imprensa católica da Arquidiocese de São Paulo juntamente com seu bispo D. Paulo Evaristo Arns foram perseguidos e difamados. O jornal “O São Paulo” foi censurado inúmeras vezes. As notícias censuradas foram substituídas por anúncios até “estamparem” grandes lacunas sem notícias alguma em suas páginas. A censura prévia foi baseada em leis impostas ao meio de comunicação e a população sem direito de manifestação. Reivindicar foi insubordinação grave reprimida com a violência própria do regime (GOMES, 2005, p. 141).

Foi no governo do general Garrastazu Médici (1969-74) que os meios de comunicação foram censurados, “a Rádio 9 de Julho emissora da Arquidiocese de São Paulo foi lacrada [...] sendo reinaugurada 26 anos depois” (GOMES, 2005, p. 141). O semanário *O São Paulo* teve sua censura prévia “publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de Junho de 1973” (GOMES, 2005, p. 142), foi o Ministério da Justiça que fez os encaminhamentos e processos sobre da censura prévia (GOMES, 2005, p. 142).

Ratificando as informações sobre a perseguição imposta a setores da Arquidiocese de São Paulo, Dom Benedicto de Ulhôa Vieira (2000)⁶¹ expôs que os meios de comunicação sofreram forte repressão e censura militar,

o general Médici, que era presidente, fechou a rádio Nove de Julho, que foi agora devolvida ao novo arcebispo de São Paulo, foi fechada a rádio, lacrada [...] Médici foi um homem assim muito insensível. Eu acho que ele passa a história do Brasil como um dos piores governos que nós já tivemos, pela desumanidade, pela maldade. Ele tinha consciência da tortura no Brasil e tudo mais [...]. A censura do jornal *O São Paulo* era tremenda, os sensores iam à noite para a tipografia onde se imprimia o jornal...

Segundo Pe. Pereira, no que se refere à censura, não havia um protocolo institucional do Ministério da Justiça ou da Polícia Federal para que a mesma fosse iniciada⁶². Dessa forma o processo de

crescente pressão sob o semanário [...] teve seus inícios em março de 1971 [...]. Em março de 1971, iniciam os telefonemas proibitórios. Em maio, o Superintendente da Polícia Federal de São Paulo faz uma visita de cortesia ao diretor responsável pelo jornal. Este, durante uma hora, esclarece as várias posições do jornal e da própria Igreja. De Junho a dezembro do mesmo ano, multiplicam-se os telefonemas, em execução de ordens vindas de Brasília. Eram ordens verbais. “Jamais se conseguiu alguma comunicação por escrito, mesmo quando as proibições eram de maior importância”. No ano de 1972 teve início a censura na tipografia onde é impresso “O São Paulo” e no mês de maio o jornal deveu circular com espaços em branco por ter sido cortada uma matéria sobre acontecimentos envolvendo Dom Pedro Casaldáliga e Padre Jentel da Diocese de Conceição do Araguaia. [...] No mês de dezembro, uma pessoa credenciada apresentou-se na Redação-Administração do semanário para iniciar a censura permanente e prévia na própria redação e às

⁶¹ Dom Benedicto de Ulhôa Vieira (09.10.1920), foi ordenado sacerdote em São Paulo em 08.12.1948 por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta após os estudos no Seminário Central do Ipiranga em São Paulo. Sua Ordenação Episcopal aconteceu em 25.12.1972 e passou a atuar como Bispo Auxiliar em São Paulo até 1978. Segundo as informações da entrevista, durante esse período, exerceu as funções de Reitor e Vice-reitor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de vigário dos universitários e vigário geral da Arquidiocese. No episódio em que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi invadida pelas tropas do Coronel Erasmo Dias juntamente com o Delegado Romeu Tuma e a prisão dos estudantes, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns estava em viagem no exterior, e Dom Benedicto, que era o responsável pela Pastoral Universitária, foi quem esteve junto dos estudantes e realizou a interlocução com os militares, dando respaldo aos que estavam detidos (LANZA, 2001).

⁶² Essa informação entra em contradição com o exposto por GOMES onde indicada que a censura prévia foi “publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de Junho de 1973” (GOMES, 2005, p. 142).

quartas-feiras [...] Dias depois, um telefonema avisava que “por ora, a medida estava suspensa”. A já então práxis de censurar por telefone continuou por toda a primeira metade de 1973, ampliando sempre mais o elenco dos assuntos proibidos (PEREIRA, 1982, pp. 162-3).

Durante os anos da década de 1970 a censura prévia⁶³ instituída se fez presente nas edições d’ *O São Paulo*, até que

surpreendentemente, no dia 8 de junho de 1978, quando a edição de “O São Paulo”, correspondente à semana compreendida entre os dias 10 e 16 do mesmo mês, já estava fechada, devidamente censurada, como de costume, um telefonema aos diretores do semanário comunicou que, a partir daquela data, não haveria mais a censura. Às pressas, então tratou-se de reabrir a edição para incluir a notícia que foi redigida nestes termos:

‘Título: ACABOU A CENSURA NO JORNAL “O SÃO PAULO”

O funcionário da Polícia Federal que se identifica como Dr. Richard dispensou o jornal O SÃO PAULO de submeter, daqui para frente os seus originais à censura prévia. A comunicação no foi feita no fim da tarde de quinta-feira, por telefone. Foi assim: O funcionário do jornal que nos trouxe a última remessa de originais foi portador de uma solicitação: devíamos telefonar à censura. Quem nos atendeu informou: “Aguarde um momento, o Senhor vai falar com o Dr. Richard”

A explicação foi sucinta: daqui para frente não precisamos mais enviar nossos originais à censura.

Dr. Richard se recusou a dar outras explicações e recusou terminantemente a documentar a comunicação. [...]’

A censura, portanto, acabou como havia começado: pelo telefone, sem que houvesse um documento escrito decretando⁶⁴ o seu término, com não tinha havido, sete anos antes, decretando o seu início (PEREIRA, 1982, pp. 183-4, grifos nossos).

⁶³ Durante esses anos de grande dificuldade aos meios de comunicação da Arquidiocese de São Paulo, a mesma mantinha por meio da Fundação Metropolitana Paulista “um Centro de Informação denominado “ECCLESIA”, responsável por muitas iniciativas no campo pastoral dos Meios de Comunicação Social. Duas dessas iniciativas consistem na edição de um Boletim Informativo denominado “Boletim CIEC” e na redação do semanário “O SÃO PAULO” [...] - Tratando-se de um boletim de informação oferecido à imprensa em geral, o CIEC não esteve sob censura, uma vez que esta era feita às publicações dirigidas ao público. – Registrou em suas páginas e em seus editoriais todas as investidas da censura contra o semanário. – Sendo editado contemporaneamente com o jornal, não poucas vezes publicou as matérias vetadas naquele periódico. – Constituiu, por assim dizer, o único veículo de informação, denúncia e protesto contra a censura, uma vez que “O SÃO PAULO” era impedido até mesmo de informar que era censurado” (PEREIRA, 1982, pp.160-1)

⁶⁴Cf. já indicado em nota anterior: essa informação entra em contradição com o exposto por GOMES (2005, p. 142) ao afirmar que a censura prévia foi “publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de Junho de 1973”.

O jornal *O São Paulo*, editado no contexto exposto acima, é a principal fonte de investigação desse trabalho. Análises das edições⁶⁵ e entrevistas com sujeitos envolvidos com a sua elaboração e edição subsidiaram a pesquisa realizada.

⁶⁵ Conforme já indicado, em especial dos editoriais e das manchetes da primeira página.

III – FUNDAMENTOS PARA A PESQUISA: O SÃO PAULO

Quero me referir à atitude ingênua – mas profundamente comum e aceita – segundo a qual o único conhecimento válido é o “científico”: supostamente universal, acumulativo, permanente, assim como absolutamente verdadeiro e bom. [...]

Essa idolatria da ciência me preocupa pelo menos por dois motivos: Um: esta é a imagem das ciências divulgada pela maior parte das escolas, meios de comunicação, empresas e exércitos que conheço (de “esquerda”, “direita” ou seja lá o que for!). Dois: julgo que tal imagem das ciências contribui para que muita gente não queira ver nem fazer nada diante da grave contribuição das mesmas ciências para o armamentismo, a destruição do meio ambiente, a miséria crescente e a endêmica violência do mundo contemporâneo.

(MADURO, 1994, p.156)

A renovação científica se processa pela certeza da incerteza daquilo que afirma, da sua colocação em xeque, através de uma crítica interna irrestrita.

(MINAYO, 2000, p. 240)

3.1 Abordagem teórica e metodológica

Com base no referencial teórico e metodológico a seguir, buscou-se fundamentar o processo de pesquisa, em que foi possível perceber as tensões entre a estrutura eclesiástica e o Estado, a relação da Igreja Católica paulistana com os movimentos sociais, com a esquerda, com os grupos conservadores e militares, com a Doutrina de Segurança Nacional e a repressão política, com a censura, com o processo de redemocratização e a abertura política, a partir das análises do semanário *O São Paulo*.

Partindo de conceitos necessários para essa construção teórica, referindo-se à Igreja Católica e suas relações com as temáticas religiosa, política e comunicacional, Camargo assinala, que a “persistência histórica da instituição supôs transformações essenciais para a sua sobrevivência” (CAMARGO, 1982, p. 51). Nesse sentido,

não estamos bem certos, como sugerem alguns autores, de que o catolicismo colocou-se durante todo o tempo como uma camisa de força dentro da qual as diversas tradições processaram-se à sua maneira. Se assim fosse, ele próprio não conseguiria sobreviver, manter-se ou mesmo conviver com estas várias tradições. Embora seja inegável o poder coercitivo desempenhado por esta religião atrelada ao Estado na Colônia brasileira, é digno de nota o fato de que esta Igreja permitiu durante todo o tempo invenções, adaptações e recriações no seu próprio interior. Talvez porque soubesse desde o seu primeiro momento na Colônia que desta “abertura” dependeria a sua própria vida (BRITO, 2004, p. 42).

As análises de Brito (2004) e Camargo (1982) estão em consonância com a sociologia das religiões⁶⁶, “que se preocupa principalmente com o processo social, do qual as expressões religiosas são uma parte considerável” (SANTA’ANA, 1998, p. 56). Assim, a Igreja Católica se encontra emaranhada no processo histórico de formação do Brasil, e para uma melhor compreensão deste processo,

o estudo da Igreja sempre foi, sem dúvida, tema obrigatório para os que pretendem compreender a sociedade brasileira. Não precisamos ressaltar aqui sua importância na formação cultural e institucional do País, nem tampouco o papel fundamental que desempenhou nos diferentes momentos de nossa história política. Assim, entender a Igreja sob o ponto de vista de sua organização interna, avaliar suas estratégias, compreender sua trajetória, desvendar a natureza de seus compromissos, foi a tarefa maior a que se dedicaram, até hoje, grande parte dos estudos sobre o catolicismo no Brasil contemporâneo (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 62).

Aprofundando a discussão sobre religião e Igreja Católica, pode-se observar, de acordo com a *Concepção Dialética da História*, de Antônio Gramsci, que

toda religião, inclusive a católica (ou antes, notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer “superficialmente” unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multidão de religiões distintas, freqüentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo para mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo (GRAMSCI, 1978, p. 144).

As diferenças na Igreja Católica são encontradas tanto nas visões teológicas quanto em sua organização, no clero, nas ordens religiosas, nos movimentos, nas pastorais, na sua composição social e em outros aspectos. No

⁶⁶ Sobre sociologia da religião, ver: SOUZA e MARTINO (2004).

caso brasileiro, algumas particularidades e contradições devem ser destacadas no que tange a relação Igreja Nacional e Estado Nacional,

com o peso histórico das aproximações entre a Igreja e Estado, a ideologia dominante – mesmo não sendo religiosa – está impregnada de catolicismo. A contradição expressa-se em ocasiões em que setores representativos do governo, ou das classes dominantes, se sentem no direito de opinar e defender interpretações, em nome da ortodoxia, sobre teologia, eclesiologia e demais dimensões da vida religiosa, e o que é legítimo ou não para a sociedade do País. [...] Na história do País, em conjunturas decisivas, sempre houve tensões entre membros das duas instituições, atingindo números e níveis variáveis. E, em alguns casos especiais, expulsões, repressões e perseguições, claras ou veladas. O ponto crítico, no tópico em causa, está: (a) na continuidade – de um posição que, em última instância, sempre acabou por prevalecer – da Igreja como legitimadora da ordem estabelecida; ou (b) dela assumir uma postura de conflito com o Estado ao se comprometer com ações de apoio direto aos oprimidos e injustiçados pelo sistema, especificamente, por parte de setores restritos, em recusar o próprio sistema vigente (WANDERLEY, 1978, p. 97).

Se, por um lado, no campo teórico alguns autores ressaltam o significado dos aspectos religiosos e de suas organizações, dando importância à religiosidade para a humanidade e chegando a afirmar que a humanidade passa por um novo “reencantamento”, por outro existem os teóricos que valorizam mais a secularização⁶⁷ - principalmente em nossos dias, tendo em vista a tendência à racionalização e à cientificidade. Assim, em diversos estudos sobre a Arquidiocese de São Paulo, observou-se que a Igreja Católica é uma “instituição

⁶⁷ Cf. Hugues Portelli, em *Gramsci e a Questão Religiosa*, “Gramsci concorda com a análise de Marx e julga que a religião e a loteria têm muitos pontos em comum, principalmente se consideramos a religião católica popular e sua concepção da graça, de caráter essencialmente supersticioso: ‘Há uma estreita ligação entre o loto e a religião: quando alguém acerta, sente que foi ‘eleito’, que recebeu uma particular graça de um Santo ou de Nossa Senhora’” (1984, p. 30); para maior aprofundamento sobre as análises dos processos de secularização ver: PIERUCCI, Antônio Flávio. “Secularização e declínio do catolicismo”. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social*. São Paulo, Paulus, 2004; PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e Dessecularização *Novos Estudos n. 49*. São Paulo, Cebrap, nov. 1997, pp. 99-117; ARMSTRONG, Karen. *Uma História de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.

de central importância em nossa formação histórica e de fortíssima influência política e cultural” (JOANONI NETO, 1996, p. 6). Conclui-se, inclusive, que

a história da Igreja em São Paulo identifica-se com a história da cidade em suas diversas fases, nos seus processos sociopolíticos e construções culturais ao longo de seus 450 anos. A atuação da Igreja, ao longo do tempo em diversos pontos do espaço, deixou sua marca na paisagem urbana sucessivamente transformada, marcou a formação de seus cidadãos por meio de suas instituições educativas e culturais e construiu, sob diversos aspectos, a sociedade metropolitana, marcada por diversas contradições. São inúmeros os sujeitos históricos de tal ação, como inúmeros são os ideais e as ações concretizadas direta ou indiretamente em prol da sociedade paulistana. (VILHENA; PASSOS, 2005, p. 12).

Nesse sentido, as religiões têm sido uma das principais molas propulsoras da humanidade. Nas últimas décadas, os templos religiosos (evangélicos, católicos, islâmicos, espíritas e outros) se enchem e é incontável o número de seitas religiosas que surgem.

Segundo Frei Betto (2000), em análise da relação entre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Movimento da Renovação Carismática Católica e as igrejas neopentecostais, há um fenômeno conjuntural que envolve a religiosidade no Brasil:

as CEB torcem o nariz para os carismáticos, mas são estes que lotam templos e estádios. A pastoral social da Igreja Católica encara com desdém as igrejas neopentecostais, mas são elas que atraem camadas mais pobres da população e promovem grandes concentrações urbanas. As pessoas querem menos análises e mais soluções, mais emoções e menos razões (FREI BETTO, 2000, p. 5).

Ratificando esta perspectiva, que ressalta a importância da religião para as sociedades humanas, Castells afirma que, na

concepção de Gramsci, a sociedade civil é constituída de uma série de “aparatos”, tais como: a(s) igrejas, sindicatos, partidos,

cooperativas, entidades cívicas etc. que, se por um lado prolongam a dinâmica do Estado, por outro estão profundamente arraigados entre as pessoas (CASTELLS, 1999, p. 25).

Há, também, uma revalorização de elementos supersticiosos em certos grupos. Assim, é possível afirmar que é crescente, na população em geral, o fenômeno religioso – associado a uma carência subjetiva, estimulada pelos meios de comunicação de massa. Para Carvalho, seus argumentos vão

inclusive no sentido oposto ao do propalado e debatido fenômeno da secularização: tão logo declinou a hegemonia do religioso no final do século XIX, o mundo audiovisual veio se incumbir de revitalizar a presença da mensagem religiosa na sociedade ocidental que se modernizava a passos largos (1998, p. 86).

No que se refere a esse aspecto, Hobsbawm faz um contraponto e expõe que o século XX permitiu perceber que os programas, “velhos e novos, [que procuravam] controlar e melhorar os problemas da raça humana” (1995, p. 544) fracassaram e enquanto o socialismo e o capitalismo estão em crise, “os mais antigos guias para os perplexos deste mundo, as religiões tradicionais, não oferecem alternativas plausíveis” (HOBBSAWM, 1995, pp. 544-5)

Convergindo com essa percepção, Pierucci analisa as mudanças ocorridas no mundo moderno e afirma que estas reduzem e minimizam a religião, expondo que esta foi desbancada “do seu papel de matriz cultural totalizante [...] com o pouco que sobrou para a religião na moderna civilização ocidental – a saber, a esfera privado-íntima, e olhe lá” (1997, p. 99). Salienta-se que nos últimos três séculos intensificou-se um processo de secularização e expropriação dos “domínios” da Igreja Católica.

As sociedades, por sua vez, possuem na atualidade um perfil urbano-industrial-científico, em que reina a racionalidade, com suas “infinitas” descobertas. Mas é necessário – ainda que sem discutir toda a “crise dos paradigmas” e suas novas formulações – compreender que os modelos que nortearam a constituição dessas sociedades estão sofrendo “abalos” no final do século XX e início do século XXI, tanto que

num horizonte amplo, se é verdade que as ciências estão sendo abaladas pelas célebres mudanças em curso, principalmente na divisão social do trabalho e em outras esferas societárias, esse fato repercute diretamente na instituição universitária. O fato mais debatido é o de que elas ajudaram a ensinar uma racionalidade instrumental e subordinaram, quando não olvidaram, a racionalidade substantiva. Fixaram-se nos meios e se esqueceram dos fins, da ética (WANDERLEY, 2005b, pp. 160-1).

Segundo a análise que valoriza o processo de secularização, as religiões estão em decadência no mundo atual, tanto que “acelerou-se o declínio das várias seitas protestantes: igrejas e capelas construídas no início do século estavam vazias em seu fim, ou eram vendidas para algum outro propósito” (HOBSBAWM, 1995, p. 544).

Essa tendência, segundo Hobsbawm, pode ser vista tanto no Ocidente quanto no Oriente, tanto nos países capitalistas quanto nos ex-países socialistas. De tal forma que observadores “religiosos julgaram detectar um retorno à religião na região pós-soviética de cristianismo ortodoxo, mas no fim do século a evidência disso era improvável” (HOBSBAWM, 1995, p. 544).

Esta esfera *privada íntima*, citada por Pierucci, no entanto, é algo muito significativo e expressivo no mundo de hoje. Após um rompimento da

hegemonia católica em vários pontos do globo, é possível observar inúmeros exemplos contemporâneos que se contrapõem à visão deste autor em relação ao espaço ocupado pelo campo religioso nas sociedades atuais.

Em outra perspectiva analítica, Castells reconhece que o fundamentalismo religioso tem grande “relevância no processo de transformação social” (1999, p. 28). Trata-se de um

atributo da sociedade, e ousaria dizer, na natureza humana [...] encontrar consolo e refúgio na religião. O medo da morte, a dor da vida, precisam de Deus e da fé n’Ele, sejam quais forem suas manifestações, para que as pessoas sigam vivendo (CASTELLS, 1999, p. 29).

Nesse sentido, o referido autor concebe que a religião permite um

processo de construção de identidade, a *identidade de projeto* [...]. Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade [...]. Ou, ainda, de uma perspectiva bastante distinta, a reconciliação de todos os seres humanos como fiéis, irmãos e irmãs, de acordo com as leis de Deus, seja Alá ou Jesus, como conseqüência da conversão das sociedades infiéis, materialistas e contrárias aos valores da família, antes incapazes de satisfazer as necessidades humanas e os desígnios de Deus (CASTELLS, 1999, p. 26).

Para Castells a religião e, principalmente, o fundamentalismo religioso tem forte incidência social – na sua concepção, é definidor da identidade coletiva, do comportamento individual e das instituições sociais, todas baseadas nas leis de Deus, “interpretadas por uma autoridade definida que atua como intermediária entre Deus e a humanidade” (1999, p. 29). Assim, é

impossível aos fundamentalistas discutirem ou resolverem o que quer que seja com pessoas que não compartilhem de seu comprometimento com uma autoridade, seja ela uma irrepreensível Bíblia, um infalível papa, os códigos de *Sharia* do islamismo ou as

implicações da *halacha* para o judaísmo (MARTY *apud* CASTELLS, 1999, p. 29).

Pode-se destacar como exemplo “o fundamentalismo islâmico, como identidade reconstruída e como projeto político, estando no cerne de um processo decisivo, ao qual está condicionado, em grande parte, o futuro do mundo” (CASTELLS, 1999, p. 30). A influência do fundamentalismo religioso na atualidade é uma fonte marcante na construção da identidade e na história mundial.

Sob outro viés temático, o trato teórico dado às pesquisas e aos estudos que envolvem a Igreja Católica permite, no entanto, inúmeras discussões, contradições e interpretações⁶⁸.

“O problema da definição sociológica de ‘Igreja’ está longe de ser um tema de ordem meramente especulativa” (OLIVEIRA, 1986, p. 42), tendo em vista que os estudos a seguir estarão pautados em fontes e dados empíricos, mas exigem uma reflexão sobre os conceitos teóricos que serão utilizados para sua análise e interpretação. Assim, é possível partir da

constatação de que a Igreja Católica, enquanto instituição e presença de seus membros nas sociedades humanas, é condicionada, de alguma forma, pela realidade externa – econômica, política, social, cultural –, que influencia as visões de mundo e as práticas concretas da comunidade eclesial, a qual ela também condiciona de algum modo

⁶⁸ No quadro das discussões teóricas sobre o conceito “religião” se destacam as discussões que envolvem os autores clássicos da sociologia (Marx, Durkheim e Weber) e, ainda, o contemporâneo Pierre Bourdieu, entre outros. Para um maior aprofundamento nas reflexões e análises dos referidos autores, ver: ZALUAR, Alba. “A Religião e a Linguagem Simbólica”. In: *Os Homens de Deus*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983; MARTINO, Luís Mauro Sá. *Fronteiras Invisíveis: um ensaio sobre os limites institucionais do conhecimento a partir do discurso religioso*. 2004. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo; MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade Pós-Moderna: entre a secularização e a dessecularização*. São Paulo, Paulinas, 1995; MADURO, Otto. *Religião e Luta de Classes*. Quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina. 2 ed. Trad. Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1983.

pela influência exercida pelos modos de pensar e de agir dos católicos (WANDERLEY, 2005a, p. 432).

Dessa forma⁶⁹, as análises das fontes documentais, extraídas das edições d'*O São Paulo*, partem do princípio de que a Igreja Católica pode ser vista como um sujeito coletivo⁷⁰ que possui um discurso frente às correlações de forças do final da década de 1960 e aos posicionamentos adotados durante as duas décadas seguintes.

Quando nos referimos a um discurso estamos pensando no uso ordenado da linguagem, numa fala ou num texto em que um sujeito se dirige a um público (ou no limite, a uma segunda pessoa). Os diversos discursos que lemos ou escutamos numa sociedade num dado período – falas do Lula, sermões de Dom Paulo, discursos presidenciais – podem ser remetidos a matrizes discursivas que compõem, nessa sociedade e nesse tempo, um modo – e suas variações – de nomear seus problemas, objetivos, valores. Embora se expressem, através dos discursos, os antagonismos e mecanismos de poder que constituem as lutas sociais, não iremos encontrar sistemas compartimentados que separem de modo absoluto modelos discursivos de uns e outros. (SADER, 1988, p. 59)

Nesse caso, conforme já citado, “o discurso que revela a ação revela também o seu sujeito”, de forma que a linguagem se “constitui um meio para alcançarmos outras realidades, ainda não dadas” (SADER, 1988, p. 57). Para tanto, a Igreja Católica, de uma maneira geral,

ao se lançar no mundo dos meios de comunicação, tem procurado alcançar um público mais universal. Um exemplo disso é a transformação da Editora Vozes, que de editora fundamentalmente católica passa progressivamente a competir com sucesso no mercado

⁶⁹ Cf. já indicado anteriormente na Introdução desse trabalho.

⁷⁰ Para Vilhena e Passos (2005, p. 557), “A Igreja, todavia, como sujeito coletivo inserido na história, aglutina e abriga sujeitos históricos que, situados no tempo, no espaço e na estrutura social, são portadores de mentalidades, interesses próprios e fidelidades a mais variadas possível”.

de publicações não religiosas⁷¹. (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 71)

A possibilidade analítica indicada por Sader e mencionada logo atrás pode ser evidenciada na fala de Dom Paulo E. Arns, quando foi inquirido sobre as acusações de “ser comunista” pelos grupos de direita, vinculados aos militares:

Mesmo sendo acusado de ser comunista eu achei que nunca deveria mudar. Porque o papa Paulo VI, em 1975 na Praça de São Pedro, diante de mais de 150 mil pessoas, em Roma, me chamou lá em cima para junto dele, no alto, do lugar onde ele falava à multidão, e me apresentou ao povo dizendo: - “esse é um homem que defende os pobres, os perseguidos e, sobretudo, aqueles que são maltratados e torturados pelo governo no Brasil e eu gostaria de apresentá-lo à vocês”. [...] Então nós achamos que estamos sempre ao lado do evangelho e da Igreja, não importa ouvir críticas ou difamações. (ARNS, 2001)

Na fala acima, o cardeal Arns faz referência a situação de embate político com a elite militar governamental, de oposição às violações aos direitos humanos e de alinhamento aos grupos populares organizados da periferia – que, ao mesmo tempo, está associada, segundo Sader (1988), a um sentido discursivo em que é visto

o efeito imediato do golpe militar de 1964 sobre a Igreja [que] foi o de amortecer as iniciativas mais populares. De um lado, a repressão se abateu sobre os núcleos militares da Ação Católica e mesmo do MEB [Movimento de Educação de Base] e sindicatos rurais. De outro, no interior mesmo da hierarquia católica, os setores conservadores desbancaram os renovadores e abandonaram à própria sorte os grupos então perseguidos. E, no entanto, enquanto a ala conservadora não encontrava (ou não produzia) um espaço social por onde recuperar a influência perdida da Igreja, novas levas de militantes católicos preferiam lançar-se a atividades nas quais se opunham à ordem vigente, correndo os mesmos riscos que a militância de esquerda. Retomavam a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa (SADER, 1988, pp. 150-1).

⁷¹ Segundo dados publicados pelo jornal *Leia*, em 1984 a Editora Vozes aparecia em terceiro lugar na listagem das 100 maiores editoras do País, e a Paulinas, em quarto lugar. Ver: Quem é quem no mercado editorial, *Leia*, p. 80, jun. 1985.

A Igreja Católica de São Paulo reelaborava sua matriz ideológica⁷², que subsidiava seu discurso a partir do final da década de 1960, tendo em vista: os aspectos expostos acima por Sader; a perspectiva progressista que se instalou com a chegada de Dom Paulo Evaristo Arns, enquanto bispo, em 1966; o rearranjo da estrutura eclesial frente à conjuntura política que se definia com a ascensão da “linha-dura” em 1967, com a posse do general Artur da Costa e Silva (1967-69) na Presidência da República; as perseguições e torturas instaladas nos “calabouços” da ditadura – que perseguiu inclusive diversos componentes do clero; a repercussão dos documentos assinados desde o Concílio Vaticano II (1962-65); assim como as Conferências Episcopais em Medellín (1968) e em Puebla (1979). Essa mudança de matriz discursiva foi evidentemente estimulada

pelos conclusões do Concílio Vaticano II, que, ao falar da Igreja como “povo de Deus”, referia-se à participação ativa dos grupos comunitários, através da qual os leigos deixaram de ser meros “fregueses” ou presentes passivos⁷³. A crítica às injustiças existentes em nome da doutrina católica do direito natural irá agora engajar seus membros no estímulo aos dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando sua própria dignidade. Os grupos cristãos que assim agiram encontraram-se com profundas e difusas aspirações presentes na sociedade, às quais faltavam formas para ganhar corpo. Eles voltavam a apontar um caminho pelo qual a Igreja poderia recuperar a influência perdida (SADER, 1988, p. 151).

⁷² Cf. Já citado, Bruneau propõe a distinção dos termos “teologia” (que indica princípios gerais de caráter abstrato, relativos a outro mundo, com aplicações mais amplas eternas) e “ideologia” (mais próxima da racionalidade, da coerência, da sistematização e da aplicação particular). No seu entender, o modelo de cristandade inclui uma ideologia, pois havia uma “ação, intencional e planejada, na Igreja pós-1950”, “formulação particular de elementos tirados de uma teologia católica mais vasta”, questionadora do “papel da Igreja no passado, da natureza da mudança na sociedade brasileira e do papel próprio da Igreja” (BRUNEAU, 1974, p. 147).

⁷³ Cf. Boff (1986, p. 41).

Fica, assim, explícito o discurso utilizado pelo clero progressista em São Paulo, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, que implicou discutir e discordar do *status quo* garantido pelo militares.

Essa posição crítica em relação à ditadura que a Igreja local assumiu já havia sido ratificada em 4 de dezembro de 1968, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma nota de protesto pelas prisões arbitrárias de religiosos ocorridas em Belo Horizonte e Recife (MORAIS, 1982, p. 60). Este documento foi o primeiro dos vários que a hierarquia católica publicou contra a opressão e a violência, recursos militares utilizados pela ditadura. Observa-se que esses documentos enfatizaram um aspecto “profético”, em que “a Igreja hierárquica sente a dor humana e denuncia, quando ela é engendrada pela iniquidade. Mas a denúncia social como a dor física são sintomas e alarmes de vida. Só o cadáver não reclama da erosão que o corrompe” (*apud* MORAIS, 1982, p. 50).

Ainda, tendo em vista o referencial sobre as fontes de pesquisa, para melhor analisar a atuação sociopolítica da Igreja Católica de São Paulo pelo prisma publicizado n’*O São Paulo*, fez-se necessária, além da pesquisa documental, pesquisa oral com editores-chefes, com funcionários da Fundação Metropolitana Paulista, com o arcebispo emérito Dom Paulo Evaristo Arns, com componentes do clero e com jornalistas que atuaram na equipe do periódico.

Nesse sentido, a realização da pesquisa oral com o registro do discurso-memória dos envolvidos com *O São Paulo* foi motivada por Paul Thompson, o qual afirma, em sua obra *A Voz do Passado*, que:

a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras [...] – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992, p. 22).

No interior dessa perspectiva⁷⁴, valoriza-se aqui “aqueles que tendemos a considerar os não-atores da história, cuja importância passa a ser valorizada pelo simples fato de o historiador solicitá-los e entrevistá-los” (VOLDMAN *apud* AMADO, 1996, p. 40). Trata-se de uma linha alternativa à maioria dos trabalhos sobre a memória do período militar (1964-85), que geralmente enfatizam personalidades de destaque, como militares ou militantes da esquerda (perseguidos, torturados, exilados ou suas famílias). E sempre tendo em vista que os

discursos são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo [...]. A fala é [...] rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (FIORIN, 1998, p. 11).

O processo de pesquisa histórica realizada por meio do discurso-memória permite valorizar participantes históricos não privilegiados até então pela

historiografia. Ainda cabe ressaltar que os depoentes estão sendo elevados à condição de sujeitos históricos que saíram do anonimato e que, a partir de suas vidas e suas experiências junto à história do *O São Paulo*, contribuíram para esta investigação sociológica.

Esse momento, construído durante a realização da pesquisa e das entrevistas, é um “estar na contramão”, é a busca da contraposição à sociedade moderna burguesa, cujos pilares sociais estão firmados no acúmulo de riquezas materiais e na capacidade de consumo das pessoas.

Realizar esse exercício investigativo numa sociedade em que prevalecem valores vinculados ao lucro ou a formas mais avançadas de produção⁷⁵ tornou-se um desvencilhar dessa sociedade e da sua ordem econômica. Torna-se necessário esclarecer que a sociedade atual

permite a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas [...]. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores (HOBBSAWM, 1995, p. 13).

Apesar das distinções entre memória e história, ambas mantêm relações intrínsecas, pelo fato de se vincularem à relação presente/passado e presente/futuro. Montenegro, em sua obra *História Oral e Memória*, destaca:

⁷⁴ Não tenho a intenção de realizar uma exposição aprofundada sobre as temáticas relacionadas aos depoimentos, à história oral, à memória e temas afins. Não vejo como problema, ainda, que a pesquisa realizada não reflita os “modismos intelectuais” segundo os quais “as tendências recentes de pesquisas centradas nas mediações (estudos de recepção), ideologia (análises de discurso) e mercadologia (*marketing* político) estão contribuindo para descaracterizar a comunicação enquanto fenômeno coletivo” (MELO, 2004, p. 56).

compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória (MONTENEGRO, 1994, p. 17).

Como a história oral trabalha com critérios qualitativos, a pesquisa dispensou a utilização de técnicas estatísticas de amostragem para determinar quais e quantos serão os depoentes que permitirão a constituição do *corpus* de análise.

Em seu conjunto, as questões abordadas sobre a Arquidiocese de São Paulo, a sociedade paulistana, a ditadura militar e o semanário *O São Paulo* permitem perceber e indicar que há uma profunda complexidade nas

relações entre Igreja e meios de comunicação. No entanto, levando-se em conta a relativa escassez de pesquisas sobre o tema, parece-nos que, até hoje, a Igreja não desenvolveu uma reflexão à altura de seu papel na formação cultural do mundo moderno (MONTERO; DELLA CAVA, 1986, p. 71).

Com ênfase nas opções teóricas e metodológicas explicitadas, buscou-se a destacar a relevância da pesquisa; salienta-se a indicação de que não foi adotado exclusivamente um único método de investigação. As fontes orais e documentais sobre *O São Paulo* permitiram perceber, sob o seu prisma, a atuação sociopolítica da Arquidiocese de São Paulo da Igreja Católica nas últimas décadas do século XX.

⁷⁵ Inclusive em que produz a vida, graças aos avanços biogenéticos.

3.2 O semanário *O São Paulo* e a pesquisa

Não há apenas um caminho nos processos de pesquisa e nem respostas definitivas: todas as descobertas são provisórias, e as verdades, aproximadas, inclusive na área da comunicação e da Igreja Católica. Isto ocorre principalmente porque

hoje a comunicação é um tema central marcado por um grande número de correntes intelectuais que pensam sobre ela, e é também uma disciplina caracterizada por “surpresas” cotidianas, derivadas de novos meios de comunicação que permitem novos tipos de relações e interações entre as pessoas na sociedade atual (PUNTEL, 2005, p. 17).

A Arquidiocese paulistana experimentou as novas “surpresas” que a área da comunicação proporcionou, tendo em vista, por exemplo, as relações sociais que se estabeleceram com o Estado e os movimentos sociais, a partir da Rádio 9 de Julho e d’*O São Paulo*, em meados da década de 1950.

A pesquisa analisa a atuação sociopolítica da Igreja Católica Apostólica Romana na Arquidiocese de São Paulo na época da ditadura militar (1964-85), revisitando os períodos dos arcebispos anteriores⁷⁶, cardeais Dom Carlos Carmelo V. Motta (1956⁷⁷ a 1964), Dom Agnelo Rossi (1964-70) e, por último, Dom Paulo Evaristo Arns (1970-85⁷⁸). Estes recortes delimitam o campo dos dados empíricos, tendo em vista que a principal fonte de pesquisa neste período

⁷⁶ Informação disponível em: <http://www.arquidiocese-sp.org.br/cpub/pt/Historia/Historia_bispos.php>, acessado em 21 jun. 2005.

é o semanário oficial da Arquidiocese, intitulado *O São Paulo*, e os sujeitos-entrevistados são pessoas que compõem ou compuseram o clero da Arquidiocese (secular ou regular) e possuem ou possuíram relações com os MCS católicos locais.

É preciso, ainda, compreender que as edições d'*O São Paulo* são a expressão oficial da Arquidiocese⁷⁹, em que o arcebispo exerce seu poder religioso e eclesiástico, e que

o poder religioso consiste na capacidade de expressar e definir um consenso religioso, e portanto de tratar com o sagrado de uma determinada comunidade. O poder “eclesiástico” (reconheço que a palavra cabe para as corporações cristãs, mas é inadequada para outras) é a capacidade de governo sobre a corporação religiosa. *Na Igreja Católica Romana, ambos os poderes se confundem nas mesmas pessoas (os ministros ordenados, que formam o clero). Os clérigos, principalmente os de mais alta hierarquia, detêm o poder eclesiástico juntamente com o poder religioso.* São eles que nomeiam e investem as pessoas nos cargos eclesiásticos, gerem as finanças da Igreja, criam e dirigem seus diversos organismos e instituições. No regime do Padroado, por exemplo, o imperador – um leigo sob o ponto de vista religioso – exercia o poder eclesiástico, embora não tivesse poder religioso (OLIVEIRA, 1986, p. 60, grifos nossos).

A trajetória do referido semanário foi direcionada pelo comando dos arcebispos que estavam à frente da Arquidiocese; por conseguinte, a partir das posições assumidas pela Igreja Católica paulistana no periódico mencionado, no decorrer das décadas de 60, 70 e 80 do século XX, foi possível, em uma perspectiva de análise qualitativa, compreender as matrizes ideológicas que subsidiaram suas ações, e também perceber as divergências que marcaram a

⁷⁷ Esta data se refere à fundação do semanário, e não a todo seu período de arcebispado (1944-64).

⁷⁸ Esta data se refere ao fim da ditadura militar, e não ao seu período de arcebispado (1970-98).

⁷⁹ É possível ressaltar que “hoje em dia, com a ampliação gigantesca do que Pierre Bourdieu chama de mercado de bens simbólicos, para que um movimento religioso se expanda rapidamente [...], é importante dispor de uma forte rede de mídia” (CARVALHO, 1988, p. 93).

atuação dos arcebispos na época, tais como as suas posições sociopolíticas frente ao Estado e à sociedade.

Esse estudo das matrizes ideológicas⁸⁰ objetivou identificar e interpretar as idéias e estratégias que subsidiaram as ações da Igreja Católica nos âmbitos político, cultural e social durante a ditadura militar (1964-85): a) revisitando o período do arcebispo cardeal Dom Carlos Carmelo V. Motta (1956-64), a partir da edição do semanário *O São Paulo*, compreendendo o momento pré-golpe; b) e o período da ditadura militar, época do arcebispado dos cardeais Dom Agnelo Rossi (1964-70) e Dom Paulo Evaristo Arns (1970-85), até o processo de redemocratização, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência e Vice-Presidência da República e com o fim “oficial” dos generais militares no Poder Executivo.

Como se trata de vários anos de edição do periódico, compondo uma fase ampla e extensa (de 1956 a 1985), esta foi dividida, para fins metodológicos de pesquisa, em períodos analíticos. Cada um deles agrega significativamente características próprias e se diferencia dos demais, tendo em vista os aspectos internos à Igreja Católica paulistana e os externos, vinculados às conjunturas políticas e sociais mais relevantes do País.

⁸⁰ A concepção de matrizes ideológicas aqui adotada tem base em Sader (1988) e conta com as contribuições de Bruneau (1974), conforme discutido anteriormente.

A pesquisa documental ocorreu inicialmente nos arquivos do próprio *O São Paulo* na Cúria Arquidiocesana⁸¹ e posteriormente nos arquivos da Biblioteca Padre Lebet, na Escola de Teologia Dominicana⁸² no Bairro de Perdizes, em São Paulo.

Em um primeiro momento, a leitura das edições seguiu essa orientação metodológica de pesquisa por períodos e o trabalho investigativo das publicações procurou selecionar o recorte documental que fosse mais significativo e possibilitasse o estudo, a interpretação e a análise das matérias de primeira página e dos editoriais.

Num segundo momento, que compreende a elaboração escrita, foram utilizados para a confecção do *corpus* documental de análise os dados coletados no trabalho de leitura e seleção das edições d'*O São Paulo* e as entrevistas transcritas.

No que se refere às fontes orais desta pesquisa, os entrevistados por este meio metodológico, vinculado à história oral, são considerados sujeitos cuja fala, interpretação e discurso foram contribuições ímpares.

A análise das entrevistas estabeleceu a “relação entre discurso e configuração histórica em que se realiza, tendo o sujeito empírico como elemento de intermediação” (CARMO, 1997, p. 2), o que contribuiu para a

⁸¹ À av. Higienópolis, n. 890 no Bairro Higienópolis - São Paulo (SP), sob os cuidados da funcionárias d'*O São Paulo*, as Sr^{as} Izilda Ap. Pereira e Maria das Graças de Oliveira Silva, responsável direta pelo arquivo das edições e popularmente conhecida como Cássia.

⁸²As edições d'*O São Paulo* estão disponíveis à consulta pública na Biblioteca Padre Lebet, na Escola de Teologia Dominicana, à rua Atibaia, n. 420 no bairro de Perdizes – São Paulo – SP – sob coordenação da

compreensão, no âmbito das comunicações, das ações sociopolíticas da Igreja Católica paulista e de suas matrizes ideológicas.

As entrevistas com o arcebispo emérito cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, com Pe. Antônio Aparecido Pereira⁸³, com Frei Carlos Josaphat⁸⁴ e com o Prof. Dr. Fernando Altemeyer⁸⁵ apresentaram-se como uma importante opção metodológica, uma vez que suas falas apresentam-se como um fenômeno discursivo complexo, de suas múltiplas dimensões: as formações ideológicas, “o processo de comunicação entre interlocutores, os componentes argumentativos e retóricos” (CARMO, 1997, p. 3).

Desta forma, a periodização utilizada no processo da pesquisa documental seguiu o seguinte encadeamento:

Bibliotecária Sr^a Ercília Ribeiro Lessi (CRB n. 182.295) e da auxiliar de biblioteca a Srt^a Sandra Cristina Lima Silva.

⁸³ Que participa da equipe de elaboração e edição do semanário desde 1982 e atua como editor-responsável desde 2001.

⁸⁴ “Mineiro de Abaeté, este frade dominicano tornou-se conhecido por suas posições no campo social em São Paulo nos anos 60. Em 1962, fundou o jornal *Brasil Urgente*, em cujo primeiro número falava de um ‘Diálogo por cima dos muros’, esperando que se abatessem os muros. Escreveu então um livro-manifesto: *Evangelho e Revolução Social* (1962). Por ocasião do golpe militar de 64 foi ‘convidado’ a deixar o Brasil. Doutorou-se em teologia (Paris, 1965), com uma tese sobre ética da comunicação social, orientada pelo Pe. Chenu e prefaciada por Hubert Beuve-Mery, diretor do jornal *Le Monde*. Foi professor na Universidade de Friburgo, Suíça, durante 27 anos. Nessa mesma universidade, fundou e dirigiu a coleção “Estudos de Ética Cristã”, com mais de 60 volumes publicados desde 1977. É professor na Escola Dominicana de Teologia em São Paulo, desde 1994. Tem ministrado palestras pelo Brasil todo em universidades e também na Argentina, Chile, entre outros. Obras publicadas na Europa: *Crise da Moral na Sociedade Tecnológica* (1977); *Ética da Comunicação Social* (1987); *Ética Cristã e Dignidade Humana* (1992); *Gestão de Empresa, Encontro da Economia e da Ética* (1990), em colaboração com Jacques Pasquier-Dorthe (professor de economia). Obras publicadas no Brasil (após seu retorno): *Contemplação e Libertação* (1995); *Moral, Amor & Humor* (1997); *Tomás de Aquino e a Nova Era do Espírito* (1998); *Fé, Esperança e Caridade* (1998); *Santas Doutoradas* (1999); *2000 – Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo* (2000); *Crer no Amor Universal* (2001)”. Disponível em: <<http://www.igrejanova.jor.br/vjornada.htm>>, acessada em 29 ago. 2005.

⁸⁵ Fernando Altemeyer Jr. foi componente do Clero da Arquidiocese de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, atuou como colaborador d’*O São Paulo*, escreveu durante vários anos nas décadas de 1980 e 1990 para o semanário; também é “filósofo e teólogo, [...] com mestrado em Ciências da Religião, obtido na Universidade Católica de Louvain-la-Neuve – Bélgica” (Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ouvidoria>>, acessado em 10 out. 2005) e doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais na PUC SP.

- O primeiro período, de 1956 a 1966, envolve a fase final do arcebispado⁸⁶ do cardeal Motta, quando ocorreu a fundação d'*O São Paulo*, e parte do arcebispado⁸⁷ do cardeal Agnelo Rossi. É importante perceber que esta fase está vinculada à institucionalização do próprio semanário pela Arquidiocese, colaborando para a legitimação dos valores e mensagens católicas na metrópole que se constituía, além de publicizar a participação episcopal no Concílio Vaticano II⁸⁸ e se referir à fase pré-golpe de 1964 e início da ditadura.

- A segunda etapa, de 1966 a 1970, além de representar uma fase de transição entre a predominância conservadora e uma perspectiva progressista na gestão arcebispal da Arquidiocese de São Paulo, também envolveu as discussões oriundas do Concílio Vaticano II, o início das torturas e mortes dos opositores da ditadura militar, entre outras dimensões, coincidindo com a chegada do então bispo auxiliar Dom Paulo Evaristo Arns.

- A terceira fase, de 1970 a 1985, compreende o momento marcado pela ruptura ao apoio dado aos governantes militares. Esta etapa esteve em consonância com a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns à condição de arcebispo e cardeal, marcada pela atuação direta junto à equipe de elaboração do semanário, com a implantação das modificações sugeridas pelo Concílio

⁸⁶ Arcebispado de 1944 a 1964.

⁸⁷ Arcebispado de 1964 a 1970.

Vaticano II; a instalação mais incisiva de uma abordagem jornalística comprometida com a denúncia das atrocidades do regime militar; com a difusão dos direitos humanos e o comprometimento com os movimentos sociais do País. Este período se encerra metodologicamente com o fim da censura prévia ao semanário, tendo em vista o processo de abertura política e redemocratização.

Nessa época,

a Igreja adota uma postura crítica, iniciando por repensar a comunicação e por deixar de “acreditar que a tecnologia pode resolver os problemas da ação evangélica”. A Igreja busca novos padrões (é o tempo forte das Comunidades Eclesiais de Base) pelos quais incentiva e respalda experiências de comunicação do próprio povo, providenciando e facilitando para que seus próprios meios sejam a voz dos que não têm voz. É o momento em que se estimula a criação de meios populares de comunicação, pois vivia-se sob a ditadura militar (PUNTEL, 2005, p. 131).

No sentido de ratificar a metodologia de pesquisa implementada, vinculando as categorias analíticas aos períodos sistematizados, Pe. Antônio Aparecido Pereira enfatiza que

nos tempos de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, o famoso *cardeal Motta*, o jornal tinha esta visão [...], a defesa dos bons costumes, o apostolado da boa imprensa, que fosse muito firme como o apóstolo Paulo na defesa da Sã Doutrina da Igreja. Vale a pena folhear os jornais da época em que nós vamos ver que ele trabalhava muito nessa linha mesmo de conotação moral, de defesa dos bons costumes, defesa da moral cristã. Lendo os acontecimentos também sob a ótica cristã da época e tudo mais. Depois veio D. Agnelo Rossi, ele já imprimiu uma nova característica no jornal: tinha quase a mesma preocupação, mas o jornal foi adquirindo prestígio, uma força muito grande nos tempos de D. Paulo Evaristo, que são os tempos que eu mais conheço. *É sabido que quando veio a revolução de 1964*

⁸⁸ “O Concílio Vaticano II constituiu-se no mais importante evento da Igreja Católica do século passado. Realizado de outubro de 1962 a dezembro de 1965, foi o vigésimo primeiro concílio ecumênico depois de um intervalo de 92 anos (o Vaticano I ocorreu em 1870). Por ter se caracterizado como uma assembléia da cúpula eclesiástica para deliberar sobre assuntos de doutrina e missão da Igreja no mundo, o Vaticano II foi decisivo na tentativa de a Igreja reconhecer e entender o mundo no qual vivemos, com expectativas, anseios e características. Foi assim que o documento *Gaudium et spes [Sobre a Igreja no mundo hoje]* chamou a atenção a respeito da nova postura da Igreja sobre a justiça e da transformação da sociedade como uma dimensão fundamental da evangelização.” (PUNTEL, 2005, p. 121)

a Igreja apoiou a mesma como uma vitória sobre o antigo comunismo. O Brasil estava livre do comunismo. E de repente os militares começaram a desrespeitar os direitos humanos, torturar, tudo mais, então a Igreja, que era uma voz de consenso em relação à revolução, começou a ser uma voz de dissenso, a denunciar. Não estava junto àquelas coisas, a prisão, a tortura, o desaparecimento de pessoas, começou a ser um dissenso à não concordar com o regime. E como todo regime para se formar precisa do consenso da sociedade, se esse consenso não existe você tem que construir ou fabricá-lo nem que for à força. Que fizeram os militares? Começaram a tentativa de silenciar a Igreja e é nesse período exatamente que a Igreja começou a sofrer e ser censurada nos seus meios de comunicação, no conteúdo da sua comunicação. [...] O jornal inclusive foi premiado pela CIP – Imprensa Internacional, pela reação à censura. Foi exatamente aí, no episcopado de D. Paulo, com toda preocupação dele pelos direitos humanos, que o jornal ganhou maior prestígio. Depois, com a abertura democrática e tudo o mais, o próprio trabalho da Igreja também passou por revisões e hoje nós estamos com D. Cláudio Hummes e o jornal vai assumir, certamente, os caminhos, vai tomar os caminhos que ele ditar, seja pastoral, seja leitura dos acontecimentos. O que eu diria a você seria o seguinte:- É que no jornal O São Paulo cada arcebispo imprimiu o seu jeito, ele teve a sua fase, mas ele vem cumprindo a sua missão de ser espelho da pastoral da Arquidiocese, da leitura que a Arquidiocese faz do evangelho e dos acontecimentos sob a ótica do evangelho (PEREIRA, 2001, grifos nossos).

Com base no instrumental apontado, por meio da periodização para a pesquisa documental, em consonância com a citação acima, formularam-se quatro categorias de análise a partir dos objetivos propostos para este trabalho.

As categorias indicadas abaixo permitiram a identificação e análise das ações sociopolíticas e das matrizes ideológicas a partir dos editoriais e manchetes d’*O São Paulo*. As mesmas categorias subsidiaram as interpretações e o estudo das entrevistas realizadas, que também colaboraram para o trabalho analítico, norteando a elaboração escrita desta tese.

Como *primeira categoria de análise*, buscou-se evidenciar as concepções adotadas pela Igreja Católica paulistana sobre o papel dos meios de comunicação de massa, com destaque para o jornal escrito.

A partir do trabalho de investigação realizado em cada período indicado, como uma *segunda categoria de análise*, foi possível perceber as diferentes matrizes ideológicas que fundamentaram o posicionamento da Arquidiocese frente ao Estado em suas diversas conjunturas.

Os aspectos identificados, no que se refere às matrizes ideológicas evidenciadas nos editoriais e manchetes d'*O São Paulo*, permitiram o encaminhamento analítico da *terceira categoria*, em que foi possível confrontar as diferentes atuações dos arcebispos na Arquidiocese, na sociedade paulistana e no Estado.

A pesquisa documental e oral realizada buscou, como *quarta categoria analítica*, perceber como a Arquidiocese se posicionava frente à sociedade civil por meio d'*O São Paulo*, dando ênfase às suas organizações e às suas manifestações.

Tendo em vista as categorias de análise indicadas, é necessário compreender, conforme já citado, que

o material escrito necessita ser cuidadosamente analisado: frases, palavras, adjetivos, concatenação de idéias, sentido geral do texto. Bakhtin nos lembra algumas regras metodológicas fundamentais: (1) não separar a ideologia da realidade material do signo; (2) não dissociar o signo das formas concretas de comunicação (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizado); (3) não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura).

Realizando-se no processo de relação social, todo signo ideológico, portanto, também é um signo lingüístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado. Embora as classes sociais diferentes sirvam-se de uma só e mesma língua, a palavra também se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. A análise dos signos (substantivos, verbos, adjetivos etc.) seja no seu sentido de tema ou forma, deve ser orientada pela certeza das contradições que aí se ocultam (BAKHTIN *apud* MINAYO, 2000, p. 234).

Todo esse construto teórico que fundamentou a pesquisa pode ser configurado pelas discussões bibliográficas, pela formulação das categorias de análise, pela periodização para o trabalho investigativo nas fontes documentais e pela realização e análise das entrevistas, que colaboraram para a superação daquilo que

Bourdieu denomina “ilusão da transparência” isto é, o perigo da compreensão espontânea como se o real se mostrasse nitidamente ao observador. Essa “ilusão” é tanto mais perigosa quanto mais o pesquisador tenha a impressão de familiaridade com o objeto. *Trata-se de uma luta contra a sociologia ingênua e o empirismo, que acreditam poder apreender as significações dos atores sociais mas apenas conseguem a projeção de sua própria subjetividade* (MINAYO, 2000, p. 197, grifos nossos).

A interpretação e estudo das fontes (documentais e orais) buscam entendê-las como resultado de um processo social e “processo de conhecimento (expresso na linguagem), ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico em um contexto incrementado por tensões e perturbações sociais” (MINAYO, 2000, p. 226). A seguir, no quarto capítulo, será abordada, nessa perspectiva, a análise do primeiro período (1956-66).

IV – O SÃO PAULO A SERVIÇO DO APOSTOLADO CATÓLICO E DO ESTADO BRASILEIRO

Vale ressaltar a relevância e a identidade próprias da Igreja paulistana ao longo desses séculos que fizeram uma das maiores metrópoles do mundo e, concomitantemente, uma Igreja complexamente estruturada em sua organização e ação. A cidade de São Paulo, sob o nome do Apóstolo dos Gentios, significou, desde os primórdios, uma referência eclesial para o Centro-Sul do País, como pólo primordial de evangelização e educação jesuítica, como vila colonial com suas irmandades e ordens religiosas, como sede de bispado abrangendo todo o Sul do País e Sul de Minas, como referência da formação intelectual do clero e na organização da própria Igreja do Brasil, por meio de seus bispos que atuam nacionalmente.

(VILHENA; PASSOS, 2005, p. 13)

4.1 A gênese d'*O São Paulo*: catolicismo e *status quo*

No primeiro exemplar editado do semanário, em 25 de janeiro de 1956⁸⁹, edição de lançamento, sob a fase final do arcebispado de cardeal Motta, há uma série de artigos que tratam da vida e das obras do apóstolo Paulo, associada ao lançamento do jornal e às expectativas vinculadas à atuação desse meio de comunicação da Arquidiocese na imprensa paulistana. Além desse aspecto, existem diversas matérias com os seguintes títulos: O Problema Social da Recuperação do Delinqüente; Prolongamento de Vida com Saúde; Ação Católica – Consciência Operária; Associação de Educação Católica de São Paulo; 3.300 Crianças sem Escola; A Paróquia e a Base da Vida Católica; Cinema: Orientação Moral dos Espetáculos; Em Prol da Moralização; Página de Esportes; O SP e os Craques, entre outros. Essa primeira publicação trouxe 16 páginas editadas em papel jornal tamanho “tablóide”, com a primeira página composta pela foto do arcebispo e um texto de apresentação do semanário em duas formas: manuscrita, com sua rubrica, e tipográfica, com a foto do apóstolo Paulo ao lado.

O texto apresentado pelo então arcebispo de São Paulo, cardeal Motta, trouxe a importância da discussão já citada nos capítulos anteriores sobre a

⁸⁹ Sobre a origem do semanário, Chiaradia Pereira afirma que: “*O São Paulo* nasceu em 1905 e logo recebeu o nome de ‘Gazeta do Povo’. Tornou-se ‘O Legionário’ em 1930, por iniciativa de Dom Duarte Leopoldo e Silva. Em 25 de janeiro de 1956, o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Motta, 15º bispo da cidade e primeiro cardeal, rebatizou ‘O Legionário’ de ‘O São Paulo’” (2005, p. 82).

relação entre a Igreja Católica, a metrópole paulistana e a imprensa. Essa abordagem indicou a relevância dada pelo arcebispo à imprensa e, ao mesmo tempo, enfatiza sua importância como líder maior da Igreja Católica em São Paulo – inclusive no que se refere à edição, elaboração e publicação do semanário.

O discurso oficial de cardeal Motta no primeiro exemplar, sobre o título do semanário – *O São Paulo*, está associado às glórias da cristandade:

é um título que é mais do Céu do que da Terra. É um título de bênçãos e de graças, pois que, derivado do grande apóstolo, cujo nome simboliza todas as glórias de 20 séculos de cristandade e as vitórias dos quase cinco séculos da gente e da Terra de Piratininga (CARDEAL MOTTA, ano I, n. 1, p.1, 25 jan.1956).

A edição d’*O São Paulo* representa um marco para a Igreja Católica de São Paulo na sua relação com os MCS e com a história da cidade de São Paulo, ou *Terra de Piratininga*. Retomando a referência sobre a imprensa, as palavras de cardeal Motta exortam significativamente que

os diretores deste semanário estão cientes e conscientes da dignidade e da responsabilidade da missão social da imprensa, no livro e no jornal.

Bem sabem que tão incontrastável (*sic!*) é a força da imprensa, na vida moderna, que já é cognominada de “Quarto Poder” do Estado: completando os poderes Legislativo, Judiciário, Executivo (CARDEAL MOTTA, ano I, n. 1, p. 1, 25 jan.1956).

As indicações acima permitem perceber o posicionamento assumido pela Arquidiocese de São Paulo frente à sociedade da época, incluindo advertências quanto aos limites e prejuízos da imprensa: “é preciso que se tenha a sinceridade de reconhecer e a coragem de dizer que a maior parte da degradação moral

contemporânea é causada pelos malefícios impressos nos compêndios e nas folhas” (CARDEAL MOTTA, ano I, n. 1, p. 1, 25 jan. 1956). Com exagero e em tom exclusivamente moralista, a imprensa é responsabilizada por ele pelo decisivo papel na “degradação moral contemporânea”, porém, ao mesmo tempo, indica-se que a “imprensa digna” é fundamental para a “saúde mental de uma nação” e se ressalta, num pronunciamento ufanista, que “o futuro de uma pátria é a tinta da imprensa”.

Dessa forma, a Igreja Católica chama a si a responsabilidade de promover o Bem contra o Mal, “uma imprensa que supere as armas do poder das trevas”.

Para cardeal Motta, a relação da Igreja com a imprensa é clara e definida:

Hoje, quem mais governa os homens é a imprensa; dela dependem o bem e o mal da humanidade. Na deontologia cristã se inscrevem e se prescrevem os princípios sagrados da verdade, do amor, da justiça e da paz [...]. Se a imprensa, a boa imprensa é o órgão indispensável na estrutura de qualquer organismo da sociedade moderna, também para a Igreja é elemento necessário à propagação e à defesa da fé e da moral, da doutrina e da prática da religião. Tanto é assim que uma diocese que não disponha de uma imprensa está desarmada para as suas campanhas apostólicas. (CARDEAL MOTTA, ano I, n. 1, p. 1, 25 jan.1956)

Sobre a referida relação Igreja *versus* meios de comunicação, o assistente eclesiástico da equipe editorial d’*O São Paulo*, monsenhor José Lafayette Álvares, indica que:

carecemos de ampla divulgação doutrinária, de órgãos para o esclarecimento da opinião pública, para a defesa e para o ataque. Pois sem emissoras, sem televisão – continuará o recuo deplorável (ÁLVARES, ano I, n. 1, p. 2, 25 jan.1956).

É possível perceber que a equipe responsável por *O São Paulo*, empossada por cardeal Motta, estava em consonância plena com os ideais de

defesa da doutrina e da moral católicas. A utilização dos MCS era a “arma” necessária para a luta contra vários aspectos do “mundo moderno”, assim como o avanço das igrejas protestantes, representantes de um “recoo deplorável”.

Com a perspectiva acima, é possível evidenciar, no editorial transcrito a seguir, os pilares que fundaram a proposta d’*O São Paulo* em meados da década de 50. A visão da Igreja da época acerca dos MCS estava estampada, indicando, acima de tudo, a missão de um órgão de imprensa católico.

Das mais interessantes aquela passagem do livro dos Atos dos Apóstolos, ao registrar, no capítulo 26, o depoimento de Paulo perante o rei Agripa e Porcio Festus, governador. Apresentando sua defesa, vale-se o Apóstolo da rara oportunidade para expor as doutrinas de seu Mestre.

Idéias tão novas, no entanto, tão elevadas, a estranha afirmação de um deus-homem, de uma ressurreição futura, não podiam deixar de repercutir duramente em mentalidades pagãs. Daí interrompê-lo Festus a certa altura, exclamando ruidosamente: “Estás doido, Paulo... Teus estudos e tuas leituras te estão tornando perturbado...”. Ao que respondeu serenamente o convertido de Damasco: “Não estou louco, excelentíssimo Festus, mas minhas palavras são de verdade e sabedoria...”.

Foram estas palavras que tomou nosso semanário como lema: “Veritatis et sobrietatis verba loquor”. Pretendemos nelas encerrar nosso programa de jornal católico, decididamente e unicamente a serviço da doutrina da Igreja.

Que seja inegavelmente árdua a missão de um jornal católico pode entendê-lo qualquer um. A boa imprensa – escrevia Pio XI ao cardeal Cerejeira – não é somente aquela que nada contém contra os princípios da fé e as regras da moral. Deve ainda fazer-se propagadora desses dogmas e de tais normas. E também no desempenho dessa tarefa pode, desventuradamente, haver equívocos, omissões, excessos. [...] Por isso mesmo, nosso modesto semanário, aspirando, apesar de tudo, cumprir fielmente sua altíssima investidura, foi tomar do próprio Apóstolo que lhe dá o nome, seu lema e um critério seguro: Verdade e sabedoria nas palavras. [...]. Falar a verdade, mas sensatamente – seria, parece-nos, a exata tradução de nosso lema. E deveria ser, acreditamos, a senha de todas as publicações que se pretendem católicas. Pelo menos: porque a própria honestidade natural, o respeito racional pela verdade, pela dignidade do leitor, já deveriam impedir todos os desmandos e abusos, inqualificáveis e talvez insanáveis, da imprensa de nossos tempos [...]. Do editorial ao noticiário, do anúncio ao simples

comentário, deve preocupá-lo a retidão e a lealdade para com os leitores. Oferecendo idéias ou inculcando produtos da indústria, ou das artes, como preconizando doutrinas ou recomendando espetáculos, deve guiar-se invariavelmente por essas normas de veracidade e sensatez. [...] Tudo isso torna ingente o trabalho do jornalista católico, percebe-se facilmente. E justamente por isso se torna penosa, esmagadora, sua missão. Exatamente por isso malogram tão repentinamente os melhores esforços e falham as mais enérgicas tentativas. E é por vezes extremamente árdua, quase impossível seria sem a ajuda de Deus e a compreensão dos católicos, enfrentar a concorrência dos que usam de todos os meios e de todas as fraudes abusam para ilaquear a boa fé do leitor, para lisonjear-lhe todos os gostos e preferências, para explorar-lhe os sentimentos humanos e mesmos os instintos animais.

Não o ignoramos. Sabemos que pode suceder aos militantes – e acontece comumente – sempre que explanam as doutrinas católicas – sublimes demais para o entendimento e para a vontade de muita gente – ouvirem aquelas palavras e intempestivo governador de Cesárea: *Estão doidos...*

Esforçar-nos-emos, com a graça divina, por sermos fiéis ao lema. Sentir-nos-emos então sempre fortes e justificados. *E ademais, força é não esquecer, a doutrina de Cristo é mesmo escândalo e loucura.* (EDITORIAL, ano I, n. 3, p. 1, 12 fev1956, grifos nossos).

O sentido do Editorial, acima citado, está em consonância com a Encíclica *Miranda Prorsus*⁹⁰, sobre cinema, rádio e televisão, que só foi publicada em 8 de setembro de 1957 e que traçou os dons e perigos dos meios eletrônicos: “quisermos confiar-vos, veneráveis irmãos, as nossas preocupações, por vós certamente participadas, acerca dos perigos que o uso não reto das técnicas audiovisuais pode constituir para a fé e integridade moral do povo cristão” (*apud* DARIVA, 2003, p. 64).

O editorial buscou enfatizar as repercussões que as idéias difundidas pelo semanário deveriam promover, na sociedade paulistana, mesmo que isso fosse

⁹⁰ Encíclica sobre os MCS: “nesse campo, como em vários outros, entretanto, o precursor de Vaticano II foi o papa Pio XII, de modo especial com a Encíclica ‘Miranda Prorsus’” (DALE, 1973, pp. 15-9).

visto como “escândalo e loucura”, tendo em vista as repercussões causadas pelas idéias de Cristo, a “Boa-Nova”.

Há a intenção de construção de uma sociedade católica que combate e impede “os desmandos e abusos, inqualificáveis e talvez insanáveis, da imprensa de nossos tempos”, porque estava em descompasso com o “uso reto” que visa à solidificação da fé dos cristãos. Ainda que devesse enfrentar todos os recursos da má-fé, associados a concorrência, fraudes e exploração do leitores, porque “os valores permanentes da ordem espiritual são os únicos capazes de assegurar a salvação da civilização moderna” (MANCHETE, ano I, n. 7, pp. 1-2, 11 mar. 1956).

Nos anos iniciais de publicação d’*O São Paulo*, era evidente a prestação de serviços aos órgãos da Igreja e divulgação de suas atividades internas – a publicação da temática religiosa era uma das suas principais funções, tendo exemplo os seguintes títulos de manchete ou constando na primeira página: “Campanhas para a Construção das Torres da Catedral da Sé” (jun./jul. 1956), “A Senhora Aparecida e sua Nova Basílica” (out. 1956), manchetes sobre datas e celebrações religiosas especiais, mensagens do papa e do cardeal, “Os Reis Magos – Símbolo da Obediência Imediata” (6 jan. 1957), Em 1958, “Primeiro Centenário do Milagre de Lourdes” (10 fev. 1957), entre outros.

Ao buscar as evidências sobre as concepções da Igreja de São Paulo sobre o papel dos meios de comunicação de massa, é possível perceber a matriz romanizada e vinculada ao Vaticano.

Na realidade, as concepções da Igreja paulistana acerca dos MCS são as manifestações resultantes dos processos implementados pelas Reformas Ultramontanas desde o século XIX, por isso é possível compreender porque a Encíclica *Les merveilleux progrès - Miranda prorsus*, sobre o cinema, rádio e televisão foi publicada na íntegra e em espaços privilegiados durante quatro semanas consecutivas⁹¹, sob o título: A Palavra do Papa. A introdução a essa Encíclica, apresentada no dia 29 de setembro de 1957, afirma:

Os maravilhosos progressos técnicos de que se gloria a nossa época são, indubitavelmente, obras do talento e do esforço humano. Todavia, antes de mais nada, são dons de Deus, nosso Criador, de quem derivam todas as obras boas [...]. De tais invenções, umas servem para multiplicar as forças e os recursos físicos do homem; outras para melhorar a sua vida; outras, ainda – e estas se relacionam mais proximamente com a vida do espírito – atingem as massas diretamente, ou pela expressão artística da imagem e do som, e lhes oferecem, com a maior facilidade, informações, idéias e ensinamentos que lhes alimentam o espírito, mesmo nas horas de folga ou repouso.

Entre as técnicas pertencentes a esta última categoria, o cinema, o Rádio e a Televisão adquiriram, em nossos dias, um extraordinário desenvolvimento (MANCHETE, ano II, n. 88, p.1, 29 set. 1957).

A apresentação da Encíclica acima foi feita no espaço mais destacado e privilegiado de uma publicação jornalística, a manchete da primeira página – e, no caso, durante um longo período de quatro semanas. Essas características revelam a importância dada às ações da hierarquia católica, assim como aos direcionamentos vindos de Roma, aspecto preponderante para a definição da matriz ideológica que inspirou esse período da história d'*O São Paulo*.

⁹¹ Todas as primeiras e segundas páginas das edições d'*O São Paulo* foram utilizadas na transcrição da Encíclica *Les merveilleux progrès - Miranda prorsus*, excetuando a segunda página da primeira semana, de 29 set. 1957; ainda, há uma quinta semana, de 27 out. 1957, em que foi publicada a conclusão da Encíclica na última página do semanário.

Ao longo dos anos, entre 1956 e 1966, inúmeros aspectos contribuem para o reforço dessa abordagem jornalística em relação à sociedade e aos meios de comunicação. A seguir, um apelo publicado nesse sentido:

Ao laicato – perdoem-nos a insistência – caberia promover os meios, por exemplo, de possuímos no Brasil, em número suficiente, e com a devida eficiência, os diários católicos: [...] cheios de interesse para a atividade coletiva, não apenas religiosos, com seções de desportos, comentários políticos, estudos sobre cooperativismo... – *a imprensa inspirada sadiamente pelos princípios cristãos, capaz de enfrentar os oportunistas, os materialistas de todo matiz, os ímpios e os católicos liberalões que homenageiam os inimigos da Igreja e batem palmas a todas iniciativas dos adversários da Religião*, jornais aptos para esclarecer [...] e de estimular a coragem de professores, dos jornalistas, dos que sabem suportar sem uma palavra de reprovação os ataques da imprensa “amarela”⁹² e da “vermelha” mesmo aos cardeais, aos bispos, ao papa. (EDITORIAL, A Resposta de um Católico, ano V, n. 205, p. 2, 3 jan. 1960)

Essa perspectiva jornalística católica também foi característica do Seminário Latino-Americano de Imprensa Católica, promovido pela Catholic Press Association com a colaboração da Unión Latinoamericana de Prensa Católica, com início no dia 13 de outubro de 1961, na escola de Escola de Jornalismo Casper Líbero. Na sessão de encerramento, o diretor da referida Escola, o Prof. José Pedro Galvão de Souza, proferiu um discurso que apresentava a missão jornalística católica:

Com palavras firmes e decisivas, lembrou aos presentes a *missão da boa imprensa na divulgação da verdade, em contraposição à onda imensa daqueles que espalham a mentira e o erro pelo mundo*. Falou da luta que todos devem manter, permanente, para defesa do ocidente cujo caos se deve à falta de substância ideológica e à falta de união

⁹² “Do inglês *yellow press*. Define jornal que usa sensacionalismo para atrair leitores. A expressão surgiu nos Estados Unidos no fim do século 19, quando Joseph Pulitzer (1847-1911), do ‘The New York World’, e William Hearst (1863-1951), do ‘The New York Morning Journal’, disputaram os direitos de publicação do personagem de histórias em quadrinhos Yellow Kid (Garoto Amarelo). Os críticos desses dois jornais populares passaram a caracterizá-los como imprensa amarela” (Manual de Redação da Folha de S. Paulo, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_i.htm>, acessado em 13 set. 2006.

espiritual. *Isto precisa ser vencido para que o cristianismo possa triunfar do materialismo.* (MATÉRIA: ECOS DO SEMINÁRIO DE JORNALISMO. *O São Paulo*, ano VI, n. 300, p. 8, 29 out. 1961)

A matriz ideológica que subsidiava os textos e análises contidas n’*O São Paulo* possuía um perfil católico ultraconservador, negador das mudanças vistas na década de 1950, que renunciaram os grandes questionamentos promovidos pelos jovens nos anos 60. Ali já era possível notar a tônica anticomunista que norteou vários anos de publicação do semanário, em que ficou visível a contraposição do ocidente-cristão em relação ao oriente-ateu-soviético. A postura vigilante da moral e dos bons costumes católicos pode ser observada nas seguintes matérias:

A CULTURA CINEMATOGRAFICA NÃO PODE PRESCINDIR DAS LEIS MORAIS

[...] Certamente não se pode dizer que, pela difusão da cotação moral dos filmes, a Igreja exerce uma proteção apenas negativa. Já por seus julgamentos normativos ela forma a consciência dos fiéis, orienta sua escolha e favorece o sucesso dos filmes de valor... (MANCHETE, ano II, n. 54, p. 1, 3 fev. 1957)

CONTRASTES

Domingo último, *enquanto em plena via pública, mocinhos e mocinhas davam um espetáculo com mistos sintomas de boçalidade e de autêntica depravação moral dançando o “rock-and-roll”, - no Instituto Padre Chico, outras mocinhas iniciavam os trabalhos do IV Congresso das Luizas de Marillac.*

Um flagrante contraste entre a mocidade de uma mesma época. *De um lado uns pobres tolos, sem a menor expressão e que pela ausência total do senso do ridículo e do próprio pudor, se prestaram a cenas indecorosas que os jornais estamparam no dia seguinte.*

*De outro lado, no Instituto Padre Chico havia uma expressão de autêntica caridade cristã vivida por jovens que, longe da futilidade mundana, se dedicam aos vovozinhos pobres levando-lhes conforto e alegria. [...] Sobre o “rock-and-roll” [...] os taradinhos deram o espetáculo já de todos conhecido, reflexo de uma época em que não somente os pais são culpados, embora lhes caiba a maior responsabilidade. Por tal espetáculo *pode-se concluir que há uma parte da sociedade inteiramente perdida e que deseja tornar mais conhecida a sua maneira de agir para a perdição geral.* [...] As “Luizas” se incumbem principalmente da assistência aos velhinhos*

em domicílio. Levando-lhes o conforto da sua palavra, do seu carinho, a assistência material, moral e espiritual... (EDITORIAL, ano II, n. 54, p. 1, 3 fev. 1957, grifos nossos).

Além da defesa dessa moral e dos bons costumes do ponto de vista católico, os fragmentos textuais em destaque acima indicam também uma linguagem leiga, que carecia de parâmetros profissionais na abordagem jornalística. A elaboração escrita foi expressão de uma manifestação religiosa, como se pode notar na terminologia utilizada: “espetáculo com mistos sintomas de boçalidade e de autêntica depravação moral”, “pobres tolos”, “ausência total do senso do ridículo” e “perdição geral”.

O semanário, com sua matriz ideológica conservadora, possuía uma perspectiva política que expressava os vínculos sólidos entre a Igreja de São Paulo e o Estado, tanto na esfera nacional como na estadual. Ainda, manifestava uma simpatia no plano internacional em relação aos governantes do Estados Unidos da América – devido a referências aos seus presidentes ou aos grandes feitos norte-americanos. Os vínculos com os eventos oficiais do Estado brasileiro eram costumeiros, como:

A PRIMEIRA MISSA EM BRASÍLIA – PRESIDIDO O ATO PELA PADROEIRA DO BRASIL E OFICIADO PELO CARDEAL DE SÃO PAULO

A imagem, ofertada de São Paulo a Brasília, é a mesma que foi conduzida pela aviadora Ada Rogato em revoada nacional [e] Bênção do papa para o ato (MANCHETE, ano II, n. 67, p. 1, 5 maio 1957).

O evento político mencionado acima, entrelaçado pela cerimônia religiosa católica, colaborava para tornar Brasília algo grandioso, representante do

coroamento da política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek⁹³ e que contou com as bênçãos da Igreja Católica, inclusive pela idéia da “oferta” de uma imagem que simboliza a padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Imaculada Aparecida.

Sobre essa proximidade entre Estado e Igreja Católica, a partir de um editorial selecionado, foi possível explicitar os vínculos da sociedade brasileira com a manutenção do catolicismo enquanto matriz de pensamento hegemônico:

Não somente as estatísticas e os censos, com efeito, que afirmam pertencer a maioria absoluta dos brasileiros à Igreja Católica. Somos e podemos nos declarar um povo católico. Nessas instituições, apesar dos pesares, e da guerra surda movida contra a religião desde os primórdios da República – e da atuação solerte das forças anticristãs que nunca perderam a oportunidade desde os tempos da Colônia – ainda se acham impregnadas de espírito cristão. Não reconhecem nossas leis, para honra nossa, o divórcio. [...] Consagra a Constituição brasileira todos os postulados pelos quais – em amor da verdade e da pátria – se bateram os católicos, como o reconhecimento do casamento religioso, ensino religioso nas escolas, assistência espiritual nos quartéis, nos hospitais, nas prisões. *Uma colaboração franca e sincera entre o Estado e a Igreja beneficia indiscutivelmente a vida pública como a religiosa do País.* (EDITORIAL, ano II, n. 88, p. 3, 29 set. 1957, grifos nossos)

Nesse sentido, os vínculos entre Estado e Igreja foram explícitos e permitiram, de certa forma, a continuidade do projeto civilizatório católico inaugurado no processo de colonização no século XVI. A expansão do catolicismo, associada à expansão territorial, com o sentido de reprodução dos processos históricos que marcaram a formação nacional brasileira, foi vista nos atos de inauguração da cidade de Brasília:

⁹³ Conhecido por JK, governou o País no período de 1956 a 1960 e implementou, associado à burguesia nacional e internacional, a política desenvolvimentista, com o lema: “Cinqüenta anos [de progresso] em cinco [de governo]”. Para mais informações sobre o processo histórico brasileiro, ver: FAUSTO (2001).

o Legado de Sua Santidade aos atos de inauguração de Brasília trouxe a Cruz que acompanhou Pedro Álvares Cabral na sua viagem em que resultou a descoberta do Brasil. Diante dessa mesma cruz que assistiu à Primeira Missa em solo brasileiro, celebrada por Frei Henrique de Coimbra, Sua Eminência o cardeal Cerejeira celebrou a missa comemorativa da instalação da nova Capital. (MANCHETE, ano V, n. 222, p. 1, 1 maio 1960, grifos nossos)

O avanço para a região Centro-Oeste do País sob as bênçãos católicas ratificou os séculos de história entre o poder político e o religioso, desde o padroado régio⁹⁴ vinculado às elites luso-brasileiras. Ainda sob esse aspecto, a manchete⁹⁵ d'*O São Paulo* registrava as seguintes informações:

Que Deus faça do Brasil uma nação cada vez mais forte, grande e livre, à luz do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja.

O ponto culminante das comemorações inaugurais de Brasília foi a participação da Santa Igreja: a Missa celebrada pelo Legado, Eminentíssimo Cardeal Cerejeira, a bênção da cidade e a mensagem do papa João XXIII, que diretamente do Vaticano falou a seus filhos do Brasil, expressando-se em português. O texto de sua mensagem é o seguinte: Aos queridos filhos do grande e nobre Brasil. É com o maior júbilo para o nosso coração de pai comum, que aproveitamos a oportunidade da inauguração da nova Capital do Brasil para dirigirmos ao seu laborioso e generoso povo a nossa palavra de bênção e augúrio. Muito nos agrada saber que em tão solenes celebrações, em que tomamos parte na pessoa de nosso Legado, sobressaem as cerimônias de caráter religioso, para invocar a Deus novas bênçãos para a nação inteira... (MANCHETE, ano V, n. 222, p. 1, 1 maio 1960).

A imprensa católica era apresentada como a detentora da verdade, da “boa-nova” e das bênçãos necessárias, porque possuía a capacidade para efetivar o “bom combate” contra qualquer tipo de “inimigo”⁹⁶, mas principalmente

⁹⁴ Como já explorado nos capítulos anteriores.

⁹⁵ A nova Capital, Brasília, foi inaugurada em 21 de abril de 1960 (EDITORIAL, ano V, n. 222, p. 3, 1 maio 1960).

⁹⁶ Cf. citação anterior, a abordagem jornalística d'*O São Paulo* se pretendia parte da “*imprensa orientada sadiamente pelos princípios cristãos, capaz de enfrentar os oportunistas, os materialistas de todo matiz, os ímpios e os católicos liberalões que homenageiam os inimigos da Igreja e batem palmas a todas iniciativas dos adversários da Religião* [...] estimular a coragem de professores, dos jornalistas, dos que sabem suportar sem uma palavra de reprovação os ataques da imprensa ‘amarela’ e da ‘vermelha’” (EDITORIAL, A Resposta de um Católico, ano V, n. 205, p. 2, 3 jan. 1960)

contra todos os que negavam ou combatiam a religião; o medo do perigo “comunista” compõe um dos cernes de combate católico, motivador de ações católicas nas mais diferentes esferas de atuação da Igreja.

Mais ativo que nunca, dando o máximo de seu escôpo de conquistar a América Latina, trata o comunismo internacional de escogitar sempre novos meios de penetrar em tôda parte neste Brasil. Sabem seus líderes que é preciso dosar bem a propaganda e proporcionar o tóxico sob rótulos diversos, pois variam os gostos, as repugnâncias e resistências. (MANCHETE, ano V, n. 231, p. 1, 3 jul. 1960)

Se o mundo se encontra numa encruzilhada, se deve optar por uma determinada ordem social, avulta a responsabilidade dos que conhecem a estrada a ser escolhida, sob pena de precipitar-se a sociedade nos grotões da destruição total. Esse extravio é uma ameaça evidente: basta considerar como tantos povos vão aderindo, ou pelo menos julgam ser perigoso flunar a indiscutivelmente péssima companhia do comunismo, ou dos comunistas, o que dá praticamente a mesma coisa [...] o dever de consciência do que vê o risco e pode prevenir a ruína, é avisar, é instruir, é esclarecer o que está iludido, equivocado, mentalmente perturbado. *Esta obrigação iniludível dos católicos, pois, a doutrina que professamos é essencialmente social, alicerçada num mandamento eminentemente social, o da caridade.* (EDITORIAL, ano VI, n. 271, p. 1, 9 abr. 1961)

Nesse sentido, o editorial intitulado Um General Falando sobre o Comunismo, a seguir, representou uma estreita ligação ideológica entre a versão militar e o catolicismo paulistano. A adoção da fala do general Flotiano de Lima Brayner, chefe do Estado-Maior do Exército, em uma conferência de abertura do ano letivo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército contribui para a melhor compreensão do referido aspecto e do posicionamento do semanário.

Tratando da ação marxista em nosso País, recordou ter tomado conhecimento, em 1935, de um documento russo que apontava como causa do malogro do movimento eclodido naquele ano a inépcia e a incapacidade dos comunistas brasileiros, que, por esse motivo, não deveriam mais ser incumbidos de movimentos dessa natureza. [...] o empenho atual do comunismo é desmoralizar o princípio da nacionalidade, principalmente em países subdesenvolvidos. [...] a

atuação dos estudantes, que se deixam continuamente envolver em campanhas e movimentos, às vezes os mais estranhos aos interesses imediatos da classe, e cujo *objetivo é criar a mentalidade revolucionária nos moços*, distraí-los dos estudos, incapacitá-los para exercer a verdadeira influência, tornando-os profissionais sem preparo nem descortino, *facilmente domináveis pelas forças que se preparam para dominar a Nação*. (EDITORIAL, ano V, n. 215, p. 3, 13 mar. 1960, grifos nossos)

Nessa época, o mundo vivia sob a égide da guerra fria⁹⁷ e o posicionamento das elites políticas brasileiras em geral estava atrelado às idéias da civilização capitalista e seus principais líderes (Estados Unidos, França, Inglaterra), que tinha como grande inimigo o comunismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Assim, a salvaguarda nacional contra o comunismo foi representada pelas Forças Armadas e o semanário *O São Paulo* deixava clara sua anuência em favor do capitalismo e dos militares brasileiros. A matriz política adotada pelo semanário frente ao embate Estados Unidos *versus* Cuba subsidiava inúmeras reportagens e matérias contra o Estado cubano pós-revolução ou qualquer outro país que se vinculasse à URSS.

Quanto à posição d'*O São Paulo* diante da conjuntura política brasileira (em plena crise, motivada pela renúncia do então presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961), o semanário não publicou nenhuma matéria em suas manchetes e nos editoriais⁹⁸, bem como não fez referência à viagem do vice-presidente João Goulart à China e a toda dificuldade para que tomasse posse

⁹⁷ Para um maior aprofundamento sobre o conflito intitulado guerra fria no século XX, ver: Hobsbawm (1995).

⁹⁸ A principal manchete da edição de 20 ago. 1961 trata sobre A Igreja e a América Latina Interessadas no Êxito da Conferência de Punta del Este; a da edição de 27 ago. 1961 trata sobre Aliança para o Progresso: Vinte Bilhões de Dólares para a América Latina e muitas outras matérias de denúncia contra Cuba e o comunismo internacional; a da edição de 3 set. 1961 trata sobre A Política na Alemanha e a Crise de Berlim.

como presidente – conforme rezava a Constituição⁹⁹. Somente em 10 de setembro de 1961 é que se fez a primeira abordagem a respeito das mudanças no Poder Executivo nacional, quando foi instituído o regime parlamentar – como resultado do desfecho da crise política:

Instituído o Regime Parlamentar

Ato Adicional da Constituição Federal. Foi aprovado com expressiva maioria tanto pela Câmara como pelo Senado, em 2 de setembro, o texto legal que institui o regime parlamentar no País, constituindo o ATO ADICIONAL que emendou a Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Para que os leitores tenham uma idéia exata do novo regime que vai garantir, queira-o Deus, os destinos da Pátria, reproduzimos, na íntegra, o diploma que foi publicado em 3 de setembro, quando passou a vigorar no Brasil. (MANCHETE, ano VI, n. 308, p.1, 24 dez. 1961)

O fato d'*O São Paulo* não ter enfatizado ou ao menos informado os leitores sobre a crise nacional, com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, indica sua abordagem tradicional e conservadora, que preferiu não apresentar em suas páginas os conflitos e disputas políticas, a instabilidade e fragilidade das instituições democráticas frente às forças militares do País. Não divulgou o processo histórico permeado por contradições e embates, resultado de uma ampla disputa pelo poder que envolvia um debate muito maior, de cunho histórico-nacional, associado ao esfacelamento do populismo no Brasil e à

⁹⁹ Houve uma conspiração militar para impedir que João Goulart (Jango) tomasse posse, porém, seu cunhado Leonel Brizola – governador do Rio Grande do Sul eleito em 1958, organizou uma mobilização popular em favor da legalidade constitucional que garantiu a Jango o direito de ser presidente do Brasil. Todo esse episódio esteve associado à crise do populismo – neste sentido, João Goulart pode ser apresentado como herdeiro de Getúlio Vargas. Entre as formulações teóricas sobre o populismo, pode-se destacar que esse conceito passou a ser estudado como forma de compreender as razões para o golpe militar de 1964. Chega-se à associação segundo a qual as causas do golpe estariam ligadas ao esgotamento da experiência populista, o que indica a adoção de uma periodização do ciclo populista de 1930 a 1964 (GOMES, 2001). Para um maior aprofundamento teórico sobre o populismo ver: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História* – debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

influência cada vez maior dos Estados Unidos e da central de inteligência americana (CIA) junto às elites políticas nacionais.

Na perspectiva de combate ao comunismo e suas idéias, inúmeras matérias e reportagens difundiam informações sobre perseguições aos membros da Igreja Católica em Havana, desde a Revolução Cubana (1959), e a opção daquele país por alinhar-se à URSS (no início da década de 1960). O semanário permaneceu em campanha contra o comunismo internacional e o projeto socialista cubano, como é possível observar¹⁰⁰:

O Peixe das Catacumbas Reaparece em Havana

Havana (NC) – O mesmo peixe que foi símbolo dos cristãos perseguidos nas catacumbas há 20 séculos aparece cada vez mais pelos locais públicos de Havana como embrema (*sic!*) da resistência contra o comunismo. Em geral, ao lado dos cartazes de propaganda oficial do célebre “piscis”, que os primeiros cristãos consideravam a figura de Cristo, pois suas letras formam as iniciais da frase grega “Cristo, filho de Deus, Salvador”. (PRIMEIRA PÁGINA, ano VI, n. 262, p. 1, 5 fev. 1961)

Pró Cristo ou Contra Cristo – *Pastoral do arcebispo de Santiago de Cuba* – Combate ao Comunismo: dever sagrado – O comunismo não é a favor do operário – Chegou a hora de demonstrar a capacidade para a luta (PRIMEIRA PÁGINA, ano VI, n. 265, p. 1, 26 fev. 1961).

Como um contraponto a Cuba – e reafirmando a opção preferencial pelo capitalismo –, várias reportagens durante o ano de 1961 enfatizaram a figura de Kennedy – presidente católico dos Estados Unidos, por exemplo:

Na Venezuela e na Colômbia – *Viagem de Kennedy revela novo clima na América Latina* – O entusiasmo com que o presidente Kennedy e sua encantadora esposa Jacqueline foram recebidos nesta semana na Venezuela e na Colômbia, demonstraram o fracasso total dos comunistas empenhados em demonstrar uma oposição acirrada

¹⁰⁰ Dentre as muitas manchetes a esse respeito foi possível selecionar alguns exemplos: Líder Operário Torturado pelo Regime de Castro, p. 1, 7 jan. 1962; Natal Socialista em Cuba: um dos mais tristes, p. 3, 14 jan. 1962; Infiltrar-se na Própria Igreja: diretiva do PC Chinês, p. 3, 22 jan. 1961; Reage a América ante o Perigo Cubano, p. 1, 21 maio 1961; Dom Jaime: em Cuba e Berlim não há autodeterminação, p. 1, 28 jan. 1962.

aos planos de cooperação entre estas nações e os Estados Unidos no combate ao subdesenvolvimento destes países. (MANCHETE, ano VI, n. 308, p.1, 24 dez. 1961¹⁰¹)

Outro aspecto presente nesse primeiro período analisado (1956-66) foi o personalismo, com a supervalorização da figura do arcebispo e do papa. É possível afirmar que o personalismo foi uma das molas propulsoras das edições do semanário no seu primeiro decênio, tanto que, na data do aniversário do cardeal Motta, em 27 de outubro de 1957, na primeira página, foi publicada apenas sua foto em colorido diferenciado, com uma mensagem de congratulações pela comemoração. Evidencia-se que o personalismo era uma prática d'*O São Paulo*. No 80º aniversário do papa João XXIII, sua foto também foi publicada e tomou toda a primeira página da edição de 5 de novembro de 1961¹⁰². A temática religiosa e seus debates correlatos, internos à Igreja Católica (local e internacional), compunham a ampla maioria das reportagens publicadas n'*O São Paulo* nessa referida fase de pesquisa (1956-66)¹⁰³.

¹⁰¹ Espantosamente, essa chamada vem ocupando o lugar privilegiado da mensagem de Natal, destaque dado à manchete de primeira página, costumeiramente publicada na semana próxima ao dia 25 de dezembro.

¹⁰² A segunda página tem sua metade tomada por outra foto do referido papa com o arcebispo cardeal Motta e duas cartas de congratulações, a primeira do núncio apostólico no Brasil, e a segunda, do então governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto. Reforçava, assim, as relações entre a Igreja e o Estado, no caso, o governo estadual. Ainda, há um expressivo número de manchetes e textos da primeira página publicados em nome do papa.

¹⁰³ Para melhor evidenciar esse aspecto segue uma relação de títulos que indicam essa característica: Aos Participantes do I Congresso Internacional dos Colégios Particulares Europeus (10 XI 1957) (MANCHETE, ano II, n. 102, p. 1, 5 jan. 1958); Rádio-Mensagem de Natal do Santo Padre, o Papa Pio XII (MANCHETE, ano II, n. 104, p. 1, 19 jan. 1958); A Palavra do Papa: "Instituto Pastoral" (MANCHETE, ano III, n. 131, p. 1, 27 jul. 1958); O Papa João XXIII aos Habitantes de Florença (MANCHETE, ano IV, n. 173, p. 1, 17 maio 1959); Saudação do Sumo Pontífice ao Governo e Povo do Japão (MANCHETE, ano IV, n. 191, p. 1, 20 set. 1959); Aos Juristas Católicos (MANCHETE, ano V, n. 205, p. 1, 3 jan. 1960); Que Deus Faça do Brasil uma Nação cada Vez mais Forte, Grande e Livre, à Luz do Evangelho e dos Ensinamentos da Igreja (MANCHETE, ano V, n. 222, p. 1, 1 maio 1960) – que compõem a mensagem do Papa João XXIII ao evento de inauguração de Brasília; O 37º Congresso Eucarístico Internacional (MANCHETE, ano V, n. 235, p. 1, 31 jul. 1960); Espiões no Brasil, Camuflados de Intelectuais, Agentes da Checoslováquia – petulância do governo checoslovaco (EDITORIAL, ano V, n. 235, p. 2, 31 jul. 1960); Votos de João XXIII aos Participantes da Semana Social do Canadá (MANCHETE, ano V, n. 255, p. 1, 18 dez. 1960); Início Abençoado de uma Vigília Santa em Preparação de Doutrina Segura e de Vida – sobre o Concílio Vaticano II (MANCHETE, ano VI, n. 260, p. 1, 22

Além dos aspectos religiosos, referenciados acima, existia a clara presença das contradições internas que permeiam a estrutura da Igreja Católica em todo o mundo. Nesse sentido, o semanário *O São Paulo* realizou, a partir de 1961, uma série de reportagens e discussões a respeito da reforma agrária no Brasil. Expôs que foi

Concluído o Anteprojeto de Reforma Agrária

O Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra assinou o anteprojeto de lei que promove a revisão agrária no Brasil. Manifestou-se a respeito o presidente do Grupo, senador Milton Campos, afirmando que “o anteprojeto representa as idéias da maioria que visou uma Reforma Agrária que não seja paliativa nem espoliativa”.

Opinou sobre o documento S. Exa. Dom Hélder Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, declarando o anteprojeto “inovador e corajoso, equilibrado e justo” [...]. Por sua vez, o economista Janes de Souza, do Ministério da Agricultura, salientou ter sido propósito dos autores do documento darem ao Brasil “uma reforma democrática, exequível, adaptável às nossas condições regionais, e o menos inflacionária possível, mesmo em curto período. O projeto oferece àqueles que trabalham no campo maior estabilidade, aumenta a oferta de terras pela redistribuição das terras públicas e proporciona à Superintendência da Reforma Agrária recursos fundiários. (PRIMEIRA PÁGINA, ano VII, n. 314, p. 1, 4 fev. 1962)

Essa perspectiva de cunho “reformista” do sistema social vigente também estava em consonância com as idéias expressas na matéria intitulada Pontos Doutrinários da Sociologia Católica:

1 – Os homens todos são necessariamente o fundamento, a causa e o fim de todas as instituições sociais. Tanto no setor social como no setor econômico é necessário respeitar a regra moral segundo a qual “o fim não pode justificar os meios” [...].

2 – A caridade não substitui a Justiça, nem a dispensa, pelo contrário, a caridade exige a justiça e a molda. [...]

6 – [...] A propriedade privada é justa e legítima quando concorre para o equilíbrio do bem comum e quando para isso todos os

jan. 1961); Notável o Avanço do Catolicismo em 1961 (MANCHETE, ano VI, p. 1, 21 jan. 1962); Concílio Ecumênico Vaticano II Convocado para 11 de Outubro (MANCHETE, ano VII, p. 1, 11 fev. 1962); Cardeal Rossi ao Povo (MANCHETE, ano XI, p. 1, 2 jan. 1966); Mensagem de Páscoa de Paulo VI (MANCHETE, ano XI, p. 1, 17 abr. 1966); Dom Agnelo Convoca a Arquidiocese para Celebrar o “Ano da Fé” (MANCHETE, ano XII, n. 583, p. 1, 2 abr. 1967); Cardeal Convida para Semana da Prece pela Unidade Cristã (MANCHETE, ano XII, n. 586, p. 1, 23 abr. 1967), entre muitos outros títulos.

membros da coletividade humana podem dela compartilhar. Cabe ao Estado a tarefa de proteger o direito de propriedade privada e coibir os abusos desse direito. [...]

11 – Todo homem tem direito a um consumo de bens que lhe permita viver com dignidade. Todas as forças abusivas de consumo são imorais e condenáveis. Além disso, todas as operações de troca, na ordem econômica, não têm outro objetivo senão o de permitir um consumo normal a todos. [...]

17 – A justiça exige que o sistema econômico em vigor forneça normalmente a cada um os meios de vida de que necessita como remuneração pelo trabalho prestado [...].

18 – O salário, em si, funda-se sobre um contrato de locação de serviço, moralmente legítimo. Este salário deve ser justo inclusive de modo a atender às necessidades de manutenção de uma família. [...]

22 - Os sindicatos são aceitáveis na medida em que promovem a congregação de interesses em função do bem comum profissional. [...]

25 – O desenvolvimento econômico e social deve ser harmônico e contar com a participação de todos para o benefício de todos [...].

28 – Convém que as empresas sejam progressivamente transformadas em comunidades humanas de trabalho dentro de um espírito de cooperação e ajuda mútua entre os que nela produzem, operando ou dirigindo. O capital deve estar a serviço do homem e do entendimento harmonioso entre dirigentes e operários. [...]

Com aprovação eclesial. São Paulo, 21.09.1962.

Card. Motta (PRIMEIRA PÁGINA, ano VII, n. 348, p. 1, 30 set. 1962)

A manifestação católica, de forma oficial e hierárquica, sobre as relações sociais que envolvem o capital, a propriedade privada, relações de trabalho, justiça, desenvolvimento econômico e social indicam a preocupação constante frente às mudanças do mundo contemporâneo, mas também eram reflexo da tomada de posição diante das manifestações sociais pró-socialistas ou comunistas na América Latina e no mundo – por isso, foi um direcionamento dado ao público leitor católico de como se posicionar na busca das soluções para os principais dilemas nacionais ou internacionais. Ainda com esta perspectiva, foi publicada

uma “Lista de Candidatos – Aliança Eleitoral pela Família”¹⁰⁴ (MANCHETE, ano VII, n. 349, p. 1, 7 out. 1962) [em que ...]

É claro que os católicos, como membros do Estado e filhos da Igreja, devem tomar parte nas eleições e propugnar com seu voto e sua influência pelo triunfo de homens de bem, sinceramente católicos, únicos capazes de promover a prosperidade da Pátria. Os eleitores que sufragarem candidatos inimigos declarados da Igreja não se podem escusar do *pecado grave* [...]. O dever eleitoral consiste em *eleger homens probos*, bons cristãos e capazes de procurar o bem geral. (PASTORAL COLETIVA DOS ARCEBISPOS E BISPOS do ano de 1915 *apud* EDITORIAL, ano VII, n. 349, p. 1, 7 out. 1962)

A participação política estimulada pela Igreja Católica nessa época, apresentada nessa matéria, ficou restrita ao voto, tanto que o vínculo das edições do semanário com as crises políticas pelas quais passava o País muitas vezes era inexistente. Confirmação dessa abordagem de pseudo“neutralidade” jornalística frente os fatos políticos verifica-se na não-cobertura jornalística dada ao golpe militar de 1964.

A ênfase dada às edições de 22 e 29 de março e 5 de abril do referido ano esteve vinculada às temáticas religiosas, como a Festa da Páscoa e os eventos internos da Igreja Católica. Na edição de 5 de abril, foi publicado o seguinte comunicado:

Mensagem do Episcopado Paulista

Ao encerrar mais uma Reunião Ordinária do Episcopado Paulista, unidos todos pelo amor a Cristo e à sua Igreja, sob a presidência efetiva do Eminentíssimo e Venerado Senhor Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, para estudar temas do nosso ministério pastoral, e aplicar o Plano de Emergência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fomos *surpreendidos pelos acontecimentos* que não podem deixar de angustiar a alma de todo o brasileiro.

¹⁰⁴ Como expressão das contradições que se apresentam na Igreja Católica, foi publicada em letras muito maiores e com destaques a seguinte frase: “*O apelo dos bispos do Brasil*, em favor do comparecimento às urnas, não aponta preferências, os católicos votarão de acordo com suas consciências” (PRIMEIRA PÁGINA, ano VII, n. 360, p. 1, 23 dez. 1962).

É com a maior preocupação paternal que nos dirigimos a todos os nossos fiéis diocesanos *conclamando-os a que se unam nesta hora grave, no amor fraterno, traduzindo-o em fervorosas preces a Deus*, por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, *para que se firme na Pátria conturbada clima de “verdade, justiça caridade e liberdade”* (João XXIII, *Pacem in terris*), *evitando toda e qualquer violência que venha derramar sangue de irmãos.*

Recomendamos outrossim a todos os nossos sacerdotes para que se unam, a fim de que sejam resolvidos, num espírito de compreensão e de paz, e não pelas armas, os graves problemas brasileiros. São Paulo, 1 de abril de 1964. (PRIMEIRA PÁGINA, n. 427, p. 1, 5 abr. 1964)

O golpe militar ocorreu em 31 de março. Vários acontecimentos nacionais evidenciavam a crise instalada entre o Comando das Forças Armadas e o então presidente João Goulart, porém nada dos aspectos associados à crise política era tratado nas edições do semanário. O pronunciamento de cardeal Motta tem um zelo religioso e devocional ao discutir o grave acontecimento político institucional de quebra de mandato de um presidente eleito democraticamente pela população brasileira. Ficou evidente também a forma indireta de se informar a mudança no Poder Executivo, conforme os destaques na citação acima.

Na edição de 12 de abril de 1964, a manchete continua com a abordagem religiosa, Dia Mundial das Vocações, seguida da matéria a esse respeito que ocupou a maior parte de toda a primeira página. Foi deixado um pequeno espaço destinado a mais três pequenas matérias, sendo uma delas sobre a situação política nacional, a seguir:

Brasil Tem Novo Presidente

Um movimento revolucionário iniciado pelos governadores de MG, SP, Guanabara e Rio Grande do Sul e apoiado pelas Forças Armadas, conseguiu, em poucas horas, derrubar o presidente João Goulart. O III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, tentou resistir, mas vendo que seria inglória a sua luta decidiu entregar-se.

O presidente deposto pediu asilo no Uruguai enquanto o dep. Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, assumia o mais alto posto da Nação.

Em vista dos acontecimentos todos os membros do Senado e da Câmara foram convocados para que se proceda à eleição de um presidente que termine o presente mandato, o que se dará em janeiro de 1966.

Pelo que se vem observando, as preferências de escolha vêm recaindo no nome do general Castelo Branco.

Os chefes do movimento revolucionário que teve como escudo o combate ao comunismo estão efetuando várias prisões de brasileiros e estrangeiros acusados de se acharem a serviço dessa ideologia materialista e anticristã. (PRIMEIRA PÁGINA, n. 428, p. 1, 12 abr. 1964, grifos nossos)

A opção jornalística ao trabalhar com as informações acima explicitou a adesão à terminologia adotada pelo Comando das Forças Armadas, que designou a ação golpista como “movimento revolucionário”. Esta é a manifestação de como a Igreja Católica e, no caso, a paulistana – mantinha seus vínculos com o poder instituído pelos militares, que eram os defensores da Pátria contra o comunismo e possuíam credibilidade para tirar de circulação, por meio de prisões, os indivíduos que ameaçassem a sociedade brasileira capitalista e cristã.

Ao discutir essa temática com os argumentos acima, faz-se necessário apontar as contradições internas da Igreja Católica, que se refletem nas suas posições frente à política nacional. A crença do alto clero da Igreja Católica de São Paulo¹⁰⁵ no Comando das Forças Armadas e no “movimento revolucionário

¹⁰⁵ Nesse sentido, ratificando o apoio dado ao novo governo por meio do semanário, a edição d’*O São Paulo* de 19 de abril permite um importante destaque ao general Castelo Branco, inserindo uma grande foto de perfil acompanhada pela matéria intitulada *O Brasil Tem Novo Governo – Ato Institucional promulgado em 9 de abril de 1964 outorga praticamente nova Constituição* (MANCHETE, n. 429, p. 1, 19 abr. 1964); a edição de 26 de abril enfatiza: *Discurso – Programa de Castelo Branco – Íntegra do discurso pronunciado pelo Mal. Castelo Branco* (MANCHETE, n. 430, 26 abr. 1964); *Sinceridade e Esperança Caracterizam os Festejos Paulistanos do “Dia do Trabalho” – Mensagem do Episcopado Paulista proporciona normas de ação aos católicos brasileiros, enquanto o presidente mostra Plano de Ação* (MANCHETE, n. 432, p. 1, 10 maio 1964); e ainda, “As

de 1964” não era unanimidade. Tanto que Dom Angélico Sândalo Bernardino¹⁰⁶, ao ser questionado sobre sua interpretação sobre a deposição do João Goulart, afirmou:

Coligação, coligação daquilo que havia de mais atrasado, das oligarquias nesse País, tanto das classes dirigentes da cidade com as oligarquias do campo, auxiliadas, apoiadas, incentivadas pelos Estados Unidos, pela CIA. Então [...] um frear do avanço dos movimentos que queriam um Brasil mais digno, de acesso da população marginalizada e excluída à terra, à educação, à moradia, à escola. Então, eles quiseram frear, com a desculpa do perigo comunista, que aqui no Brasil nunca foi um perigo iminente, porque o que realmente sempre dominou esse País foi o sistema capitalista selvagem, desumano, retrógrado, responsável pelo analfabetismo de multidões, situação que ainda hoje perdura, em que multidões estão esfomeadas, crianças morrendo de fome, num País de dimensões continentais e de qualidade de terra altamente privilegiada no contexto mundial. [...] não veio para libertar o Brasil do perigo comunista coisa nenhuma, mas veio para conservar privilégios daqueles que sempre dominaram econômica e politicamente este País. (BERNARDINO, 2001)

As contradições internas se tornaram tão evidentes e incomodaram a direção hierárquica da Igreja de São Paulo a tal ponto que um editorial d’*O São Paulo* as discutiu, tentando negá-las e impor um autoconsenso institucional:

Existe uma opinião manifestadamente desconhecadora dos mais altos desígnios da Doutrina Social da Igreja [...]. E teima-se em afirmar que a Igreja, ou pela parte do clero, tem estendido desesperadamente a mão para as esquerdas. Resulta isto de falta de compreensão exata do que seja o ensinamento social da Igreja. Não se trata com efeito de uma “ideologia”, limitada historicamente a um determinado complexo social, mas de um “testemunho” da vocação sobrenatural do homem. Os que acusam a Igreja de manter compromissos com o

manifestações presidenciais revelam os mais patrióticos e acertados propósitos de reerguer o País. Todas as palavras do presidente Castelo Branco devem ser meditadas por todos os brasileiros” (MANCHETE, n. 458, p. 1, 8 nov. 1964).

¹⁰⁶Ingressou na vida sacerdotal cursando Filosofia em São Paulo. O curso de Teologia foi feito em Viamão (RS), onde também cursou Comunicação. Concluindo sua formação sacerdotal, atuou em Ribeirão Preto e trabalhou sempre na área de comunicação. A sua nomeação episcopal ocorreu em 12 de dezembro de 1974, e a sua ordenação episcopal para São Paulo, em 25 de janeiro de 1975, passando a ocupar o cargo de diretor do jornal da Arquidiocese de São Paulo *O São Paulo*. Atuou como bispo auxiliar da Região Episcopal Brasilândia (SP) e atualmente é bispo em Joinville (SC). Cf. Chiaradia Pereira, Dom Angélico Sândalo Bernardino foi “quem substituiu Frei Romeu Dale [na direção d’*O São Paulo* em 1977, inclusive, aprimorou o aspecto visual do semanário sem comprometer a visão crítica implantada por Dale” (2005, p. 80).

capitalismo liberal ou com movimentos pró-comunistas cultivam a confusão.

Para dissipá-la basta atentar para as Encíclicas papais, que desde Leão XIII vêm condenando com igual veemência o materialismo, quer liberal, quer comunista. Todavia, muitos persistem em alimentar o equívoco, como é o caso dos jornais liberais que bradam continuamente contra os “católicos progressistas” ou “católicos de esquerda” – entre os quais não se pejam de colocar bispos e até cardeais [...]. Quando parte do clero começa a se manifestar a favor de determinadas medidas porque as circunstâncias o permitem e o direito o exige, como por exemplo a política de reformas estruturais, é imediatamente chamado esquerdista. O engano se não for má-fé, está em identificar a doutrina social da Igreja com o capitalismo, como em inculcar que é forçosa uma opção entre comunismo e capitalismo.

Pelo contrário, o testemunho da Igreja está acima das lutas ideológicas e as ideologias (EDITORIAL, n. 428, p. 2, 12 abr. 1964).

A fundamentação da argumentação do Editorial acima explicitou uma base moral-religiosa; a Igreja foi entendida com uma instituição acima de toda a sociedade, como se fosse possível o seu não envolvimento com as principais questões ou problemas políticos, econômicos e sociais. Buscou-se negar os reflexos das principais contradições sociais dentro da sua organização institucional.

As mudanças no plano político nacional ocorriam *pari passu* às alterações na Arquidiocese de São Paulo. Na edição de 3 de maio de 1964, o cardeal Motta comunicou oficialmente sua partida para a Arquidiocese de Aparecida (SP) e indicou que os motivos estavam vinculados a problemas de saúde, mas atendiam também a um antigo desejo de “trabalhar sob a sombra celestial e maternal de Nossa Senhora Aparecida” (PRIMEIRA PÁGINA, n. 431, p. 1, 3 maio 1964).

Nos meses iniciais da ditadura militar (1964-85), as contradições internas da Igreja Católica, frente à conjuntura nacional, intensificaram-se e já se evidenciavam nas próprias edições d'*O São Paulo*:

a posição do Episcopado do Brasil nunca desconheceu a gravidade da situação que enfrentávamos até março, testemunhas que eram os prelados daquela “geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro que via marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder”. Melhor do que ninguém, sabiam que o advento de semelhante regime seria, entre nós como em toda parte, a supressão das liberdades as mais sagradas e, de modo especial, da liberdade religiosa e da civil. Daí reconheceram, sem nenhuma hesitação, que, acudindo em tempo e evitando que se consumasse a implantação do bolchevismo em nossa terra, as Forças Armadas e elementos civis se tornaram credores da gratidão dos brasileiros. Agradecimento que deve subir primeiramente a Deus; “que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista” [...]. *Mas se a Revolução teve a intenção de arrancar o País ao comunismo – lembram os bispos – de fazer valer a Justiça, o Direito e o bom senso*, tem pela frente ingente tarefa. Há de expurgar as causas da desordem, *mas sem arbitrariedade e sem violência, garantindo aos acusados o sagrado direito de defesa, para que não medrem as desforras e as vinganças mesquinhas que se costumam valer dessas oportunidades. E sabemos que elas têm tentado exercer-se, aqui e ali, até mesmo contra bispos, sacerdotes e militantes do laicato católico. [...] Não basta a condenação teórica e a repressão policial do comunismo. Urge a extirpação das injustiças sociais e de outras modalidades de materialismo...* (EDITORIAL O Episcopado e a Revolução, n. 437, p. 3, 14 jun. 1964, grifos nossos).

Existe, escancaradamente, a concordância do alto clero paulistano com a ação golpista de 1964, porque ela era tida como responsável pela reinstalação da ordem ameaçada pelo avanço bolchevista no Brasil. No entanto, ficaram expostas as preocupações acerca do uso da violência e arbitrariedade policial, que não eram suficientes para resolver os demais problemas da sociedade brasileira. Mais ainda, contrariamente ao protocolo militar, reafirmou-se o “sagrado direito de defesa” dos acusados presos nas ações policiais.

A Arquidiocese de São Paulo experimentou, a partir da saída de cardeal Motta¹⁰⁷, o curto período de arcebispado de Dom Agnelo Rossi¹⁰⁸ (1964-70) e a posse de Dom Paulo Evaristo Arns como bispo auxiliar (MANCHETE, ano XI, p. 1, 15 maio 1966), fase em que se instalou uma nova matriz ideológica para a Igreja de São Paulo, tendo em vista as mudanças indicadas nos contextos interno e externo.

4.2 Transição no Catolicismo Paulistano: contradições para o início de uma nova época

O semanário *O São Paulo* acompanhou e publicou todas as fases preparatórias, assim como os diversos momentos de realização do Concílio Vaticano II. Inúmeros documentos foram editados na íntegra a partir de 1961 e, dada a sua significância¹⁰⁹, o novo arcebispo, cardeal Rossi, aproveitou o término do Concílio e, logo após, já fez alguns encaminhamentos:

no seu primeiro contato com o clero da Arquidiocese, na reunião do dia 20 de dezembro, estabeleceu o emmo. (*sic!*) Sr. Arcebispo Metropolitano, cardeal Rossi, as bases do trabalho que deverá ser

¹⁰⁷ A manchete “Primeiro Arcebispo de Aparecida, D. Carlos Carmelo de V. Motta”, marcou a partida de cardeal Motta da Arquidiocese de São Paulo; junto com muitas outras matérias de despedidas, agradecimentos e homenagens (n. 439, 28 jun. 1964).

¹⁰⁸ Cf. Manchete que recepcionou o novo arcebispo: Dom Agnelo Rossi Nomeado Arcebispo Metropolitano. (MANCHETE, n. 459, 15 nov. 1964).

¹⁰⁹ “O Concílio Vaticano II, encerrado, solenemente, pelo papa Paulo VI, no dia de 8 de dezembro [de 1965], após seis anos de esforços ininterruptos, apresenta uma longa pauta de trabalhos realizados. [...] O Santo Padre Paulo VI declarou encerrado o Concílio afirmando que o Vaticano II foi o Concílio *mais importante* de toda a história da Igreja, pelo grande número de bispos que vieram a Roma, procedentes de todas as partes do mundo. Foi o *mais rico* pelos temas que durante seis anos foram tratados com a máxima atenção e profundidade. Foi o *mais oportuno* porque foi ao encontro das necessidades pastorais” (MATÉRIA, O que Fez o Concílio, ano XI, n. 518, 2 jan. 1966).

efetuado em São Paulo. *A tarefa da Hierarquia, dos sacerdotes e dos católicos em geral é agora fazer penetrar na vida católica, com em toda a sociedade, as normas ditadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. Demandará isso tempo e, sobretudo, uma grande docilidade e zelo da parte de padres e leigos, tanto mais que se não de vencer hábitos e mentalidades fixadas às vezes desde séculos, de modificar costumes arraigados e alterar maneiras de ver e de julgar profundamente inseridas.* (EDITORIAL, ano XI, n. 518, p. 3, 2 jan. 1966)

Dessa forma, fica bem indicada a transitoriedade da sua administração. O período de Arcebispado de cardeal Rossi é característico por não se tratar apenas da Igreja pós-conciliar de São Paulo, mas também por não haver, ainda, uma nova identidade constituída que apontasse mudanças na postura da Igreja em suas relações estabelecidas com a sociedade paulistana.

No avanço da transitoriedade, em maio de 1966, houve a chegada de dois bispos auxiliares de cardeal Rossi: Novos Bispos Auxiliares para os Trabalhos Religiosos da Arquidiocese, Dom Bruno Maldaner, Dom Evaristo P. Arns (*sic!*) Nomeados por Paulo VI (MANCHETE, ano XI, p. 1, 15 maio 1966).

A chegada de Dom Paulo foi anunciada n’*O São Paulo*, a partir dos seus vínculos com a educação e os MCS. “Frei Evaristo Paulo Arns é sobejamente conhecido pelos seus estudos sobre educação e MCS. Residirá em Santana, para orientar os trabalhos pastorais da região Norte” (MANCHETE, ano XI, p. 1, 15 maio 1966).

A linha jornalística do semanário continuava alinhada com a matriz conservadora, que vinha desde o período de cardeal Motta: a temática religiosa e seus eventos e a proximidade com os governantes militares no poder, além das

críticas ao comunismo internacional, que eram a tônica das reportagens nos anos iniciais (1964, 1965, 1966) do Arcebispado do cardeal Rossi.

A relação Estado/Igreja era tão sólida que várias reportagens d'*O São Paulo* enalteciam o papel dos militares na história brasileira, ou os feitos realizados por eles na administração do Estado após o golpe, como exemplificam os títulos das matérias de primeira página a seguir: Tuiuti [batalha da Guerra contra o Paraguai]: página heróica da história do Brasil – para promover a participação no concurso literário promovido pelo Exército Brasileiro (22 maio 1966); Castelo no Maranhão Ressalta Colaboração do Ensino Religioso (29 maio 1966), Reforma Constitucional para Atualizar a Carta Magna de 1946 (28 agosto 1966), Militares Tiveram sua Páscoa na Praça da Sé – uma demonstração de Paz (18 junho 1967). Nesse sentido, ainda, sobre as medidas de Castelo Branco relativas à proteção dos trabalhadores, representante de um

governo que desdenha a impopularidade e que se preocupou, exclusivamente com os interesses superiores do País, qualquer que seja a repercussão das medidas que adota, o presidente Castelo Branco, sem qualquer propaganda ou exploração demagógica, baixou decreto-lei que reforça a proteção do trabalhador brasileiro. Ao contrário dos seus predecessores, que certamente teriam convocado gigantescos comícios de praça pública, o marechal baixou o decreto silenciosamente e, mais ainda, depois de realizado o pleito de 15 de novembro, quando poderia tê-lo feito na véspera, para capitalizar as simpatias do eleitorado. O que é sem dúvida um ponto a mais a seu favor. Esse decreto-lei, que tomou o nº 75, determina a correção monetária dos débitos de salários, indenizações e outras quantias devidas [aos trabalhadores] (EDITORIAL, ano XI, n. 570, p. 3, 1 jan. 1967¹¹⁰).

¹¹⁰Em página a seguir há uma nova referência a este Editorial.

No mês de janeiro de 1967 o Congresso Nacional foi reaberto, tendo em vista que havia sido fechado pelo presidente Castelo Branco às vésperas das eleições, no final de 1966. Alguns parlamentares não retornaram, devido às cassações de mandatos instituídas pelo Comando Militar, porém, totalmente alinhado ao *status quo* da ditadura militar, o semanário fez a seguinte publicação de primeira página:

O presidente da República recebe com júbilo a Carta Promulgada

O marechal Castelo Branco, em discurso pronunciado, no Palácio do Planalto, no dia 24, ao receber os líderes congressistas logo após a promulgação da Carta, manifestou júbilo e otimismo no futuro do Brasil sob a égide da nossa Constituição.

“No magno ato há pouco realizado no Congresso Nacional – afirmou – privativo da sua soberania, agora aqui, mais por um gesto político do que por mero formalismo, o senador Auro Moura Andrade e seus companheiros me permitem compartilhar do júbilo de um dos grandes dias da história do Brasil” (PRIMEIRA PÁGINA, ano XII, n. 570, p. 1, 29 jan. 1967)

O posicionamento político da reportagem acima abdicou de qualquer crítica ao processo de elaboração da Carta Magna e valorizou a perspectiva ufanista, difundida pelo *marketing* político dos militares junto à população em geral.

Com referência ao processo de transição característico dos anos 1966-70, que envolveu mudanças nas concepções da Igreja de São Paulo junto aos MCS, na sua relação com o poder político estabelecido, com a sociedade paulistana e no direcionamento dado pelo arcebispo frente à realidade institucional e social, em meados de 1967 o então bispo da Zona Norte, Dom Paulo Evaristo Arns, passou a escrever semanalmente n’*O São Paulo*, em uma coluna intitulada

Almas que Procuram, em que também eram respondidas cartas dos leitores. Foi possível observar a difusão de uma linha de discussão jornalística menos dogmática e mais próxima da realidade social, como se verifica abaixo:

1 – Quinhentas mil pessoas deixam São Paulo nos fins de semana para descerem ao mar, subirem a Mantiqueira ou procurarem algum recanto nas imediações de Atibaia. *Por mais que isso nos preocupe no sentido da assistência à Santa Missa e na participação destas pessoas em nossos movimentos sociais e religiosos, não podemos desaprovar essa fuga da cidade.* Sabemos até que daqui a 10 anos não serão mais 500.000 os que deixarão a cidade e sim um milhão ou mais. Gente seriamente preocupada com a saúde da família, pais que só assim poderão proporcionar aos filhos a presença dinâmica e a convivência sem compartimentos estanques. (ARNS, Almas que Procuram, n. 609, p. 2, 1 out. 1967, grifos nossos)

A presença de Dom Paulo E. Arns na equipe editorial do semanário permitiu uma nova possibilidade jornalística, tanto que houve a publicação de um manifesto da Ação Católica Operária contra o governo federal, que entrou em conflito com as informações difundidas em um Editorial no início de 1967¹¹¹, reproduzido a seguir:

Ação Católica Operária – manifesta-se contra política do Governo

S. PAULO (Asapress) – A Ação Católica Operária do Estado de São Paulo divulgou no dia 7 manifesto contra a atual situação político-econômica do País, conclamando os trabalhadores a lutarem pela mudança deste estado de coisas (ano XII, n. 615, p. 8, 12 nov. 1967)

O referido processo de transição (que marca os encaminhamentos e soluções dadas à crise que envolve a matriz conservadora da Igreja¹¹² para uma nova fase) contribuiu para que o semanário publicasse, de forma inédita,

¹¹¹ Publicado na edição n. 570, p. 3, 1 jan. 1967, já citado e referenciado em nota de rodapé neste Capítulo.

¹¹² Cf. toda discussão já realizada nos capítulos anteriores a esse respeito.

matérias abertamente contrárias aos interesses do Comando Militar que governava o País, conforme a próxima indicação:

Bispos examinam situação criada entre Igreja e Exército

Comissão de Bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil esteve reunida no Convento do Cenáculo do Rio. Os preladados examinaram a situação criada entre a Igreja e o Exército tendo passado em revista as prisões de sacerdotes e líderes de entidades religiosas, as invasões de templos e organizações culturais e desportivas da Igreja, enfim, todos os atritos havidos entre o poder civil-militar e o clero brasileiro. [...] Depoimento de Dom Waldir [bispo de Volta Redonda, RJ, que teve o Palácio invadido por militares] concedeu entrevista à imprensa e explicou que a “Igreja tem a obrigação de fazer cumprir os ensinamentos da encíclica *Populorum progressio* e que acredita que um movimento para mudar a situação virá com a Igreja, sem a Igreja ou contra a Igreja”.

Disse que os acontecimentos que culminaram com a prisão dos quatro seminaristas não foram os primeiros que se seguiram à Revolução e que “o movimento de março de 1964 não foi uma revolução e sim um simples golpe de Estado” (MANCHETE, ano XII, n. 618, p. 1, 3 dez. 1967, grifos nossos)

Nesse sentido, passavam a ser freqüentes matérias que indicavam o distanciamento, pelo menos em parte, da Igreja Católica e do Estado, como pode ser evidenciado no grifo acima no depoimento de Dom Waldir, quando afirmou que o ocorrido em 31 de março de 1964 foi um golpe militar. Essa atitude possuía um significado claro de ruptura com a posição política dominante, que se autodenominou “Revolução de 1964”. Existem, ainda, outros exemplos que reforçam essa nova contradição exposta n’*O São Paulo*, como o título da manchete da edição de 17 de dezembro de 1967: Até o Evangelho Pode Ser Encarado como Subversivo (MANCHETE, ano XII, n. 620, p. 1, 17 dez. 1967).

Dessa forma, ficaram cada vez mais evidentes as contradições internas da Igreja Católica nas matérias editadas por *O São Paulo*, além de indicar possibilidades de um afastamento das posições políticas governamentais.

Essa nova perspectiva, nunca antes vista n’*O São Paulo*, exigiu também uma reformulação na sua abordagem jornalística, em que foi possível evidenciar que a discussão

sobre a opinião pública na Igreja não é um tema novo, porém nem todos a compreendem corretamente, e com freqüência é causa de mal-entendidos. [...] *A imprensa poderia e deveria ser o lugar do diálogo interno da Igreja.* [...] Mas convém lembrar que precisamente, em nossos dias, um grande público sente uma *necessidade completamente nova* e demonstra *interesse* por problemas *teológicos e político-religiosos.* [...] *Durante o Concílio* um bispo levantou a voz para dizer: “*À imprensa católica falta algo da personalidade, de decisão e de criação que é próprio do jornalismo, que deveria exercer diante da resistência interna da Igreja*” [...] No campo da imprensa o leigo poderá prestar serviços de alta valia para a formação de uma opinião pública sadia fora e, também, dentro da Igreja. Neste último ponto o semanário diocesano tem imensa tarefa a realizar e sua responsabilidade é igualmente imensa (MANCHETE, ano XII, n. 624, p. 1, 14 jan. 1968, grifos nossos).

O ponto de partida para uma ampla discussão, relacionada à opinião pública, implica um processo de debate e conflito de idéias, que, segundo a citação acima, é também responsabilidade da imprensa católica – inclusive d’*O São Paulo*. Mas, quando se afirmou que durante o Concílio Vaticano II houve uma nova necessidade que envolve problemas teológicos, estava-se afirmando uma crise na teologia tradicional, que era característica predominante da Igreja Católica, quando se propôs debater aspectos teológicos e abriu-se uma nova possibilidade de formulação teológica¹¹³.

A co-responsabilidade do leigo e do referido semanário, indicada acima, implica um processo de participação, que pode questionar os problemas de

¹¹³ Tanto que, na década de 1960, já se formulava a Teologia da Libertação, conforme detalhado nos capítulos anteriores.

ordem político-religiosa. Essa indicação é expressão do processo de transição visto no final da década de 1960 também no interior da Igreja Católica paulistana. Assim, essa perspectiva entrou em consonância com as matérias denunciantes de contra aspectos do *status quo*, algo que não era característico da linha jornalística do semanário.

Nessa época de transição, era comum absorver críticas em relação aos órgãos de imprensa da Arquidiocese de São Paulo:

Não vem fora de propósito lembrar que nosso País sofre de uma deplorável carência em matéria de imprensa católica. A começar por São Paulo que, sendo a maior diocese católica do mundo, não consegue apresentar sequer um semanário à altura de sua importância religiosa e da capacidade econômica da região. E que também não tem motivo de orgulhar-se de outros meios de comunicação, não obstante a dedicação, o empenho inegável de algumas no campo do rádio ou da imprensa. (MANCHETE, ano XII, n. 624, p. 1, 14 jan. 1968, grifos nossos)

Está expressa nos grifos (acima) uma incisiva postura crítica em relação aos meios de comunicação da Arquidiocese, algo incomum até aquele momento. Esse anseio é expressão das mudanças que eram necessárias, tendo em vista que a sociedade brasileira, tanto no campo social como no político, enfrentava uma forte crise institucional, em que as organizações políticas democráticas estavam sofrendo um processo de desmonte realizado pelos militares no Poder Executivo.

As contradições são ricas e evidentes frente à matriz ideológica conservadora que subsidiava a abordagem jornalística d'*O São Paulo*, porque o alinhamento à política governamental ainda era uma característica predominante

do semanário, assim como o cerceamento às mudanças no campo moral e à própria imprensa nacional. Tendo em vista a ação do Serviço Federal de Censura, houve a publicação de um editorial intitulado O Problema da Censura, que acirrava as referidas contradições e publicizava um alinhamento antidemocrático:

Aparecem referências amargas ao general chefe do Serviço, considerado “inimigo da arte e da cultura no País”, projeta-se a desobediência aberta, conforme forem as implicações legais desta atitude. E também um movimento de protesto contra o governo, exigindo a reestruturação do SEC.

O Conselho Nacional dos Cineclubes anuncia uma reunião, sem data ainda, para responder ao diretor, acusado de ter insultado algumas artistas, apesar de ter o sr. Façanha negado tal intenção.

Afirma-se que é hora de lutar contra a censura à Arte. [...] Ora, compete, indiscutivelmente, ao poder público defender o patrimônio moral. Cabe-lhe censurar as produções artísticas, sejam filmes, sejam peças teatrais, sejam livros ou jornais. Quanto mais afrouxarem as exigências moralizadoras dos particulares, indivíduos e famílias, mais avulta a obrigação das autoridades civis. (EDITORIAL, ano XIII, n. 627, p. 3, 4 fev. 1968)

Frente à discussão sobre o papel da imprensa católica, a manchete Muda a Imprensa na Renovação da Igreja trouxe mais elementos que enfatizam as contradições sobre a temática vinculada aos MCS e que valorizou o Decreto Conciliar *Inter mirifica*¹¹⁴:

A imprensa católica não deve ser somente uma imprensa para os católicos; no futuro ela deve significar mais o trabalho dos católicos para todos os homens da Terra. [...] O Decreto IM [*Inter mirifica*] foi o documento promulgado pelo Concílio. Um formoso gesto do Concílio, dedicado a sublinhar o significado dos meios de comunicação no tempo atual. A imprensa foi compreendida no Concílio dentro dos meios de comunicações sociais. (MANCHETE, ano XIII, n. 651, p. 1, 21 jul. 1968)

¹¹⁴ Cf. discussão apresentada em capítulo anterior.

Na perspectiva inspirada nessa nova matriz ideológica, Dom Paulo E. Arns publicou a matéria Meios de Comunicação Social: diálogo imenso e permanente, em que afirmava

não há mais dúvida, o Povo de Deus, quer queira quer não, está hoje imerso nos acontecimentos e se vê obrigado a participar deles. É um bem [sobre os meios de comunicação], não resta dúvida. *Mas é igualmente uma nova responsabilidade diante de Deus e dos homens.* Não teríamos nunca chegado a sentir toda a extensão de nossos males, não existissem os meios de comunicação social. Por exemplo, nosso subdesenvolvimento e nosso analfabetismo chegam a apresentar-se hoje como um desafio. Existiram sempre e fizeram, durante séculos inúmeras vítimas. *Poucos lhes atribuíam importância e poucos, por isso mesmo, se engajavam na luta hoje.* Porém o analfabetismo e o subdesenvolvimento *nos envolvem e nos sufocam*, a ponto de nos sentirmos responsáveis por tudo o que se faz em nossas favelas, na periferia da cidade, no Nordeste e na Amazônia. A educação de base deixou de ser apenas uma tarefa da Igreja como hierarquia, para tornar-se um *desafio da Igreja como Povo.* É realmente um fato: *pelos meios de comunicação social, muitos podem ser levados a perceber suas responsabilidades na transformação do mundo.* (ARNS, ano XIII, n. 640, p. 2, 5 maio 1968)

A apresentação dos argumentos de Dom Paulo explicita uma nova leitura da realidade, publicada n' *O São Paulo*. A lógica, segundo a qual os MCS podem levar à tomada de consciência e contribuir para que as pessoas lutem e se organizem de forma engajada para a transformação da realidade, era uma leitura que entendia o mundo com suas contradições e processos históricos, onde Igreja e povo são desafiados frente às injustiças e desigualdades sociais da realidade brasileira.

Com o episódio da prisão dos padres em Belo Horizonte (MG), no início de dezembro de 1968, houve uma ampla discussão sobre o conceito de subversão, que colocou “por terra” toda a ação militar ou paramilitar que acontecia no País contra os civis, que prestavam algum tipo de serviço às

camadas populares ou eram questionadores do *status quo*. O conceito de subversão foi apresentado em Editorial (apresentado abaixo) de “pernas pro ar”; com certeza, foi um grande escândalo no plano político nacional, tendo em vista que indica uma ruptura com as elites nacionais (militares, políticas e econômicas). O editorial afirmava que:

Sacerdotes Presos

Em Belo Horizonte, ainda uma vez padres são presos. A acusação é a mesma: subversão da ordem. [...] No fundo é a proclamação do Evangelho que grita bem alto as bem-aventuranças dos que padecem por amor à verdade e à justiça.

Aqueles que realmente subvertem não são presos, como, por exemplo, os fazendeiros de Goiás e mesmo de S. Paulo que [querem] impedir os camponeses de se sindicalizarem ou verem aplicados os benefícios do Estatuto do Trabalhador da Terra. [...] Ou então os que taxam nosso café solúvel, em detrimento de nossa economia para beneficiar trustes internacionais. Isso também não é subversão. Ou ainda os “esquadrões da morte”, que usam e abusam de sua autoridade para incluir a pena de morte no País ao arrepio da Lei. Também não é subversão. [...] Subversão é defender aquele camponês marginalizado da Lei e dos benefícios da educação, da saúde, da cultura. [...] Subversão é pretender que a Igreja seja o Povo de Deus, a Igreja dos pobres, como dizia João XXIII. Enfim, nunca é demais dizer tudo isso, pois, como o fermento, o Evangelho deve ser pregado oportuna e inoportuna. (EDITORIAL, ano XIII, n. 670, p. 2, 8 dez. 1968, grifos nossos)

Nessa perspectiva, o semanário noticiou, junto ao Editorial, informações sobre o caso do deputado federal Márcio Moreira Alves, que estava sendo perseguido pelos militares e sofreu um processo de cassação de mandato na Câmara Federal:

Márcio Moreira Alves

Vai se transformando em legenda o nome do deputado [...]. De fato, pode-se dizer que houve um despertar cívico na Câmara Federal a partir do inglório episódio de tentar cassar o mandato desse parlamentar. Vimos deputados governistas atuarem com desassombro e darem mesmo ao País a esperança de que nem tudo está perdido e corrompido. (EDITORIAL, ano XIII, n. 670, p. 2, 8 dez. 1968)

A não cassação do referido deputado ficou associada historicamente como estopim para que o presidente-general Costa e Silva tomasse medidas mais duras no final de 1968: fechamento do Congresso Nacional, edição do Ato Institucional nº 5, que significou um “golpe dentro do golpe”. Nesse bojo, insere-se mais uma contrariedade comum a essa fase d’*O São Paulo*: nas edições do mês de dezembro de 1968 não houve nenhuma alusão ao AI-5, indicativo atribuído à perspectiva jornalística conservadora ainda existente. Esse “não-pronunciamento” era comum em vários outros momentos de profunda crise na conjuntura política nacional, como já citado na primeira parte deste Capítulo. Somente em 26 de janeiro de 1969 é que houve a pronúncia de cardeal Rossi sobre a situação política nacional e o AI-5:

Igreja e Exército: Posições Diversas Abalam a Opinião Pública

[...] ATO Nº 5

Se o ato de 13 de dezembro último, que foi geralmente recebido com surpresa, inquietação e decepção, der ao governo força para moralizar a administração pública, suscitar o espírito de responsabilidade, punir os grandes e reais responsáveis de nossos males, introduzir as reformas para que se firme, no País, a justiça social, então o sacrifício que o Brasil paga hoje à liberdade será benéfico para nosso porvir. Se, ao contrário, tal não suceder, não podemos nem sequer prever as conseqüências futuras desse ato.

Ora, entram em cena, na atual conjuntura do Brasil, especialmente o Exército e a Igreja. [...] Hoje, porém, por causa de mentalidades e posições diversas, tanto na Igreja como no Exército, a opinião pública esta abalada, embora suas simpatias se voltem mais para a Igreja. [...] Ninguém pode negar que tanto na Igreja como no Exército se ama o Brasil e se procuram soluções adequadas para os nossos problemas. (ROSSI, ano XIV, n. 677, p. 3, 26 jan. 1969)

O posicionamento de cardeal Rossi foi moderado e permitiu um lastro de confiança e seriedade às Forças Armadas brasileiras¹¹⁵, tal qual à Igreja, independente do cerceamento das liberdades – antes, garantias constitucionais do povo brasileiro –, que iam sendo expropriadas a cada Reforma Constitucional ou a cada Ato Institucional.

Por último, outro aspecto relevante que indica a transitoriedade do período de atuação do arcebispo cardeal Rossi n’*O São Paulo*, tendo em vista as mudanças já indicadas acima, foi a saída¹¹⁶ de Dom J. Lafayette F. Álvares da Direção do semanário, já co-dirigido por Dom Paulo E. Arns. É significativa essa alteração no quadro diretor, tendo em vista que Dom Lafayette foi um dos fundadores d’*O São Paulo*, junto com cardeal Motta, em 1956. É possível afirmar que a matriz conservadora que norteava a linha jornalística das edições também estava associada a ele.

Os ataques aos componentes da Igreja¹¹⁷ (leigos e clericais), entre outras lideranças sociais, aceleraram o processo de transição e ruptura com o conservadorismo hegemônico que predominou até 1968 e que possuía algumas características como: o atrelamento ao governo (ainda presente, porém com uma relação não tão solidificada), o personalismo e a supervalorização de imagens

¹¹⁵ A não ser pela pequena ressalva: “Hoje, porém, por causa de mentalidades e posições diversas, tanto na Igreja como no Exército, a opinião pública está abalada, embora suas simpatias se voltem mais para a Igreja” (ROSSI, ano XIV, n. 677, p. 3, 26 jan. 1969).

¹¹⁶ Na publicação de 6 de outubro de 1968, o nome Dom Lafayette constava ainda como co-diretor, ao lado de Dom Paulo E. Arns. No entanto, na edição de 20 de outubro de 1968, passou a constar apenas o nome do segundo co-diretor. Dom Paulo E. Arns permaneceu na direção de redação até 12 de outubro de 1969, quando foi criado pelo então cardeal Rossi o Centro de Informações Ecclesia (Ciec), que se tornou o órgão arquidiocesano responsável pela edição do semanário *O São Paulo* (cf. Nova Fase, ano XIV, n. 714, p. 1, 12 out. 1969), que indicava à sua frente o cônego Amauri Castanho.

hierárquicas (expressão da romanização) do arcebispo e do papa (que são encontradas e localizadas com menor frequência nas publicações), além das críticas ao comunismo (que foram perdendo espaço e força dentro das páginas do semanário).

Um novo norte jornalístico foi sendo implementado em meio à perspectiva conservadora¹¹⁸ que existia entre os de 1969 e 1970, o qual valorizou temas de cunho político, social, trabalhista, dos movimentos sociais, dos jovens, urgência das reformas de base e, principalmente, da reforma agrária, entre outros¹¹⁹. Tais mudanças eram oriundas do Concílio Vaticano II.

Encerrando as análises sobre os aspectos que retrataram o processo de transição, que caracterizou a segunda metade do período de administração de cardeal Rossi na Arquidiocese de São Paulo, nas manchetes da primeira página da edição d'*O São Paulo* de 24 de outubro de 1970 foi publicada a nomeação de “cardeal Rossi prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos” no Vaticano, com embarque para Roma em 12 de novembro. Por

¹¹⁷ Cf. Prisão de Padres: expulsão viola direitos do homem (MANCHETE, ano XIII, p. 1, 15 dez. 1968).

¹¹⁸ Que valorizava, por exemplo, temáticas como: religiosidade, eventos institucionais da Igreja, perigos dos anticoncepcionais, celibato, papel da mulher moderna e outros.

¹¹⁹ Os títulos a seguir ratificam essa nova perspectiva jornalística que entrava em contradição interna na Igreja e n'*O São Paulo*, tendo em vista a matriz conservadora predominante: Conflito em Santa Fé do Sul (MATÉRIA, ano XIII, p.5, 27 out. 1968) – sobre conflito agrário; Por que Protestam os Estudantes – conflito estudantil contra a Reforma Universitária proposta pelo MEC (MANCHETE, ano XIII, p. 1, 10 nov. 1968); Trabalhador não É Máquina (PRIMEIRA PÁGINA, ano XIII, p.1, 17 nov. 1968); Câmara Federal: previsões pessimistas para o Brasil e Educação É Direito de Todos (MANCHETES, ano XIII, p. 1, 24 nov. 1968); Dom Frago Acusado de Subversivo e Comunista (MANCHETE, ano XIII, p. 1 dez. 1968), Sociedades de Bairro Representam a Voz do Povo Organizado (MANCHETE, ano XIII, p. 8 dez. 1968); Bispos Debatem Temas Religiosos e Sociais (MANCHETE, ano XIV, p. 1, 27 jul. 1969); Bispos Brasileiros Preocupam-se com Conflitos Ideológicos (MANCHETE, ano XIV, p. 1, 28 set. 1969); Cardeal Rossi Define Posição da Igreja sobre Subversão (MANCHETE, ano XIV, p. 1, 15 nov. 1969), Insatisfação da Juventude É o Desejo de Participação (MATÉRIA, ano XV, p. 3, 14 fev. 1970), A Carta do Presidente da Comissão de “Justiça e Paz” sobre Problema das Torturas (MANCHETE, ano XV, p. 1, 4 abr. 1970).

consequente, marcava-se a posse do “novo arcebispo metropolitano de São Paulo”, Dom Paulo Evaristo Arns, para 1 de novembro, na Catedral da Sé.

V – DA RUPTURA COM O CONSERVADORISMO CATÓLICO À LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

A mídia é como o cérebro da humanidade de hoje, e fala uma linguagem que não se dirige apenas à inteligência. É uma linguagem que atinge também a nossa imaginação, a afetividade, o consciente e o inconsciente. A maneira como nos relacionamos é marcada pela influência da mídia e, por isso, precisamos ter uma mídia que seja necessariamente ética, que dê as informações sobre os problemas e informe o povo brasileiro sobre as grandes questões do Brasil.

(JOSAPHAT, 2006, p. 5)

Olhar para o passado leva-nos, de modo especial, aos árduos tempos da ditadura militar, em que O São Paulo, censurado, falsificado, caluniado, por gente de dentro e fora da Igreja, foi voz clamante no deserto, na defesa dos empobrecidos, injustiçados, torturados!

(BERNARDINO, 2006, p. 12.)

5.1 Novo paradigma comunicacional n'O São Paulo

Nesse Capítulo, buscou-se analisar o período de 1970 a 1985, fase marcada pelos conflitos com os militares e suas ações repressivas, concomitantemente à nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns à condição de arcebispo e cardeal.

É significativo avaliar a instalação incisiva de uma abordagem jornalística comprometida com a denúncia das atrocidades do regime militar; com a difusão dos direitos humanos e o envolvimento com as demandas dos movimentos sociais da Região Metropolitana e do País. A conjuntura nacional em que Dom Paulo tomou posse como arcebispo, após o AI-5, era, cada vez mais, de acirramento da violência militar contra as organizações populares e membros da Igreja. A ponto de ser publicado um editorial intitulado “Crise nas Relações entre Igreja e Estado?”, que afirmava:

os recentes acontecimentos do Rio de Janeiro – prisão de quatro sacerdotes e sete dirigentes jocistas [da Juventude Operária Católica], invasão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – fizeram retornar a debate o problema das relações entre Igreja e Estado no Brasil. Ao mesmo tempo, segundo informações de Recife, também lá, as autoridades policiais prenderam outro sacerdote e novos leigos. Em geral, se trata de assistentes eclesiais e dirigentes da Juventude Operária Católica. Os fatos destes últimos dias vieram somar-se a outros, de maior ou menor gravidade, que vieram se sucedendo em Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Volta Redonda e outras cidades. Em alguns casos, a libertação segue a prisão, mas em outros, houve expulsões ou os processos se arrastam, indefinidamente. [...] Os sucessivos encontros entre as mais altas autoridades da Igreja e da Nação têm sido praticamente inúteis, nos casos acima lembrados e outros. Há, parece, certas áreas, de ambos os lados, interessados num conflito mais sério [...] que se

espera das autoridades responsáveis para que não degenerem em perigoso rompimento das relações entre o Estado e a Igreja? (EDITORIAL, ano XV, n. 767, p. 3, 17 out. 1970, grifos nossos).

Essa etapa da Igreja Católica em São Paulo foi marcada: pelo fechamento da Rádio Nove de Julho pelos órgãos de censura militar, e pela instalação da censura prévia n' *O São Paulo*. Tal fase se encerrou posteriormente com o fim da censura prévia ao semanário, tendo em vista o processo de abertura política e redemocratização na primeira metade da década de 80.

Dentre as primeiras medidas do novo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, destacou-se a institucionalização do programa “Encontro com o Pastor”, levada ao ar aos sábados na Rádio Nove de Julho, que indicou sua percepção de jornalista à frente da maior Arquidiocese católica do mundo. Os MCS institucionais passaram a experimentar novos aspectos na relação com o arcebispo e a sociedade brasileira¹²⁰:

a partir do dia 7 passado, todos os sábados, às 17:30 h, através da Rádio Nove de Julho, da Fundação Metropolitana Paulista, o novo arcebispo metropolitano, Dom Paulo Evaristo Arns, falará aos paulistanos, dentro do Programa ENCONTRO COM O PASTOR. [...] Semanalmente esperamos dar aos leitores d' *O São Paulo* a íntegra da alocação do sr. arcebispo (ano XV, n. 771, p. 5, 14 nov. 1970).

Ao novo arcebispo, Dom Arns, coube estar à frente de uma Arquidiocese que contava com 1.300 padres e 5.000 religiosas; eram 350 paróquias com o “maior [...] número de católicos” no mundo (A Palavra do Novo Arcebispo, ano XV, n. 770, p. 8, 7 nov. 1970).

¹²⁰ Tanto que, após alguns anos na condição de arcebispo, quando Dom Paulo E. Arns retornou do Vaticano sagrado cardeal, o semanário publicou: Primeiro Gesto depois de Cardeal: entrevista à imprensa (MANCHETE, 24 mar. 1973) – sobre a audiência coletiva à mídia escrita, falada e televisada.

A perspectiva que a Arquidiocese tomou com Dom Paulo se refletiu direta e imediatamente nas publicações do semanário. A proposta política das ações arquidiocesanas estava engajada na realização do bem público, que se destinaria a todos, como pode ser evidenciado na discussão sobre o processo eleitoral que era iminente (logo após a posse do novo arcebispo) nos meses finais de 1970:

amanhã é o dia de outro grande encontro. É dia de eleições. Agora que se calaram as vozes partidárias, queremos que nossa voz de pastor seja um apelo fervoroso a todos, sem distinção de fé ou cor partidária: votemos, votemos todos. A Igreja sempre procurou criar comunidade entre os homens. Ora, não forma comunidade quem não participa. E amanhã é o dia, por excelência, da participação nacional. Todos queremos um Brasil próspero, feliz e grande. *Pois bem, esta Nação grande será construída pela participação de todos [...].* É preciso que os votados de hoje e eleitos de amanhã sejam homens preparados, devotados e capazes de, auscultando as verdadeiras necessidades do povo, tomar as decisões que realmente atendam ao bem comum. Só assim teremos Justiça, Paz, Liberdade, Bem-Estar, numa participação de todos.

É neste sentido que voltamos a conclamar todos os brasileiros ao fiel cumprimento deste dever cívico, que é também um direito.

A Igreja, Mãe comum de todos, não indicou nomes, nem tem preferências particulares, porque confia na maturidade de todos os seus filhos ou simpatizantes. (MANCHETE, ano XV, n. 772, p. 1, 21 nov. 1970, grifos nossos)

Essa nova posição política frente ao processo eleitoral, publicizada na manchete do semanário, buscou estimular a participação da população no processo eleitoral. Também aparece aí a idéia de que a construção da Pátria é atribuição de todos, porque só assim os direitos dos cidadãos de fato seriam efetivados. Neste sentido, propôs-se que se votasse em pessoas capazes de perceber as necessidades do povo, reservando uma postura de cautela ao não indicar uma lista de nomes de candidatos – este último aspecto entra em confronto com a postura anterior, publicada pelo semanário em 1962, em que foi

editada uma “Lista de Candidatos” da Aliança Eleitoral pela Família, conforme já citado no Capítulo anterior.

Na realidade, é possível perceber, imediatamente após a posse de Dom Paulo, que as mudanças adotadas pela Arquidiocese de São Paulo, a partir de então, estavam vinculadas com grande ênfase à pessoa que ocupava o maior grau na hierarquia clerical. Houve um processo de ruptura na matriz ideológica anteriormente adotada – e o próprio direcionamento dado ao processo eleitoral é forte expressão disso, com a proposição pela efetivação do bem comum e dos direitos fundamentais do homem, contrapondo-se à orientação de 1962, em que se solicitava aos leitores o voto nos “homens de bem, sinceramente católicos” e à advertência ao eleitor que votasse contrariamente a essa orientação de que não escaparia do “pecado grave”¹²¹.

Passou a existir uma nova orientação arquidiocesana, com outras características em face dos problemas da metrópole paulistana. A função dos MCS da Arquidiocese mudou com as abordagens implementadas por Dom Paulo. A repercussão do programa “Encontro com o Pastor”, da Rádio Nove de Julho, transcrito e publicado n’*O São Paulo*, estava prontamente vinculada à denúncia das mazelas políticas, militares e sociais e a defesa dos direitos humanos:

Neste nosso segundo encontro radiofônico, já posso revelar quanto é frutuoso e confortador estarmos juntos na procura do Bem e da Verdade. Mas de 500 cartas e telegramas vieram às nossas mãos. E

¹²¹ Cf. MANCHETE, ano VII, n. 349, p. 1, 7 out. 1962 e Da Pastoral Coletiva dos Arcebispos e Bispos do ano de 1915 *apud Editorial*, ano VII, n. 349, p. 1, 7 out. 1962.

nós a lemos para lograr descobrir o rosto daqueles que as enviaram. Por vezes, são gritos alucinantes de dor, [...] intérpretes da imensa preocupação de famílias de presos. [...] É por isso mesmo que os responsáveis pelos grandes meios de comunicação social de nossa cidade nos prometeram quanto possível motivos de esperança em favor do homem que sofre, e ao mesmo tempo, fazer chegar àqueles que podem diminuir o sofrimento, o clamor dos simples, que são os grande amigos de Deus. (MANCHETE, ano XV, n. 772, pp. 1; 6, 21 nov. 1970)

Os MCS tinham, para Dom Paulo, a nítida responsabilidade de fazer chegar aos ouvidos dos militares a dor e o desespero dos que sofriam, fosse por problemas relativos à desigualdade social ou por perseguição política. Na realidade, os MCS, na sua compreensão, deveriam ir além da difusão ou expansão do catolicismo, porque tinham como proposta aliviar a dor e motivar a esperança junto à população pobre ou perseguida.

A matriz ideológica conservadora perdeu o espaço hegemônico nas publicações d'*O São Paulo*; por isso, reportagens ou matérias com crítica político-social e com a exposição das mazelas brasileiras tornaram-se muito frequentes¹²², no período do arcebispado de Dom Paulo.

Nas matérias intituladas Igreja e Opinião Pública e Ecos do IX Congresso Internacional de Imprensa Católica, publicadas respectivamente na primeira e na quinta página da edição de 14 de agosto de 1971, destacou-se o interesse do

¹²² Os títulos a seguir são exemplos que exprimem essa nova abordagem jornalística adotada pelo semanário a partir da posse de Dom Paulo, enquanto arcebispo: Diálogo com os não Crentes (MANCHETE, p. 1, 12 dez. 1970); A Igreja e a Paz (ENCONTRO COM O PASTOR, p. 5, 9 jan. 1971) – apelo especial em favor de presos e suas famílias; Imprensa Católica no País (MANCHETE, p. 1, 16 jan. 1971); Comunicado Oficial sobre Prisão de Sacerdote (PRIMEIRA PÁGINA, 6 fev. 1971); Subversão e Ordem (PRIMEIRA PÁGINA, 13 fev. 1971); Igreja e Revolução e Alfabetização à Luz de Vela (MANCHETES, p. 1, 20 fev. 1971); Auditoria Militar Pedre Retorno de Religiosa Banida (MANCHETE, 10 jul. 1971); Igreja e Opinião Pública (MANCHETE, 17 jul. 1971); Menor Marginal, Adulto Delinqüente (PRIMEIRA PÁGINA, 31 jul. 1971); CNBB contra Esquadrões da Morte (PRIMEIRA PÁGINA, 14 ago. 1971); Cristo entre os “Hippies” (MANCHETE, 21 ago. 1971); Prostituição: um Problema de Justiça Social (MANCHETE, 11 set. 1971); Salário Legal e Salário Justo (EDITORIAL, p. 3, 6

Centro de Informação Ecclesia (Ciec) e d'*O São Paulo* nos debates sobre as mudanças no papel da imprensa católica no mundo, tanto que a secretária-geral desses dois órgãos da Arquidiocese foi enviada especialmente para participar do referido evento em Luxemburgo, Europa. Em uma das suas correspondências enviadas à equipe d'*O São Paulo* faz as seguintes discussões:

Felizmente o Concílio – sem nos pedir que abandonemos os peixes do aquário – nos levou a descobrir a existência do alto-mar, onde se encontra a verdadeira realidade [...]. Estamos assistindo a uma transformação notável em relação às funções do jornalista católico. Sem desprezar seu trabalho na imprensa confessional, parece-nos que no futuro falar-se-á muito mais de católicos na grande imprensa [...]. A Hierarquia deverá respeitar ao máximo esta liberdade do informador, sabendo que dela depende a honestidade pessoal e o crédito de suas informações diante do público. Em nenhum caso ele dever ser confundido com um porta-voz oficial da Igreja, menos ainda da Hierarquia. (ECOS DO IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE IMPRENSA CATÓLICA, ano XVI, n. 810, p. 5, 14 ago. 1971, grifos nossos)

Com a nova linha pastoral¹²³ presente na Arquidiocese de São Paulo e sua respectiva abordagem jornalística, com a tendência à profissionalização sobrepondo-se aos aspectos confessionais e à temática religiosa n'*O São Paulo*, em consonância com o Concílio Vaticano II e todos os documentos e eventos oficiais da Igreja Católica, houve a constituição de uma situação incômoda (motivada pelas matérias, reportagens, editoriais e manchetes) não apenas para os governantes militares constituídos no Poder Executivo, mas também para seus emissários nos MCS, a ponto de estes promoverem uma campanha difamatória em relação à Igreja Católica de São Paulo. Segundo o editorial Das

maio 1972); No Brasil, Diferença do Menor para Maior Salário é de 1 para 57 (MANCHETE, p. 1, 22 jul. 1972), entre outras.

¹²³ Sobre Pastoral, ver LIBANIO (1986).

Fantasia às Calúnias, houve “infelizmente, [...] novas inverdades e graves insinuações, desta feita contra a própria Igreja, veiculadas por prestigioso matutino de nossa cidade” (EDITORIAL, ano XV, n. 773, p. 3, 28 nov. 1970). A Igreja estava sendo acusada de se alinhar ao comunismo:

Nele se insiste em que não há outra saída para o “bipolarizado mundo” em que nos encontramos: ou o capitalismo ou comunismo. *Pior, insinua, sem a menor sem-cerimônia, que a Igreja “deseja aderir a um poder em ascensão antes de ele alcançar a vitória”. A referência é muito clara: a Igreja não deseja perder o trem da história e, como a história se encaminha para o socialismo, hoje ela, paulatinamente, vai aderindo ao marxismo.*

As observações refletem inequivocamente, que o autor do artigo em questão, usa e abusa da má-fé. Ele conhece a doutrina social da Igreja, dados os estudos que fez e onde fez. *Sabe perfeitamente que a mensagem cristã não pactua nem com os métodos nem com os objetivos do marxismo. Não ignora que, por outro lado, a Igreja deseja a superação do capitalismo ou neocapitalismo que o seja, exigindo mais justiça social. E, contudo, insiste em sua argumentação desleal, afirmando que a Igreja se abre sempre mais para a esquerda. [...] São devaneios de fantasia doentia, teimosa em descobrir motivações políticas nos atos da Santa Fé, quando os critérios determinantes são, única e exclusivamente os critérios pastorais. A política em si mesma não interessa à Igreja, a menos que “toque ao altar” e seja entendida no alto sentido de procura do bem comum.* (EDITORIAL, ano XV, n. 773, p. 3, 28 nov. 1970)

Essa “perseguição” à Igreja Católica paulistana pelos órgãos da imprensa local e nacional foi também indicada, apresentada e discutida nas próprias edições d’*O São Paulo*, para que os leitores tomassem conhecimento das contradições que envolviam a Igreja, o Estado e a mídia. Foi possível, ainda, evidenciar que era uma prática comum da época, como pode ser observado¹²⁴:

Marxismo nos Seminários?

A grande imprensa, ávida de sensacionalismo, não soube apreciar devidamente o documento do Secretariado para os não Crentes,

¹²⁴ Existem muitas outras matérias indicativas da perseguição ao semanário na imprensa nacional, como: “A ampla reportagem do diário paulistano ‘O ESTADO DE S. PAULO’, sobre o catolicismo brasileiro em crise” (MANCHETE, ano XVII, n. 884, 20 jan. 1973).

intitulado *Notas sobre Estudos do Ateísmo e do Diálogo a Ser Mantido com os não Crentes* [...]. As *Notas* recomendam um mais aprofundado estudo do marxismo, nos Seminários, a fim de que os futuros padres possam estabelecer com todos os não crentes, particularmente com os marxistas, um diálogo fecundo em busca da Verdade. (MANCHETE, ano XV, n. 774, p. 1, 5 dez. 1970, grifos nossos)

O Coro do “Canto do Galo”

O editorial d’O GLOBO não foi o único “canto do galo”. Houve outros, formando uma verdadeira orquestra contra O SÃO PAULO. Em tudo, o bem identificável “grupo de católicos” tem a responsabilidade de uma primazia indiscutível. Um telegrama, uma visita a todas as redações dos principais jornais, encontro e telefonemas para o Rio e Brasília, um júbilo incontido pelo editorial d’O GLOBO, a republicação como “matéria paga a pedidos” em vários jornais de São Paulo e o que ainda virá (MATÉRIA, ano XVI, n. 844, p. 10, 8 abr. 1972)

No que se refere ao paradigma jornalístico que era adotado pela Arquidiocese de São Paulo, a ruptura estava associada à diretriz implementada pelo arcebispo, visto que a postura assumida na década de 1970 se diferenciava da das décadas anteriores.

Havia uma preocupação latente no que se refere ao papel da imprensa para a Igreja Católica; por isso a Arquidiocese de São Paulo organizou vários eventos que debatiam a produção jornalística e sua relação com o poder econômico, com o Estado e a sociedade. Nesse sentido, a

Igreja em São Paulo Busca melhores Caminhos para Comunicar-se

[...] Na sexta-feira o Prof. José Marques Melo, da Escola de Comunicações Culturais da USP, falou sobre a influência dos meios modernos de comunicação social no processo de desenvolvimento atual, discutindo com os presentes várias teorias que ou supervalorizam ou minimizam as influências dos MCS. O professor fez diversas alusões ao momento brasileiro e às limitações da função dos MCS em sociedades fortemente influenciadas pelo poder econômico ou político, estatal ou de grupos. (MATÉRIA, ano XVIII, n. 965, p. 3, 24 ago. 1974)

Nesse contexto, as reflexões acerca do papel da imprensa católica no Brasil eram muito bem-vindas nas edições d'*O São Paulo*. A citação abaixo faz indicações quantitativas e qualitativas sobre a relação da Igreja com os MCS, em especial da Arquidiocese de São Paulo:

IMPrensa CATÓLICA – O mais recente levantamento da situação da imprensa católica no Brasil, realizado pelo secretário nacional de Opinião Pública da CNBB, revela, em geral, a precariedade dos meios de comunicação colocados pela Igreja a serviço do Evangelho. Atualmente, há no País 235 publicações de propriedade de organizações eclesiais (jornais, revistas etc.) ou diretamente ligadas à Igreja. Entre elas, somente quatro modestos diários (Ribeirão Preto, Campo Grande, Maceió e Poços de Caldas), já que tiveram suas atividades suspensas, o *Jornal do Dia* (Porto Alegre), o *Nordeste* (Fortaleza) e o *Diário* (Belo Horizonte). Eram, exatamente, os diários católicos de maiores tiragens e prestígio.

Os semanários de maior circulação, de um mínimo de 5 mil a um máximo de 45 mil assinantes, são o *Lar Católico* (Juiz de Fora), o *Santuário de Aparecida* (Aparecida do Norte), o *Correio Rio-Grandense* (Caxias do Sul), o *Lutador* (Manhumirim), o *A Voz do Paraná* (Curitiba), o *Catolicismo* (Campos, Rio), o *A Voz Católica* (Macapá), o *O SÃO PAULO* (São Paulo), o *O Arquidiocesano* (Mariana), o *A Cruz* (Rio de Janeiro) e o *Correio da Semana* (Sobral). Tais periódicos superam a tiragem semanal de 200 mil exemplares. [...] *Salvo raras e honrosas exceções, infelizmente, a imprensa católica no País é deficiente do ponto de vista gráfico, de conteúdo e até mesmo de difusão.* A solução ideal continua sendo [...] o seguinte: que, embora mantendo sua própria imprensa, a Igreja coordene melhor a sua presença nos meios “neutros” de comunicação social. No primeiro caso, é melhor menos jornais e revista, mas de qualidade melhor, o que somente será possível, quando os responsáveis se decidirem a uma inteligente coordenação de forças.

Na Arquidiocese de S. Paulo, a Fundação Metropolitana Paulista é a proprietária da Rádio Nove de Julho, do semanário *O SÃO PAULO* e mantém o Centro de Informações Ecclesiais. O *Boletim* do Centro, semanalmente leva o noticiário e a mensagem da Igreja, a todos os jornais, emissoras, canais de TV e grandes agências estrangeiras de informações, com sede na capital bandeirante. (MANCHETE, ano XVI, n. 780, p. 1, 16 jan. 1971)

Os aspectos informativos acima permitem uma compreensão da relevância da Arquidiocese de São Paulo no plano comunicacional nacional e internacional, aspecto este muito bem explorado durante o terceiro período

pesquisado no semanário (1970-85), em que ocorreu a sobreposição do personalismo e da incisiva divulgação da temática religiosa (eventos, festas, fatos internos da Igreja, a palavra do papa) por uma abordagem jornalística comprometida com as necessidades populares e com o “bem comum”, embasado no Evangelho, mas rompendo com a perspectiva teológica tradicional e conservadora e pautada nas formulações da Teologia da Libertação¹²⁵ e na ação pastoral nas CEBs.

Dessa forma, pretendia-se n’*O São Paulo* “fazer que a ‘Voz do Povo’ seja realmente a ‘Voz de Deus’, eis a missão do jornalista católico” (PRIMEIRA PÁGINA, ano XVI, n. 806, 17 jul. 1971).

5.2 Conflitos entre os poderes religioso e político n’*O São Paulo*

As orientações pastorais de Dom Paulo para a Arquidiocese de São Paulo vivificaram intensamente as mudanças estimuladas pelo Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Nessa direção, o *status quo* mantido pelos governos militares durante a ditadura era questionado, tendo em vista inúmeros aspectos e ações implementadas pelos católicos paulistanos, como o “trabalho de base” nas periferias e o estímulo à participação da população nas organizações populares.

¹²⁵ Para um maior aprofundamento a esse respeito, ver os Capítulos iniciais, que fazem a discussão teórica acerca

As posições de Dom Paulo eram firmes e públicas, não medravam diante das agressões do Estado ditatorial, conforme a seguir¹²⁶:

Nota do Arcebispado

Dia 30 de janeiro, alguns matutinos da Capital noticiaram a prisão do Pe. Giulio Vicini, pároco da Igreja de São José, no Jardim das Oliveiras, e de Yara Spadini, assistente social e secretária da Região Episcopal Sul de nossa Arquidiocese, sob o título Dois Subversivos Presos na Favela e Preso Padre Subversivo.

Segundo informação de fonte absolutamente segura, a notícia foi dada pelo Exmo. Sr. Delegado Alcides Cintra Bueno, do Deops, em entrevista coletiva à Imprensa credenciada junto àquele órgão.

Como arcebispo de São Paulo, temos o direito e dever de informar:

1 - Nem o Revdo. Pe. Giulio Vicini nem D^a Yara Spadini podem ser taxados de subversivos sem que sejam julgados em Tribunal competente e com direito a ampla defesa.

2- Tanto Pe. Giulio quanto a assistente social D^a Yara gozam da mais alta estima na Região Episcopal Sul de nossa Arquidiocese [...].

3 – Infelizmente, o Revdo. Pe. Giulio e D^a Yara foram torturados, de maneira ignominiosa, no Deops de nossa Capital, como o vigário episcopal da Região Sul e nós pudemos verificar pessoalmente. (MANCHETE, p. 1; e MATÉRIA, p. 5, ano XVI, n. 783, 6 fev. 1971)

A referida Nota do Arcebispado também exigiu exame de corpo de delito, registro do relato das vítimas da violência militar e sindicância administrativa contra os executores das torturas. Publicizou as expectativas de que “tais medidas sejam tornadas públicas, pois só assim se restituirá à Igreja de Deus que reside em São Paulo o clima de confiança necessário à boa convivência” (MANCHETE, p. 1 e MATÉRIA, p. 5, ano XVI, n. 783, 6 fev. 1971). Desta forma, houve um processo de ruptura com o Estado militar, tendo em vista que não havia condições para uma convivência razoável entre Igreja e militares.

da Teologia da Libertação e das CEBs.

¹²⁶ Ratificando essa perspectiva, outras matérias selecionadas contribuem nessa análise: STM Inocenta Padre Vicini (PRIMEIRA PÁGINA, 4 set. 1971); Caso dos Dominicanos: advogado apela de sentença. Acusação: subversão e terrorismo (MANCHETE, 18 set. 1971); Igreja não É Subversiva e Em Favor do Homem – sobre a libertação política e econômica (MANCHETES, 6 nov. 1971); Valores Humanos e Cristãos na Educação

Com o avanço dos anos de Arcebispado de Dom Paulo, na década de 1970, os conflitos entre Igreja e Estado em São Paulo foram se agravando e as denúncias publicadas no semanário tomaram proporções cada vez maiores, tendo em vista a repercussão em todo o País. Dessa maneira, o editorial *Denúncia, Ordem e Serviço* indicou que a

divulgação da Carta Pastoral do Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, levantou, como era de se esperar, uma áspera polêmica. *De um lado, situaram-se os que aplaudiram como corajosa e oportuna, e, doutro, os que chegaram a incriminá-la de injusta e subversiva. [...] Estes e outros fatos nos ensejam, ainda, uma vez, a oportunidade de reafirmar que a confusão entre denúncia de injustiças e subversão só existe na imaginação daqueles que entendem ser a realidade social brasileira perfeita e acabada. A acusação de agitadores não cabe a quantos ainda têm a coragem de apontar-lhe limitações, distorções e melhores caminhos.*

No caso específico da Igreja, a objetividade exige que se reconheça que sua organização capilar vai até onde não chegaram ainda os órgãos do governo e, especialmente, o exercício da justiça trabalhista (EDITORIAL, ano XVI, n. 824, p. 3, 20 nov. 1971, grifos nossos).

A matriz ideológica que se tornou caracterizadora da Arquidiocese de São Paulo, nesta fase (1970-85), percebia as contradições como algo intrínseco às ações humanas e valorizava a busca e a superação da injustiças, mesmo que incorresse na possibilidade da Igreja e seus membros serem tachados de subversivos.

É verdade que as manifestações n’*O São Paulo* atendiam, nesse período pesquisado, às demandas das camadas populares. Isso ocorreu em uma época em que todas as críticas ao *status quo* eram consideradas “subversivas”, comunistas

(ENCONTRO COM O PASTOR, p. 5, 6 nov. 1971); O Processo contra os Padres de Minas Gerais – 34 padres de várias ordens religiosas e seculares (MANCHETE, 13 nov. 1971).

e inimigas da Pátria, porque atentavam contra a Lei de Segurança Nacional instituída pelos governos militares.

A seguir, outro fragmento textual que indica os conflitos entre a visão militar, conservadora e protecionista dos interesses dos capitalistas (nacionais ou internacionais) e a nova matriz ideológica que subsidiava as ações e publicações da Igreja Católica em São Paulo, diante da conjuntura nacional e das demandas populares:

Em três setores, entretanto, da vida brasileira, *continuamos falhando gravemente: no do progresso social, no da liberalização política e no dos direitos humanos.* [...] E para comprová-lo são suficientemente claras as declarações do próprio sr. presidente da República e das mais altas autoridades do Executivo estadual. “*A economia vai bem, declarou em momento solene o Chefe de Estado, mas o povo vai mal...*”. O povo continua sentindo em sua pele, em ainda largas camadas, os efeitos de um salário insuficiente e de uma contínua alta do custo de vida.

A liberdade de pensamento e de expressão continuam cerceadas, desnecessariamente, assim como o “terrorismo subversivo”, reiteradamente condenado pela CNBB e por nós, continua encontrando resposta freqüente em um “terrorismo repressivo” igualmente lamentável. (EDITORIAL, ano XVI, n. 831, p. 3, 8 jan. 1972, grifos nossos)

Com a mesma ênfase nas críticas à realidade sociopolítica brasileira, o editorial abaixo tem um tom desafiador e parte da Operação Periferia, que colocou em xeque toda política governamental em relação às camadas populares, questionando as políticas públicas e sua resolubilidade, principalmente no que se refere ao atendimento dos cidadãos.

Está aberta a Campanha da Fraternidade deste ano. [...] Como é de praxe, cada diocese do Brasil propõe para cada Campanha da Fraternidade um ou mais objetivos concretos, que possam oferecer suficiente motivação para seu alto sentido. [...] Para este ano de 72, as renúncias de todos deverão permitir que se possa fazer alguma coisa em favor da periferia de nossa Capital, “*moldura pobre em torno da*

cidade rica”. [...] o homem e o ambiente de vida dos moradores dos bairros mais afastados do centro de S. Paulo precisam de tudo: melhores moradias, mais igrejas e escolas, mais conduções, mais serviços assistenciais para todas as idades, água, esgoto, asfalto etc. A Igreja está consciente de que nem é sua tarefa primordial e nem mesmo dispõe de recursos para resolver esses angustiantes e dolorosos problemas humanos. Mas irá fazer o que lhe for possível. Este ano de 1972 será, assim, o ano da OPERAÇÃO PERIFERIA. [...] É bem provável que o incentivo e exemplo da Arquidiocese de S. Paulo desperte em todos, mas de modo particular nos maiores responsáveis, a consciência de que o homem da periferia de nossa Metrópole tem idênticos direitos e benefícios coletivos, que o privilegiado paulistano morador do centro e dos bairros residenciais de elite... (EDITORIAL, ano XVII, n. 838, p. 3, 26 fev. 1972)

O paradoxo riqueza *versus* pobreza foi colocado como dilema a ser resolvido pelos governantes, responsáveis pela implementação de mudanças que atendessem às necessidades sociais do povo pobre de São Paulo. Um dos ângulos da discussão acima envolve, inclusive, um amplo debate socioantropológico. A população do centro e dos bairros residenciais não é, em sua maioria, migrante de outras regiões do País (o exemplo mais forte é o Nordeste); dessa forma, incluía o cidadão filho de família tradicional quatrocentona ou trabalhadores descendentes dos imigrantes europeus e o migrante nordestino na mesma condição de cidadão, o que é uma ruptura na ótica preconceituosa característica de parte da elite e da classe média paulistana.

Na realidade, ficava explícita a alteração da matriz ideológica que subsidiava as ações do clero paulistano e seus MCS, o embate entre as forças conservadoras da sociedade – mantenedoras da ordem – e parte relevante da Igreja Católica de São Paulo não era mais disfarçado:

A Espiral da Violência

Dois dos nossos editoriais desta semana abordam o problema da crescente violência no mundo, da qual, infelizmente, não escapa a

América Latina. A escalada da violência é tal que já caracteriza o século XX, tido como um século de democracia e de liberdade. Do Vietnã à Argentina, do Oriente Médio à África do Sul, por toda parte os ideais cristãos de fraternidade são negados pelos mais diversos tipos de violência. Entre as causas da violência estão, certamente, as injustiças contra indivíduos e grupos e a sementeira do ódio, de que são responsáveis todos os movimentos extremistas. (PRIMEIRA PÁGINA, ano XVI, n. 845, p. 1, 15 abr. 1972, grifos nossos)

Para contribuir com essa abordagem que explicita a mudança de matriz ideológica na Arquidiocese de São Paulo, mas ao mesmo tempo se resguardando das acusações de subversão e apoio ao comunismo, os MCS da Arquidiocese veicularam o seguinte discurso de Dom Eugênio Sales:

Evangelho não é nem Marxismo nem Capitalismo

Em seu programa radiofônico semanal, Dom Eugênio de Araújo Sales, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro declarou [...] Nota-se, em algumas tendências teológicas na América Latina, inclusive no Brasil, um certo esvaziamento da Teologia da Graça e da Redenção. Alguns, e talvez não poucos, reduzem a salvação do Cristo a um puro processo sociohistórico; simplificam irresponsavelmente o problema do mal entre os homens, operando com as categorias de oprimidos e opressores, reduzindo, muitas vezes, a conversão evangélica a uma opção político-ideológica. O Evangelho não é e nunca foi o Marxismo. Como também o Capitalismo não é e nunca será o Evangelho. O Cristo não nos trouxe um sistema político-ideológico. (MANCHETE, ano XVI, n. 845, p.1, 15 abr. 1972).

A partir do material selecionado e discutido acima, é evidente o conflito instituído na Arquidiocese de São Paulo em relação ao Estado. No agravo dessa relação, na semana da comemoração do Dia do Trabalhador de 1972, foi publicado o editorial intitulado Salário Legal e Salário Justo, que indicou:

Dizer que o salário é problema vital para milhões de brasileiros é um verdadeiro truísmo. Arredondando as percentagens, pode-se afirmar, tranqüila e seguramente, que 70% de nossa população vivem do próprio salário, única fonte de sua subsistência. Está aí uma das razões por que o problema do reajustamento salarial interessa a tantos, ocupando páginas e páginas de nossa imprensa. Questão humana, entre as que mais o sejam, é, também um problema social, pelas múltiplas implicações que tem tanto na conduta do homem comum, quanto na vida familiar e na própria ordem social.

A justa retribuição do trabalho continua sendo a pedra de toque, de uma sociedade que deseja chamar-se cristã. E não é para menos que a doutrina social cristã insista tanto no problema salarial, especialmente no que diz respeito ao salário do operário das cidades e dos campos.

Pobres mais Pobres

Não obstante tudo que se tem dito e feito nestas últimas décadas, a triste realidade, no Brasil, é que o rico fica sempre mais rico e o pobre, sempre mais pobre. Claro que se trata de uma pobreza relativa, se comparada com a situação de 20, 30 anos atrás. Mas, proporcionalmente, é inegável: a “fatia” do bolo nacional que cabe ao pobre é sempre menor. (EDITORIAL, ano XVII, n. 848, p. 3, 6 maio 1972)

Nessa mesma edição d’ *O São Paulo* foi publicado o recurso utilizado pela imprensa da Arquidiocese, para driblar a censura prévia que se aproximava do trabalho de edição e publicação do semanário, tendo em vista os telefonemas e ameaças comuns nessa época por parte dos órgãos do governo¹²⁷:

Ciec divulgará “Encontro com o Pastor”

A partir desta semana, as alocações de Dom Paulo Evaristo Arns, ou de seus bispos auxiliares, [...] pela Rádio Nove de Julho, serão mimeografadas e difundidas pelo Centro de Informações Ecclesia. Justamente com o *Boletim Informativo* das sextas-feiras, circulará, também o texto da palestra, que terá, assim, ampliada a sua divulgação. Como é público, a alocação dos sábados também difundida pelo O SÃO PAULO, é feita no programa ENCONTRO COM O PASTOR, de grande audiência na Arquidiocese e no Estado, iniciada em novembro de 1971. (MATÉRIA, ano XVII, n. 848, p. 6, 6 maio 1972)

O *Boletim Informativo* do Ciec passou a ser o canal de comunicação em que se procuravam publicar as matérias e textos censurados d’*O São Paulo*. A Arquidiocese não mudou sua linha jornalística após o início da censura prévia: a elaboração das manchetes, matérias e outros artigos era realizada da mesma forma, porém, parte desse material não recebia o crivo para a publicação. Por

¹²⁷ Cf. discutido nos Capítulos anteriores.

isso, o *Boletim Informativo* do Ciec também se tornou mais uma possibilidade à equipe editorial, no

momento da intervenção do governo totalitário, que impôs a todos os meios de comunicação o silêncio sobre os fatos mais interessantes para o povo. Então, em lugar de publicar os fatos n' *O São Paulo*, porque eles não passavam pela censura, nós fundamos o Ciec [...]. Onde estava o espaço em branco as pessoas sabiam que o primeiro espaço em branco correspondia à primeira notícia do [Boletim do] Ciec. O Ciec transmitia com fidelidade aquilo que havia acontecido e era talvez o único meio de informar o povo de São Paulo. [...] Mas é uma fase importantíssima para *O São Paulo*, porque ele tinha uma espécie de suplemento que o superava de longe e era apreciadíssimo por todo mundo; todos esperavam aquele momento em que debaixo da porta aparecesse aquele impresso que era muito bem redigido porque o padre Reitor da Universidade de Santos, além de grande jornalista, era excelente estilista e um grande comunicador. Então, ele redigiu durante anos, sem nenhuma remuneração, o suplemento d' *O São Paulo* (ARNS, 2001).

Além desse aspecto, o Ciec também editava esse *Boletim* para agências de informação e comunicação nacionais e internacionais. Ele permitiu vínculos com outros MCS que colaboravam internacionalmente com as ações sociopolíticas da Igreja de São Paulo:

“France Presse” difunde editorial do Ciec

A Agência “France Presse”, de São Paulo, difundiu em telex de 32 linhas, a 26 pp., as informações do *Boletim Informativo* n. 267. [...] O Centro de Informações “Ecclesia” afirmou em seu *Boletim* desta semana que existem tensões entre a Igreja e o Estado brasileiro. [...] O telex, que continua citando, literalmente, outros tópicos do editorial, foi passado em espanhol e deverá circular pelo mundo, pois a “France Presse” mantém sucursais nos cinco continentes. [...] Essa colaboração entre a “France Presse” e o Ciec vem desde o ano de 1971. (PRIMEIRA PÁGINA, ano XVII, n. 927, p. 1, 17 nov. 1973)

Ratificando essa análise sobre a censura imposta ao semanário e sua participação junto aos MCS, Fadul afirma que “ele pode representar um importante papel na luta pela redemocratização da sociedade, quando, através do *Boletim* Ciec, da Agência Ecclesia, se divulgava para os órgãos de imprensa as

matérias censuradas” (FADUL, 1986, p. 35). A pressão dos órgãos de censura do governo estava atuando incisivamente junto à equipe de redação e edição d’*O São Paulo*, tanto que a publicação do editorial a seguir indicou as dificuldades que a ausência de liberdade à imprensa estava causando:

A serviço da verdade

Encontramo-nos na semana que antecede o DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS [...]. O tema proposto pelo papa, a este VI DIA MUNDIAL, é “OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL A SERVIÇO DA VERDADE” [...]. O mínimo que se pode desejar dos modernos instrumentos de comunicação social é a verdade dos fatos que divulgam. Informar realmente é o “abc” de toda e qualquer comunicação que se preze. Afirmá-lo é aceitar, também, por consequência, como um direito líquido do comunicador social, o livre acesso às fontes de informação e, por parte do usuário dos MCS, o direito a ser informado sem mutilações, sem distorções. [...] *Lamentavelmente, como se poderá deduzir até pela situação vivida pelo nosso semanário, nem mesmo a imprensa católica, pela primeira vez em sua história, está encontrando a liberdade para um leal serviço da verdade. Os seus modestos recursos de comunicação encontram-se sob censura e pressões de toda ordem, sem poder informar e, menos ainda, apreciar, criticamente, os acontecimentos do País. Haverá, perguntamos, algum benefício para o Bem Comum, decorrente de tal situação, violadora do artigo 1º da LEI DE IMPRENSA, solenemente promulgada a 9-11-1967, neste governo?* (EDITORIAL, ano XVII, n. 849, pp. 3, 13 maio 1972)

Tendo em vista os aspectos indicados, o referido editorial publicizou que o semanário estava vivendo sob censura e ausência de liberdade, requisito básico para o exercício jornalístico em consonância com a verdade e o bem comum. Como as matérias que discutiam a censura aos MCS não passavam pelo crivo dos “censores” e sua publicação era impedida, na mesma edição, utilizou-se um recurso editorial, que foi publicar a Mensagem do Papa Paulo VI, intitulada Os Instrumentos de Comunicação Social a Serviço da Verdade¹²⁸, que abordava aspectos contrários à censura e à ausência de liberdade na imprensa. Esse

aspecto possibilita caracterizar o empenho dos editores d’*O São Paulo* em manter sua abordagem jornalística mesmo diante da repressão militar e do cerceamento da liberdade. Ainda com esse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi publicada na edição d’*O São Paulo* com a seguinte epígrafe:

A 10 de dezembro de 1948, a Assembléia-Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esta Declaração foi assinada por todos os países membros das Nações Unidas, da qual o Brasil faz parte.

Na ocasião, a Assembléia solicitou a todos os signatários que divulgassem o texto, “sem fazerem distinção nenhuma baseada na situação política dos países ou territórios”. “Espaço Jovem” atende a pedidos de muitos membros de grupos jovens publicando alguns artigos. A Declaração tem 30 artigos ao todo. [...]

Art. III. Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...]

Art. V. Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. [...]

Art. XX. Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas [...]

Art. XXX. Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos. (ESPAÇO JOVEM, ano XVII, n. 856, p. 5, 1 jul. 1972)

Quando os censores não estavam atentos, a equipe de edição não titubeava e publicava as matérias¹²⁹ que eram contrárias ao *status quo*. Como expressão da matriz ideológica que norteava as ações do semanário durante o arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns, lembre-se das matérias sobre a inauguração de

¹²⁸ A referida matéria foi publicada tomando toda a página.

¹²⁹ A partir dessa matriz ideológica que orientava a posição jornalística do semanário é possível observar, como novos exemplos, os seguintes títulos: Juventude, Moral e Lei, TV na Favela (EDITORIAL, 12 jan. 1973); Nova Batalha pela Universidade (MANCHETE, 27 jan. 1973); Cardeal Arns em Curitiba: a todos os operários respeito e gratidão (MANCHETE, 5 maio 1973); Desenvolvimento Econômico e Social na Justiça, no Respeito aos Direitos Humanos e na Fidelidade ao Cristianismo (MANCHETE, 1 set. 1973); Libertados os Dominicanos (MANCHETE, 6 out. 1973); Uma Igreja Importuna mas Presente (EDITORIAL, p. 3, 13 out. 1973) e ainda, dezenas de matérias e editoriais sobre direitos humanos e políticos na década de 70.

Brasília que haviam sido publicadas nas edições do final da década de 50 e durante os anos 60¹³⁰, sempre com alto grau de ufanismo e atrelamento ao *marketing* político governamental. Como reflexo das mudanças citadas na Arquidiocese e nos seus MCS, é possível verificar nova abordagem sobre Brasília:

Brasília haveria de ser, dizíamos, o centro da Pátria, um novo importante pólo de desenvolvimento. Sua construção forçaria a abertura de estradas, atrairia as correntes migratórias do Nordeste, geraria novos empregos e daria à administração federal a tranqüilidade e segurança necessárias para o difícil múnus de governar um quase continente. [...] Nesta altura, porém, está nos preocupando, entre outras possibilidades, a de Brasília vir falsear, aos olhos da alta administração federal, a verdadeira imagem do Brasil. Pensamos nisso ao tomar conhecimento de alguns pormenores acerca do novíssimo Palácio do Ministério da Justiça, inaugurado pelo presidente Médici¹³¹ no dia 3 último.

Iniciado em 1963, informaram os jornais que o novo Ministério custou aos cofres do País nada menos de 25 bilhões antigos, isto é, mais de 4 milhões de dólares. [...] Como se pode imaginar, mais um Palácio encantado, somando-se aos Palácios da Alvorada e do Planalto, aos Palácios dos Arcos, ao Congresso Nacional etc. etc. etc. *Um sonho, um verdadeiro oásis no coração de um País ainda procurando arrancar-se ao subdesenvolvimento ou, se se preferir, em via de desenvolvimento, com grandes áreas de pobreza, miséria e analfabetismo.*

[Brasília ...] uma espécie de miragem, falseando a realidade circundante, como se todo o País fosse um reino de fadas, encantado, sem problemas de qualquer espécie (EDITORIAL, ano XVII, n. 857, p. 3, 8 jul. 1972, grifos nossos)

Como é possível observar ao analisar as informações trazidas sobre Brasília, houve uma profunda ruptura com tudo que já havia sido publicado a respeito do tema, incrementou-se uma contundente crítica à perpetuação da riqueza em forma de “ilha”, em detrimento da pobreza que assolava o restante do País. Na realidade, o editorial promoveu a desconstrução da falsa imagem

¹³⁰ Como já tratado no Capítulo anterior.

acerca de Brasília, da qual *O São Paulo* foi um dos responsáveis, por ter realçado as ações governamentais no que se referia à nova Capital.

Ainda, em meio à ineficiência do trabalho dos censores na redação d'*O São Paulo* e ao não cerceamento prévio de algumas matérias que indicavam os conflitos entre a Igreja e o Estado, foi possível selecionar alguns temas que indicam o acirramento desses conflitos, principalmente quando houve a morte, nos cárceres paulistanos, do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Dom Angélico, por meio do artigo *Bispos Manifestam Pesar pela Morte do Metalúrgico*, publicado no referido semanário, responsabilizou o governo pelas atrocidades cometidas dentro dos calabouços da ditadura:

Dom Angélico lançou um comunicado explicando parte das circunstâncias em que Manoel Fiel Filho morreu. Depois de dizer que a realidade do DOI - II-Exército é conhecida tanto dentro como fora do Brasil, fez considerações sobre a versão do suicídio: “A autoridade que deteve o cidadão, arrancando-o do seu lar, é responsável por sua integridade, por sua vida” (MATÉRIA, ano XIX, n. 1.035 p. 5, 4 jan. 1976).

As mortes do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975, e do metalúrgico Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, no Comando do II Exército, em São Paulo, levaram à deposição, pelo presidente Ernesto Geisel¹³², do general Ednardo D'Ávilla Mello, responsável por aquela unidade militar. Provocou, também, um encontro de Arns com o governador paulista Paulo Egydio, quando o cardeal declarou aos jornalistas que

nunca houve qualquer incidente entre ele e o general Ednardo D'Ávilla Mello que provocasse o esfriamento nas relações da

¹³¹ Governou o Brasil entre 1969-74.

¹³² Governou o Brasil entre 1974-79.

arquidiocese com o Exército. Mas acrescentou: “O que aconteceu é que os acidentes se multiplicaram e nem bem acontecia um, já se esperava para acontecer outro” (MATÉRIA, ano XX, n.1.039, p. 3, 31 jan. 1976).

Para Dom Angélico¹³³, apoiar o movimento operário na luta contra o arrocho salarial, a ausência de reajustes, a opressão patronal e militar era algo essencial à atuação do clero e da Arquidiocese de São Paulo. Por isso, afirmou que

era integrante, como bispo assistente, da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo, e os nossos militantes estavam muito presentes no movimento operário. Eu volto a insistir: nunca ninguém da ditadura militar teve argumento sério de que a Igreja estivesse envolvida em qualquer coisa de violência, na questão de enfrentamento com a ditadura militar. Agora, o nosso enfrentamento sempre foi com as armas da verdade, da justiça, na defesa da dignidade humana, da liberdade de expressão, de manifestação – isso era absolutamente cerceado. Não obstante isso, nós íamos à praça coalhada de soldados com cães, metralhadoras, nós simplesmente íamos à praça, sim, para, na medida do possível, manifestar que nós não estávamos de acordo com a tortura, com a subserviência do Brasil aos militares. Nós acreditávamos nos ideais democráticos (BERNARDINO, 2001).

Essa postura de Dom Angélico diante do poder exercido pelos militares destacou aspectos relevantes sobre o posicionamento do clero e d’*O São Paulo* frente às ações ditatoriais. Por isso, “durante a repressão, o jornal de que sou ainda hoje diretor aqui em São Paulo¹³⁴, *O São Paulo*, ele foi frequentemente [...] censurado, houve até um número que foi falsificado, falsificado e distribuído nas paróquias” (BERNARDINO, 2001).

¹³³ Foi bispo auxiliar de cardeal Arns, assessor da Pastoral Operária e diretor de Edição d’*O São Paulo*, conforme indicado anteriormente.

¹³⁴ Na data em que foi realizada esta entrevista, 15 de outubro de 1999, Dom Angélico ainda era diretor do semanário da Arquidiocese.

As denúncias nas páginas do semanário sobre a censura, a ausência de liberdade e os conflitos entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro também alcançavam “válvulas de escape” em face dos trabalhos dos censores prévios na elaboração das edições, conforme editorial a seguir:

Distensão no Relacionamento Igreja-Estado?

A opinião pública brasileira está justamente preocupada com o multiplicar-se de atritos já não apenas periféricos entre Igreja e Estado, nestes últimos anos. As dificuldades encontradas por vários movimentos do laicato católico, por seus assistentes eclesiais e seus líderes, o caso dos dominicanos, os acontecimentos de S. Félix do Araguaia, o banimento da Irmã Maurina, o processo contra os padres de Belo Horizonte, a expulsão do Pe. J. Comblim e de vários outros sacerdotes, a censura imposta a órgãos de imprensa católicos, a marginalização que cerca alguns prelados brasileiros, privados até mesmo do direito de resposta através dos meios de comunicação social, e, recentemente, a inexplicável agressão moral de que foi vítima o cardeal primaz do Brasil mostraram as crescentes tensões nas relações do Estado e da Igreja e sua crescente deterioração. (EDITORIAL, ano XVII, n. 924, p. 3, 27 out. 1973)¹³⁵.

Em meio a esse contexto, existem muitos dados da realidade que poderiam ser selecionados e se tornariam indicativos da configuração da matriz ideológica adotada nas décadas de 70 e 80 do século XX pela Igreja Católica de São Paulo e reflexos nos seus MCS. Como exemplo que permite observar em que proporções ocorreram essas mudanças, o episódio do lacramento da Rádio Nove de Julho é a melhor expressão de todo esse processo¹³⁶:

¹³⁵ Nessa edição foi publicado um Suplemento Especial – “Semana da Paz” – em que foi divulgada a Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, editado em 1948.

¹³⁶ Dessa forma, sobre a segunda metade da década de 70 e a primeira metade dos anos 80, serão apresentados títulos de matérias e manchetes que são evidência sobre os dados de realidade com destaque nacional e, ao mesmo tempo, expressões da matriz ideológica adotada pela Arquidiocese de São Paulo sob o período do arcebispo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns: Saúde É Tema do Encontro do Conselho das Sociedades Amigos de Bairro (p. 12, 22 fev. 1975); Problemas dos Operários não Chegam até o Patrão (p. 9, 8 mar. 1975); A Anistia jamais Deixou de Produzir Resultados Altamente Benéficos para a Ordem Social (MANCHETE, 29 nov. 1975); O Deus da Esperança nos Conclama para a Solidariedade (MATÉRIA, p. 12, 8 nov. 1975), sobre a cerimônia ecumênica oficiada pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelos rabinos Henry I. Sobel e Marcelo Rittner e pelo pastor James Wright, em memória do jornalista Wladimir Herzog; Missa por Intenção do Metalúrgico Manuel Fiel Filho (MATÉRIA, p. 6, 31 jan. 1976), sobre membro da Pastoral Operária morto pela repressão militar;

Comunicado da Cúria

A Arquidiocese de São Paulo lamenta informar que, por dois decretos governamentais, publicados no “Diário Oficial” de 30 de outubro, foi declarada perempta e não renovada a concessão de ondas curtas e médias da Rádio Nove de Julho. Na tarde de 5 de novembro foram lacrados seus transmissores.

Embora alimente esperanças de que a medida não seja definitiva, a Arquidiocese se escusa perante os ouvintes desta emissora pela involuntária cessação dos serviços que vinha prestando.

Em nome destes mesmos ouvintes, agradece a todos os administradores da Rádio, a seus técnicos e funcionários.

Exprime, enfim, a confiança de que o Senhor dará à sua Igreja sempre novos meios para não faltar à missão e tarefa de anunciar o Evangelho a todos.

São Paulo, 6 de novembro de 1973.

a) Lucas Moreira Neves – bispo auxiliar e vigário geral para os Meios de Comunicação (MATÉRIA, ano XVII, n. 926, p. 5, 10 nov. 1973).

Silêncio na Rádio Nove de Julho: clamor popular

[...] O material que se encontra nesta edição parece mais que suficiente para deixar bem claro o seguinte: não tendo sido, até o momento, dada qualquer explicação para os atos que declaravam “peremptas” as ondas curtas e médias da Rádio Nove de Julho, sua repercussão foi a mais negativa possível em vastas camadas da população paulista e de outros Estados do Brasil. Todos aguardam respeitosa, mas insistentemente, uma reconsideração dos decretos que silenciaram uma emissora de elevado padrão técnico, cultural e religioso, promotora do mais sadio patriotismo. (MANCHETE, ano XVII, n. 929, p. 1, 1 dez. 1973)

O posicionamento dos MCS da Igreja Católica de São Paulo frente à realidade sociopolítica mantida pela ditadura militar, a censura prévia¹³⁷ ao semanário *O São Paulo* e ao fechamento da Rádio Nove de Julho¹³⁸ permitiram

Igreja Reuniu o Povo em São Paulo (PRIMEIRA PÁGINA, 30 dez. 1978), sobre o Movimento do Custo de Vida; Carta à População Denuncia a Mercantilização da Saúde (MANCHETE, 16 dez. 1977); Caso de Polícia: entraram na PUC sem vestibular (MANCHETE, 1 out. 1977), sobre a invasão da PUC-SP por militares; CNBB Afirma: não confundimos a paz verdadeira com o silêncio imposto pelo medo (MANCHETE, 8 jan. 1977); Necessidade da Presença do Povo na Ação Política (EDITORIAL, p. 3, 7 jan. 1978); Brasileiro Deve Poder Dizer tudo (MANCHETE, 12 maio 1978); Salário Pequeno Traz Doença para o Povo (PRIMEIRA PÁGINA, 23 set. 1978); A Greve É um Direito do Trabalhador (MANCHETE, 9 set. 1978); Em Memória do Operário Assassinado (PRIMEIRA PÁGINA, 28 out. 1978), sobre missa celebrada por Dom Angélico Sândalo pelo operário Nelson Pereira de Jesus, assassinado pelo patrão; Reforma Agrária É Urgente e CNBB Sugere Alternativa para o Modelo Brasileiro (PRIMEIRA PÁGINA, 14 set. 1979); Veja como Ajudar na Greve do ABC (PRIMEIRA PÁGINA, 5 abr. 1980); O Evangelho É Libertador do Homem Todo (MANCHETE, 26 dez. 1980), entre outras.

¹³⁷ Cf. o editorial A Serviço da Verdade (ano XVII, n. 849, p. 3, 13 maio 1972).

¹³⁸ Cf. a matéria Comunicado da Cúria, citada acima.

caracterizar o conflito entre Igreja e Estado, assim como a matriz ideológica que se tornou predominante com a colaboração da nova orientação pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns enquanto arcebispo. Nesse sentido, na apresentação intitulada *A Comunicação e os Direitos Humanos*, discurso de abertura do XI Congresso da UCBC na PUC de São Paulo, o cardeal Arns pronunciou:

Meus amigos, o que eu disser hoje é mais uma profissão de fé e um testemunho do que uma lição que eu possa dar. Eu sou jornalista também, há quase 20 anos, e vamos nos comunicar fraternalmente. Eu acredito que a liberdade da comunicação e expressão de pensamento seja a garantia de todas as demais liberdades e direitos humanos. O Congresso vai aprofundar esses termos, vai analisar as condições em que essa liberdade pode tornar-se, além de matriz, formadora, mantenedora das demais liberdades. Todas as cadeias do mundo ferem a dignidade do homem, mas a censura coloca toda a nação na cadeia e pode chegar a degradar-lhe os sentimentos. Vou dar um exemplo: um estudante de Medicina, em São Paulo, foi obrigado a fazer a censura em nosso jornal. Ele censurava até a palavra do papa e do arcebispo em assuntos eclesiais. E quando aparecia o nome do orador da abertura do último Congresso da UCBC, em Florianópolis, o meu tio D. Hélder Câmara, o censor disse assim: “Os senhores não sabem que existe uma lei que proíbe publicar esse nome?”. Ele nunca teve a coragem de deixar a assinatura sobre o original, ou foi proibido de fazê-lo. Então, em todos os nossos documentos, nós temos apenas um carimbo: “censurado”, no anonimato, ninguém assumindo a responsabilidade. (ARNS, 1983, pp. 17-8)

O pronunciamento acima de cardeal Arns explicitou como era o protocolo dos censores no trabalho de censura prévia das edições semanais d’*O São Paulo*. A análise desses aspectos se encerra neste ponto, tendo em vista que a pesquisa documental nas publicações d’*O São Paulo* possui limites, considerando-se o fato de que a elaboração das edições vivia sob censura prévia até junho de 1978¹³⁹.

¹³⁹ A matéria de primeira página a seguir referenda essa opção metodológica no processo de pesquisa: “A Censura Continua: Em reunião plenária, na última quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal ‘não conheceu’

5.3 Censura e Utopia no discurso da Igreja Católica em São Paulo

Considerando-se as exposições anteriores e retomando as afirmações de Pe. Antônio Aparecido Pereira, que estão em consonância com as análises indicadas a respeito d’*O São Paulo*, de Dom Paulo e dos conflitos com o Estado sob a ditadura militar, lembre-se de que

o jornal foi adquirir prestígio, uma força muito grande nos tempos de Dom Paulo Evaristo, que são os tempos que eu mais conheço. *É sabido que quando veio a revolução de 1964 a Igreja apoiou a mesma como uma vitória sobre o antigo comunismo. O Brasil estava livre do comunismo. E de repente os militares começaram a desrespeitar os direitos humanos, torturar, tudo mais. Então a Igreja, que era uma voz de consenso em relação à revolução, começou a ser uma voz de dissenso, a denunciar.* Não estava junto àquelas coisas, à prisão, à tortura, ao desaparecimento de pessoas, começou a ser um dissenso, a não concordar com o regime (PEREIRA, 2001, grifos nossos).

Tendo em vista a nova perspectiva editorial implementada por Dom Paulo Evaristo Arns junto à equipe de elaboração d’*O São Paulo*, é possível perceber que o periódico tornou-se um canal de divulgação da utopia que perpassava o discurso oficial da Igreja Católica paulistana, na época da ditadura militar.

Para melhor compreender essa utopia da Igreja de São Paulo, expressada no semanário em estudo, no período 1970-85, é necessário definir qual

mandado de segurança do que o jornal *O São Paulo* e o senador Franco Montoro impetraram contra o presidente da República, o ministro da Justiça e o diretor da Polícia Federal, visando a levantar a censura prévia imposta a este órgão” (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXII, n. 1.158, 20 maio 1978); somente em 17 de junho de 1978 é que a censura prévia foi interrompida no processo de elaboração do semanário, conforme citação na próxima parte desse Capítulo.

referencial teórico foi adotado e os vínculos estabelecidos com a análise da matriz ideológica¹⁴⁰ que subsidiou o discurso oficial. Assim,

a classificação das idéias utópicas, ou, mais precisamente das idéias que desempenham um papel de utopia através da história, oferece grandes dificuldades. A quantidade delas é quase ilimitada, de forma que não dá para mencionar sequer as mais importantes (SZACHI, 1972, pp. 19-20, grifos nossos).

É relevante indicar que as utopias possuem um significado e um anseio vinculados ao seu momento histórico, assim como os diferentes posicionamentos adotados pela Igreja Católica perante a formação sociohistórica do Brasil.

A postura da Arquidiocese de São Paulo frente à ditadura militar (1964-85) pode ser compreendida como utópica, tendo em vista que as utopias são

sobretudo tentativas intelectuais de controle sobre situações de crise, tentativas de superação de divisões penosas experimentadas por indivíduos quando a situação social lhes parece absurda, tentativas de reconstrução da comunidade humana que no momento somente é possível no sonho [...]. As utopias podem ser consideradas, por um lado, como sintomas da crise de uma dada organização social, e por outro, como sinal de que no seu interior existem forças capazes de saltar além dela, embora ainda não estejam conscientes do como fazê-lo (SZACHI, 1972, p. 129, grifos nossos).

As entrevistas com Dom Paulo Evaristo Arns e Pe. Antônio Aparecido Pereira a respeito d'*O São Paulo* indicam, de certa forma, esse anseio utópico no caminho da realização dos “sonhos” possíveis: “o jornal *O São Paulo* é um jornal pequenino, mas um jornal de grande bravura e de uma história de imensas dimensões para o período em que o Brasil foi silenciado” (ARNS, 2001).

¹⁴⁰Cf. SADER (1988, p. 59), citado anteriormente.

O posicionamento público de cardeal Arns frente à realidade social existente implicava uma proposta “utópica” para a situação, tanto que afirmou: “nós nunca nos interessamos em agradar o governo, nós sempre estivemos ao lado do povo” (2001). Essa assertiva está em consonância com as análises realizadas das edições d’*O São Paulo*, em que se percebeu o processo de ruptura com o *status quo* mantido pela ditadura militar.

Ratificando essa perspectiva o bispo auxiliar Dom Benedicto Ulhôa Vieira, durante a sua entrevista, deixou explícito que as relações entre o Estado e a Igreja ficaram abaladas, tanto que satirizou, ao ser questionado se era opositor dos militares: “eu era vice-reitor da Universidade Católica, pároco dos universitários, a minha ficha entre eles devia ser de supercomunista, talvez de primo-irmão do governo da Rússia, provavelmente” (VIEIRA, 2001). Ainda, Dom Benedicto expôs que os meios de comunicação da Arquidiocese de São Paulo sofreram forte repressão e censura militar:

o general Médici, que era presidente, fechou a rádio Nove de Julho, foi fechada a rádio, lacrada, [... o presidente] Médici foi um homem muito insensível. Eu acho que ele passa a história do Brasil como um dos piores governos que nós já tivemos, pela desumanidade, pela maldade. Ele tinha consciência da tortura no Brasil e tudo mais [...]. A censura do jornal *O São Paulo* era tremenda, os censores iam à noite para a tipografia onde se imprimia o jornal (VIEIRA, 2001).

Da mesma forma que o cardeal Arns, Dom Benedicto também explicitou os motivos que os levaram a questionar o *status quo* no período da ditadura militar: “era que a Igreja se preocupava não por motivos políticos, mas por

motivos humanos, por motivos divinos, em favor daqueles que sofrem” (VIEIRA, 2001).

A postura assumida pela Igreja Católica de São Paulo a pôs na condição de “sujeito coletivo”, porque implica compreender sua tomada de posição frente aos governos ditatoriais instalados no poder desde 1964. “Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui” (SADER, 1988, p. 58).

Essa perspectiva implica compreender o momento histórico vivido como o não desejado e remete a uma proposta utópica institucional:

de fato, mesmo quando se lançam num futuro longínquo ou quando buscam o ideal num passado desaparecido, as utopias levam consigo a marca do tempo e do lugar de nascimento. Não há nada de estranho nisto. *Elas são respostas não somente a perguntas eternas sobre a condição humana [...]. São respostas que engajam os homens contemporâneos, pois a revolta não nos livra da coletividade, mas somente define nosso lugar nela* (SZACHI, 1972, p. 20, grifos nossos).

A partir desses aspectos é possível explicitar a Igreja Católica como um sujeito coletivo e com um discurso utópico frente às correlações de forças, nas décadas de 1970 e 1980 em São Paulo. A utopia proposta por seu discurso oficial estava muito vinculada à própria história pessoal do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, conforme as informações de uma entrevista feita no final do ano de 1973, intitulada *Cardeal de São Paulo Fala sobre sua Vida e seus Trabalhos e suas Esperanças*, em que afirmou:

24 - Seu lema é “De esperança em esperança”. Por quê?
A esperança do cristão nasceu da própria Cruz. Portanto, da maior de todas as misérias já praticadas nesta Terra. A esperança, portanto,

encontra chão sempre favorável, sempre novo. *Se uma esperança morreu hoje, nasce por sobre ela outra, que não morre. Fui nomeado Bispo numa Sexta-Feira Santa, às 9 horas. O lema nasceu daí.*

25 – Qual foi o período mais difícil de sua vida de pastor?

Tenho a impressão de que cada dia seja mais difícil. Mas tenho a impressão de que todos os dias nascem aureolados pela Esperança (MATÉRIA, ano XVII, n. 932, p.14, 22 dez. 1973, grifos nossos).

Para Dom Paulo, a utopia ficou compreendida como algo cotidiano, que servia como um porto seguro frente às dificuldades crescentes causadas pela repressão e pela censura; assim, esse seu posicionamento era também uma forma de indicar seu lugar na sociedade contemporânea brasileira. O discurso utópico da Igreja de São Paulo respondia a uma necessidade social coletiva e foi expressado oficialmente n’*O São Paulo*, na Rádio Nove de Julho, no *Boletim Informativo* do Ciec e em muitos outros locais em que seu clero se fez presente e pronunciava-se contra a injustiça social e a opressão militar.

Nesse sentido, fica explícito o recurso utópico utilizado pelo clero progressista em São Paulo, que implicou discutir e discordar do *status quo* e, ao mesmo tempo, assumir um tom profético, tanto que, “por esta razão, alguns autores se convenceram de que o traço essencial da utopia é o de ser uma antecipação” (SZACHI, 1972, p. 6).

Nessa ótica, o autor literário polonês Alexander Swietochowski discute o conceito utopia, afirmando que não

é possível imaginar qualquer época, nação ou mesmo indivíduo que não tenha sonhado com um céu na Terra, que não tenha sido mais ou menos utópico. *Onde quer que existam – e elas existem em toda parte – miséria, injustiça e dor, haverá também especulações sobre como erradicar as causas do mal.* Na imensa escala que se estende por toda a história da cultura, desde as fantasias do nômade selvagem até as

reflexões do filósofo moderno, encontra-se uma infinidade de versões da utopia (*apud* SZACHI, 1972, p. 8, grifos nossos).

A utopia proposta pelo semanário *O São Paulo* rompia com o consenso desejado pelos militares e, como já vimos, “se esse consenso não existe [...] tem que [se] construir ou fabricá-lo, nem que fora à força. Que fizeram os militares? Começaram a tentativa de silenciar a Igreja, e é nesse período [...] que a Igreja começou a sofrer e ser censurada” (PEREIRA, 2001). Este cerceamento se deu tanto com a censura prévia instalada n’*O São Paulo* como com o fechamento da Rádio 9 de Julho, em 1973.

Pode-se observar que os defensores da ordem estabelecida tendem a qualificar as idéias “subversivas” de impraticáveis e irrealistas, o que, aliás, não os impede de combatê-las com um ardor que só se justifica pelo medo de que elas possam ser realizadas a qualquer momento. (SZACHI, 1972, p. 4, grifos nossos)

A Declaração dos bispos brasileiros, reunidos na XII Conferência da CNBB em 1973, ratificou os posicionamentos e discursos da Igreja Católica de São Paulo e deixou clara a insatisfação e a sua oposição ao caráter explosivo que a repressão militar adquiria. “A Igreja não subestima a necessidade de tranqüilidade e ordem pública, [...] mas se os meios são desumanos, constituem um preço que nenhum governo pode pagar sem aceitar sua autodestruição” (KRISCHKE, 1979, p.72). A hierarquia católica publicou vários documentos contra a opressão e a violência, em favor dos direitos humanos, evidenciando, assim, seu compromisso com os perseguidos políticos e lideranças populares.

Há claramente uma “*dissonância entre a utopia e a realidade*. O utopista [no caso, a Igreja Católica] não aceita o mundo que encontra, não se satisfaz com as possibilidades atualmente existentes” (SZACHI, 1972, p. 13, grifos nossos).

Nesse contexto, ratificando as análises acima, Pe. Antônio Aparecido Pereira discute as características editoriais do semanário da Arquidiocese:

a vocação cidadã do jornal O São Paulo é que faz com que [ele] deva ser mantido; em que sentido: primeiro, fazendo uma comunicação do povo, do ponto de vista dos movimentos populares, do ponto de vista daqueles que lutam por terra, por moradia, por trabalho. Tanto é verdade que a linha editorial d'O São Paulo é marcada pelos planos pastorais que a Igreja tem. Se o plano pastoral afirma que a Igreja vai escutar os clamores do povo por moradia, por trabalho e por saúde, então, isso vai estar presente na linha editorial do jornal (PEREIRA, 2001, grifos nossos).

O discurso de Pereira indica explicitamente a utopia d'O São Paulo, evidenciada nas décadas de 1970 e 1980, como algo vinculado à consolidação da cidadania em um País em que há a ausência do controle popular sobre a esfera pública e, ainda, uma expressiva parte da população vivendo em condições de pobreza e miserabilidade – desumanas.

Quando se discute o conceito de utopias, é necessário entender que não há estudos precisos sobre a contribuição delas no pensamento social da humanidade – e, ademais, não há nenhuma utopia que seja plena e que dê conta de todas as demandas e anseios humanos, tendo em vista que cada uma está vinculada ao seu contexto histórico e cultural. Mas com certeza é possível acatar a perspectiva de Eduardo Galeano, que se aproxima daquela indicada por Dom Paulo Evaristo, em que a utopia faz parte do cotidiano e da vida. O escritor uruguaio afirma que:

O que é a Utopia? Ela está no horizonte. Caminho dois passos, ela se afasta dois passos... Me aproximo dez passos, ela se afasta dez passos. Para que, então, serve a Utopia? Para caminhar (apud BARROS, 2005, p. 8).

A partir da concepção acima, em que a utopia faz parte de um processo histórico, que é construída na caminhada diária, foi identificada no semanário *O São Paulo* uma ampla difusão desse conceito associado à identidade cristã, retomando a discussão sobre o local do sujeito na sociedade contemporânea e na conjuntura da ditadura militar:

De Esperança em Esperança

Quando tudo parece chegar ao fim e você parece já não ter forças para continuar vivendo, quando todos parecem esquecer-se de que você ainda está entre os vivos, passando indiferença ao seu lado, lembre-se de que após a tempestade segue a bonança, após a agonia, a ressurreição. Afinal, o cristão é alguém que “espera mesmo contra toda esperança”, é alguém que caminha “de esperança em esperança”... (MATÉRIA, ano XVII, n. 886, p. 5, 3 fev. 1973)

Frente a essa discussão, e considerando os dilemas teológicos, organizacionais e políticos que caracterizavam o perfil da Igreja Católica em São Paulo, é possível afirmar que sua atuação junto aos movimentos sociais, sindicatos e organizações populares nas décadas de 1970 e 1980, foi imprescindível, principalmente a partir do fim da censura prévia a *O São Paulo*. Somente na edição de 17 de junho de 1978 é que foi noticiada a informação sobre o fim da censura prévia no semanário:

A Censura acabou apesar do Supremo. E agora?

Foi levantada a censura prévia ao jornal O SÃO PAULO. Sobre o fato há pouca coisa a dizer. Mas que devia ser dita.

Um funcionário subalterno da Polícia Federal, falando por telefone para a nossa redação, fez aquilo que o Supremo Tribunal Federal não foi capaz de dizer: liberou-nos de submeter à força os nossos originais. Assim, os detentores eventuais da força decidiram permitir que este canal passe a usar o direito líquido e certo de liberdade de expressão [...]. *Agora, temos a dizer o seguinte: o plano editorial deste jornal não é afetado pelo fato novo. Nosso trabalho não sofrerá alterações. Continuamos tendo sempre a mesma resposta a quem nos perguntar qual é a nossa linha, porque ela está definida em documentos oficiais da Igreja. A única modificação, acaso*

perceptível, será o aparecimento em nossas páginas da íntegra dos artigos, reportagens, notícias etc., que com grandes limitações e muitos esforços estamos procurando fazer e até agora vinham sendo mutilados. Neste temário não se inclui o assunto censura.

Este assunto já foi discutido. E universalmente resolvido há mais de 200 anos por homens que marcaram a história da dignidade humana. [...] Como engajados na marcha do povo de Deus, nos interessa a história. Assim, o que nos resta é a luta. Vamos procurar fazer a nossa parte. (EDITORIAL, ano XXII, n. 1162, p. 3, 17 jun. 1978, grifos nossos)

A matriz ideológica norteadora, desde o início da década de 1970, implicava perceber a realidade permeada por suas contradições. Identificava a sociedade brasileira como nem pronta, nem acabada, por isso, havia o engajamento no processo de luta pelas mudanças necessárias à população em geral. Com o fim da censura prévia, o semanário escancarou em suas páginas as dificuldades do povo da periferia, dos trabalhadores, dos indígenas, dos marginalizados; por isso, tornaram-se características do final da década de 1970 e primeira metade da de 1980 reportagens com o perfil a seguir:

Ditadura mata operário cristão

O corpo do operário Santo Dias da Silva está chegando na Catedral. São 11h58, quarta-feira, 31 de outubro. Rumores de palmas e aclamações. Tocam os sinos anunciando a chegada do corpo do combativo líder operário. A bandeira do Sindicato dos Metalúrgicos envolve o esquife [...]. Catedral lotada, o povo silencioso e tranqüilo. Calcula-se em mais de 100 mil pessoas, a praça ainda cheia. [...] Houve, antes da Missa, um cortejo da Igreja da Consolação para a Sé, com muitas faixas contra a ditadura. (MANCHETE, ano XXIII, n. 1.234, 2 nov. 1979)

Os temas abordados, a partir do fim da censura prévia, contribuíram para estimular ou reforçar as organizações populares, sindicais ou a luta pelos direitos sociais da ampla maioria da população paulistana – marginalizada pelas condições precárias de habitação, transporte, saneamento, saúde e educação.

Mesmo com o processo lento de abertura política, ocorreram muitos retrocessos tanto no governo do general Ernesto Geisel¹⁴¹ como do general Figueiredo¹⁴², e, nessas idas e vindas no processo político que encaminhava o retorno à democracia, a repressão policial à classe trabalhadora era cotidiana. No sentido de defendê-la, o semanário publicou inúmeras reportagens sobre essa temática:

Todos que têm um mínimo de conhecimento dos documentos do Vaticano II, principalmente sobre o papel da Igreja e dos cristãos no mundo de hoje, descrito no documento *Gaudium et spes*, da *Mater et magistra*, da *Pacem in terris*, da *Populorum progressio*, da *Octogesima adveniens*, dos documentos de Medellín e de Puebla, dos numerosos documentos da CNBB, especialmente sobre as exigências cristãs para uma ordem política e social [... saberiam que] *à Igreja não compete fazer planos econômicos e nem políticos e nem chefiar partidos. Mas é o papel da Igreja denunciar a opressão e injustiça no campo ético, social, econômico e político.* (MANCHETE, ano XXIV, n. 1.262, p. 1, 16 maio 1980, grifos nossos)

A difusão nos MCS das ações sociopolíticas da Igreja de São Paulo e de parte do Clero não eram neutras: era consciente o posicionamento a favor de um dos lados em conflito, no caso acima – que serve como exemplo –, a classe trabalhadora, que se organizava a partir dos sindicatos e que era amplamente perseguida pela repressão militar, que atuava em favor dos empresários.

Há, no entanto, que ressaltar que essa postura política adotada não pode ser compreendida de forma partidária¹⁴³ e muito menos em favor do sistema capitalista ou, ainda, vinculada às organizações comunistas ou socialistas. Todo o repertório argumentativo utilizado pela Igreja se pautava nos documentos

¹⁴¹ Que governou o Brasil entre 1974-79, como já informado.

¹⁴² Governou o Brasil no último período da ditadura militar, entre 1979 e 1985.

¹⁴³ Como é possível ser observado acima.

internos ou nas formulações evangélicas. Por isso, em matéria de manchete, afirmou-se:

Capitalismo e Marxismo

Nas horas de maiores dificuldades, em que a Igreja precisa mostrar que ela não é neutra quando há situações de injustiça social e falta de participação do povo, muitos de várias tendências políticas procuram tirar vantagens dessas atitudes, que apenas, tão-somente, se baseiam no Evangelho e nos documentos papais e conferências dos bispos. *Desde o século passado, a Igreja vem repetindo que não pode compactuar nem com o capitalismo e nem com o marxismo. E o Documento de Puebla afirma isto tão claramente que não é possível cair em confusão, a não ser quando o analista tem má intenção.* Puebla repete o que já havia sido afirmado em Medellín, que o sistema liberal capitalista e a tentação do sistema marxista já esgotaram na América Latina as possibilidades de transformar as estruturas econômicas. *Se não é possível para um cristão ser marxista, não é também possível ser cristão e capitalista liberal. É Jesus Cristo quem diz não haver possibilidades de servir a dois senhores, o dinheiro e a Deus.* (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIV, n. 1.269, p. 1, 25 abr. 1980, grifos nossos)

Ratificando os aspectos expostos sobre a relação entre a Igreja e a política, Dom Antônio Celso de Queiroz¹⁴⁴, ao ser questionado sobre as greves operárias do final da década de 1970 e primeira metade da de 1980, declarou que a Pastoral Operária era muito bem-articulada com o movimento sindicalista, tanto que as lideranças sindicais procuraram a Igreja no momento de formação do Partido dos Trabalhadores. Ele indicou que:

nós tínhamos aqui uma liderança muito forte da Pastoral Operária, e eu me lembro que estava em uma reunião em Brasília, quando foi morto o Santo Dias. Eu não estive no sepultamento do Santo Dias, porque nessa época eu era, não me lembro, secretário-geral da CNBB, [...] e a gente, muitas vezes, nós fizemos reuniões aqui em São Paulo. Os bispos e até uma vez Dom Cláudio veio. Nós fizemos um ato comum. Até então, os operários do ABC faziam seus atos lá, e a Pastoral Operária de São Paulo fazia seus atos aqui, mas naquela época foi tão difícil que eu me lembro que eles se uniram num ato comum na praça da Sé, e daí estava Dom Paulo, estávamos nós e

¹⁴⁴ Foi presbítero na Arquidiocese de Campinas até 1975. Coursou seus estudos de formação sacerdotal em Campinas, São Paulo, e os concluiu na Espanha, onde iniciou suas atividades como padre em 1960. Posteriormente, voltou a Campinas e começou a trabalhar na Universidade Católica, ministrando as disciplinas Doutrina Social da Igreja e Pensamento Social Cristão, entre outras. Foi secretário-geral da CNBB de 1988 a 1995, bispo-auxiliar de cardeal Arns e, atualmente, bispo em Catanduva (SP).

estava Dom Cláudio, que também era bispo em Santo André. Aí já estava surgindo o Lula, essa liderança toda, que depois já estava fundando o PT. Eu me lembro de ter participado de uma reunião dos bispos, em que o Lula e não me lembro mais quem foi falar, o Lula e o Jacob, aquele de Campinas, que foi prefeito de Campinas, Jacob Bittar. Os dois foram explicar, trocar idéias conosco do que deveria ser um partido novo, um partido [...] mais de operários, de intelectuais e de lideranças (QUEIROZ, 2001).

Nesse sentido, Dom Antônio Celso acreditava que o apoio da Igreja ao movimento operário foi fundamental:

por mais forte que fosse o sindicalismo aqui do ABC, [...] eles reconhecem isso, [...] o apoio da Igreja foi, eu não sei se foi determinante para sustentar, mas que foi muito importante, que, certamente, sem o apoio da Igreja, eles teriam sido desbaratados, de um jeito ou de outro, teriam sido. Essa é a impressão que eu tenho (QUEIROZ, 2001).

Quanto à vinculação da Igreja à fundação do Partido dos Trabalhadores, Dom Antônio Celso teve a mesma postura evidenciada n’*O São Paulo*. Afirmou que “o PT é um partido político, a Igreja em si não é um partido e não tem um partido, o que não significa que os seus membros estejam impedidos de participar dos partidos e das atividades partidárias” (QUEIROZ, 2001). No entanto, Dom Antônio Celso foi além nessa análise e fez um destaque sobre o papel dos grupos de direita, ao afirmar que um sujeito oculto, militares ou a imprensa conservadora, interessavam-se em promover uma confusão para a maioria da população sobre essa relação. Provocavam “essa confusão porque eles evidentemente são do *status quo* e queriam enfraquecer todas as propostas que fossem o contrário...” (QUEIROZ, 2001).

Nesse sentido, as ações implementadas por parte do clero, apoiadas pela CNBB, colaboraram para que acontecesse o processo de abertura política, de

certa forma antecipando a democracia no País. Assim, a Igreja Católica paulistana, não satisfeita com a realidade durante a ditadura militar, sonhou, projetou e experimentou.

As ações sociopolíticas promovidas pela Arquidiocese de São Paulo e a sua linha editorial n' *O São Paulo* promoviam a antecipação da democracia em detrimento da ditadura militar estabelecida. Foi “justamente este ato de desacordo que dá vida à utopia. Ela nasce quando na consciência surge uma ruptura entre o que é e o que deveria ser; entre o mundo que é e o mundo que pode ser pensado” (SZACHI, 1972, p. 13), no caso, entre o regime militar e a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final do processo de pesquisa documental nas edições d'*O São Paulo*, após a apresentação e interpretação dos fragmentos textuais selecionados de acordo com a problemática, objetivos e categorias de análise e, relacionados, ainda, com as contribuições orais. As descobertas e sínteses das análises e interpretações permitiram elaborar alguns pontos que devem ser destacados nesta última parte e que compõem esse recorte, frente aos diversos ângulos que compõem a pesquisa científica. Entre as alegrias que foram possíveis no exaustivo estudo das edições d'*O São Paulo*, é necessário destacar o editorial a seguir:

Daqui há alguns anos, quando se puder escrever a história brasileira das décadas de 50 e 60, haverá de ter um destaque especial o empenho da Igreja na promoção do homem da integridade de sua natureza – corpo e espírito – e, de maneira toda especial, dos mais humildes, como o operário, o homem do campo, o índio e dos mais injustiçados e marginalizados, como os perseguidos e presos em razão, apenas, das próprias convicções (EDITORIAL, ano XVII, n. 922, p. 3, 13 set. 1973).

O resultado da visão jornalística expressa acima está em consonância com parte do que foi apresentado nos capítulos anteriores, mas a indicação não é suficiente, porque, para compreender a atuação sociopolítica e a matriz ideológica da Igreja (no caso estudado, da Arquidiocese de São Paulo, a partir

do seu semanário *O São Paulo*), foi necessário pontuar características que diferenciam o seu processo histórico entre 1956¹⁴⁵ e 1985¹⁴⁶.

Dessa forma, a partir dos aspectos discutidos nos Capítulos iniciais (I, II e III), a primeira fase estudada, que compreendeu o período de 1956 a 1966, permitiu a elaboração do Capítulo IV, que correspondeu às análises do final da administração arcebispal de cardeal Motta e os primeiros anos após o golpe militar de 1964, em que a Arquidiocese estava sob o comando do arcebispo cardeal Agnelo Rossi¹⁴⁷ – mais precisamente, até 1966, quando ocorreu o encerramento do primeiro período estudado, com a chegada do bispo auxiliar, Dom Paulo Evaristo Arns.

No Capítulo IV, as contribuições apresentadas (a partir das edições d’*O São Paulo*) sobre a atuação sociopolítica da Igreja Católica de São Paulo, o papel dos MCS e as diretrizes dos arcebispos cardeais Motta e Rossi, acerca do período compreendido entre 1956 e 1966, indicam características próprias e distintas dos períodos subseqüentes. Apropriando-nos das contribuições teóricas de Wanderley (1978) sobre a Igreja Católica no período histórico compreendido entre os anos 50 e meados da década de 60 do século XX, é possível evidenciar análises que corroboram as discussões apresentadas a partir da pesquisa sob o

¹⁴⁵ Em 25 jan. 1956 foi publicado o primeiro exemplar d’*O São Paulo*.

¹⁴⁶ Em março de 1985 ocorreu o fim da ditadura militar, com a posse do primeiro presidente civil desde o golpe militar de 1964.

¹⁴⁷ Como indicado, cardeal Motta administrou a Arquidiocese de 1944 a 1964, e cardeal Rossi, do final de 1964 a 1970.

prisma d'O *São Paulo*. Nesse sentido, podem-se destacar algumas das características gerais da Igreja Católica predominantes dessa fase¹⁴⁸:

- ênfase na visão tradicional da teologia clássica: o cristianismo no mundo como “modelo”;

- teologia como fonte de sabedoria, perfeição buscada no desprezo pelo mundo;

- bispos e padres portadores do saber e do poder, tanto na teoria como na prática, e detentores de grande autoridade;

- obras e ações sociais como exercício da caridade;

- atuação contra os movimentos de esquerda;

- promoção humana com base nas reformas do sistema vigente;

- defesa plena dos privilégios intitucionais históricos da Igreja;

- afastamento e combate de outros credos religiosos;

- estabelecimento de alianças tradicionais com o Estado e a elite política;

- subalternização e controle das práticas do catolicismo popular por parte dos clérigos;

- funções do catolicismo frente o Estado e a sociedade pautadas na busca da estabilidade política e social, na oposição ao comunismo e na assistência caritativa aos pobres, que lhe renderam muitas vezes inúmeras concessões estatais.

¹⁴⁸ Informações extraídas parcialmente do Esquema Comparativo de dois Períodos Históricos (1950-64 e 1964-77), cf. Wanderley (1978, pp. 98-106).

As formulações acima indicam, de forma geral, o fio contudor daquilo que era publicado na primeira página e nos editoriais do semanário *O São Paulo* praticamente desde sua fundação até 1966. É possível perceber que sua abordagem jornalística era tradicional e conservadora e não refletia os parâmetros profissionais do exercício jornalístico. Essa afirmação pode ser fundamentada em vários aspectos, mas entre eles é relevante destacar: que havia uma omissão na cobertura dos conflitos e disputas políticas do País; os fatos que eram expressão ou dados da realidade conjuntural nacional não eram abordados nas primeiras páginas ou editoriais; e a cobertura desses eventos era apresentada após todos os encaminhamentos já concluídos e em conformidade com a manutenção do *status quo*. Este procedimento editorial foi verificado, por exemplo, com a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), com o golpe militar de 1964 e outros.

Nessa fase de institucionalização do semanário *O São Paulo*, os meios de comunicação da Arquidiocese de São Paulo tinham, ainda, a função de difundir a moral católica, tida como a única capaz de salvar as pessoas no mundo contemporâneo. Para isso, eram comuns os ataques à imprensa em geral ou aos novos movimentos culturais. A “degradação moral contemporânea é causada pelos malefícios impressos nos compêndios e nas folhas” – é o resumo da visão do período acerca deste assunto, como já visto (CARDEAL MOTTA, ano I, n. 1, p. 1, 25 jan. 1956)

Equivocadamente, para cardeal Motta, a imprensa católica era a única saída para livrar os homens e mulheres dos malefícios oriundos da imprensa contemporânea. Sobre a resistência expressa no semanário no que diz respeito às mudanças culturais, e nos permitimos repeti-la: em “plena via pública, mocinhos e mocinhas davam um espetáculo com mistos sintomas de boçalidade e de autêntica depravação moral, dançando o *rock-and-roll*” (EDITORIAL, ano II, n. 54, p. 1, 3 fev. 1957).

Essa perspectiva jornalística foi norteadora das edições d’*O São Paulo*. Associado a ela estava o personalismo, segundo o qual se valorizava demasiadamente a figura dos componentes do clero, principalmente os que ocupassem a posição de arcebispo ou papa. Na realidade, recuperando as contribuições de Romeu Dale, essa fase vivida pela Arquidiocese e pelo semanário ainda estava vinculada historicamente à perspectiva do papa Leão XIII em relação aos MCS:

Com o papa Leão XIII (1878-1903) se pode vislumbrar um começo de atitude diferente. Não tanto nos textos, que enfatizam a utilização desses meios pelos católicos, a serviço da Igreja Católica (a “Boa Imprensa...), ainda muito marcados pela condenação até taxativa da liberdade de imprensa e da difusão de livros e periódicos considerados perigosos para a fé e/ou ofensivos à moral católica e aos bons costumes; mas, sobretudo, em alguns gestos: [...] a primeira audiência coletiva concedida por um papa a jornalistas profissionais, a de Leão XIII, em 1879, meses depois de eleito, ainda que pronunciada em latim! Esse mesmo gesto de abertura, já estendido ao rádio e ao cinema, vamos reencontrá-lo mais claro e mais positivo não só em atitudes, como também nos textos. É o caso da segunda parte de “Vigilanti cura”, sobre o cinema. Nesse campo, como em vários outros, entretanto, o precursor do Vaticano II foi papa Pio XII, de modo especial com a Encíclica “Miranda Prorsus”. (DALE, 1973, pp. 15-9)

Há um grande mérito a ser atribuído a cardeal Motta, no que se refere à instalação de um jornal escrito e de uma rádio na Arquidiocese. Essa atitude de inserção junto aos MCS era algo inovador¹⁴⁹ e contribuiu para que as ações político-sociais da Arquidiocese ganhassem maior visibilidade, no contexto nacional e internacional nas décadas de 70 e 80 do século XX. Porém, nessa primeira fase (1956-66), as manchetes de primeira página e os editoriais serviam, predominantemente, às autoridades eclesiais e políticas. Era explícito o atrelamento ao Estado. Como dado dessa realidade há o exemplo da cobertura ufanista sobre a construção de Brasília, ou a difusão da perspectiva de progresso econômico decorrente do avanço do desenvolvimento para o Centro-Oeste do País, nos últimos anos da década de 1950, tendo em vista a transferência da Capital do Rio de Janeiro para Goiás, na região instituída como Distrito Federal.

Dentre os papéis exercidos até 1966 pelos MCS da Arquidiocese de São Paulo estava, entre outros aspectos, o de divulgar os acontecimentos internos da instituição. Frei Carlos Josaphat faz uma discussão acerca da comunicação como forma de promover

uma fotografia de alguns atos religiosos [...] ou, quando você disser assim, olha o que se passou agora em Roma! Se passou em Roma do

¹⁴⁹ Na realidade, registra-se “uma mutação profunda e se traduz pela *aceitação desconfiada* dos novos meios de comunicação. Seus marcos históricos são o pontificado de Leão XIII e a convocação do Concílio Vaticano II, pelo papa João XXIII. Durante toda sua trajetória, a Igreja exercitou um controle sobre a imprensa, vigiando-a, bem como os novos instrumentos que surgiam, em particular, o cinema e o rádio. Mas a sociedade também se transforma e a Igreja sente-se impelida a adaptar-se aos novos tempos. Por isso, ela começa a aceitar, ainda que desconfiadamente, os meios eletrônicos. E principia a usá-los, a servir-se deles, para difundir suas mensagens. Começa também a mudar sua postura em relação à imprensa, se bem que em um ritmo menos veloz” (SOARES; PUNTEL *apud* MELO, 2005, p. 25).

ponto de vista das mensagens cristãs? Não é isso que sai na imprensa, a doutrina do cardeal, nada, e nenhuma doutrina, o que há? Uma imagem. Então, essa é uma bela fotografia, então, um acontecimento religioso, mas visto pelo ângulo inofensivo, quer dizer, o ângulo da emoção, o ângulo simplesmente de uma imagem simpática, mas que não coloca a ninguém as questões radicais da fé, de crer ou não crer, ou a questão tão mais importante: que atitude você tem diante de sociedade de hoje? Que atitude você tem diante da guerra? [...] Então, neste caso, há uma posição da Igreja, que é utilizar as brechas que a mídia oferece para transmitir *flashes* ou alguma palavra, eventualmente, da vida religiosa, mas que não tem um impacto, porque é alguma coisa dada como espetáculo. Quer dizer, a Igreja, a religião tem um lado muito grande da comunicação, que é o lado que é espetacular. A Igreja tem um lado de teatro, e então a imagem interessa muito [aos meios de] comunicação. De modo que, se a gente fizer uma análise hoje, como a Igreja está na grande mídia, ao lado de escândalo, pedofilia etc. e tal, que é dado de uma maneira atropelada, [... ou ao lado da morte, no Pará, da militante pela Reforma Agrária], como Irmã Dorothy ou algum fenômeno extraordinário e depois então, grandes acontecimentos, multidões etc. Uma palavra: sensacional, no máximo emotivo (JOSAPHAT, 2005).

Analisando, a partir das contribuições acima de Frei Josaphat, a ótica adotada pelos cardeais Motta e Rossi junto a *O São Paulo* produziu uma abordagem jornalística que não debatia as propostas, as crises, os questionamentos contrários à estrutura social que mantinha a desigualdade no País. Além desses aspectos, o processo de confecção editorial, no que se referia à linguagem escrita adotada e à apresentação visual, permite concluir que era feita de forma leiga, não profissional, como se fosse um jornal informativo da Arquidiocese de São Paulo¹⁵⁰, em plena associação com os valores católicos tradicionais e ultramontanos e que representava, muitas vezes, os interesses da elite ou “da classe média, com o poder aquisitivo e que deseja então a

¹⁵⁰ De forma esclarecedora, há que ressaltar, conforme Ismar Soares e Joana Puntel, que, “nas sociedades, os modos de comunicação refletem os modos de produção. Quem detém o controle dos meios de produção detém, também, a propriedade dos meios de comunicação. E, naturalmente, determina o modo hegemônico de comunicação. *Essa lição de História aplica-se plenamente às instituições. As práticas de comunicação*

manutenção da sociedade para que seus os negócios prosperassem” (JOSAPHAT, 2005).

A matriz ideológica que orientava a atuação político-social do clero paulistano, direcionado pelos arcebispos Motta e Rossi, quando muito, elaborava críticas ao sistema social vigente de cunho “reformista”. Para que esses aspectos se viabilizassem politicamente, foi difundida n’*O São Paulo* uma “Lista de Candidatos” elaborada pela Aliança Eleitoral pela Família – que, além de indicar os candidatos católicos a serem votados, produziu ameaças aos eleitores que desconsiderassem tal orientação, porque estariam cometendo pecado grave!

Nessa perspectiva, como exemplo, a Arquidiocese de São Paulo colaborou com a campanha anticomunista, por meio d’*O São Paulo*. O principal alvo era a infiltração de comunistas associados à URSS, Cuba e China no País. Também sobre esse aspecto – promovendo um contraponto –, é evidente em suas edições a simpatia pelas lideranças dos Estados Unidos. Por fim, como uma síntese do que se refere ao posicionamento político adotado nesse período pelo alto clero de São Paulo, houve uma concordância com o golpe militar de 1964, porque, na interpretação publicada no semanário, o golpe, intitulado de “Revolução”, era responsável pela reinstalação da ordem ameaçada pelo avanço bolchevista no Brasil.

De forma interessante e prenunciadora do que (de pior) estava por vir na conjuntura nacional na década de 1960, após o golpe em 1964, momento histórico, as edições d'*O São Paulo* indicaram, contraditoriamente, preocupações com a utilização da violência e arbitrariedade policial como meio de manter a ordem, afirmando que tais recursos não eram suficientes para resolver os demais problemas da sociedade brasileira. Mais ainda: contrariamente ao protocolo militar, reafirmaram o “sagrado direito de defesa” dos acusados presos pelas ações policiais.

De certa forma, esta preocupação colaborou para indicar que havia implicitamente receios das ações militares, apesar de compreendê-las como salvaguardas da civilização, mantenedoras da liberdade.

Cardeal Motta partiu da Arquidiocese de São Paulo em meados de 1964. Seu governo como arcebispo durou mais de duas décadas, período no qual todo o perfil das publicações d'*O São Paulo* estava vinculado às suas orientações. A chegada de Dom Agnelo Rossi, no final de 1964, não trouxe mudanças substanciais aos direcionamentos dados à Arquidiocese e ao semanário, principalmente porque ocupou a condição de arcebispo da maior unidade administrativa católica do mundo por poucos anos, até outubro de 1970.

O breve período da administração de cardeal Rossi foi, contudo, de extrema relevância para Igreja de São Paulo, primeiro por se tratar dos anos pós-conciliares, que traziam a responsabilidade de promover mudanças na Igreja, e também por receber como bispo auxiliar Dom Paulo Evaristo Arns.

A fase compreendida entre 1966 e 1970 permitiu caracterizar uma transição na linha jornalística adotada por *O São Paulo*; assim, ao mesmo tempo em que existia a continuidade da matriz conservadora – que determinava a abordagem jornalística –, também passou a existir uma nova tendência nas suas publicações.

A chegada de Dom Paulo à Arquidiocese, enquanto bispo auxiliar, acadêmico como doutorado e formação no exterior e, ainda, jornalista, permitiu logo seu entrosamento na equipe editorial d'*O São Paulo*. Sua capacidade de análise e sua visão social colaboraram para as alterações na diagramação, na apresentação estética e no conteúdo das matérias das diversas edições.

Essa fase de transição, trabalhada neste texto sob o título “Transição no Catolicismo Paulistano: contradições para o início de uma nova época (1966-70)”, permitiu compreender os conflitos no interior da Igreja Católica de São Paulo e suas expressões no semanário, porque, ao mesmo tempo em que havia o atrelamento com o Estado militar, também ocorria um distanciamento, com a publicação de notícias sobre as prisões das lideranças populares das organizações católicas ou de componentes do clero.

Esses aspectos, associados aos avanços pós-conciliares, ao Decreto Conciliar *Inter mirifica* e à Conferência Latino-Americana de Puebla, que colocaram novas perspectivas e demandas em relação ao papel dos MCS da Igreja, postulavam que

A imprensa poderia e deveria ser o lugar do diálogo interno da Igreja. [...] Mas convém lembrar que, precisamente, em nossos dias, um grande público sente uma necessidade completamente nova e demonstra interesse por problemas teológicos e político-religiosos. [...] Durante o Concílio um bispo levantou a voz para dizer: “À imprensa católica falta algo da personalidade, de decisão e de criação que é próprio do jornalismo, que deveria exercer diante da resistência interna da Igreja” [...]. No campo da imprensa, o leigo poderá prestar serviços de alta valia para a formação de uma opinião pública sadia fora e, também, dentro da Igreja. Neste último ponto o semanário diocesano tem imensa tarefa a realizar e sua responsabilidade é igualmente imensa (MANCHETE, ano XII, n. 624, p. 1, 14 jan. 1968, grifos nossos).

As novas formulações sobre o papel dos MCS saltavam aos olhos. Para Dale, essa perspectiva que se instalou na relação Igreja e MCS estava associada a uma chamada terceira fase, iniciada com papa João XXIII (1958-63) e o Concílio Vaticano II (1962-66) e continuada com o papado de Paulo VI.

Numa época em que as Comunicações Sociais, já incluindo a televisão, ocupam uma área cada vez maior nas atividades da sociedade contemporânea, tornando-se objeto de estudos aprofundados e comportando avanços permanentes e acelerados! Um lembrete importante: *os documentos publicados nessa primeira parte são todos eles de procedência da Hierarquia da Igreja Católica. Vaticano II [...] veio lembrar-nos que a atividade e a vida da hierarquia não resumem, nem muito menos esgotam, a vida da Igreja, o Povo de Deus [...]. Quanto à problemática de todos os tempos, mas de que só do século passado para cá nos demos conta, é incontestável que mesmo a Instrução Pastoral “Comunhão e Progresso” ainda não conseguiu integrar na sua perspectiva, de maneira explícita e realista, as estruturas econômicas, socioculturais e políticas nas quais, queiramos ou não, estão de fato inseridas as atividades dos Meios de Comunicação Social (DALE, 1973, pp. 15-9, grifos nossos).*

Essas mudanças, que se fizeram necessárias dentro da estrutura da Igreja e na sua relação com os MCS¹⁵¹, ficaram associadas concomitantemente ao

¹⁵¹ “A Igreja vê-se compelida a acertar o passo, a se adaptar às exigências do mundo contemporâneo. E proclama a imperiosidade do *aggiornamento*, palavra-chave do magistério que emerge do Vaticano II. Esse processo se traduz por um *deslumbramento ingênuo* no campo da comunicação. Sua principal referência é a instrução pastoral *Communio et progressio*, em certo sentido uma interpretação atualizada do decreto *Inter mirifica*. O que significa esse deslumbramento ingênuo? Significa uma brusca mudança de rota, um desvio acentuado em relação ao comportamento anterior. Durante anos a fio a Igreja recusou a comunicação na sua dimensão intrínseca

“endurecimento” da ditadura militar a partir de 1968, com o AI-5, o que reforçou o referido processo de transição dentro da Arquidiocese e no semanário. A ampliação das matérias que denunciavam a ausência de liberdade e perseguição promovida pelos militares entrava cada vez mais em descompasso com a matriz ideológica herdada do período anterior e associada ao arcebispo cardeal Rossi.

Assim, a nomeação do cardeal Rossi para ocupar um cargo na Cúria Romana foi o toque final necessário a esse processo de mudança da matriz ideológica e abordagem jornalística, no final da década de 1960 na Arquidiocese e no semanário estudado.

A nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns à condição de arcebispo foi, também, o início de uma nova fase na Arquidiocese de São Paulo. Seu período de gestão (1970-98) foi suficiente para implementar as mudanças que vinham sendo formuladas e, sobre este assunto, as investigações orais e documentais realizadas sobre o período de 1970 a 1985 permitiram a elaboração do Capítulo V.

O novo arcebispo foi também um dos maiores artífices dos MCS do Brasil, porque implementou uma abordagem jornalística com cunho profissional n’*O São Paulo*, buscou inserir uma equipe jornalística e de colaboradores com peso nacional, e fez vínculo com agências internacionais de informação.

(dialogicidade, universalidade); de repente, ela assume a postura de que é preciso evangelizar, multiplicar a palavra do Evangelho, utilizando os modernos meios de comunicação” (SOARES, PUNTEL *apud* MELO, 2005, p. 26)

A “prisão” de Paulo Evaristo Arns não ocorreu entre as grades de ferro, mas por meio de grades de sofrimento, de luto, de tristeza, quando eram presos, torturados e mortos pela repressão da ditadura militar seus pares religiosos(as), franciscanos, dominicanos, entre muitos outros, além de lideranças católicas dos movimentos sociais na periferia ou nos sertões, sindicalistas, políticos, comunicadores.

Tudo isso não o impediu, contudo, de forma que continuou no trabalho que permitiu alterar radicalmente a matriz ideológica predominante da Arquidiocese de São Paulo, assim como, implementar mudanças na concepção norteadora do papel dos MCS institucionais em face da sociedade, do Estado e da vida do povo. Partindo dessa ótica, é possível buscar as contribuições de Fadul (1986) que ratificam essa perspectiva, porque, “se nesse período a Igreja manteve relações bastante conflituosas com o Estado, por outro lado, ela manteve relações quase harmoniosas, poderíamos dizer, com várias instituições da sociedade civil, como os sindicatos, os movimentos sociais, os partidos, as associações profissionais etc.” (FADUL, 1986, p. 18). Ainda nesse sentido, Altemeyer Jr. indicou que *O São Paulo* tinha grandes vínculos com

os temas da periferia [que] eram recebidos pela Equipe do semanário com plena alegria e lugar, n’*O São Paulo* isso era facilmente detectado, ele era um dos semanários da dita imprensa popular, por assim dizer, ou da voz das periferias, já que os grandes órgãos de imprensa – mesmo o *Diário Popular*, que tinha um certo vínculo, não tinha nenhuma pauta e nenhum grande jornalista especializado em religião. A *Folha* tinha um, o *Estadão* tinha outro e assumiam determinados compromissos que depois não mais fizeram em divulgar e elencar fatos da Teologia da Libertação ou eventos mais polêmicos, marchas populares.

O *São Paulo* seguiu o cotidiano das pessoas, das comunidades, dos movimentos sociais, de mulheres, de jovens, questões de lutas sociais, eventos das comunidades de base, reivindicatórios, encontros, conflitos sociais ligados à Polícia e ao Estado. Então, *O São Paulo* é, por assim dizer, na década de 80... precisaria ser um pouco mais preciso – porque ele também passou por mudanças segundo os editorialistas, os ênfases, mas desde longa data, desde que Dom Angélico foi o editor-chefe¹⁵² (ele sendo jornalista, um homem que já vinha de uma tradição de esquerda, já, como jornalista em Ribeirão Preto, antes de vir para São Paulo). *O São Paulo* sempre foi considerado um jornal importante do movimento social, das classes subalternas, dos grupos populares, era como um arauto dessas causas (ALTEMEYER JR., 2006).

Há que considerar, também, as mudanças vinculadas ao período do arcebispado de cardeal Arns em consonância com a Teologia da Libertação e a organização das CEBs na Arquidiocese de São Paulo, nas décadas de 1970 e primeira metade da de 1980, o que permitiu a antecipação de uma nova forma de jornalismo católico por meio d' *O São Paulo*:

na verdade, o novo jornalismo católico que emerge na América Latina representa uma projeção da transformação experimentada pela própria Igreja, em plano continental. Reflete o engajamento eclesial na vida dos povos latino-americanos. *E aprofunda a opção adotada nas reuniões de Medellín e Puebla, que significou o rompimento do pacto entre a Igreja e as minorias privilegiadas da região, e que geralmente se traduzia por uma colaboração estreita com os Estados burgueses e autoritários. O novo jornalismo católico é a expressão do compromisso da Igreja com os pobres, com as maiorias oprimidas, com os perseguidos políticos, com os marginalizados sociais e culturais.* (MELO, 2005, p. 44)

Dessa forma, a Igreja de São Paulo e seus MCS, no caso *O São Paulo*, experimentaram situações nunca antes vividas, que destoaram das características gerais vinculadas à matriz ideológica conservadora e tradicional que predominou até o final dos anos 1960.

¹⁵² Assumiu em abril de 1977 a direção editorial do semanário.

O editorial abaixo explicita a referida diferença a partir da temática das eleições e as orientações sobre o voto:

A Igreja não tem Candidatos

Os cristãos estão cada vez mais convencidos de que a vivência de sua fé não está, de maneira nenhuma, alheia aos problemas terrenos. Percebem, cada vez com mais dureza, que o Evangelho que procuram viver, longe de ser um motivo que os desobrigue das preocupações político-sociais, é, pelo contrário, uma razão a mais na busca de uma forma mais justa da convivência humana. [...] Ao aproximar-se das eleições em nosso País, faz reavivar a reflexão da participação dos cristãos e as exigências que a fé lhes coloca com relação à escolha de candidatos e de partidos. É fato muito conhecido, que grande parte de nossa população ainda não pondera suficientemente a importância do seu gesto. São muito numerosos aqueles que decidem por razões que estão longe de levar em conta o bem comum. [...] Ressalta a Igreja a obrigação de consciência de seguir critérios que garantam a eleição de homens comprometidos com a promoção do Bem Comum, da Justiça nas relações sociais, do respeito à dignidade e direitos sagrados de toda pessoa humana [...] e que se colocam ao lado dos que sofrem e dos que estão marginalizados. [Muitos fiéis] indagam sobre nomes e partidos apoiados pela Igreja. [...] E ficam decepcionados quando a Igreja afirma que não faz opção político-partidária, que compete ao fiel, dentro dos critérios apontados, escolher seus candidatos. Alerta também que nenhum candidato tem o direito de se apresentar em nome da Igreja ou do Evangelho [...]. A Hierarquia, por sua parte, tem consciência de que não é chamada a dar cobertura a determinado partido, a se colocar como avalista de determinado candidato. A Igreja não tem candidatos. Tem exigência evangélica para todos os candidatos e partidos (EDITORIAL, ano XXII, n. 1174, p. 3, 9 set. 1978, grifos nossos).

A vivência da fé cristã estava vinculada à percepção da “construção do Reino de Deus” no contexto social e na conjuntura em que os indivíduos estavam inseridos, de acordo com a Teologia da Libertação. Por isso, é possível concluir que havia um estímulo à participação popular, em que os cristãos deveriam se constituir sujeitos históricos e capazes de conseguir resoluções para

suas demandas coletivas e populares, conquistar seus direitos sociais. Nesse sentido, *O São Paulo* exerceu sua “vocaçãocidadã”¹⁵³. Essa nova característica n’*O São Paulo* “assumiu completamente a linha da Teologia da Libertação, que se fortaleceu ainda mais depois de Puebla, dando um grande espaço aos teólogos brasileiros, Carlos Masters, Clodovis e Leonardo Boff, Frei Betto, e latino-americanos e europeus, Gustavo Gutierrez, J. Comblin, Johanes Metz e outros” (FADUL , 1986, p. 41).

Esse novo conteúdo predominante encontrado n’*O São Paulo* indica explicitamente a utopia difundida e vivenciada nas décadas de 1970 e 1980 como algo vinculado à consolidação da cidadania da maioria da população. A forma utópica de ser de cardeal Arns contribuiu para que houvesse “uma luz no fim do túnel”, seu lema “De Esperança em Esperança” norteou todo um processo histórico marcado pela participação da Igreja de São Paulo na conquista de caminhos para a democracia. O contexto latino-americano, assim como a Teologia da Libertação, serviu à Igreja de São Paulo como subsídio para lutar contra a ditadura. A respeito, Dom Benedicto manifestou que:

qualquer pessoa que tivesse uma noção de dignidade humana e do respeito à liberdade tinha de ser contra, podia não falar, mas tinha de ser contra, porque como que nós poderíamos aceitar um regime que era a própria negação da liberdade e a arbitrariedade constituída como lei, que era o AI-5? [...] Nós não poderíamos aceitar isso, em nome do Concílio, nós não podíamos aceitar uma coisa dessas (VIEIRA, 2001).

¹⁵³ Cf. Pe. Antônio Ap. Pereira, 2001.

Em contraposição à análise adotada sobre a relação da Igreja Católica de São Paulo, os conflitos com a ditadura militar e o apoio dado aos grupos sociais marginalizados ou perseguidos, há a elaboração de Flávio Pierucci, que em

sua tese de doutorado (na qual analisa a postura política do clero de São Paulo) faz uma pergunta até certo ponto provocadora: O Povo Visto do Altar: democracia ou demofilia? E se define pelo segundo termo: “a igreja (romana) no Brasil apreende a realidade brasileira, monta e remonta sua estratégia espiritual e ‘temporal’: olha-se especularmente como povo, e em nome deste fala e pressiona”¹⁵. A Igreja crê que ela é ou representa o povo e nesse papel julga-se no direito e dever de tutelá-lo contra seus inimigos. E mostra, com dados empíricos rigorosos, como esse discurso eclesial que identifica Igreja e povo constitui a tônica até mesmo do discurso das Teologias da Libertação. Discurso que demonstra a dificuldade de trabalhar não apenas a democracia, mas o próprio mundo moderno enquanto tal (BENEDETTI, 1993, pp. 829-30).

Em análise discordante da de Pierucci, sobre este mesmo aspecto, Anamaria Fadul ressaltou que n’*O São Paulo*,

ao contrário da grande imprensa, essa procura da identidade do povo e da nação é feita a partir do oprimido, ao contrário da grande imprensa que, ao se referir aos grandes acontecimentos nacionais, sempre o faz a partir dos seus principais protagonistas, isto é, do ponto de vista do poder constituído. “O São Paulo” tenta resgatar do anonimato as pequenas ações coletivas, e nesse sentido não há necessidade de saber qual a relevância, a quem interessa, quais os interesses em jogo, para se saber se é realmente notícia, tal como a define a imprensa de prestígio. Sua conceituação de notícia é definida a partir do oprimido, do pobre (FADUL, 1986, p. 39).

É relevante perceber as diferentes teorias que tratam essa temática, mas é certo que a postura da Arquidiocese de São Paulo pode ser notada na ampla defesa dos direitos humanos e na denúncia das condições de pobreza e miserabilidade desumanas impostas historicamente à maior parte da população metropolitana e brasileira. Para Altemeyer Jr., buscou-se construir a cidadania

com caráter democrático em plena ditadura militar e, dessa forma, construía-se também a utopia cotidiana, porque mesmo

com a cassação da Rádio Nove de Julho, só fez restar um órgão de imprensa da Arquidiocese, porque os boletins paroquiais seguiam muito a cabeça dos seus padres, os folhetos e revistas de entidades religiosas tinham sua perspectiva, obviamente vinculada com a ordem religiosa. Então, *O São Paulo* era o único jornal da Igreja Católica da cidade, quase que o único mecanismo de expressão [...], era a única forma de expressão daquilo que os grupos dos movimentos dos trabalhadores, movimento de mulheres, movimentos de camponeses podiam colocar no ar [...] como *O São Paulo* não tinha o rabo preso com nenhum capitalista ou nenhuma empresa familiar, acabava sendo uma possibilidade [...] gente de esquerda sempre escreveu n' *O São Paulo*, gente que hoje é do PSDB, PMDB, do PT e diversos grupos sempre escreveram n' *O São Paulo*; do PSOL, como o Plínio de Arruda Sampaio – são personagens de destaque, mas nem todos eram de grupos partidários de esquerda. Havia uma série de advogados que escreviam n' *O São Paulo*, como Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato, Hélio Bicudo, que depois foi fundador do PT, que sempre eram considerados comunistas, mas eles eram os maiores juristas brasileiros, escreviam no jornal e apoiavam as lutas sociais com caráter democrático (ALTEMEYER JR., 2006).

Essa opção da Arquidiocese de São Paulo permitiu a possibilidade jornalística exercitada pelo semanário porque cardeal Arns compreendia a urgência de mudanças na linha editorial. Na entrevista feita no final de 1973, *Cardeal de São Paulo Fala sobre sua Vida e seus Trabalhos e suas Esperanças*, ele afirmou, ao ser questionado do por quê de seu interesse pelas Letras e pelo Jornalismo:

Por causa da comunicação. Comunicar-se é a maior alegria, e também fonte mesma de esperança. Não me lembro de ter escrito alguma coisa só por motivos estéticos. Enquanto estudava na Universidade de Paris, toda a literatura estava a serviço das idéias. Creio que devo escrever e falar, levando mensagens de Paz, Justiça e Fraternidade. [...] o Evangelho é liberdade. É libertação. É caminhada em que todos participam. (MATÉRIA, ano XVII, n. 932, p. 14, 22 dez. 1973)

¹⁵ PIERUCCI, Antônio Flávio. O Povo Visto do Altar: democracia ou demofilia? *Novos Estudos Cebrap* n. 16 (1986), p. 79.

É importante ressaltar que cardeal Arns valorizava a formação acadêmica de jornalista para compor a equipe editorial d’*O São Paulo*; nesse sentido, fez várias incursões e um exemplo significativo que pode ser citado é a entrada de Frei Romeu Dale para a diretoria do semanário¹⁵⁴. Segundo Marco Aurélio Chiaradia Pereira¹⁵⁵,

entre 16 de setembro de 1976 e 22 de abril de 1977, Frei Romeu Dale, OP, esteve à frente do jornal “O São Paulo” como diretor. [...] Antes de Dale assumir, a equipe jornalística era composta por Maria Lúcia Sampaio (editora), Antonio Haddad (assessor eclesiástico) e Yara Prevedel (diretora administrativa) [...]. O Frei Romeu Dale de então acumulava experiência em diferentes trabalhos. Tinha passado pela JUC (Juventude Universitária Católica), da qual fora assessor nacional; participara do grupo que deu origem à CNBB, instituição em que posteriormente trabalharia como assessor nacional de teologia e subsecretário nacional de comunicação; presenciara como perito as últimas sessões do Concílio Vaticano II; coordenara a publicação da *Revista Sedoc* (Serviço de Documentação) pela Editora Vozes; participara da fundação da UCBC (CHIARADIA PEREIRA, 2005, p. 80).

Essa perspectiva de profissionalização jornalística implementada por Dom Paulo E. Arns também pode ser observada na fala de Pe. Antônio Aparecido Pereira sobre o episódio de sua ida para Roma:

Fui ordenado Padre em 18/12/1971. Em 1980, D. Paulo Evaristo pediu para que eu voltasse a estudar porque ele estava precisando de assessoria, [...] Ele assim falou: “Então você vai estudar comunicação!” E me mandou para Roma. Eu estudei no Centro Internacional para Estudos da Opinião Pública, em Roma, e lá recebi o diploma de jornalismo. [...] Em 1982 voltei de Roma e comecei a trabalhar no jornal *O São Paulo*. (PEREIRA, 2001)

¹⁵⁴ “Após a sua nomeação, Dale convida José Marques de Melo a assumir a página de cultura, para a qual ele escrevia esporadicamente. Melo convoca então a ajuda de alguns de seus ex-alunos da Cásper Líbero” (CHIARADIA PEREIRA, 2005, p. 85).

¹⁵⁵ Para um maior aprofundamento sobre as contribuições de Frei Romeu Dale ao pensamento católico no que se refere à área de comunicação social e à sua participação n’*O São Paulo*, ver a dissertação de mestrado de Chiaradia Pereira, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Umesp, sob a orientação do Prof. Dr. José Marques de Melo, intitulada *Mídia e Igreja: do pensamento à ação comunicacional de Frei Romeu Dale*.

Tendo em vista as concepções acima, foi possível ao semanário *O São Paulo* cumprir, no terceiro período pesquisado (1970-85), as funções indicadas por Frei Josaphat para um jornal católico

que queria passar mensagem religiosa [...], uma mensagem ética, ele tem que estar ligado com os problemas, como eles se colocam com a sociedade e com as pessoas que estão debatendo esse problema, em prol, contra etc.

Sem isso, o jornal será um jornal que participa da informação por um lado lateral, um lado superficial, por um lado, então, que não modifica a opinião. De modo que nós, hoje, não temos assim no Brasil uma representação. Há jornais alternativos interessantes, mas muito pequenos. [...] porque não há uma parte grande da população de maneira organizada que sustente estes jornais. Então, esta é a minha tese, que eu gostaria exatamente de ter com você, que é o seguinte: um jornal que tem uma bandeira, *O São Paulo*, este jornal, então, precisa ter uma sustentação, em termos ideários ou ideológicos. Muita gente que esteja vivendo na sociedade e que faça a circulação das idéias, e não um grupo que receba informação de piedade [...]. Bem, então, se você coloca a questão, um jornal que aborde os problemas de ética no plano da economia, a ética no plano do político, a ética no plano da mídia ou a ética, por exemplo, no plano da cultura, da cultura popular. Então, nesse caso, se você lança esse jornal, você não tem aceitação nenhuma, [...] esse jornal não tem viabilidade, não tem viabilidade (JOSAPHAT, 2005).

As edições d'*O São Paulo* tinham um público e pessoas que debatiam as informações; o periódico estava associado às camadas populares de trabalhadores, camponeses, associações de bairros, movimentos sociais nas mais diferentes regiões do País – grupos que colaboraram com sua circulação. Assim, cumpriu o seu plano jornalístico vinculado aos principais problemas da sociedade brasileira na época. Nessa fase, ele possuía uma bandeira, fundamentada nos documentos eclesiais do papa, do Episcopado e nas ações planejadas pelos atores clericais e leigos das Pastorais da Arquidiocese de São Paulo. A discussão acerca da perspectiva jornalística adotada nesse terceiro

período d’*O São Paulo* analisado pela pesquisa pode ser incrementada pela análise de Anamaria Fadul, que ressalta:

do ponto de vista da grande imprensa, talvez a maioria das matérias desse jornal não fossem consideradas jornalísticas, pois estaria faltando o elemento fundamental, o novidoso, o surpreendente, o inusual, o nacionalmente representativo etc., o que é impresso para um grande número de leitores. Ao passo que as notícias de “O São Paulo”, dado seu pequeno alcance nacional, regional ou local, não poderiam ser consideradas como tais (FADUL, 1986, p. 39, grifos nossos).

A adoção da referida perspectiva jornalística por cardeal Arns junto aos MCS da Arquidiocese também estava em consonância com exigências indicadas à Igreja pelo pensamento comunicacional de Frei Romeu Dale: no *Informativo Comunicações*

de setembro de 1968, Dale escreveu sobre a necessidade de a Igreja conhecer a comunicação na prática, instruindo-se a respeito das técnicas comunicacionais e das teorias. “A eficácia da mensagem está intimamente ligada à técnica, ao uso dos meios. A teoria e a técnica da comunicação são conhecimentos científicos divorciados da Igreja. [...] Só com boa vontade não se faz jornal, nem rádio, nem televisão” (*apud* CHIARADIA PEREIRA, 2005, p. 105).

A clareza e a tomada de posição prática dos MCS da Igreja de São Paulo contra as ações de repressão e perseguição militar a todos que não estavam associados à manutenção do *status quo* colaboraram para a instalação da censura prévia n’*O São Paulo* e na cassação da autorização de funcionamento da Rádio Nove de Julho. É verdade que essa perspectiva jornalística implementada antecipava e resgatava “a utopia da comunicação como um direito de todos na sociedade [...], conquistar um novo estatuto para os meios de comunicação”

(MELO, 2005, p. 55). Nesse sentido, Benedetti contribui com as seguintes afirmações:

quando, numa sociedade, os canais formais de participação política são bloqueados – no caso, os partidos sofriam controle rígido e padeciam de uma desconfiança congênita –, certas instituições sociais tendem a assumir o papel de partido, de conduto político, de lugar “político” para expressar os interesses em conflito.

Sob esse aspecto, a Igreja é um partido no pós-68. Não que ela se atribua tal papel. Mas o papel de partido é dado menos pelas declarações de intenções do que pelo papel efetivamente desempenhado pelas instituições em circunstâncias históricas objetivas⁸ (BENEDETTI, 1993, p. 827).

É importante ressaltar, no entanto, que há uma semelhança nos três períodos pesquisados: de 1956 a 1985, as publicações do semanário indicam um debate sobre o capitalismo e o comunismo, em que se expõe que a Igreja não é liberal ou comunista, conforme vimos no trecho já citado:

Capitalismo e Marxismo

Nas horas de maiores dificuldades, em que a Igreja precisa mostrar que ela não é neutra quando há situações de injustiça social e falta de participação do povo, muitos, de várias tendências políticas, procuram tirar vantagens dessas atitudes, que apenas, tão-somente, se baseiam no Evangelho e nos documentos papais e conferências dos bispos. *Desde o século passado, a Igreja vem repetindo que não pode compactuar nem com o capitalismo e nem com o marxismo. E o Documento de Puebla afirma isto tão claramente que não é possível cair em confusão, a não ser quando o analista tem má intenção.* Puebla repete o que já havia sido afirmado em Medellín, que o sistema liberal capitalista e a tentação do sistema marxista já esgotaram na América Latina as possibilidades de transformar as estruturas econômicas. *Se não é possível para um cristão ser marxista, não é também possível ser cristão e capitalista liberal. É Jesus Cristo quem diz não haver possibilidades de servir a dois senhores, o dinheiro e a Deus.* (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIV, n. 1269, p. 1, 25 abr. 1980, grifos nossos)

Tendo em vista que todas as ações humanas possuem sua significação política, as ações da Igreja Católica de São Paulo também possuíam

implicitamente sua opção política, mas foi por meio da defesa dos direitos humanos, em qualquer modelo social ou sistema social, que suas abordagens e denúncias se pautaram.

Como solução para os dilemas entre o capitalismo e o socialismo e as acusações das mais variadas perspectivas (ora conservadoras, da direita, ora progressistas, da esquerda), a unanimidade encontrada nos diferentes períodos de publicação d’*O São Paulo* foi que:

nosso mundo de 1973, com seu progresso técnico espetacular, é um mundo de *contrastes profundos: progresso econômico fantástico e fome sofrida por centenas de milhões de homens; tomada de consciência dos direitos humanos, da dignidade humana e opressão, violência, abuso do indivíduo e dos grupos; procura da democracia e do humanismo e ideologias totalitárias, repressivas [...]. Para o cristão é o Cristo que realizou plenamente este caminho de libertação, por sua vida, sua morte e sua ressurreição.* Ele é que mostrou como aplicar esta força de vida na estratégia da não-violência ativa: dizer a verdade (única força capaz de destruir a mentira de nossas civilizações, de nossas ideologias), atacar, abrir, transformar as consciências em um trabalho permanente e perseverante, recusar a colaboração com o mal (pelo nosso silêncio culposos) nos lugares de trabalho, na vida pessoal ou pública; estar disposto a pagar o preço de nosso engajamento até o Dom de nossa própria vida, como o Cristo, mais que infligir o mal ao adversário ou de lhe tirar a vida; desenvolver, *oferecer alternativas construtivas nos conflitos; eis o caminho do Cristo e da não-violência ativa e criadora.*

Ela é, hoje em dia, a verdadeira arma dos pobres, dos oprimidos em toda parte. É por esta força e sem destruir vidas humanas que Martin Luther King lutou pelos direitos dos negros nos Estados Unidos; é com esta força que o povo checo, sem armas, confrontou-se com o poderio russo, impedindo a destruição de seu País; é com esta força que lutam centenas de milhares de negros na África do Sul contra o racismo e por seus direitos de homens; é por esta força que luta hoje em dia César Chávez pelos direitos das minorias latino-americanas (os “chicanos”) dos Estados Unidos. Esta mesma força anima e nutre os intelectuais russos como Sakharov ou Soljenitsin, em sua luta pelo respeito aos direitos humanos na União Soviética (EDITORIAL, ano XVII, n. 922, p. 3, 13 out. 1973, grifos nossos).

⁸ BENEDETTI, Luiz Roberto. *Templo, Praça e Coração*. A articulação do campo religioso católico. 1988. São Paulo, USP.

A postura político-ideológica da Igreja de São Paulo estava fundamentada em seu projeto religioso, um ideal que não se definia enquanto sistema econômico ou político. Nesse discurso estava indicado que, inserida no sistema capitalista ou no comunista, o que importava era a manutenção da verdade, da justiça, da liberdade política, religiosa, das organizações sociais, entre outras, como confirma o editorial a seguir:

Poder-se-ia citar outros: eles existem por toda a parte, apesar das perseguições e da prisão; *eles [os cristãos] criam as células de uma nova sociedade fundada sobre o respeito absoluto da pessoa humana*. Sobre a participação e a justiça. Estas são as verdadeiras realidades de nosso mundo, porque elas procuram realizar a vontade de Deus sobre o homem, vontade que é criadora. E mesmo diante de colapsos totais (como aparentemente foi o caso de Cristo) eles perseveravam em seu testemunho, porque sabiam que o grão deve morrer para reviver e que toda ação da verdade tem uma repercussão libertadora direta na História.

Eles são um sinal de esperança concreta em um mundo de violência e de temor. São Paulo, 10 de outubro de 1973 (EDITORIAL, ano XVII, n. 922, p. 3, 13 out. 1973)

Por conta dos aspectos analisados acima, a Igreja Católica de São Paulo, “foi uma das instituições-chave [no] processo de redemocratização, pois tendo muito claro seus raios de ação, ela podia, embora com dificuldade, enfrentar em nome de seus princípios, baseados no Evangelho, os desmandos autoritários do regime” (FADUL, 1986, p. 19), não se vinculando, dessa forma, nem com a defesa do capitalismo nem com a do socialismo. A matriz do discurso religioso pautado no Evangelho serviu para protegê-la das diversas acusações a esse respeito.

É possível, também, evidenciar uma releitura dos símbolos religiosos do catolicismo em que essa ótica político-social é explicitada, como no caso abaixo, da Padroeira do Brasil:

estamos festejando neste dia 12 a Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. [...] Agora, neste fim de milênio, quando Pentecostes chamado Puebla sacudiu a cristandade deste Continente, mais do que nunca emerge a consciência de que os povos latino-americanos são vítimas de opressão e de injustiça. Pela importância que Puebla dá à religiosidade popular, parece oportuno refletir no significado teológico das romarias ao Santuário de Aparecida do Norte. É suficiente prestar atenção àquele povo que caminha lentamente por aquela longa passarela até a imagem, para lhe darmos um título que de justiça lhe pertence: Mãe dos Oprimidos (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIII, n. 1.231, 12 out. 1979).

Nesse caso, a significação religiosa sofreu um processo de politização, em que a imagem de Nossa Senhora Aparecida recebe o título de “Mãe dos Oprimidos”. Assim, é possível compreender que, mesmo no período de cardeal Arns, temáticas de cunho religioso, debates e eventos institucionais estavam presentes nas publicações semanais d’*O São Paulo*, porém, não de forma predominante, como nos períodos anteriores¹⁵⁶.

Na primeira metade dos anos 80 do século XX, além dos aspectos já indicados, os quais compunham a agenda temática publicada n’*O São Paulo* – e

¹⁵⁶ Como exemplo, foram selecionados alguns títulos publicados n’*O São Paulo*, que evidenciam essa presença: “Não” ao Aborto Terapêutico (EDITORIAL, ano XVII, n. 846, p. 1, 22 abr. 1972); Igrejas do Brasil se Entreajudam (EDITORIAL, ano XVII, n. 847, p. 1, 29 abr. 1972); Cardeal Fala sobre “*Humanae Vitae*” e Pílula (PRIMEIRA PÁGINA, ano XVII, n. 849, 13 maio 1972), em referência a cardeal John J. Wrigth; Mais uma Palavra em Favor dos Cursilhos (MATÉRIA, ano XVII, n. 882, p. 5, 6 jan. 1973); Cardeal Deverá Presidir Despedida do Diretor d’*O São Paulo* e do Centro “Ecclesia” (p. 12, 10 ago. 1974), sobre a partida de cônego Amauri Castanho para a Arquidiocese de Campinas; São Paulo com novos Bispos Auxiliares (MANCHETE, ano XVIII, n. 981, p. 1, 14 dez. 1974), recepção a Dom Francisco Manoel Vieira, Dom Mauro Morelli, Dom Angélico Sândalo Bernardino e Dom Joel; Renúncia, Sacrifício, Dedicção É o que Pede o Sacerdócio (MANCHETE, ano XVIII, n. 986, 18 jan. 1975); Estabilidade e Exclusividade no Amor: é a família cristã (MANCHETE, ano XIX, n. 1.037, 17 jan. 1976); A Posse de João Paulo I no meio do Povo (MANCHETE, ano XXII, n. 1.173, 2 set. 1978); Cardeal Karol Wojtyla: o Papa João Paulo II (MANCHETE, ano XXII, n. 1.180, 21 out. 1978); CEBs são a Esperança da Igreja (MATÉRIA, ano XXIV, n. 1.259, p. 3, 25 abr. 1980; 1 maio 1980).

que trataram, por exemplo, do movimento social dos trabalhadores, seus sindicatos, greves, perseguição e repressão policial –, novos temas foram incluídos em suas discussões e publicações. Na realidade, constituíram-se novas bandeiras no processo de organização popular para resolver antigos problemas da população em geral. A perspectiva jornalística do semanário apoiava o debate sobre tais problemas da sociedade metropolitana¹⁵⁷ porque contribuíram, entre outros, na elaboração de novas utopias.

Houve a elaboração de novas categorias temáticas publicadas n’*O São Paulo* na década de 1980 e que constituíram o cotidiano metropolitano daquela época. Dessa forma, ao discutir em suas páginas problemas relativos a meio ambiente, moradia popular e ocupações irregulares de terrenos, campanha pelas Diretas-Já, eleições constituintes, nova Constituição, ecumenismo, esquadrão da morte e violência policial, entre outras, contribuiu para que se realizassem, segundo Maduro (1983), as funções sociais que uma religião pode desempenhar:

Há, ainda, muitas outras com cunho internacional, sobre a Conferência Episcopal Latino-Americana em Puebla, as mudanças no Vaticano e as eleições papais, a vinda do papa ao Brasil e a São Paulo, entre vários assuntos.

¹⁵⁷ Os títulos selecionados e descritos a seguir expressam, de maneira geral, a continuação da abordagem jornalística instituída por cardeal Arns nos idos da década de 70, junto aos MCS da Arquidiocese de São Paulo. Muitos outros temas poderiam ser indicados ou estudados, conforme novas propostas e interesses científicos: Comunidade de Base em Osasco Luta (e Consegue) Registrar Loteamento e Menor Foi Torturado na Delegacia de V. Matilde e Acabou no Cemitério (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXV, n. 1.301, 27 mar. 1981); Pastoral de Favela Revê Trabalho de Organização (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXV, n. 1.297, 30 jan. 1981); Centrais Nucleares e a Qualidade de Vida (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIV, n. 1.295, 16 jan. 1981); Multidão de Paulistas Pede: Diretas-Já (MANCHETE, ano XXVIII, n. 1.462, 19 abr. 1984); Emenda das Diretas-Já É Rejeitada (MANCHETE, ano XXVIII, n. 1.463, 27 abr. 1984), sobre a “frustração de uma nação que se mobilizou totalmente pelas eleições diretas-já”; Moradia Popular: qual a solução? (PRIMEIRA PÁGINA, *São Paulo*, ano XXVIII, n. 1.484, 21 set. 1984); Protestos em São Mateus contra Aterro Sanitário da Prefeitura (PRIMEIRA PÁGINA, ano XIX, n. 1.508, 15 mar. 1985); Evangelização É Tema de Debate em Curso Ecumênico (MANCHETE, ano XXVIII, n. 1.498, 4 jan. 1985); Bispo Diz que o Povo Deve ser a Fonte do Poder Constituinte (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXVIII, n. 1.500, 18 jan. 1985); Constituinte: é preciso um amplo e livre debate (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXVIII, n. 1.501, 25 jan. 1985); Constituinte Independente dos Partidos Políticos. Devemos despertar o interesse do povo (EDITORIAL, ano XIX, n. 1.508, 15 mar. 1985); Governo Deve Explicar Desaparecimentos (MANCHETE, ano XXIX, n. 1.524, 5 jul. 1985); Sem mudanças, PM não Atende à População (PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIX, n. 1.524, 5 jul. 1985).

conforme a história, a estrutura e a conjuntura de cada sociedade particular e de cada sistema religioso específico e que a única maneira cientificamente válida de estabelecer as funções sociais de uma religião particular em um contexto social concreto e determinado é tomar por base uma investigação empírica dos fenômenos sociais e socioreligiosos pertinentes (MADURO, 1983, p. 157).

No início dos anos 80 do século XX, as funções sociais da Igreja Paulistana e d'*O São Paulo* foram redimensionadas, porque

durante toda a vigência do AI-5 (1968-1979), essa instituição se constituiu em um dos espaços políticos mais importantes para a resistência ao regime. Passada essa fase, com o início da rearticulação mais firme de instituições da sociedade civil, como os partidos, os sindicatos, as universidades etc., a Igreja, ao mesmo tempo em que se sente mais livre em sua ação apostólica, por um lado volta-se para seu próprio espaço interno em busca de um novo reposicionamento frente ao Estado e à própria sociedade civil (FADUL, 1986, p. 20).

É relevante discutir a atuação sociopolítica da Igreja Católica nos diferentes contextos históricos¹⁵⁸ com suas peculiaridades e características gerais sob a ótica religiosa, utópica ou cidadã d'*O São Paulo*, ainda, porque a matriz ideológica adotada por cardeal Arns na década de 1970 permitiu que esse semanário nomeasse como sujeitos nos títulos e matérias os

sujeitos coletivos: trabalhador, índio, sem terra, negro, mulheres, criança. *Esse deslocamento do indivíduo para o coletivo, o grupo, a comunidade é um processo político da Igreja. Deixando de lado a ideologia liberal burguesa, centrada nos direitos individuais, a Igreja luta por um outro projeto baseado antes mais nada nos direitos sociais e nos direitos dos povos* (DAFUL, 1986, p. 44, grifos nossos).

¹⁵⁸ As características gerais sobre as mudanças ocorridas na relação entre a Igreja, o Estado e a Sociedade a partir de 1964 até 1977 estão discutidas in: WANDERLEY, Luiz Eduardo. W. Igreja e Sociedade no Brasil (1950-1964/1964-1975). *Revista Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 93-107.

Nesse sentido, sem dúvida *O São Paulo* colaborou, na condição de meio de comunicação social, para o exercício da cidadania da população paulistana, que

pressupõe a sintonização com a realidade: e esta advém principalmente dos relatos jornalísticos. O cidadão, para decidir sobre o seu cotidiano e para dele participar conscientemente, precisa *saber o que se passa* – tomar conhecimento dos dados coletados e apurados pelos jornalistas que estiveram no cenário noticioso (MELO, 1985, p. 17).

Durante os anos da década de 1970 os censores, que atuavam em nome da ditadura militar, impediram, por meio da repressão e da censura, que os MCS¹⁵⁹ contribuíssem na construção de uma perspectiva com objetividade jornalística que primasse pela conquista da cidadania, tendo em vista que

não se pretende que a narração objetiva exclua o testemunho do próprio jornalista, que muitas vezes diverge ou conflita com suas fontes. Mas se exige que o jornalista exponha o que apurou pessoalmente, como e onde, e o que relataram os personagens envolvidos nas ocorrências ou que as observaram circunstancialmente.

A objetividade nas sociedades democráticas só se exercerá de modo pleno se houver garantia de pluralidade de canais de expressão jornalística, permitindo portanto que diferentes *fontes* de informação possam veicular as respectivas versões sobre os acontecimentos do cotidiano.

O arbítrio da objetividade jornalística torna-se sem dúvida o cidadão, capaz de ter acesso a distintos relatos, privilegiando aquele que considere mais correto, mas tendo capacidade, a exatidão e a credibilidade manejadas pelos jornalistas.

Desta maneira, a objetividade deixa de ser dogma e se torna utopia. *E como tal poder servir como dínamo das sociedades democráticas,*

¹⁵⁹ Existem estudos sobre a ação dos censores e as matérias cuja publicação foi impedida n’*O São Paulo*, conforme indicado anteriormente. Para um maior aprofundamento sobre essa temática, ver: GOMES, Edgar da Silva. Censurado: o Jornal São Paulo e a ditadura militar 1964-1985. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo, Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção, ano XIII, n. 50, jan./mar. 2005, pp. 137-55; PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1979*: com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano “O São Paulo”. 1982. Tese (Jornalismo) apresentada ao Centro Internazionale per gli Studi sull’Opinione Pubblica, Roma; e o Grupo de Estudos Multi-disciplinar de Teólogos-historiadores, historiadores e advogados, sobre “A ditadura militar e a censura ao semanário ‘O São Paulo’ da arquidiocese de São Paulo” coordenado pelo Dr. Ney de Souza, vice-diretor acadêmico da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora Assunção, composto pelos seguintes membros: Cristina Toledo de Carvalho, Edgar da Siva Gomes, Edson Donizete Toneti, Maria Letícia e Maria Gorete Frazão.

tornando-se transparentes, visíveis nas suas contradições, abertas à intervenção da cidadania (MELO, 1985, p. 17, grifos nossos).

Partindo dos aspectos indicados acima por Melo, *O São Paulo* buscou, entre 1970 e 1985, constituir-se como um meio de comunicação social alternativo, dentro de sua perspectiva católica, que procurou manter sua objetividade e destoou dos consensos impostos pelos ditadores militares. Nesse sentido, também antecipou as características do perfil do novo jornalismo católico, aprovado no VIII Congresso da Uclap (que ocorreu em maio de 1984) em que seus participantes aprovaram o *Documento de Lima*:

que incorpora o marco doutrinal para a ação da Uclap no próximo triênio e contém recomendações específicas para projetos concretos [...]. *O documento aprovado pelos participantes do Congresso da Uclap constitui, ao mesmo tempo, um reconhecimento da emergência desse novo jornalismo católico e uma pauta de conduta para o exercício profissional e pastoral dos católicos que atuam nos veículos jornalísticos.*

O registro da evidência do novo jornalismo católico e a consciência de que a ação dos jornalistas católicos mudou radicalmente estão expressos no item 26 e parágrafos do *Documento de Lima*: [...] é preciso repensar o sentido do jornalismo católico, que nos últimos 25 anos se enriqueceu com novas perspectivas e fatos então não existentes, como, por exemplo:

1. *Uma concepção mais ampla da tarefa dos jornalistas católicos, que não se limita aos meios da Igreja, mas que compreende sua inserção nos diversos meios de comunicação social.*
2. *A realidade da imprensa popular e o surgimento de uma imprensa alternativa que está na linha da criação de uma nova sociedade, mais justa, mais fraterna e, por isso, mais cristã* (MELO, 1985, p. 59, grifos nossos).

Nesse sentido, *O São Paulo*, no terceiro período estudado, de 1970 a 1985, promoveu a construção e conquista da cidadania, em sua perspectiva utópica, expressão das ações sociopolíticas implementadas na Arquidiocese com

Dom Paulo Evaristo Arns e baseadas na adoção da nova matriz ideológica que foi resultado das diversas mudanças ocorridas na segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUADO, Juventino de Castro. *O Ocaso da Utopia e o Despertar do Carisma: vivência da Igreja Católica em Ribeirão Preto (1967-1988)*. 1997. Tese (Doutorado) apresentada à FFLCH da USP, São Paulo.
- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- AMARAL, Luiz Antônio de Souza. “A Educação como Missão”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- ANDRADE, Pe. Djalma R. *O Paradoxo Cristão: história e transcendência em Alceu de Amoroso Lima*. São Paulo, Loyola, 1994.
- ARBEX JR., José. “Editorial”. In: MELO, J. M. (Org.). *Gêneros Jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo, FTD, 1992.
- ARMSTRONG, Karen. *Uma História de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. *O que É Igreja*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. “Apresentação”. In: *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 13. ed. São Paulo, Loyola, 1982.
- _____. “A Comunicação e os Direitos Humanos”. In: *Direitos Humanos: um desafio à Comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983.

- _____. *D. Paulo Evaristo Arns. Da Esperança à Utopia*. Rio de Janeiro, Sextante, 2001b.
- AUBERT, Roger. *Nova História da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno*. Petrópolis, Vozes, v. 5, t. I, 1975.
- AUGUSTO, Maciel Adailton. “O Laicato Paulistano”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em Tensão e Crise: a conquista espiritual e o Padroado na Bahia*. São Paulo, Ática, 1978.
- AZZI, Riolando. “Entre o Trono e o Altar: a Igreja Católica em São Paulo como poder espiritual”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail (V. N. VOLOCHÍNOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7. ed. São Paulo, Hucitec, 1995.
- BENEDETTI, Luiz Roberto. Igreja Católica e sociedade nos anos 90. *REB – Revista Eclesiástica Brasileira n. 53*. Petrópolis, Vozes, fasc. 212, v. 53, pp. 824-38, dez. 1993.
- BEOZZO, Pe. José Oscar. “História da Igreja no Brasil”. In: ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. *O que É Igreja*. São Paulo, Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos).
- _____. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- BIGO, Pierre. *Fé Cristã e Compromisso Social: elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da doutrina social da Igreja*. São Paulo, Paulinas, 1986.
- BOFF, Leonardo. *E a Igreja se Fez Povo*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- _____. Leonardo Boff ataca a nova direção da Igreja. *Folha de S. Paulo*, Cad. 1, p. 12, 25 maio 1995a.
- _____. Teologia da Colisão. *Veja*. São Paulo, abr., v. 1, 16 ago. 1995b.
- Bosi, Ecléa *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* 7. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- BRASIL: NUNCA MAIS. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BRITO, Ênio José da Costa. “Agonia de um Modelo”. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá. *Sociologia da Religião e Mudança Social*. São Paulo, Paulus, 2004.
- BRUNEAU, Thomas C. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo, Loyola, 1974.

- _____. O Papel da Igreja na Transição Brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Iuperj, v. 30, n. 1, 1987.
- CAMARGO, C. P. F. de. *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo, Cebrap, 1971.
- _____; PIERUCCI, Antonio Flávio de O; CARDOSO, Ruth. Comunidades Eclesiais. *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, v. 1, n. 2, pp. 49-58, abr. 1982.
- CARMO, S. I. S. do. *A Memória do Regime Militar numa Perspectiva Interdisciplinar*. 1997. Projeto de pesquisa para o triênio 1997-2000, apresentado À FCL da Unesp, Araraquara.
- CARVALHO, J. J. “Religião, Mídia e os Predicamentos de uma Existência Pluralista”. In: MOREIRA, A. (Org.). *Sociedade Global, Cultura e Religião*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo, Paz e Terra, v. 2, 1999.
- CHIARADIA PEREIRA, José Aurélio. *Mídia e Igreja: do pensamento à ação comunicacional de Frei Romeu Dale*. 2005. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pós-Graduação em Comunicação Social da Umesp, São Bernardo do Campo.
- CNBB. *Marginalização de um povo*. Documento dos Bispos do Centro-Oeste (6 maio 1973). Sedoc n. 6, Petrópolis, Vozes, mar. 1974.
- _____. Relatório Síntese após dez anos de Pastoral das CEBs (iniciadas em 1964). *Estudos da CNBB*, n. 23, 1979.
- COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE S. PAULO. *Fé e Política: povo de Deus e participação Política*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História Oral: teoria e técnica*. Florianópolis, UFSC, 1978.
- DALE, Frei Romeu.(Org.) *Igreja e Comunicação Social*. São Paulo, Paulinas, 1973.
- D’ÂNGELO, Pe. José Carlos. *O Ministério Próprio e Típico do Leigo: sua função pública na Igreja e pela Igreja*. 1991. Tese (Doutorado em Direito Canônico) apresentada à Pontifícia Studiorum Universitas A. S. Thoma Aq. in Urbe, Roma.
- D’ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A . D.; CASTRO, C. (Orgs.). *A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- _____. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação social na Igreja: documentos fundamentais*. São Paulo, Paulinas, 2003.

- DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro (1916-1964). *Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 12, pp. 5-52, 10 jun. 1975.
- _____. (Org.). *A Igreja em Flagrante: catolicismo e sociedade na imprensa brasileira (1964-1985)*. Rio de Janeiro, ISER/Marco Zero, 1985.
- _____. Política do Vaticano 1978-1990 (Visão Geral). *REB – Revista Eclesiástica Brasileira* n. 50. Petrópolis, Vozes, fasc. 200, pp. 896-921, dez. 1990.
- _____; MONTERO, Paula. *E o Verbo se Faz Imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962-1989*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- DOMÉZI, Maria Cecília. *Do Corpo Cintilante ao Corpo Torturado: uma Igreja em Operação Periferia*. São Paulo, Paulus, 1996.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 - A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- DUARTE, J.; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação Social*. São Paulo, Atlas, 2005.
- FADUL, Anamaria. *Os Meios de Comunicação de Massa: um desafio para a Igreja*. (“O São Paulo” – 1979-1985). 1986. Tese de Livre-Docência apresentada à ECA/USP, São Paulo.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2001.
- FERRARA, Lucrecia D’Aléssio. “O Mapa da Mina. Informação: espaço e lugar”. In: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs.). *O Novo Mapa do Mundo: fim de século e globalização*. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1997.
- FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos da Análise do Discurso*. 5 ed. São Paulo, Contexto, 1996.
- _____. *Linguagem e Ideologia*. 6 ed. São Paulo, Ática, 1998.
- FONSECA, A. B. Uma Igreja na Política: voto, clientelismo e mediação na Igreja Universal do Reino de Deus. *Cadernos do CEAS*. Salvador, Ed. CEAS, pp. 66-88, jul./ago. 1996.
- FONSECA JR., Wilson Corrêa da. “Análise de Conteúdo”. In: DUARTE, J.; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação Social*. São Paulo, Atlas, 2005.
- FORRACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 22. reimpressão. Rio de Janeiro, LTC, 2002.
- FREI BETTO. Os Desafios do Neoliberalismo ao Movimento Popular. *Correio da Cidadania*. Seção Política, p. 5, 25/3 a 1/4/00.

- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Os Precursores do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, 1873-1894*. 1992. Tese (Doutorado) apresentada à USP, São Paulo.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Cia das Letras, 2002a.
- _____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Cia das Letras, 2002b.
- _____. VENTURA, Zuenir; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- GIORDANI, Marco P. *Brasil Sempre*. Porto Alegre, Tchê, 1986.
- GOMES, Ângela de Castro. “O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História – debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Edgar da Silva. Censurado: o jornal *O São Paulo* e a ditadura militar 1964-1985. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo, Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção, ano XIII, n. 50, pp. 137-55, jan./mar. 2005.
- GONTIJO, Silvana. *O Livro de Ouro da Comunicação*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
- GOUVÊA, Maria das Graças. *Educação Popular junto aos Movimentos Sociais: o centro de direitos humanos e educação popular – CDHEP, Campo Limpo/Zona Sul*. 1997. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. “Os Desafios e as Perspectivas da Igreja Peregrina e Evangelizadora em São Paulo e a Educação Popular”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Existe ética na comunicação. *Mundo Jovem*. Porto Alegre-RS, PUC-RS, ano XLIV, n. 364, mar/2006.
- GUIMARÃES, Frei Almir Ribeiro. *Comunidades de Base no Brasil: uma nova maneira de ser em Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- HENFIL, Henrique de Souza Filho. *Diretas Já*. Rio de Janeiro, Record, 1984.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Heloísa B. de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e Participação nos Anos 60*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

- IANNI, Octavio. O Encantamento do Mundo. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, CER/Iser, v. 13, n. 1, pp. 20-2, mar. 1986.
- INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002)*. São Paulo, Paulinas, 2003.
- JOANONI NETO, Vitale. *Estudos sobre a Comunidade Católica da Imaculada Conceição: uma experiência de organização popular em Bauru*. 1996. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unesp, Franca.
- JOSAPHAT, Carlos. A Mídia Precisa de Ética. *Revista Família Cristã*. São Paulo, Paulinas, ano 72, n. 845, pp. 5-7, maio 2006.
- KANTOR, Íris. “Festividades Públicas em São Paulo Colonial: memória e colonização na segunda metade do século XVIII”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- KEHL, Luís Augusto Bicalho. “Aspectos da Fundação de São Paulo”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- KHOURY, Yara Aun. *Guia de Pesquisa: igreja e movimentos sociais*. São Paulo, Educ, 1981.
- KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinícius Caldeira. (Coord.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 13 ed. São Paulo, Loyola, 1982.
- KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as Crises Políticas no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- KUNSCH, Waldemar Luiz. *O Verbo se Faz Palavra: caminhos da comunicação eclesial católica*. São Paulo, Paulinas, 2001.
- LANZA, Fabio. *A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)*. 2001. Dissertação (Mestrado) em História apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp, Franca.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.
- LEPARGNEUR, H. *A Igreja e o Reconhecimento dos Direitos Humanos na História*. São Paulo, Cortez/ Moraes, 1977.
- LIBANIO, João Batista. *O que É Pastoral*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas, v. 22, n. 43, 2002.
- LÖWY, Michael. O Catolicismo Latino-Americano Radicalizado. *Estudos Avançados*. São Paulo, IEA-USP, v. 3, n. 5, pp. 50-9, jan./abr.1989.

- _____. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Trad. M. V. Baptista. São Paulo, Cortez, 1991.
- _____. A Teologia da Libertação Acabou? *Teoria e Debate*. São Paulo, ano 9, n. 31, abr.-jun., 1996.
- _____. *Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*. 13. ed. São Paulo, Cortez, 1999.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo, Loyola, 1983.
- MADURO, Otto. *Religião e Luta de Classes*. Quadro Teórico para a Análise de suas Inter-Relações na América Latina. 2 ed. Trad. Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. *Mapas para a Festa: reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1994.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____; KRISCHKE, Paulo José (Orgs.). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. São Paulo, L&PM/Cedec, 1986.
- MANOEL, I. A. Ecos do Passado: catolicismo e política. *Perspectiva*, São Paulo, n. 6, pp. 49-56, 1983.
- _____. João Paulo II, a *Laborem exercense* e a tradição: marcar passo. *Perspectiva*, São Paulo, v. 7, pp. 75-80, 1984.
- _____. D. Antônio de Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira. *Pós-História* (Revista de Pós-Graduação em História). Assis, Unesp, v. 5, 1997.
- _____. *O Pêndulo da História: a filosofia da história do catolicismo conservador (1800-1960)*. 1998. Tese (Livre-Docência) apresentada à FHDSS da Unesp, Franca.
- _____. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. In: *Acta Scientiarum – Human and social Sciences*. Maringá, Ed. Universidade Estadual de Maringá, v. 21, n. 1, mar. 1999.
- MARINS, José e equipe. *Comunidade Eclesial de Base na América Latina: origem, conteúdo, perspectivas*. São Paulo, Paulinas, 1977.
- _____. *De Medellín a Puebla: a práxis dos padres da América Latina*. São Paulo, Paulinas, 1979.
- MARRAMAO, Giacomo. *Céu e Terra: genealogia da secularização*. São Paulo, Unesp, 1997.
- MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade Pós-Moderna: entre a secularização e dessecularização*. São Paulo, Paulinas, 1995.

- MARTINO, Luís Mauro Sá Martino. *Jogos de Sentido: a construção da opinião política em um jornal religioso*. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- _____. *Fronteiras Invisíveis: um ensaio sobre os limites institucionais do conhecimento a partir do discurso religioso*. 2004. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MARTINS, Heloísa T. de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC (1954-1975)*. São Caetano do Sul, Hucitec, 1994.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. *História das Teorias da Comunicação*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, Loyola, 1999.
- MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo, Loyola, 1996.
- MELO, José Marques de. Apresentação de *Igreja e Comunicação Social*. São Paulo, Paulinas, 1973.
- _____. *et al. Comunicação e Classes Subalternas*. São Paulo, Cortez, 1980.
- _____. *Comunicação & Sociedade: comunicação alternativa e cultura popular*. São Paulo, Cortez, ano III, n. 6, set. 1981.
- _____. (Org.). *Imprensa e Desenvolvimento*. São Paulo, ECA-USP, 1984.
- _____. A Questão da Objetividade no Jornalismo. *Cadernos Intercom*. São Paulo, Soc. Bras. de Est. Interdisc. Comun./ Cortez, ano III, n. 7, pp. 7-19, set. 1985.
- _____. (Org.). *Gêneros Jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo, FTD, 1992.
- _____. *História do Pensamento Comunicacional*. São Paulo, Paulus, 2003.
- _____. *A Esfinge Midiática*. São Paulo, Paulus, 2004.
- _____. *Comunicação Eclesial: utopia e realidade*. São Paulo, Paulinas/Sepac, 2005.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- MILSS, C. Wright. Cap. XIII – A Sociedade de Massas. *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962, p. 354-83. Tradução de Waltensir Dutra. In: FORRACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 22. reimpressão. Rio de Janeiro, LTC, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília S. “Fase de Análise ou Tratamento do Material”. In: *O Desafio do Conhecimento*. 7 ed. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco, 2000.
- _____. (Org.). *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2002.

- MONTENEGRO, A. T. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto, 1994.
- MONTERO, Paula. *Modernidade e Cultura: para uma antropologia das sociedades complexas*. 1992. Tese (Livre-Docência) apresentada à FFLCH da USP, São Paulo.
- _____; DELLA CAVA, Ralph. A Igreja Católica e os meios de comunicação de massa. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, CER/Iser, v. 13, n. 3, pp. 62-74, nov. 1986.
- MORIN, Edgar. Cap. II - A Indústria Cultural. *Cultura de Massas no século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro – São Paulo, Cia Editora Forense, 1969, p. 25-36. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. In FORRACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 22. reimpressão. Rio de Janeiro, LTC, 2002.
- MORAIS, J. F. R. *Os Bispos e a Política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.
- MORÁN, José Manuel. Contradições e Perspectivas da Televisão Brasileira. *Cadernos Intercom: Televisão, Poder e Classes Trabalhadoras*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. São Paulo, Intercom, ano I, n. 2, mar. 1982.
- MORENO, Júlio (Apres.) *Minhas Cartas, por José de Anchieta*. São Paulo, Associação Comercial/Melhoramentos, 2004.
- MOURA, Dom Odilão. *Idéias Católicas no Brasil: direções do pensamento católico no Brasil do século XX*. São Paulo, Convívio, 1978.
- NEOTTI, Clarêncio. *Comunicação e Igreja no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1994.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Comunidade, Igreja e Poder: em busca de um conceito sociológico de “Igreja”. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, CER/Iser, v. 13, n. 3, pp. 42-60, nov. 1986.
- PADIM, Cândido. A Doutrina de Segurança Nacional. *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Petrópolis, Vozes, vol. 37, fasc. 146, jun/1977, p.331-42.
- PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1979: com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano “O São Paulo”*. 1982. Tese (Doutorado) em Jornalismo, apresentada ao Centro Internazionale per gli Studi sull’Opinione Pubblica, Roma.
- PEREIRA, Miguel. Igreja Católica e Meios de Comunicação. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, Cedi, n. 194, out./nov. 1984.
- PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas Vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos, Edufscar, 1996.

- PESSINATTI, Nivaldo Luiz. *Políticas de Comunicação da Igreja Católica no Brasil*. Petrópolis, Vozes/Unisal, 1998.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e Dessecularização. *Novos Estudos n. 49*. São Paulo, Cebrap, p. 99-117, nov. 1997.
- _____. “Secularização e Declínio do Catolicismo”. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social*. São Paulo, Paulus, 2004.
- _____; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; CARDOSO, Ruth. Comunidades Eclesiais. *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, v. 1, n. 2, pp. 49-58, abr. 1982.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a Questão Religiosa*. 2 ed. São Paulo, Paulinas, 1984.
- PUNTEL, Joana T. *A Igreja e a Democratização da Comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1994.
- _____. *Cultura Midiática e Igreja: uma nova ambiência*. São Paulo, Paulinas, 2005.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo, USP/Ceru, 1983.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Versões e Ficções*. São Paulo, Perseu Abramo, 1997.
- RIBEIRO, Helcion. *Da Periferia um Povo se Levanta*. São Paulo, Paulus, 1988.
- RIDENTI, Marcelo. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. *Ciência e Cultura*. SBPC, v. 39, n. 3, pp. 272-86, mar. 1987.
- _____. *Política pra quê?* São Paulo, Atual, 1992.
- _____. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Unesp/Fapesp, 1993.
- ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado: crítica ao populismo católico*. São Paulo, Kairós, 1979.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, v. 9, n. 19, 1989-90.
- SANTA’ANA, Júlio. “Estudos da Religião: conflito das interpretações”. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; GOUVEIA, Eliane Hojaij; JARDILINO, José Rubens Lima. *Sociologia da Religião: revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa*. São Paulo, PUC-SP/Umesp, 1998.
- SANT’ANNA, Sílvio di. *Santo dos nossos Dias*. Fé, política e compromisso social no cotidiano de luta de um operário na Paulicéia dos anos 70. São Paulo, Líber Edições, 2004.

- SANTOS, Milton. “A Aceleração Contemporânea: tempo mundo e espaço mundo”. In: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs.). *O Novo Mapa do Mundo: fim de século e globalização*. 3 ed. São Paulo, Hucitec, 1997.
- SCHWARTZ, J.; SOSNOWSKI, S. (Orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo, Edusp, 1994.
- SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política (1964-1968)”. In: *Pai de Família e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.
- SINGER, Paul. *A Crise do “Milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____; BRANT, Vinícius Caldeira. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- SYDOW, Evanize. *Dom Paulo Evaristo Arns – um homem amado e perseguido*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- SOARES, Ismar de Oliveira. “Boletins Diocesanos Católicos: veículos de comunicação a serviço dos marginalizados”. In: MELO, José Marques (Org.). *Comunicação e Classes Subalternas*. São Paulo, Cortez, 1980.
- _____. *Do Santo Ofício à Libertação*. São Paulo, Paulinas, 1988.
- _____; PUNTEL, Joana. “Comunicação e o Poder Eclesial”. In: MELO, José Marques de. *Comunicação Eclesial: utopia e realidade*. São Paulo, Paulinas/Sepac, 2005.
- SODRÉ, N. W. *A Fúria de Calibá: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.
- SOUZA, Beatriz Muniz; GOUVEIA, Eliane Hojaij; JARDILINO, José Rubens Lima. *Sociologia da Religião: revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa*. São Paulo, PUC-SP/Umesp, 1998.
- _____; MARTINO, Luís Mauro (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social*. São Paulo, Paulus, 2004.
- SOUZA, Ney de (Org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004)*. São Paulo, Paulinas, 2004.

- _____. “Catolicismo e Padroado na São Paulo Colonial”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- SUESS, Paulo. “A Catequese nos Primórdios da Cidade de São Paulo: Piratininga revisitada por ocasião dos 450 anos de sua fundação”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- SZACHI, Jerzy. *As Utopias ou a Felicidade Imaginada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- TAUNAY, Affonso d'Escragnoille. *São Paulo nos Primeiros Anos - Ensaio de Reconstituição Social*. São Paulo no século XVI: história da Vila Piratininga (1554-1601). São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. *O Negro e a Igreja Católica: o espaço concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande, Cecitec/UFMS, 1994.
- VALLE, Edênio. “As Ordens Religiosas no Contexto do Catolicismo Tridentino”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *História da Questão Religiosa*. Rio de Janeiro, Francisco Carlos, 1974.
- VIOTTI, Pe. Hélio Abranches. *Minhas Cartas, por José de Anchieta*. São Paulo, Loyola, 1984.
- VOLDMAN, Daniele. “Definições e Usos”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Igreja e Sociedade no Brasil (1950-1964/1964-1975)*. *Revista Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. “Movimentos Populares, Política e Igreja”. In: FLEURI, Reinaldo Matias. *Movimento Popular, Política e Religião*. São Paulo, Loyola, 1985.
- _____. “A Igreja Católica em São Paulo (1900-1964): associações operárias católicas, Ação Católica e Partido Democrata-Cristão”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005a.
- _____. *Universidades e Sociedades: consensos e dissensos*. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XXVI, mar. 2005b.

- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- WERNET, Augustin. “A Igreja Paulistana no Século XIX”. In: VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio (Orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade*. São Paulo, Paulinas/PUC-SP, 2005.
- ZALUAR, Alba. “A Religião e a Linguagem Simbólica”. In: *Os homens de Deus*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

FONTES

FONTES ORAIS

ALTEMEYER JR., Fernando. Entrevista realizada sobre *O São Paulo*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 3 ago. 2006.

ARNS, Paulo Evaristo. Entrevista realizada na Igreja do Largo do São Francisco sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. São Paulo, 17 dez. 1998. In: LANZA, Fabio. *A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)*. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca.

_____. Entrevista sobre *O São Paulo* na Igreja do Largo do São Francisco. São Paulo, 12 jul. 2001.

BERNARDINO, Angélico Sândalo. Entrevista na Residência Episcopal em 15 de outubro de 1999 sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. In: LANZA, Fabio. *A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)*. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca.

JOSAPHAT, Carlos. Entrevista realizada sobre *O São Paulo* no Convento dos Dominicanos, Paróquia Sagrada Família, no Bairro Saúde. São Paulo, 12 abr. 2005.

QUEIROZ, Antônio Celso de. Entrevista realizada na Cúria Episcopal do Ipiranga em 17 dez. 1999 sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. In: LANZA, Fabio. *A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)*. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca.

PEREIRA, Antônio Aparecido. Entrevista realizada sobre *O São Paulo* na Cúria Arquidiocesana de São Paulo. São Paulo, 11 jul. 2001.

VIEIRA, Benedicto Ulhôa. Entrevista realizada na Arquidiocese de Uberaba (MG) em 24 jan. 2000 sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. In: LANZA, Fabio. *A*

Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985). 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca.

VILHENA, Maria Ângela. *Depoimento Oral*. Banca de Qualificação no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 3 ago. 2006.

FONTES DOCUMENTAIS – O SÃO PAULO

ALBERTO, Rafael. Leitores querem O SÃO PAULO mais profético e com maior apoio, ano 51, n. 2.579, 25 jan. 2006, p. 12.

_____, MATÉRIA, 21 set. 2005, p. 12.

ÁLVARES, ano I, n. 1, p. 2, 25 jan.1956.

ARNS, Cardeal. Almas que Procuram, n. 609, p. 2, 1 out. 1967.

_____. Meios de Comunicação Social: diálogo imenso e permanente, ano XIII, n. 640, p. 2, 5 maio 1968.

BARROS, Marcelo. Utopias da Fé e Realidades da Política, 12 jan. 2005, p. 8.

CARDEAL MOTTA, ano I, n. 1, p.1, 25 jan.1956.

EDITORIAL, “Não” ao Aborto Terapêutico (ano XVII, n. 846, p. 1, 22 abr. 1972.

EDITORIAL, A Censura Acabou apesar do Supremo. E agora?, ano XXII, n. 1162, p. 3, 17 jun. 1978.

EDITORIAL, A Igreja não Tem Candidatos, ano XXII, n. 1174, p. 3, 9 set. 1978.

EDITORIAL, A Resposta de um Católico, ano V, n. 205, p. 2, 3 jan. 1960.

EDITORIAL, A Serviço da Verdade, ano XVII, n. 849, pp. 3, 13 maio 1972.

EDITORIAL, ano I, n. 3, p. 1, 12 fev. 1956.

EDITORIAL, ano II, n. 54, p. 1, 3 fev. 1957.

EDITORIAL, ano II, n. 88, p. 3, 29 set. 1957.

EDITORIAL, ano V, n. 215, p. 3, 13 mar. 1960.

EDITORIAL, ano V, n. 222, p. 3, 1 maio 1960.

EDITORIAL, ano VI, n. 271, p. 1, 9 abr. 1961.

EDITORIAL, ano VII, n. 349, p. 1, 07 out. 1962.

EDITORIAL, ano XI, n. 518, p. 3, 2 jan. 1966.

EDITORIAL, ano XI, n. 570, p. 3, 1 jan. 1967.

EDITORIAL, ano XIII, n. 670, p. 2, 8 dez. 1968.

EDITORIAL, ano XV, n. 771, p. 5, 14 nov. 1970.

EDITORIAL, ano XV, n. 773, p. 3, 28 nov. 1970.

EDITORIAL, ano XVI, n. 831, p. 3, 8 jan. 1972.

EDITORIAL, ano XVII, n. 857, p. 3, 8 jul. 1972.

EDITORIAL, ano XVII, n. 922, p. 3, 13 out. 1973.

- EDITORIAL, Crise nas Relações entre Igreja e Estado?, ano XV, n. 767, p. 3, 17 out. 1970,
- EDITORIAL, Das Fantasias às Calúnias, ano XV, n. 773, p. 3, 28 nov. 1970.
- EDITORIAL, Denúncia, Ordem e Serviço, ano XVI, n. 824, p. 3, 20 nov. 1971.
- EDITORIAL, Distensão no Relacionamento Igreja-Estado? ano XVII, n. 924, p. 3, 27 out. 1973.
- EDITORIAL, Espiões no Brasil, Camuflados de Intelectuais, Agentes da Checoslováquia – petulância do governo checoslovaco, ano V, n. 235, p. 2, 31 jul. 1960.
- EDITORIAL, Igrejas do Brasil se Entreajudam, ano XVII, n. 847, p. 1, 29 abr. 1972.
- EDITORIAL, Juventude, Moral e Lei, TV na Favela, 12 jan. 1973.
- EDITORIAL, n. 428, p. 2, 12 abr. 1964.
- EDITORIAL, Necessidade da Presença do Povo na Ação Política, p. 3, 7 jan. 1978.
- EDITORIAL, O Episcopado e a Revolução, n. 437, p. 3, 14 jun. 1964.
- EDITORIAL, O Problema da Censura, ano XIII, n. 627, p. 3, 4 fev. 1968.
- EDITORIAL, Salário Legal e Salário Justo, ano XVII, n. 848, p. 3, 6 maio 1972.
- EDITORIAL, Uma Igreja Importuna mas Presente, p. 3, 13 out. 1973.
- ENCONTRO COM O PASTOR, A Igreja e a Paz – apelo especial em favor presos e suas famílias, p. 5, 9 jan. 1971.
- ENCONTRO COM O PASTOR, Valores Humanos e Cristãos na Educação, p. 5, 6 nov. 1971.
- ESPAÇO JOVEM, ano XVII, n. 856, p. 5, 1 jul. 1972.
- MANCHETE, Os Reis Magos – Símbolo da Obediência Imediata 6 jan. 1957.
- MANCHETE, A Palavra do Papa: “Instituto Pastoral”, ano III, n. 131, p. 1, 27 jul. 1958.
- MANCHETE, Infiltrar-se na Própria Igreja: diretiva do PC Chinês, p. 3, 22 jan. 1961.
- MANCHETE, A Anistia jamais Deixou de Produzir Resultados Altamente Benéficos para a Ordem Social, 29 nov. 1975.
- MANCHETE, A Carta do Presidente da Comissão de ‘Justiça e Paz’ sobre Problema das Torturas, ano XIV, p. 1, 4 abr. 1970.
- MANCHETE, A Greve é um Direito do Trabalhador, 9 set. 1978.
- MANCHETE, A Igreja e a América Latina Interessadas no Êxito da Conferência de Punta del Este, 20 ago. 1961.
- MANCHETE, A Palavra do Novo Arcebispo, ano XV, n. 770, p. 8, 7 nov. 1970.
- MANCHETE, A Política na Alemanha e a Crise de Berlim, 3 set. 1961.
- MANCHETE, A Posse de João Paulo I no meio do Povo, ano XXII, n. 1173, 2 set. 1978.
- MANCHETE, A Senhora Aparecida e sua Nova Basílica out. 1956.
- MANCHETE, A Serviço da Verdade do ano XVII, n. 849, p. 3, 13 maio 1972.

- MANCHETE, Alfabetização à Luz de Vela, p. 1, 20 fev. 1971.
- MANCHETE, Aliança para o Progresso. Vinte Bilhões de Dólares para a América Latina, 27 ago. 1961.
- MANCHETE, ano I, n. 7, pp. 1-2, 11 mar. 1956.
- MANCHETE, ano II, n. 54, p. 1, 3 fev. 1957.
- MANCHETE, ano II, n. 67, p. 1, 5 maio 1957.
- MANCHETE, ano II, n. 88, p.1, 29 set. 1957.
- MANCHETE, ano V, n. 222, p. 1, 1 maio 1960.
- MANCHETE, ano V, n. 231, p. 1, 3 jul. 1960.
- MANCHETE, ano VI, n. 308, p.1, 24 dez. 1961.
- MANCHETE, ano XI, p. 1, 15 maio 1966.
- MANCHETE, ano XII, n. 615, p. 8, 12 nov. 1967.
- MANCHETE, ano XII, n. 618, p. 1, 3 dez. 1967.
- MANCHETE, ano XII, n. 624, p. 1, 14 jan. 1968.
- MANCHETE, ano XV, n. 772, p. 1, 21 nov. 1970.
- MANCHETE, ano XVI, n. 780, p. 1, 16 jan. 1971.
- MANCHETE, ano XVII, n. 884, 20 jan. 1973.
- MANCHETE, ano XXIV, n. 1.262, p. 1, 16 maio 1980.
- MANCHETE, Alfabetização à Luz de Vela, ano XVII, p. 1, 20 fev. 1971.
- MANCHETE, Aos Juristas Católicos, ano V, n. 205, p. 1, 3 jan. 1960.
- MANCHETE, Aos Participantes do I Congresso Internacional dos Colégios Particulares Europeus (10 XI 1957), ano II, n. 102, p. 1, 5 jan. 1958.
- MANCHETE, Até o Evangelho pode ser encarado como Subversivo, ano XII, n. 620, p. 1, 17 dez. 1967.
- MANCHETE, Auditoria Militar pede retorno de Religiosa banida, 10 jul. 1971.
- MANCHETE, Bispos Brasileiros Preocupam-se com Conflitos Ideológicos, p. 1, ano XIV, 28 set. 1969.
- MANCHETE, Bispos Debatem Temas Religiosos e Sociais, ano XIII, p. 1, 27 jul. 1969.
- MANCHETE, Brasileiro Deve Poder Dizer tudo, 12 maio 1978.
- MANCHETE, Campanhas para a Construção das Torres da Catedral da Sé (jun./jul. 1956).
- MANCHETE, Cardeal Arns em Curitiba: a todos os operários respeito e gratidão, 5 maio 1973.
- MANCHETE, Cardeal Convida para Semana da Prece pela Unidade Cristã, ano XII, n. 586, p. 1, 23 abr. 1967.

- MANCHETE, Cardeal Deverá Presidir Despedida do Diretor d'O *São Paulo* e do Centro "Ecclesia", p. 12, 10 ago. 1974.
- MANCHETE, Cardeal Karol Wojtyla: o Papa João Paulo II, ano XXII, n. 1.180, 21 out. 1978.
- MANCHETE, Cardeal Rossi ao Povo, ano XI, p. 1, 2 jan. 1966.
- MANCHETE, Cardeal Rossi Define Posição da Igreja sobre Subversão, ano XIV, p. 1, 15 nov. 1969.
- MANCHETE, Carta à População Denuncia a Mercantilização da Saúde, 16 dez. 1977.
- MANCHETE, Caso de Polícia: entraram na PUC sem vestibular, 1 out. 1977.
- MANCHETE, Caso dos Dominicanos: advogado apela de sentença. Acusação: subversão e terrorismo, 18 set. 1971.
- MANCHETE, Castelo no Maranhão ressalta colaboração do Ensino Religioso, 29 maio 1966.
- MANCHETE, CNBB Afirma: não confundimos a paz verdadeira com o silêncio imposto pelo medo, 8 jan. 1977.
- MANCHETE, Concílio Ecumênico Vaticano II Convocado para 11 de Outubro, ano VII, p. 1, 11 fev. 1962.
- MANCHETE, Cristo entre os "Hippies", 21 ago. 1971.
- MANCHETE, Desenvolvimento Econômico e Social na Justiça, no Respeito aos Direitos Humanos e na Fidelidade ao Cristianismo, 1 set. 1973.
- MANCHETE, Diálogo com os não Crentes, p. 1, 12 dez. 1970.
- MANCHETE, Discurso – Programa de Castelo Branco – Íntegra do discurso pronunciado pelo Mal. Castelo Branco, n. 430, 26 abr. 1964.
- MANCHETE, Ditadura Mata Operário Cristão, ano XXIII, n. 1.234, 2 nov. 1979.
- MANCHETE, Dom Agnelo Convoca a Arquidiocese para Celebrar o "Ano da Fé", ano XII, n. 583, p. 1, 2 abr. 1967.
- MANCHETE, Dom Agnelo Rossi Nomeado Arcebispo Metropolitano, n. 459, 15 nov. 1964.
- MANCHETE, Dom Fragoso acusado de subversivo e comunista, ano XIII, 1 dez. 1968.
- MANCHETE, Dom Jaime: em Cuba e Berlim não há autodeterminação, p. 1, 28 jan. 1962.
- MANCHETE, Ecos do IX Congresso Internacional de Imprensa Católica, ano XVI, n. 810, p. 5, 14 ago. 1971.
- MANCHETE, Educação É Direito de Todos, ano XIII, p. 1, 24 nov. 1968.
- MANCHETE, Estabilidade e Exclusividade no Amor: é a família cristã, ano XIX, n. 1.037, 17 jan. 1976.
- MANCHETE, Evangelho Não É nem Marxismo nem Capitalismo, ano XVI, n. 845, p.1, 15 abr. 1972.

- MANCHETE, Igreja e Opinião Pública, 17 jul. 1971;
- MANCHETE, Igreja e Revolução. Igreja e Revolução, p. 1, 20 fev. 1971
- MANCHETE, Igreja não é subversiva e em favor do Homem, 6 nov. 1971.
- MANCHETE, Imprensa Católica no País, p. 1, 16 jan. 1971.
- MANCHETE, Início Abençoado de uma Vigília Santa em Preparação de Doutrina Segura e de Vida, ano VI, n. 260, p. 1, 22 jan. 1961.
- MANCHETE, Insatisfação da Juventude É o Desejo de Participação, ano XIV, p. 3, 14 fev. 1970.
- MANCHETE, Libertados os Dominicanos, 6 out. 1973.
- MANCHETE, Líder Operário Torturado pelo Regime de Castro, p. 1, 7 jan. 1962.
- MANCHETE, Lista de Candidatos – Aliança Eleitoral pela Família, ano VII, n. 349, p. 1, 7 out. 1962.
- MANCHETE, Marxismo nos Seminários?, ano XV, n. 774, p. 1, 5 dez. 1970.
- MANCHETE, Mensagem de Páscoa de Paulo VI, ano XI, p. 1, 17 abr. 1966.
- MANCHETE, Militares Tiveram sua Páscoa na Praça da Sé – Uma demonstração de Paz, 18 jun. 1967.
- MANCHETE, Muda a Imprensa na Renovação da Igreja, ano XIII, n. 651, p. 1, 21 jul. 1968.
- MANCHETE, n. 458, p. 1, 8 nov. 1964.
- MANCHETE, Natal Socialista em Cuba: um dos mais tristes, p. 3, 14 jan. 1962.
- MANCHETE, No Brasil Diferença do Menor para Maior Salário é de 1 para 57, p. 1, 22 jul. 1972.
- MANCHETE, Nota do Arcebispado, p. 1.
- MANCHETE, Notável o Avanço do Catolicismo em 1961, ano VI, p. 1, 21 jan. 1962.
- MANCHETE, Nova Batalha pela Universidade, 27 jan. 1973.
- MANCHETE, Novos Bispos Auxiliares para os Trabalhos Religiosos da Arquidiocese, Dom Bruno Maldaner, Dom Evaristo P. Arns (*sic!*) Nomeados por Paulo VI, ano XI, p. 1, 15 maio 1966.
- MANCHETE, O 37º Congresso Eucarístico Internacional, ano V, n. 235, p. 1, 31 jul. 1960.
- MANCHETE, O Brasil Tem Novo Governo – Ato Institucional promulgado em 9 de abril de 1964 outorga praticamente nova Constituição, n. 429, p. 1, 19 abr. 1964.
- MANCHETE, O Evangelho É Libertador do Homem Todo, 26 dez. 1980.
- MANCHETE, O Papa João XXIII aos Habitantes de Florença, ano IV, n. 173, p. 1, 17 maio 1959.

- MANCHETE, O Processo contra os Padres de Minas Gerais – 34 padres de várias ordens religiosas e seculares, 13 nov. 1971.
- MANCHETE, O Que Fez o Concílio, ano XI, n. 518, 2 jan. 1966.
- MANCHETE, Por que protestam os Estudantes, p. 1, 10 nov. 1968.
- MANCHETE, Primeiro Arcebispo de Aparecida, D. Carlos Carmelo de V. Motta, n. 439, 28 jun. 1964.
- MANCHETE, Primeiro Centenário do Milagre de Lourdes 10 fev. 1957.
- MANCHETE, Primeiro Gesto depois de Cardeal: entrevista à imprensa, 24 mar. 1973.
- MANCHETE, Prisão de Padres: expulsão viola direitos do homem, ano XIII, p. 1, 15 dez. 1968
- MANCHETE, Problemas dos Operários não Chegam até o Patrão, p. 9, 8 mar. 1975.
- MANCHETE, Prostituição um Problema de Justiça Social, 11 set. 1971.
- MANCHETE, Que Deus Faça do Brasil uma Nação cada Vez mais Forte, Grande e Livre, à Luz do Evangelho e dos Ensinamentos da Igreja, ano V, n. 222, p. 1, 1 maio 1960.
- MANCHETE, Rádio-Mensagem de Natal do Santo Padre, o Papa Pio XII, ano II, n. 104, p. 1, 19 jan. 1958.
- MANCHETE, Reage a América ante o Perigo Cubano p. 1, 21 maio 1961.
- MANCHETE, Reforma Constitucional para atualizar a Carta Magna de 1946, 28 ago. 1966.
- MANCHETE, Renúncia, Sacrifício, Dedicção É o que Pede o Sacerdócio, ano XVIII, n. 986, 18 jan. 1975.
- MANCHETE, São Paulo com Novos Bispos Auxiliares ano XVIII, n. 981, p. 1, 14 dez. 1974.
- MANCHETE, Saudação do Sumo Pontífice ao Governo e Povo do Japão, ano IV, n. 191, p. 1, 20 set. 1959.
- MANCHETE, Saúde é Tema do Encontro do Conselho das Sociedades Amigos de Bairro, p. 12, 22 fev. 1975.
- MANCHETE, Silêncio na Rádio Nove de Julho: Clamor Popular, ano XVII, n. 929, p. 1, 1 dez. 1973.
- MANCHETE, Sinceridade e Esperança caracterizam os festejos paulistanos do “Dia do Trabalho”, n. 432, p.1, 10 maio 1964.
- MANCHETE, Sociedades de Bairro Representam a Voz do Povo Organizado, ano XIII, 8 dez. 1968.
- MANCHETE, Transição no Catolicismo Paulistano: contradições para o início de uma nova época (1966-1970), ano XII, n. 624, p. 1, 14 jan. 1968.
- MANCHETE, Tuiuti: página heróica da história do Brasil, 22 maio 1966.

- MANCHETE, Votos de João XXIII aos Participantes da Semana Social do Canadá, ano V, n. 255, p. 1, 18 dez. 1960.
- MATÉRIA, ano XX, n.1.039, p. 3, 31 jan. 1976.
- MATÉRIA, Bispos Manifestam Pesar pela Morte do Metalúrgico, ano XIX, n. 1.035 p. 5, 4 jan. 1976.
- MATÉRIA, Cardeal de São Paulo Fala sobre sua Vida e seus Trabalhos e suas Esperanças, ano XVII, n. 932, p.14, 22 dez. 1973.
- MATÉRIA, CEBs são a Esperança da Igreja, ano XXIV, n. 1.259, p. 3, 25 abr. 1980; 1 maio 1980.
- MATÉRIA, Ciec Divulgará “Encontro com o Pastor”, ano XVII, n. 848, p. 6, 6 maio 1972.
- MATÉRIA, Comunicado da Cúria, ano XVII, n. 926, p. 5, 10 nov. 1973.
- MATÉRIA, Conflito em Santa Fé do Sul, ano XIII, p. 5, 27 out. 1968.
- MATÉRIA, De Esperança em Esperança, ano XVII, n. 886, p. 5, 3 fev. 1973.
- MATÉRIA, Ecos do Seminário de Jornalismo, ano VI, n. 300, p. 8, 29 out. 1961.
- MATÉRIA, Mais uma Palavra em Favor dos Cursilhos, ano XVII, n. 882, p. 5, 6 jan. 1973.
- MATÉRIA, Missa por Intenção do Metalúrgico Manuel Fiel Filho, p. 6, 31 jan. 1976.
- MATÉRIA, Nova Fase, ano XIV, n. 714, p. 1, 12 out. 1969.
- MATÉRIA, O Coro do “Canto do Galo”, ano XVI, n. 844, p. 10, 8 abr. 1972.
- MATÉRIA, O Deus da Esperança nos Conclama para a Solidariedade, p. 12, 8 nov. 1975.
- MATÉRIA, p. 5, ano XVI, n. 783, 6 fev. 1971.
- PRIMEIRA PÁGINA, “France Presse” Difunde Editorial do Ciec, ano XVII, n. 927, p. 1, 17 nov. 1973.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano VI, n. 262, p. 1, 5 fev. 1961.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano VI, n. 265, p. 1, 26 fev. 1961.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano VII, n. 314, p. 1, 4 fev. 1962.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano VII, n. 348, p. 1, 30 set. 1962.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano VII, n. 360, p. 1, 23 dez. 1962.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano XII, n. 570, p. 1, 29 jan. 1967.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano XVI, n. 806, 17 jul. 1971.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano XVI, n. 845, p. 1, 15 abr. 1972.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano XXII, n. 1.158, 20 maio 1978.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIII, n. 1.231, 12 out. 1979.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIV, n. 1.269, p. 1, 25 abr. 1980.
- PRIMEIRA PÁGINA, ano XXIV, n. 1259, 25 abr. 1980, p. 1.

- PRIMEIRA PÁGINA, Capitalismo e Marxismo, ano XXIV, n. 1.269, p. 1, 25 abr. 1980.
- PRIMEIRA PÁGINA, Cardeal Fala sobre “Humanae Vitae” e Pílula, ano XVII, n. 849, 13 maio 1972.
- PRIMEIRA PÁGINA, CNBB contra Esquadrões da Morte, 14 ago. 1971.
- PRIMEIRA PÁGINA, CNBB Sugere Alternativa para o Modelo Brasileiro, 14 set. 1979.
- PRIMEIRA PÁGINA, Comunicado Oficial sobre Prisão de Sacerdote, 6 fev. 1971).
- PRIMEIRA PÁGINA, Em Memória do Operário Assassinado, 28 out. 1978.
- PRIMEIRA PÁGINA, Igreja Reuniu o Povo em São Paulo, 30 dez. 1978.
- PRIMEIRA PÁGINA, Menor Marginal, Adulto Delinqüente, 31 jul. 1971.
- PRIMEIRA PÁGINA, n. 427, p. 1, 5 abr. 1964.
- PRIMEIRA PÁGINA, n. 428, p. 1, 12 abr. 1964.
- PRIMEIRA PÁGINA, n. 431, p. 1, 3 maio 1964.
- PRIMEIRA PÁGINA, Reforma Agrária É Urgente, 14 set. 1979.
- PRIMEIRA PÁGINA, Salário Pequeno Traz Doença para o Povo, 23 set. 1978.
- PRIMEIRA PÁGINA, STM Inocenta Padre Vicini, 4 set. 1971.
- PRIMEIRA PÁGINA, Subversão e Ordem , 13 fev. 1971.
- PRIMEIRA PÁGINA, Trabalhador não É Máquina, 17 nov. 1968.
- PRIMEIRA PÁGINA, Veja como Ajudar na Greve do ABC, 5 abr. 1980.
- ROSSI, Agnelo, ano XIV, n. 677, p. 3, 26 jan. 1969.

APÊNDICE I

Informações Oficiais da Arquidiocese de São Paulo¹⁶⁰

ORGANISMOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO:

Organismos de Governo	Organismos de Pastoral	Fundações
:: <u>Conselho de Presbíteros</u> :: <u>Colégio de Consultores</u> :: <u>Cons. de Assuntos Econômicos</u> :: <u>Cúria Metropolitana</u> :: <u>Com. Metropol. Administração</u>	:: <u>Assembléia Arq.de Pastoral</u> :: <u>Conselho Arq. de Pastoral</u> :: <u>Secretariado Arq. de Pastoral</u> :: <u>Pastorais e Organismos Arquid.</u> :: <u>Movimentos e Assoc. de Leigos</u>	:: <u>Fundação Metropolitana Paulista</u> :: <u>Fundação São Paulo</u> :: <u>Fund. Paulista de Assist. à Infância</u> :: <u>Fundação Santa Terezinha</u> :: <u>Fund. Cap. Men. Jesus e Sta. Luzia</u>

REGIÕES EPISCOPAIS:

Região Episcopal Belém	Região Episcopal Brasilândia	Região Episcopal Ipiranga
Bispo Auxiliar Dom Pedro Luiz Stringhini Cúria Regional Av. Álvaro Ramos, 366 03058.060 - São Paulo - SP Fone: (11) 6693-0287 Fax: (11) 6693-5620 regiaobelem@terra.com.br regiaobelem@uol.com.br	Bispo Auxiliar Dom José Benedito Simão Cúria Regional Rua Rodrigues Blandy, 55 - Itaberaba 02840-050 - São Paulo - SP Fone: 3924.0020 Fax.: 3924.0855 E-mail: mitrabilandia@uol.com.br Site: www.rebra.org.br	Bispo Auxiliar Dom Tomé Ferreira da Silva Cúria Regional Rua Xavier de Almeida, 818 04211-001 - São Paulo - SP Fone: (11) 274-8500 e 274-8819; Fax: (11) 6914-6964 E-mail: regipiranga@uol.com.br Site: www.episcopalipiranga.com.br
Região Episcopal Lapa	Região Episcopal Santana	Região Episcopal Sé
Bispo Auxiliar Dom João Mamede Filho Cúria Regional Rua Afonso Sardinha, 62 - Lapa 05070-000 - São Paulo - SP Fone: (11) 3834-7141 e Fax: (11) 3834-1024 E-mail: reglapa@uol.com.br	Bispo Auxiliar Dom Joaquim Justino Carreira Cúria Regional Rua Conselheiro Moreira de Barros, 761 02018-012 - S. Paulo - SP Fone: 6977-9655 Fax: 6973.2053 Secretariado de Pastoral: F.Fax: 6973-8482 Cúria: regiao-santana@uol.com.br Secretariado de Pastoral: cpresa@uol.com.br Secretaria Regional: secpastoral-st@uol.com.br Site: www.regiaosantana.org.br	Bispo Auxiliar Dom Manuel Parrado Carral Cúria Regional Av. Pacaembú, 954 01234-000 - São Paulo - SP Fone: 3826-4999 e Fax: 3826-3148 E-mail: regiaose@regiaose.org.br Site: www.regiaose.org.br

¹⁶⁰ Como forma de facilitar a consulta e o acesso a informações sobre a estrutura da Arquidiocese de São Paulo, seus órgãos internos e objetivos, esse apêndice foi elaborado a partir dos textos extraídos do seu site oficial. Fonte eletrônica: http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/historia/historia_link_01.htm, acessada em 15.out.2006.

CÚRIA METROPOLITANA:**Cúria Metropolitana**

Av. Higienópolis, 890
 01238-000 - Higienópolis
 S. Paulo - SP
 Caixa Postal: 1670
 01064-970 - S. Paulo - SP
 Fone: (11) 3826.0133
 Fax: (11) 3825.6806 (11) 3666.8927

Vigário Geral e Moderador

Dom Manuel Parrado Carral
 Avenida Higienópolis, 890
 01238-000 - São Paulo - SP
 Fone: (11) 3826-0133
 Fax (11) 3825-4414
 Site: www.regiaose.org.br
 E-mail: regiaose@regiaose.org.br

Vigário Judicial

**Tribunal Eclesiástico
 Regional e de Apelação de
 São Paulo**

**Mons. Dr. Martin Segú
 Girona**

Av. Higienópolis, 901 –
 Higienópolis

01238-001 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3826-5143

Atendimento: 3ª a 6ª das 13 às
 15h

Chanceler

Mons. Antônio Trivinho
 Avenida Higienópolis, 890
 01238-000 - São Paulo - SP
 Fone: (11) 3826-0133

Vice-Chanceler

Côn. Laerte Vieira da Cunha
 Avenida Higienópolis, 890
 01238-000 - São Paulo - SP
 Fone: (11) 3826-0133

**Porta-Voz da
 Arquidiocese de São Paulo**

Mons. Dario Benedito

Bevilacqua

Avenida Higienópolis, 890

01238-908 - São Paulo - SP

Fone: 3826-0133 - Fax 3825-
 4414

**Vicariato Episcopal
 da Comunicação**

coordenador:

D. Pedro Luiz Stringhini

secretário-geral:

Pe. Juarez Pedro de Castro

Avenida Higienópolis, 890

01238.908 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3826-0133 - R. 234/237

Fax: (11) 3825-4414

E-mail: vicariatocom@uol.com.br

**Vicariato Episcopal
 dos Construtores da Sociedade**

Mons. Dario Benedito Bevilacqua

Avenida Higienópolis, 890

01238-908 - São Paulo - SP

Fone: (11)3826-0133

Fax (11)3825-4414

**Vicariato Episcopal
 do Povo de Rua**

Mons. Júlio Renato

Lancellotti

Rua Djalma Dutra, 3

01103.010 - Luz - S. Paulo - SP

Fone e Fax: 228.6223

SOBRE A ESTRUTURA ATUAL DA ARQUIDIOCESE:**PERÍODO 1964 ATÉ 1998**

Deste período temos como pastores: Dom Agnelo Rossi (01.11.1964 - 22.10.1970) e Dom Frei Paulo Evaristo Arns, ofm (01.11.1970 - 14.04.1998). Assim que assume a

diocese Dom Paulo incrementa fortemente a participação dos leigos nos passos do Concílio Vaticano II. Realiza a Operação Periferia, vendendo seu palácio Episcopal e assume a defesa dos direitos humanos constantemente violados pela ditadura militar. Cria novas regiões episcopais, realiza amplo plano de pastoral urbana e lança as bases para a ação colegiada na grande metrópole de São Paulo. Dom Paulo criou 43 paróquias e incentiva e apóia o surgimento de mais de 2000 comunidades de base nas periferias da metrópole paulistana, particularmente nas atuais dioceses sufragâneas de São Miguel, Osasco, Campo Limpo e Santo Amaro, além das regiões de Belém e de Brasilândia. Esta era a resposta eficaz e efetiva ao crescimento desordenado, à miséria e à migração constante para a capital de São Paulo. Em 1975 tem como bispos auxiliares, Dom José Thurler, Dom Benedito de Ulhôa Vieira, Dom Francisco Manuel Vieira, Dom Mauro Morelli, Dom Joel Ivo Catapan e Dom Angélico Sândalo Bernardino, cada qual assumindo uma das seis regiões episcopais, divididas em setores de pastoral com autonomia e dinâmica próprias. Ainda foram escolhidos Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Alfredo Novak, Dom Antonio Celso Queiroz, Dom Fernando Penteado, Dom Antonio Gaspar e Dom Décio Pereira. Cada setor assumiu e articulou as quatro prioridades escolhidas pelo povo: Comunidades eclesiais de base, Direitos humanos e Marginalizados, Mundo do Trabalho e Pastoral da Periferia. A arquidiocese começou a agir de acordo com planos de pastoral, nos moldes da CNBB, fixando a cada dois anos e depois a cada 4 anos objetivos e prioridades pastorais para garantir eficácia e unidade pastoral evangelizadora. Sempre motivados pelo lema: De esperança em esperança. Depois de inúmeras divisões de seu território a Arquidiocese têm a seguinte configuração no ano de 1995: Existem atualmente em 1995, seis regiões episcopais, cinquenta setores de pastoral, três vicariatos ambientais, 261 paróquias territoriais e pessoais, dez santuários, 461 comunidades eclesiais de base, 25 pastorais articuladas na cidade, 36 movimentos de leigos, coordenados por dezenas de ministros e ministras leigas, com o apoio também ministerial de 2337 religiosas, 771 sacerdotes diocesanos e religiosos, 59 seminaristas, seis bispos auxiliares e o pastor diocesano, Dom Paulo Evaristo Arns. A arquidiocese compreende somente 635.33 Km² dos 1509 Km² do Município. A população em 1995 é estimada em nove milhões de habitantes.

PERÍODO A PARTIR DE 1998

Dom Cláudio Hummes foi nomeado em 15.04.1998 Arcebispo de São Paulo e tomou posse em 23.05.1998. Foi criado Cardeal Presbítero do Título de Santo Antônio de Pádua na Vila Merulana em 21.02.2001, pelo Papa João Paulo II.

APÊNDICE II

Roteiro de Entrevistas Semi-Estruturado utilizado na pesquisa oral

TEMA: jornal *O São Paulo*

I – Dados pessoais

- Nome completo;
- Idade, data de nascimento;
- Escolaridade, formação acadêmica e vínculo com o clero paulistano;
- Função que exerce/exerceu dentro da Fundação Metropolitana;
- Função que exerce no O SP;
- Qual o período?

II – Desenvolvimento do tema

1. Você identifica períodos na história do semanário?
2. Quais são as principais características d'*O São Paulo*? Quais elementos distinguem um período do outro?
3. Você conheceu participantes da equipe de elaboração e edição deste jornal?
4. É possível identificar linhas editoriais nas publicações d'*O São Paulo*?
5. Como você define os objetivos do jornal?
6. Quais fatos você indica como significativos para a história do semanário?

7. Como está organizada atualmente a edição do periódico?
8. Qual a participação dos arcebispos no processo de elaboração do jornal?
9. Como era organizada a edição do jornal na época de Dom Paulo Evaristo Arns?
10. O semanário foi acusado pelos militares de ser um meio de comunicação subversivo, segundo eles, por estar próximo de uma perspectiva comunista. Como o jornal se comportava frente a esse embate capitalismo *versus* comunismo?
11. Existem pesquisas realizadas sobre O SP?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)